



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



CAROLINE BULHÕES NUNES VAZ

**REFLEXÕES SOBRE RUA: TENSÕES ENTRE MEMÓRIA E
IMAGINAÇÃO EM EXPERIÊNCIAS NAS RUAS SOTEROPOLITANAS**

V.1

Salvador
2022

CAROLINE BULHÕES NUNES VAZ

**REFLEXÕES SOBRE RUA: TENSÕES ENTRE MEMÓRIA E
IMAGINAÇÃO EM EXPERIÊNCIAS NAS RUAS SOTEROPOLITANAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa

Salvador
2022

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de Ciências e Tecnologias Prof. Omar Catunda, SIBI - UFBA.

V393 Vaz, Caroline Bulhões Nunes
Reflexões sobre rua: tensões entre memória e imaginação em experiências nas ruas soteropolitanas / Caroline Bulhões Nunes Vaz. – Salvador, 2022.
679 f. 2 v.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Szaniecki Perret Serpa

Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, 2022.

1. Ruas. 2. Experiência espacial. 3. Planejamento Urbano. 4. Espaço público. 5. Memória. I. Serpa, Ângelo Szaniecki Perret. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDU:911.3(813.8)

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA DE DEFESA - TESE

**REFLEXÕES SOBRE RUA: TENSÕES ENTRE MEMÓRIA E IMAGINAÇÃO
EM EXPERIÊNCIAS NAS RUAS SOTEROPOLITANAS**

CAROLINE BULHÕES NUNES VAZ



Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa (Orientador/Presidente)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)



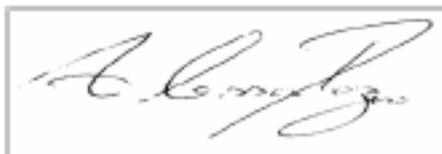
Dr. Eduardo Marandola Júnior
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)



Dr. André Reyes Novaes
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)



Dr. Marcelo Sousa Brito
Universidade Federal da Bahia (UFBA)



Dr. Alessandro Dozena
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Aprovada em Sessão Pública 30 de maio de 2022

A primazia de tudo para quem me ama imensuravelmente e me conhece até as entranhas, o meu Deus “Porque eu bem sei os planos que tenho para vós, diz o Senhor, planos de bem e não de mal, planos para lhes dar esperança e um futuro”
Jr. 29:11

Para Victor, meu esposo, que com amor e gentileza me faz enxergar o mundo de forma sempre nova e cheia de esperança

Para Mateus, meu amigo-irmão, cuja força, cuidado e companheirismo me ajudaram a chegar até aqui

AGRADECIMENTOS

Agradecer é muito difícil, não porque falte o que e a quem agradecer, mas pelo risco de não conseguir expressar a todos os que fizeram parte desse processo a sua importância.

Em primeiro lugar, toda honra e glória a Deus, todo agradecimento àquele cujas misericórdias não têm fim e que cuida de mim e me ama, a despeito dos meus inúmeros defeitos. Como expressão do seu cuidado e amor, agradeço a Victor, meu esposo, por tudo, tudo mesmo, são tantas coisas que é quase impossível identificar onde não há você em mim. Te amo.

Aos dois irmãos que a universidade me deu: Mateus Barbosa e André Nunes, agradeço pela paciência, companhia e força. Obrigado por acreditarem em mim mesmo quando eu não acredito, por confiar em mim e me ajudar nesse processo, a tornar as crises e desesperos menores, por ver em mim e me mostrar o que não vejo.

Às mulheres que dispensam o amor maternal que não tive a oportunidade de ter, mas que me mostram pedacinhos da mamãe e o que é amor, agradeço pela compreensão, pelo acolhimento e paciência. São anos aprendendo a confiar, a receber amor e afeto que ajudam a tornar a dor do eterno luto menor, mas também maior. Obrigada Bete, Ró, Nil, Jay e Any (*in memoriam*). Junto dessas mulheres incríveis estão me ensinando o amor também Dinho, Gilmar e Cinho, a quem agradeço pela adoção. Teu, Nana, Dani e Bel, obrigada por partilharem todo o processo comigo. Espero que vocês se sintam amados por mim, como me sinto amada por vocês. Vocês me dão lugar no mundo.

Ao meu orientador, Angelo Serpa, agradeço pela inspiração, por ser exemplo de profissionalismo e de cuidado. Aos amigos do Espaço Livre agradeço pelos debates, pela partilha de pesquisas e oportunidade de crescimento ao longo dos últimos 10 anos, especialmente Renata, Célio, Flávia e Caê, cujos debates acompanharam os quatro anos da tese. A Marcus e aos “reféns de Carolzinha” Wellington, Juliana, Alexandre, obrigada por toparem tudo sem pensar duas vezes.

Aos professores, Eduardo Marandola Jr., Marcelo Sousa Brito, André Reyes Novaes e Maria Geralda de Almeida (*in memoriam*), obrigada pelos comentários e contribuições que fizeram avançar essa pesquisa até aqui e certamente me farão avançar ainda mais. Em especial, prestar homenagens à professora Maria Geralda pela sua generosidade e cuidado. As suas contribuições, que me acompanharam

desde a primeira qualificação do mestrado até a segunda qualificação do doutorado foram fundamentais para o meu processo formativo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (POSGEO/UFBA) e aos colegas de mestrado e doutorado agradeço por participarem do meu processo formativo enquanto pesquisadora. Agradeço também aos funcionários do POSGEO, sempre atentos e prontos a atender-me.

Aos entrevistados, meu muito obrigada por partilharem suas histórias de vida, suas relações com a rua, suas memórias e sonhos.

À Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB) agradeço pelo financiamento desta pesquisa, por meio de bolsa de doutorado.

À sociedade brasileira, por me permitir terminar a formação em uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

Sou imensamente grata a todos!

Não sou nem otimista, nem pessimista. Os otimistas são ingênuos, e os pessimistas amargos. Sou um realista esperançoso. Sou um homem da esperança. Sei que é para um futuro muito longínquo. Sonho com o dia em que o sol de Deus vai espalhar justiça pelo mundo todo.

(Ariano Suassuna – Entrevista à Folha de São Paulo)

RESUMO

A intenção de estudar a rua, especialmente as ruas brasileiras e de Salvador, se deu por preocupações teóricas sobre as transformações do mundo e da cidade, emanadas da obra de Walter Benjamin e Richard Sennett. Deste modo, as suas reflexões sobre as transformações no cotidiano urbano e o aprofundamento da modernidade nos seus vários aspectos, desde a alteração das relações sociais até as implicações na própria vida urbana, ressoaram com as minhas próprias experiências urbanas. No âmbito dos estudos geográficos, com algumas exceções, a rua é um fenômeno auto-representado, considerado ou através de uma perspectiva de morfologia urbana, ou como o centro de ação e vida, mas raramente é o principal ponto de discussão no Brasil. Neste sentido, procurei construir esta investigação considerando a rua a sua principal escala geográfica e o objeto de análise, porque o foco na rua torna visíveis as transformações da cidade e permite uma compreensão dos processos em curso e das práticas espaciais de habitar a cidade. Assim, procurei uma aproximação entre a fenomenologia e a dialética para ligar as circunstâncias individuais e a estrutura social a fim de ponderar a rua como um fenômeno circunstancial da experiência urbana. Desse modo, a memória e a imaginação foram as duas categorias escolhidas para articular as dimensões temporal e espacial da experiência, que revelaram os pensamentos e as ações das pessoas para o seu futuro e as suas esperanças para a sociedade, através da sua relação com o lugar e a paisagem. Esta investigação foi afetada pela pandemia, o que exigiu alterações no seu âmbito. Nesse sentido, foi preciso de reorganizar a metodologia, para se adequar ao atual contexto de quarentena e distanciamento social brasileiro. Então, optei por sistematizar e analisar notícias, cobrindo o período entre março de 2020 e maio de 2021, como fontes de informação sobre a cidade e as suas ruas. Além disso, 11 entrevistas visaram responder à pergunta "o que é isto: a rua?", considerando as particularidades de cada entrevistado, os seus vários contextos sócio-espaciais-temporais, as suas possibilidades e circunstâncias, para contribuir para os estudos urbanos e particularmente para o planejamento urbano. Os resultados mostram o potencial da rua para manifestar a dinâmica da vida na cidade, através da tensão entre o público e o privado. A rua favorece a criação de imagens da cidade, assim negociada entre indivíduos e o coletivo. As narrativas dos indivíduos sobre as ruas transformam-nas em paisagens urbanas, dando-lhes sentido e força de lugar. Finalmente, apresenta vários significados que são circunstanciais e que se relacionam tanto com a estrutura do mundo como com conjunturas particulares, sendo, a um só tempo, singulares e transversais à compreensão da cidade. As notícias mostraram a importância dos meios de comunicação social como criadores de narrativas sociais, porque unificam fragmentos da cidade, construindo representações hegemônicas positivas ou negativas sobre bairros e ruas.

Palavras-Chave: Rua, modernidade, memória, imaginação, dimensão espacial da experiência

ABSTRACT

The intention to study the street, specially Brazilian and soteropolitan streets, was motivated by theoretical concerns about the transformations of the world and the city, emanating from Walter Benjamin and Richard Sennett's oeuvre. Therefore, their reflections about the transformations in the urban quotidian and the deepening of modernity in its various aspects, from alteration in social relations to the implications in urban life itself, resonated with my own urban experiences. In the scope of geographic studies, with some exceptions, the street is a self-presented phenomenon, considered through a perspective of urban morphology or as the center of action and life, but rarely is the main point of discussion. In this sense, I sought to build this research considering the street, its main geographical scale, and the object of analysis because the focus on the street makes transformations of the city visible and allows an understanding of the ongoing processes and the spatial practices of inhabiting the city. Hence, I pursued an approximation between phenomenology and dialectics to connect individual circumstances and social structure to ponder the street as a circumstantial phenomenon of the urban experience. Accordingly, memory and imagination were the two categories chosen to articulate the temporal and the spatial dimensions of experience, which revealed thoughts and actions of people towards their future and their hopes for society through their relation to place and landscape. This investigation was affected by the pandemic, which demanded changes in its scope. I needed to rearrange the methodology to suit the ongoing context of Brazilian quarantine and social distancing. Thus, I chose to systematize and analyze news, covering the period between March 2020 and May 2021, as sources of information about the city and its streets. Furthermore, 11 interviews aimed to answer the question "what is this: the street?", considering the particularities of each interviewee, their various social-spatial-temporal contexts, their possibilities, and circumstances, to contribute to urban studies and particularly to urban planning. The results show the potential of the street to reveal the dynamics of city life through the tension among public and private. The street supports the creation of images of the city hence negotiated between individuals and the collective. Individuals' narratives about the streets transform them into cityscapes providing them with sense and strength of place. Finally, it presents various meanings that are circumstantial that relate to both the world's structure and its particular conjunctures, being at one-time singular and transversal to understandings of the city. The news revealed the importance of the media as creators of social narratives because they unify fragments of the city, constructing positive or negative hegemonic representations about neighborhoods and streets.

Keywords: Street; Modernity, Memory, Imagination. Spatial dimension of experience

RESÚMEN

La intención de estudiar la calle, especialmente las calles brasileras y soteropolitanas estuvo motivada por las preocupaciones teóricas sobre las transformaciones del mundo y la ciudad, que emanan de la obra de Walter Benjamin y Richard Sennett. Por lo tanto, sus reflexiones sobre las transformaciones en la cotidianidad urbana y la profundización de la modernidad en sus diversos aspectos, desde la alteración de las relaciones sociales hasta las implicaciones en la propia vida urbana, resonaban con mis propias experiencias urbanas. En el ámbito de los estudios geográficos, con algunas excepciones, la calle es un fenómeno auto presentado, considerado a través de una perspectiva de morfología urbana o como centro de la acción y la vida, pero rara vez es el punto principal de la discusión. En este sentido, busqué construir esta investigación considerando la calle, su principal escala geográfica, como objeto de análisis porque el enfoque en la calle hace visibles las transformaciones de la ciudad y permite comprender los procesos en curso y las prácticas espaciales de habitar la ciudad. De ahí que persiguiera una aproximación entre la fenomenología y la dialéctica para conectar las circunstancias individuales y la estructura social para ponderar la calle como fenómeno circunstancial de la experiencia urbana. En consecuencia, la memoria y la imaginación fueron las dos categorías elegidas para articular las dimensiones temporal y espacial de la experiencia, que revelaron los pensamientos y las acciones de las personas hacia su futuro y sus esperanzas para la sociedad a través de su relación con el lugar y el paisaje. Esta investigación se vio afectada por la pandemia, que exigió cambios en su alcance. Tuve que reorganizar la metodología para adaptarla al contexto actual de cuarentena y distanciamiento social de Brasil. Así, opté por sistematizar y analizar las noticias, que abarcan el período entre marzo de 2020 y mayo de 2021, como fuentes de información sobre la ciudad y sus calles. Además, 11 entrevistas tuvieron como objetivo responder a la pregunta "¿qué es esto: la calle?", considerando las particularidades de cada entrevistado, sus diversos contextos socio-espaciales-temporales, sus posibilidades y circunstancias, para contribuir a los estudios urbanos y particularmente a la planificación urbana. Los resultados muestran el potencial de la calle para revelar la dinámica de la vida en la ciudad a través de la tensión entre lo público y lo privado. La calle favorece la creación de imágenes de la ciudad, por tanto, negociadas entre los individuos y el colectivo. Las narrativas de los individuos sobre las calles las transforman en paisajes urbanos que les proporcionan sentido y fuerza de lugar. Por último, presenta diversos significados circunstanciales que se relacionan tanto con la estructura del mundo como con las coyunturas particulares, siendo a la vez singulares y transversales a la comprensión de la ciudad. Las noticias revelaron la importancia de los medios de comunicación como creadores de narrativas sociales porque unifican fragmentos de la ciudad, construyendo representaciones hegemónicas positivas o negativas sobre barrios y calles.

Palabras-Clave: Calle, modernidad, memoria, imaginación, dimensión espacial de la experiencia

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa de localização do bairro de residência dos entrevistados em Salvador	21
Figura 2	Rua Onze de Novembro, na Santa Cruz, em frente à barraca de frutas	201
Figura 3	Rua Onze de Novembro, na Santa Cruz, em frente a uma farmácia	202
Figura 4	Av. Manoel Dias da Silva, na Pituba, em frente à agência do Banco Santander.	202
Figura 5	Av. Manoel Dias da Silva, na Pituba, ao lado da loja Di Fábrica.	203
Figura 6	Av.ACM, no Itaipara, antes das obras de infraestrutura, na interseção entre as Av. Juracy Magalhães e Av. ACM, nas proximidades do Parque da Cidade.	205
Figura 7	AV. ACM, no Itaipara, depois das obras de infraestrutura, na interseção entre as Av. Juracy Magalhães e Av. ACM, nas proximidades do Parque da Cidade	205
Figura 8	Av. ACM, no Itaipara, antes das obras de infraestrutura, próximo à Ladeira da Cruz da Redenção.	206
Figura 9	Av. ACM, no Itaipara, depois das obras de infraestrutura, próximo à Ladeira da Cruz da Redenção	206
Figura 10	Av. ACM, no Iguatemi, antes das obras de infraestrutura, próximo ao Edifício Thomé de Souza	207
Figura 11	Av. ACM, no Iguatemi, depois das obras de infraestrutura, próximo ao Edifício Thomé de Souza	207
Figura 12	Av. ACM, no Iguatemi, antes das obras de infraestrutura, próximo ao Sam's Club	208
Figura 13	Av. ACM, no Iguatemi, depois das obras de infraestrutura, próximo ao Sam's Club	208
Figura 14.	Pessoas se abrigam na sombra do muro para evitar o sol na Pituba	209
Figura 15	Caminhos formados pelos passos de pessoas no canteiro central da Av. Vasco da Gama.	210
Figura 16	Imagens de travessas e escadas do bairro de Pernambués	215
Figura 17	Imagens de travessas e escadas do bairro de Pernambués	215

Figura 18	Fotografia do final da rua Escritor Edison Carneiro e do Largo da Ventosa, no final de linha de Pernambués.	216
Figura 19	Primeiro Mosaico síntese da rua, elaborado pelo entrevistado 11, Pedro Mota Viana	248
Figura 20	Segundo Mosaico síntese da rua, elaborado pelo entrevistado 11, Pedro Mota Viana.	249
Figura 21	Mapa de todos os trajetos mencionados pela entrevistada 1.	253
Figura 22	Mapa de todos os trajetos mencionados pela entrevistada 2	254
Figura 23	Mapa de todos os trajetos mencionados pela entrevistada 3	255
Figura 24	Mapa de todos os trajetos mencionados pela entrevistada 4	256
Figura 25	Mapa de todos os trajetos mencionados pela entrevistada 5	257
Figura 26	Mapa de todos os trajetos mencionados pelo entrevistado 6	258
Figura 27	Mapa de todos os trajetos mencionados pela entrevistada 7	259
Figura 28	Mapa de todos os trajetos mencionados pela entrevistada 8	260
Figura 29	Mapa de todos os trajetos mencionados pela entrevistada 9	261
Figura 30	Mapa de todos os trajetos mencionados pelo entrevistado 10	262
Figura 31	Mapa de todos os trajetos mencionados pelo entrevistado 11	263
Figura 32	Mapa de destaque do trajeto a pé mencionado pela entrevistada 1	264
Figura 33	Mapa de destaque do trajeto a pé mencionado pela entrevistada 3	265
Figura 34	Mapa de destaque do trajeto a pé mencionado pela entrevistada 4	266

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1	Entrevistados da pesquisa	20
Quadro 2	Palavras-chave sobre a rua escolhidas pelos participantes	231
Quadro 3	Notícias da cidade e da rua em tempos de pandemia	287

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ACM	Antônio Carlos Magalhães
COPENE	Central Petroquímica de Camaçari
COVID-19	Doença por Coronavírus – 2019
CPM	Centro de Planejamento Municipal
EdUFRR	Editora da Universidade Federal de Roraima
EPUCS	Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador
EUA	Estados Unidos da América
GPS	Sistema de Posicionamento Global
HCoV-229E	Coronavírus humano 229E
HCoV-HKU1	Coronavírus humano HKU1
HCoV-NL63	Coronavírus humano NL63
HCoV-OC43	Coronavírus humano OC43
HCoVs	Coronavírus humano
MERS	Síndrome respiratória do Oriente
MERS-COV	Síndrome Respiratória do Oriente Médio
MP	Medida Provisória
OCEPLAN	Órgão Central de Planejamento
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PLANDURB	Plano de Desenvolvimento Urbano
POSGEO-UFBA	Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia
PPGL/UFRR	Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Roraima
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SARS	Síndrome Respiratória Aguda Grave
SARS-COV	Coronavírus da síndrome respiratória aguda grave
SARS-CoV-2	Coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SSP/BA	Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

Volume 1

1. INTRODUÇÃO	15
2. O MUNDO E A MINHA EXPERIÊNCIA	31
3. TEMPO: REFLEXÕES GEOGRÁFICAS E FILOSÓFICAS	40
4. EXPERIÊNCIA: RELAÇÃO ENTRE CONJUNTURA E ESTRUTURA, NA FISSURA ENTRE O ESPAÇO E O TEMPO	57
5. MEMÓRIA E IMAGINAÇÃO COMO INSTRUMENTOS PARA PENSAR A CIDADE E A RUA	74
6. PAISAGEM E LUGAR	89
7. MODERNIDADE ENTRANHADA NA VIDA E NA RUA	116
7.1. A MODERNIDADE, AS CIDADES E AS RUAS	116
7.2. MODERNIDADE E PLANEJAMENTO NA CIDADE DA BAHIA	139
7.3. ONDE A RUA ME ENCONTROU: UM MOVIMENTO DE ENCONTRO COM A RUA E COM A MODERNIDADE.	157
8. HABITAR, CAMINHAR: EXPERIÊNCIAS NAS RUAS DA CIDADE	181
8.1. CAMINHANDO PELAS RUAS DA CIDADE COMO FORMA DE HABITÁ-LA	181
8.2. CAMINHADA E PLANEJAMENTO: VINCULAÇÃO ENTRE EXPERIÊNCIA DE TEMPO E ESPAÇO	193
9. OS SENTIDOS DA RUA: NARRATIVAS DA RUA E DA CIDADE	227
10. A CIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA	267
10.1 TRANSFORMAÇÕES PANDÊMICAS: CRISE, POLÍTICA E O URBANO	267
10.1.1. Pandemia entre aspas: relatos da mudança no cotidiano, do Outro, das ruas e da cidade	293
10.2. DIGRESSÕES: UNS DIAS OBSERVANDO A RUA	299
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	307
REFERÊNCIAS	313

Volume 2

INTRODUÇÃO AOS APÊNDICES	348
APÊNDICE I – PANDEMIA ALHURES: MENSAGENS TROCADAS	349
APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	355
APÊNDICE III – O QUE É ISSO, A RUA, PARA VOCÊ? ENTREVISTAS TRANSCRITAS	348
APÊNDICE IV - A RUA NA PANDEMIA PELAS NOTÍCIAS DE JORNAL	653
APÊNDICE V – TRAJETOS MENCIONADOS DURANTE AS ENTREVISTAS	675

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa é um processo, um revelar do fenômeno que se estuda, mas que tem caráter provisório, transitório, marcado por um contexto espacial e temporal específico, sujeito a mudanças. Ao longo do processo a que nos propusemos, buscamos valorizar as tomadas de decisão que foram necessárias, no intuito de explicitar a construção do pensamento e seus desdobramentos no constante fluxo de desconstruir para reconstruir, de explicitar os conflitos e contradições do pensamento para colocá-lo em movimento dialético (LEFEBVRE, 1991).

Ressaltamos que nos desafiamos a ver as coisas e descrevê-las como elas se manifestaram para nós, com o objetivo de não direcionar o nosso olhar sobre os fenômenos a partir do que gostaríamos que eles aparecessem, por isso, partimos de uma abordagem radicalmente fenomenológica que seja centrada no aparecer do fenômeno e na compreensão deste. A tentativa é de nos aproximar das coisas mesmas e do mundo (HUSSERL, 2000; HEIDEGGER, 2014).

Desde o início, a intenção de estudar a rua foi motivada pelas leituras das obras de Walter Benjamin e Richard Sennett, realizadas no grupo de pesquisa Espaço Livre de Pesquisa-Ação, pelas discussões realizadas no âmbito da disciplina Fenomenologia da Paisagem do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (POSGEO-UFBA), no ano de 2015, e pelo trabalho de campo realizado durante o curso de mestrado para elaboração da dissertação. Além das inquietações de caráter teórico emanadas dessas ponderações sobre o mundo e sobre a cidade, teve grande importância a retomada, neste processo, das memórias da infância, período no qual a rua era o centro da diversão e da aprendizagem sobre a vida social e sobre a cidade, onde aconteciam as brincadeiras e os eventos culturais. Essas memórias ganharam muita força nos pensamentos sobre a cidade, na medida em que víamos cada vez menos crianças em atividades de lazer nas ruas das cidades por onde andávamos, seja a lazer ou a trabalho.

As memórias, leituras e discussões teóricas sobre o aprofundamento da modernidade (BENJAMIN, 2000; 2006a, 2012b; HABERMAS, 1987; 1997; 2000), as mudanças das relações em sociedade (DEBORD, 2015; MOREIRA, 2009; SENNETT, 2015) e suas implicações na vida urbana (BENJAMIN, 2006a; 2012a; JACOBS, 2007;

LEFEBVRE, 2008; 2011; RELPH, 1990; SANTOS, M., 2012a) nos levaram a propor uma pesquisa em que a rua fosse a escala de partida e o fenômeno de análise, de modo que permitisse ver as transformações da cidade. Pensamos que a rua pode funcionar como uma escala pertinente de análise que nos permite compreender processos em curso e práticas espaciais de habitar a cidade (HEIDEGGER, 2014; MARANDOLA JR., 2014). Exemplos disso são as transformações na percepção do tempo (MOREIRA, 2009), nas formas espaciais com mudanças de suas funções (SANTOS, M., 2012a), evidenciando novos modos de se relacionar em sociedade e com o espaço, modos de ser geográficos (SERPA, 2017; MARANDOLA JR., 2014). Neste sentido, no âmbito das cidades, Yazigi (2000), reflete sobre a importância das calçadas, enquanto *locus* do passante para uma humanização da cidade. Estas modificações, por sua vez, estão vinculadas às formas como as pessoas experienciam a cidade ao habitar as ruas, de variadas maneiras, como demonstrado no trabalho de campo.

Entendemos, então, que estudar a cidade, tendo a rua como escala de análise, permite-nos apontar novos olhares sobre as experiências das pessoas no espaço urbano, como afirma Fleury (2004, p. 2, tradução nossa) “reintroduzir a rua no campo da Geografia, é também, de certo modo, renovar a disciplina”. Isto se dá pela possibilidade de, através da rua, compreender os fenômenos em sua dinâmica espacial em diversas escalas de análise.

Buscamos construir presença na ausência (LEFEBVRE, 2006), tendo em vista que uma tese é uma reflexão sobre algo não refletido ou uma reflexão sobre o refletido a partir de outros caminhos. Deste modo, a tentativa realizada foi a de refletir sobre a rua, imaginando seu devir, a partir das situações em encaixe que se revelavam e das inquietações que instigavam. Uma tentativa de pensar a cidade pelo seu valor de uso, pelo seu caráter urbano de encontro com o diferente, mais que pela lógica de reprodução do capitalismo que permitem o revelar de outras lógicas e racionalidades de ser no mundo.

A compreensão dos processos em curso, o aprofundamento da modernidade, foram marcados pela *A Insustentável Leveza do Ser* de Milan Kundera (2017) que balizou todo o processo de pesquisa, isto porque a dialética proposta pelo autor entre a leveza e o peso ilustra os dilemas enfrentados por mim diante das dificuldades de ser geógrafa e para a forma como a ciência geográfica me faz olhar para os fenômenos no mundo, mesmo nos momentos de lazer. Esse tensionamento

acompanhou toda a pesquisa, seja fazendo ver o caminho árduo, porém leve, a seguir, seja indicando o peso das mudanças e incertezas.

É preciso destacar que os dois primeiros anos do doutoramento foram dedicados a construir, debater e testar metodologias de pesquisa que permitissem discutir a rua em suas diferentes manifestações, de modo que uma estruturação de ideias e pensamentos já estava encaminhada em 2019 para dar seguimento à organização final da tese. No entanto, quis a natureza e o mundo que tanto a metodologia da pesquisa - que tinha proposto ao longo dos dois primeiros anos - tenha sido posta em xeque, quanto o meu cotidiano, planos e expectativas tenham sido alterados devido ao advento da COVID-19, que me levou literalmente para fora da rua, para um longo período de isolamento e distanciamento social dentro de casa, desde março de 2020. Dessa maneira, uma tese que busca refletir a rua a partir das experiências cotidianas necessitou readequar-se no mundo, a outras experiências e apareceres de rua no contexto do isolamento social, período em que vivemos a rua, de certo modo, virtualmente, a partir de notícias de jornal e das postagens de familiares e amigos nas redes sociais, que presencialmente.

De modo que a metodologia construída ao longo dos dois primeiros anos de pesquisa precisou ser repensada para seguir as orientações e recomendações de distanciamento social feitas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), haja vista que inicialmente a pesquisa previa uma metodologia em cinco etapas: a) abordagem inicial a partir de exercícios de observação em pontos diferentes da cidade; b) caminhada conjunta em trajeto afetivo para o participante; c) entrevista; d) caminhada coletiva; e e) roda de conversas de compartilhamento comum. A realização de uma caminhada com os entrevistados visava a evidenciar as relações e os trajetos afetivos das pessoas com a rua para que, através dessas memórias, se manifestasse em relações estabelecidas pelos entrevistados com a rua e com a cidade. A entrevista, por sua vez, objetivava um registro e a partilha dos sentimentos, emoções e reflexões sobre a rua a partir do trajeto, ao passo que a caminhada coletiva visava a ocasionar estranhamento dos participantes da pesquisa com relação à cidade, destacando o lúdico e a arte como peripécias do cotidiano e que favorecessem um exercício de imaginação sobre o devir da cidade. Tais encaminhamentos foram abandonados porque se tornaram uma impossibilidade diante da continuidade da pandemia de COVID-19 ao longo de todo o ano de 2020 e 2021.

As mudanças necessárias na pesquisa por causa da pandemia, apesar de reconfigurarem os caminhos escolhidos, permitiram um exercício profundo do “deixar ser”, que proporcionou um olhar fresco sobre a rua e forçaram “o exercício do desfazer” proposto por Marandola Jr (2019). O advento da pandemia obrigou-me a ser-com o mundo em situação e em ato e sem escapatória, uma decisão mais uma vez insustentavelmente leve.

Se, num primeiro momento, a pesquisa se voltava para reflexões sobre a relação das pessoas com a rua, compreendendo-a nas suas manifestações constituídas em situação e em ato pelos agentes que a percorrem a pé e também enquanto forma-conteúdo – o que possibilita a compreensão da cidade (em que uma dada rua “é”), em especial, Salvador-Ba, recorte escolhido para campo –; a pandemia revelou a necessidade de compreender a rua também em suas manifestações a partir do afastamento da rua ou do seu habitar em risco. Assim, a tese se configura em uma meditação sobre a rua a partir do relato de experiências dos entrevistados nas ruas de Salvador, Bahia.

Mesmo com a suspensão e/ou interrompimento de alguns direcionamentos e questionamentos da pesquisa, a tese continuou se propondo a contribuir à compreensão da rua a partir de uma perspectiva dialético-fenomenológica, na qual intentamos compreender a rua experienciada pelos agentes de pesquisa, desvelando a dimensão espacial da experiência, baseada na premissa de que todos os homens são geógrafos, em alguma medida, dada à inexorabilidade da relação espacial na experiência do homem no mundo, indicada por Dardel (2011) a partir de um referencial heideggeriano e bachelardiano (BESSE, 2011; HOLZER, 2011).

Inicialmente, o trabalho de campo visava a expressar a diversidade de pessoas que habitam a rua no seu cotidiano a partir de suas experiências em ruas que fossem significativas na sua trajetória de vida, destacando as tensões entre memória e imaginação. Assim, tínhamos escolhido a caminhada como estratégia fundamental dessa pesquisa devido às múltiplas considerações sobre a caminhada como um dos elementos balizadores da dimensão espacial da experiência. Isto se dá porque o ato de caminhar é considerado como uma ferramenta de autoconhecimento e um instrumento de subversão das lógicas dominantes (BENJAMIN, 2006a; CARERI, 2009; GROS, 2011; JACQUES, 2012).

Metodologicamente, diante da impossibilidade de uma abordagem inicial pela observação, optei por fazer entrevistas virtuais, com pessoas que tivessem relações

distintas com a rua (artista, pessoa que viveu em situação de rua, policial, trabalhador de escritório, imigrante etc.) como uma estratégia de construção de uma razão de série¹ que permita a rua aparecer como fenômeno a partir do questionamento situado “O que é isso, a rua, para...?”, com o intuito de revelar as conjunturas, contextos, situações que contribuem para a compreensão da rua a partir das maneiras de ser-com, de habitar a cidade. A adoção desse questionamento situado também foi uma contribuição do professor Eduardo Marandola Jr. na primeira banca de qualificação (MARANDOLA JR., 2019).

A abordagem inicial dos entrevistados se deu a partir da busca por contatos com conhecidos próximos e em *sites* de instituições – nesse último caso, sem sucesso. As entrevistas seguiram roteiros semi-estruturados de perguntas que objetivavam desvelar aspectos da relação das pessoas com as ruas. Afora o roteiro, as entrevistas foram orientadas por palavras-chave de compreensão da rua, escolhidas pelos entrevistados em momento anterior à entrevista ou logo no seu início.

Ao todo, foram realizadas duas entrevistas no período anterior à pandemia – que não foram aprofundadas ao longo da tese devido às mudanças que ocorreram na pesquisa –, nove entrevistas virtuais gravadas em áudio, das quais sete concederam cessão dos direitos dos depoimentos, desde que preservadas a identidade dos depoentes, além de duas entrevistas presenciais em meio ao período pandêmico (entrevistada sete e entrevistado dez respectivamente), mantendo todas as regras de distanciamento social orientadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), com cessão dos direitos desde que garantido o anonimato. A garantia do anonimato visava, além de proteger os participantes, a favorecer um ambiente mais descontraído para a realização das entrevistas. As duas entrevistas que mantêm a identidade dos entrevistados, foram realizadas virtualmente e foram realizadas com dois artistas: uma contadora de histórias infantis e poetisa, além de um profissional que trabalha com artes visuais. A solicitação para identificar a ambos se deu porque os dois discorreram sobre seu fazer artístico nas entrevistas ou cederam material autoral para a tese e, para preservar e reconhecer a sua autoria, sua identidade foi revelada mediante consentimento. A entrevista com um grafiteiro soteropolitano não pôde ser realizada,

¹ Sartre, ao buscar romper com a dualidade entre essência e aparência, propõe que a essência das coisas pode ser apreendida por meio da série de aparições do fenômeno. Assim, o fenômeno, ao aparecer, evidencia aspectos do universal e do singular e não se reduz a um único aparecer. Isto se dá porque o fenômeno é transfenomenal, o que implica em o fenômeno extrapolar a si mesmo, o que, para acontecer, depende das aparições do fenômeno.

pois houve muitos desencontros entre nós. No entanto, como ele respondeu à pergunta inicial sobre as palavras-chave para compreender a rua, foi incluído no quadro que apresenta as reflexões sobre tais enunciações sobre a rua, tendo sido considerado o entrevistado 0.

Cada entrevistado tem/tinha uma relação diferente com a rua e tal diversidade visou a exprimir diferentes nuances das aparições da rua enquanto fenômeno. O Quadro 1 dispõe de informações sobre os entrevistados e mais detalhes sobre a trajetória de vida deles podem ser encontradas nas próprias entrevistas, disponíveis no segundo volume, e nas reflexões propostas na segunda parte da tese, respectivamente. A figura 1, por sua vez, apresenta o local de residência dos entrevistados, ponto de partida das suas reflexões sobre as atividades cotidianas na rua.

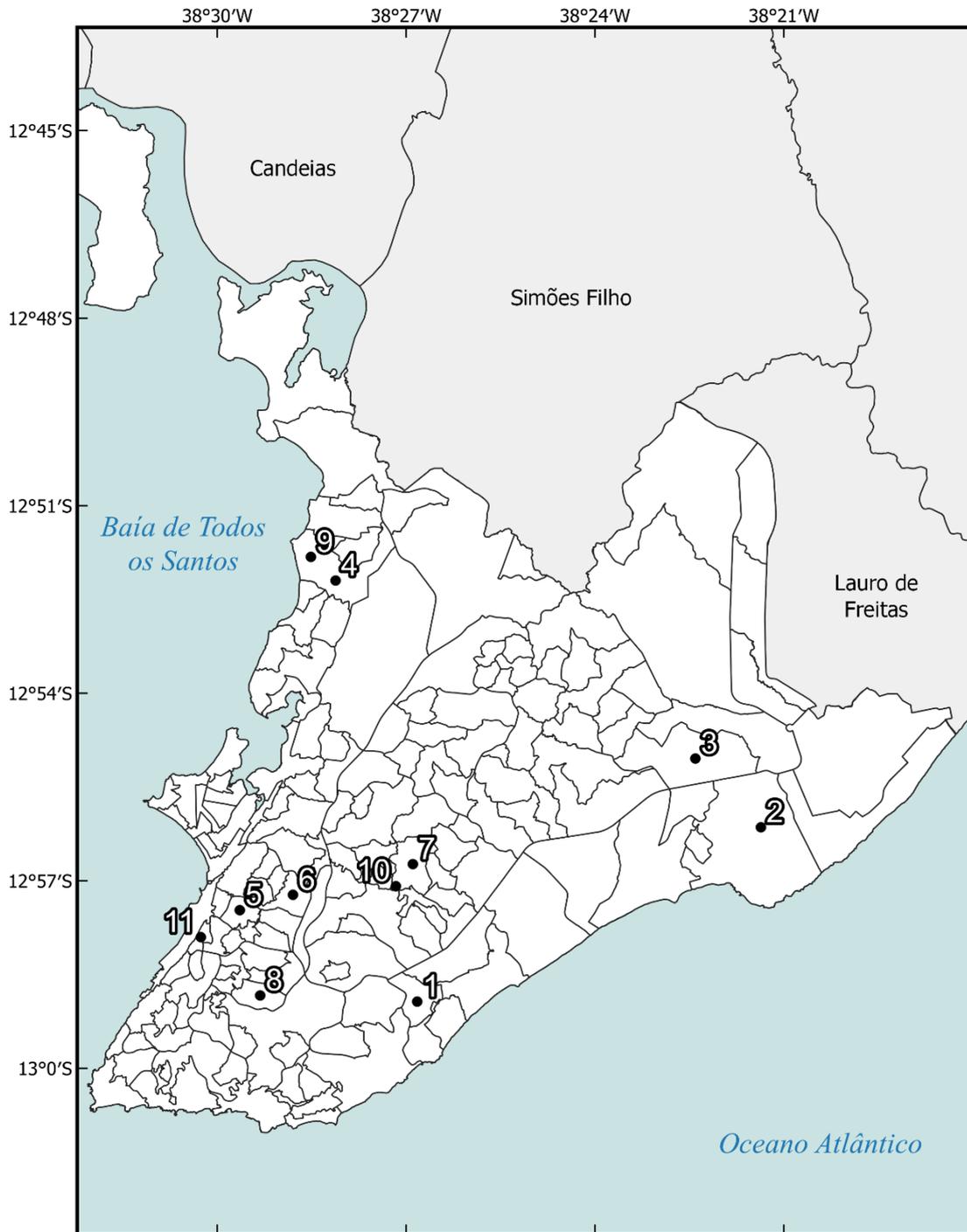
Quadro 1. Entrevistados da pesquisa

Perfil dos entrevistados					
Nº	O que é isso a rua para...	Idade	Gênero	Bairro em que reside	Tipo de entrevista
1	D. de casa	49	F	Stiep	Virtual
2	Artista de rua, contadora de histórias infantis. Rosana Moreira Silva Paulo	55	F	Itapuã	Virtual
3	Aposentada	62	F	Mussurunga	Virtual
4	Desempregada, pessoa que já viveu em situação de rua	45	F	Periperi	Virtual
5	Policial	31	F	Caixa D'Água	Virtual
6	missionário evangélico	27	M	Iapi	Virtual
7	Empregada doméstica	61	F	Beiru-Tancredo Neves	Presencial
8	Imigrante	38	F	Cosme de Farias	Virtual
9	Candomblecista	60	F	Periperi	Virtual
10	Porteiro	39	M	Beiru-Tancredo Neves	Presencial
11	Fotografia e artes audiovisuais, Pedro Mota Viana	34	M	Santo Antônio além do Carmo	Virtual

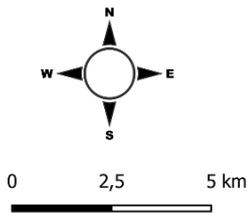
Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Elaboração: Caroline Bulhões Nunes Vaz

Figura 1. Mapa de localização do bairro de residência dos entrevistados em Salvador



- 1. Stiep
- 2. Itapuã
- 3. Mussurunga
- 4. Periperi
- 5. Caixa D'Água
- 6. Iapi
- 7. Beiru/T. Neves
- 8. Cosme de Farias
- 9. Periperi
- 10. Beiru/T. Neves
- 11. Sto. Antônio Além do Carmo



Fonte da Base: CONDER, 2017
 Sistema de Coordenada Geográfica
 Datum: WGS 84
 Elaboração: Alexandre Contreiras

Fonte: CONDER, 2017.
 Elaboração: Alexandre Contreiras

Assim, a diversidade da trajetória de vida dos entrevistados, explicitada por meio das entrevistas auxiliou a compreender a rua, por meio do contexto sócio-espacial-temporal de cada participante, seu mundo, suas possibilidades e circunstâncias (ORTEGA Y GASSET, 2010), haja vista que toda a dimensão espacial da experiência, por mais que tenha um horizonte compartilhado, é limitada às circunstâncias dos indivíduos e da própria espécie (LOWENTHAL, 1961). A Salvador dos entrevistados é e não é a minha Salvador, posto que a minha vida na cidade acontece em lugares diferentes das dos meus entrevistados. Assim, as entrevistas me apresentam, pela imaginação, por meio das descrições, outras Salvadores. Salvadores que partem de diferentes pontos de partida e de diferentes horizontes de relação com a rua: desde o lazer e diversão até a falta de escolha e alternativas.

Diante da necessidade de repensar o trabalho de campo devido à pandemia de COVID-19, as entrevistas não foram acompanhadas de registros das ruas da memória, como intentado inicialmente. Assim, não há registro em imagens das cenas descritas. Ao leitor, convido a leitura das entrevistas para que possa ver as ruas da cidade por si, pelos olhos da imaginação. Por isso, a tese, apesar de tratar de rua, apresenta poucas fotografias, a maioria das quais visa a apresentar algumas áreas da cidade que sofreram intervenção de planejamento urbano em Salvador e outras mostrando a diversidade nas formas das ruas na cidade, como uma forma de exemplificação (PINHEIRO, 2011; RAMOS, 2013; VASCONCELOS, 2016).

Ademais, a tese abarca dois mosaicos de compreensão de rua de Pedro Mota Viana que, como obra de arte, visam permanecer abertas ao leitor, como sua forma de ver a rua e a cidade. Um trabalho que se dedique a estudar as ruas de Salvador por imagens e a analisá-las foge do escopo dessa tese, apesar de ser considerado um desdobramento necessário em pesquisas futuras e que demanda um adequado preparo teórico-metodológico para essa finalidade.

As entrevistas, assim como toda a pesquisa, foram orientadas por constantes anotações em um caderno de campo, como ferramenta para a circunscrição da rua e dos fenômenos que se manifestaram no percurso e que, com maior ou menor aprofundamento, aparecem ao longo da tese. Consideramos como uma importante ferramenta de pesquisa o registro e a descrição das situações, tanto para apreender o que se manifesta ao longo do processo, quanto para superar a atitude natural, possibilitando ora um distanciamento intencional dos problemas de pesquisa ora sua retomada posterior. Dessa forma, a tese se constitui em uma mediação articulada de

pensamentos e reflexões sobre a cidade, aspirando aproximar-se da presença e dos fenômenos mesmos, articulando tanto ideias quanto eventos, especialmente por meio da intersubjetividade e das narrativas sobre a cidade e sobre a vida (BENJAMIN, 2012a; LEFEBVRE, 2006; RICOUER, 1994;1997).

Nessa perspectiva, pensamos que as experiências e situações de campo, mesmo virtuais, nos permitem apreender os fenômenos em suas manifestações e também movimentar o pensamento através da lógica dialética entre o que se mostra e o que se oculta. Estes registros e descrições contribuíram também para visualizar as relações espaço-tempo, os horizontes temporais e as dinâmicas espaciais do fenômeno em estudo.

Deste modo, entendemos o trabalho de campo como uma etapa de pesquisa que permite que nossa atenção, bem como a atenção dos agentes se voltem, como propõem Buttimer (1976) e Seamon (2017), para a esfera do mundo vivido, como uma forma de autoexame crítico e como possibilidade de tomada de consciência e de possibilidade de empatia com os mundos de outras pessoas. O acesso a esses dados pré-cognitivos se dá pela reflexão e pelo afastamento diante do mundo, valorizando: “[...] o pré-refletido, aquilo que é tido como garantido nas dimensões da experiência, os significados inquestionados e os determinantes rotineiros do comportamento” (BUTTIMER, 1976, p. 281, tradução nossa). Para Buttimer (1976), no entanto, é preciso ter cuidado ao proceder tais discussões, posto que reverberações e possíveis alienações surjam pela influência da tecnologia e também de estudos sobre a experiência que a parcelem.

Neste sentido, ressaltamos, juntamente com Lacoste (2006), que é muito importante ponderar sobre o trabalho de campo, de modo que ele seja pensado, preparado e realizado em consonância com as nossas bases teóricas e metodológicas. Para tal, Serpa (2006, p. 10) destaca que alguns cuidados precisam ser tomados para que não haja separação “[...] entre teoria e metodologia, entre os conceitos e sua operacionalização através do trabalho de campo [...]”.

Contudo, a pesquisa humanista envolve questões éticas e morais da relação do pesquisador com o mundo e, por isso, as transformações pelas quais a tese passou, diante da pandemia de COVID-19, foram norteadas pela necessidade de repensar o campo e de abrir-se para novas nuances do habitar a rua, a partir dos dilemas éticos e morais envolvidos (SEAMON, 2017).

Seamon (2017) formula a questão central para a Geografia Humanista na atualidade, a partir das ideias de Relph (2016): “como nós evocamos um compromisso solidário e emocional de modo que nossas explicações dos fenômenos geográficos sejam generosas, sinceras, acuradas e vivas?” (SEAMON, 2017, p. 163). E, assim, o autor discorre sobre os seus desdobramentos na pesquisa geográfica, emergentes desde a década de 1970, afirmando que “este modo de compreender envolve caridade, elegância, respeito e resiliência” (SEAMON, 2017, p. 163), considerando-se que se trata de uma perspectiva de estudo que almeja descrever e refletir sobre o que se manifesta e se mostra, sem impor um caminho restritivo, o que possibilita a abertura para o mundo e para os fenômenos como eles se manifestam, levando sempre em consideração as particularidades das situações e circunstâncias de pesquisa (BUTTIMER, 1976; RELPH, 2016; SEAMON, 2017). Esse compromisso ético com a pesquisa orientou as modificações no campo tomadas acima, de modo a evitar estratégias que envolvessem o contato direto com outras pessoas na medida em que fazê-lo implicaria em colocar a mim e aos outros em risco, posto que as consequências da COVID-19 para o corpo humano, mesmo nas formas leves, ainda não são plenamente conhecidas.

Diante de todas as mudanças, busquei organizar nossas reflexões de modo a contribuir para uma razão de série da rua, a partir dos fenômenos que se manifestaram (SARTRE, 2005), compreendendo a constituição e nuances da lugaridade² (RELPH, 2012) nas ruas da cidade, a partir do afastamento das pessoas da rua ou do seu habitar em risco (ou seja, do habitar a cidade livremente, já que, em tempos de pandemia, colocou-se a diante o risco de contaminação, mas também afastamento da compreensão de que habitar a rua implica em riscos e vulnerabilidades diversos, mesmo em tempos não-pandêmicos). Ademais, intentamos verificar como o tensionamento entre memória e imaginação possibilita compreender a dimensão espacial da experiência de rua e de cidade em devir.

Neste sentido, as discussões aqui realizadas são balizadas pela relação dialética entre memória e imaginação, enquanto categorias que permitem vislumbrar como a dimensão espacial da experiência orienta os pensamentos e ações dos agentes acerca do seu futuro individual, bem como as expectativas do coletivo, haja vista que

² A lugaridade é uma das características de lugar e que remete à possibilidade de estabelecimento de sentido e força de lugar (RELPH, 1976;2012) por meio da experiência espacial. Essa reflexão é aprofundada no capítulo 6.

a experiência do tempo e a possibilidade de narrá-la e os eventos estão vinculados a um horizonte de antes e um horizonte de depois (BENJAMIN, 1984; 2012a; GAGNEBIN, 1999; HEIDEGGER, 2014; HUSSERL, 2006; KOSELLECK, 2006; RICOEUR, 1994; 1997; SANTOS, M., 2012a, SERPA, 2008).

Assim, a tese busca dialogar o presente e suas protensões de passado e futuro, considerando que apenas é possível ser no presente, e se propõe a buscar elementos de convergência e divergência da experiência de rua e de cidade no âmbito da modernidade, especificamente em Salvador-BA, e seus aprofundamentos e desigualdades espaciais, propondo uma estratégia de análise do espaço-tempo alicerçada na memória e na imaginação como categorias que nos permitem transitar escalarmente nas interseções entre dimensões espaciais e temporais da experiência individual e coletiva. Neste íterim, a tese considera a memória e a imaginação como ferramentas fundamentais para se pensar um planejamento urbano que favoreça o revelar de formas não hegemônicas de habitar a cidade resistindo em meio à modernidade colonial e sua forma de planejamento amplamente difundidas (PORTO-GONÇALVES, 2013).

Compreendendo a relação entre o tempo fenomenológico, cosmológico e histórico apresentada por Ricoeur (1994; 1997), destacamos que a estrutura da tese e as reflexões presentes descortinam uma relação entre as dimensões temporal e espacial da experiência no âmbito da ciência geográfica. Neste sentido, o recorte temporal dessa investigação foi orientado pela minha experiência de mundo e de pesquisa, evidenciando as protensões temporais de antes e depois, orientadas pela manifestação dos fenômenos rua e urbano para mim, pelas implicações e pelos rebatimentos que estes têm na minha consciência e vida, servindo como fundamentação para as argumentações e para as meditações sobre o tempo na ciência geográfica, tendo por base uma perspectiva fenomenológica. Mais que a busca por uma origem primeira, causativa, dos eventos, revela-se como a busca por um “teor” e não um acontecer a ser alcançado, isto porque a busca das origens como salto benjaminiano implica em “[...] recortes inovadores que estilhaçam a cronologia tranquila da história oficial, interrupções que querem parar esse tempo infinito e indefinido [...]” (GAGNEBIN, 1999, p. 10). Assim, a modernidade se constitui como limiar do horizonte de antes, a ser buscado para compreender o habitar as cidades e a rua no mundo contemporâneo e seus aprofundamentos e consequências sociais e espaciais como limiar do horizonte de depois (BENJAMIN, 1984; GAGNEBIN, 1999).

A pesquisa, portanto, com o objetivo de identificar os sentidos da rua na modernidade, se debruçou sobre a modernidade como origem, como horizonte de antes, por entendê-la como marco de transformações significativas no mundo e que tem impactos nas maneiras como habitamos a cidade. Dentre as consequências da modernidade ressaltamos a alienação em diferentes esferas da vida, associada à perda do controle e do conhecimento dos processos em curso, dada sua velocidade, sua novidade e sua intensidade e o aprofundamento das marcas da colonialidade, em que se impõem uma racionalidade científica e de habitar o espaço, que foram objeto de escrutínio de diversos autores, entre eles Habermas (1987; 1997; 2000); Benjamin (1994; 2000; 2006a; 2006b; 2006c; 2012a; 2012b), Debord (2015), Moreira (2009), Porto-Gonçalves (2013), Mbembe (2014), Sennett (2015) e Han (2015).

Ademais, a opção pela modernidade se deu por essa ser uma interseção entre as minhas circunstâncias individuais e trajetória de vida com os processos mais amplos em curso no mundo, nos quais a rua aparece no bojo da modernidade. Por isso, a modernidade se mostra como recorte do horizonte temporal de compreensão da rua e do mundo. A modernidade enquanto contexto mais amplo sinalizou a importância da caminhada, da visão do passante, tanto como ferramenta de confronto ao *status quo* quanto de descoberta de si e da cidade (GROS, 2011 JACQUES, 2012). Assim, caminhar nas ruas é uma estratégia para compreendermos situações distintas da vida cotidiana e de desvendar a relação dialética entre público e privado e entre exterior e interior, sendo, pois, uma forma de compreender a relação que as pessoas estabelecem com a cidade (BENJAMIN, 1994; 2000; 2006a; 2006b; 2006c; 2012a; 2012b; GEHL, 2014; SPECK, 2015). Ao mesmo tempo, a modernidade também me apresenta as marcas da Salvador colonial, dos apagamentos e formas particulares de manifestação da opressão e da resistência popular (RAMOS, 2013).

As reflexões sobre a cidade e a modernidade perpassam tanto o processo de início de pesquisa, como mencionado anteriormente, quanto o processo de circunscção do estado da arte sobre rua em Geografia. Nesta etapa, objetivamos identificar os avanços e as contribuições das pesquisas feitas anteriormente, no intuito de identificar referenciais e resultados (compreensões de rua) que pudessem contribuir com o avanço das discussões a que nos propomos, bem como identificar as aberturas de caminho possibilitadas por essas pesquisas. No entanto, a plêiade de aberturas possibilitadas por essas pesquisas, que se vê a seguir, fez com que a tese permitisse um diálogo com elas, mas sem retomá-las, haja vista que isso implicaria

na realização de outras teses, aprofundando adequadamente cada um dos temas relacionados à rua.

Ao tempo em que há ampla bibliografia acerca do urbano e da cidade, são escassas as referências que colocam a rua como centro de reflexão. Por isso, a lógica de seleção, leitura e sistematização de material sobre as ruas na Geografia requereu/requer tanto ações como decisões/escolhas no intuito de cercar pesquisas sobre a temática. Reconhecemos também que há limitações para a efetivação do estado da arte no tocante ao acesso à bibliografia, posto que nem sempre estas estão em acervos de bibliotecas ou com conteúdo disponível na internet. Ademais, enfatiza-se que escapa ao escopo desta pesquisa uma revisão da rua na perspectiva da História do Pensamento Geográfico.

Colocou-se, para nós, ainda, como um desafio, o “pinçar” a rua nos diferentes trabalhos geográficos de pesquisa. Ao consultar o banco de teses e dissertações da CAPES, encontramos 294 resultados referentes às pesquisas sobre rua na área de Geografia. Nem todos os estudos elencados pela plataforma especificam nos textos de apresentação uma relação direta com o tema rua. Selecionamos, com fins práticos, as pesquisas que faziam menção direta a temas afins ao da pesquisa que aqui propomos. A rua, por vezes, é utilizada como um recorte espacial pré-definido para a realização de um trabalho de campo, no intuito de destacar processos socioespaciais em curso. Exemplos de estudos sobre a rua nesta perspectiva são abundantes, mas não nos detivemos sobre esta perspectiva. Em termos de temáticas, os trabalhos estão divididos em quatro eixos: pessoas em situação de rua (FURINI, 2003; PINTO, 2000; SANTANA, 2000; MARTINS, 2002; JUSTO, 2005; MIRANDA, 2006; 2016; PALOMBINI, 2015; RIBEIRO; 2015; ROBAINA, 2015), expressões artísticas na rua (HENRIQUE, 2005; MASSON, 2005; MOREAUX, 2013; SKULNI, 2018), comércio de/na rua (DANTAS, 1995; ANDRADE, 2014; BRUGGER, 2014; PINTO, 2015; ARAUJO, 2017) e espaço público (FERREIRA, 1999; SOUZA, 2009).

Assim, mesmo que a rua apareça como um dos elementos do trânsito escalar entre os fenômenos que deve ser efetivado nas investigações, poucos trabalhos se debruçam sobre a rua enquanto objeto de suas análises. Concordamos com Jones (2017), que, ao sistematizar pesquisas e estudos sobre a vida cotidiana na cidade, afirma que estes estudos focam nas ruas como os centros da ação da vida, mas não como objeto de estudo. A rua aparece, então, como cenário. Destacamos, no âmbito da Geografia, os trabalhos de Fleury (2004), Fyfe (2006), Carlos (2007) e Kuster e

Pechman (2014) e Yázigi (2000; 2015), que vêm nos estudos sobre a rua possibilidades de compreensão da cidade, do mundo e de suas transformações.

Diante disso, lugar e paisagem são as lentes geográficas de reflexão sobre a rua, considerando como basilares as discussões dos seguintes geógrafos: Besse (2014b), Dardel (2011), Marandola Jr. (2012; 2014), Relph (1976; 1979; 2012), M. Santos (1996) e Serpa (2012; 2013; 2015; 2017). Tais obras apontam para a necessidade de compreendermos os conceitos como formas de ver a dimensão espacial da experiência, as possibilidades de articulação e diferenciação entre os conceitos de paisagem e lugar e a gradação de lugaridade que diferentes locais assumem, considerando sempre as particularidades da experiência humana.

Em suma, a tese foi dividida em duas partes e onze capítulos que se propõem a apresentar as ideias e a construção do pensamento ao longo do processo de pesquisa. Foi a multiplicidade de discussões, de fragmentos do mundo que demandavam articulação, somada ao fato de eu ter sido lançada para fora da rua para uma quarentena que se estende por um período superior a um ano e na qual permaneço ainda hoje, que ocasionou uma cisão no processo reflexivo e que originou a necessidade de dividir a tese em duas partes: a primeira, vinculada às análises teóricas que norteiam a compreensão de rua e que corresponde a uma espécie de recuo teórico de elementos que, articulados, fundamentam as considerações sobre modernidade, recorte temporal, experiência e vivência, memória, imaginação, rua e cidade e perpassam transversalmente todo o debate proposto; e uma segunda parte, na qual a rua aparece pelos caminhos através dos quais ela chega a mim: a modernidade, as caminhadas, as narrativas, o planejamento urbano e suas significações, de modo que se faz um retorno à origem em termos benjaminianos e vai até a modernidade, por considerar que o aprofundamento da modernidade e das expropriações circunscreve estruturalmente o que é a rua e a cidade, delineando compreensões de planejamento urbano, de cidade e de formas disruptivas, alternativas de vivê-la, seja pela flânerie, pelas derivas, pelas experiências artísticas ou pelo ócio quando ele é possível no dia a dia. No entanto, a compreensão de rua que eu busco e que aparece nessa segunda parte só é possível a partir das reflexões lançadas na primeira parte.

Segue-se, então, à apresentação dos sentidos da rua, como manifestações do seu aparecer fenomênico atual, conjuntural que, em contexto mais amplo, dialoga com a dimensão estrutural do mundo em seus apareceres. Busquei dar vez e voz aos

participantes da pesquisa, mostrando suas compreensões de rua e de cidade por meio das narrativas compartilhadas entre nós nas entrevistas. Por fim, acrescentei a minha própria voz às aparições da rua, evidenciando tanto o meu cotidiano de rua e cidade quanto observações intencionais da rua feitas na Praça da Piedade, em Salvador, em um dia de final de semana e um dia de semana.

PARTE I: Como eu vejo o mundo

2. O MUNDO E A MINHA EXPERIÊNCIA

Como ela é, precisamente no que tem de limitação, de peculiaridade, o lugar acertado na imensa perspectiva do mundo.

(José Ortega y Gasset)

Para mim, é fundamental no escopo de uma pesquisa científica uma reflexão sobre método e mundo, diante da consciência da necessidade de ponderações sobre quem eu sou e o que é mundo para mim, já que isto tem um impacto na forma como conduzimos os caminhos da pesquisa. A partir da consciência da minha posição de pesquisadora e da minha trajetória de vida, optei por caminhos de método e metodologia com eles coerentes e que estejam de acordo com as minhas visões/experiências/utopias de mundo e de pesquisa e que são limitadas/possibilitadas pelas circunstâncias nas quais me encontro (LACOSTE, 2006). De modo que fica patente que a pesquisa como parte da vida é mediada pelas circunstâncias em que me encontro. A circunstância, compreendida nesses termos, é balizada pelas reflexões de Ortega y Gasset (2010), que compreende o próprio mundo como o homem e o conjunto de suas possibilidades circunstanciais. O debruçar-se sobre o mundo é um debruçar-se sobre o mundo feito de mundos, sobre circunstâncias sociais, estruturais e conjunturais, que abrem e limitam as possibilidades da ação.

Relacionando essa ideia de mundo com as ideias de Mbembe (2014), em *A Crítica da Razão Negra*, fica patente que é o conhecimento do mundo, enquanto totalidade real-abstrata da realidade humana, que norteia as suas análises sobre a humanidade e mundo, sobre sua natureza, as relações parte-todo, de “[...] como habitá-lo, o que o move, o ameaça, para onde vai, as suas fronteiras e limites, o seu possível fim” (MBEMBE, 2014, p. 300). Mbembe salienta ainda que o mundo é sinônimo de humanidade, haja vista que o mundo só é cognoscível enquanto tal por ser um mundo humano. Há um único mundo enquanto totalidade, mas que é “[...] um Todo composto por mil partes. De todo o mundo. De todos os mundos.” (MBEMBE, 2014, p. 300).

Assim, o mundo se constitui enquanto intersubjetividade e diálogo entre diversos mundos, entre os vários “eus” e as diversas “circunstâncias” individuais, permeadas pelas circunstâncias históricas e sociais, de modo que as circunstâncias conjunturais

e estruturais nos permitem compreender a posição no mundo, nossa situação (MARANDOLA JR., 2021). O mundo enquanto totalidade permite o entrecruzamento entre as conjunturas e estruturas, dado que, por mais particulares que sejam as circunstâncias e os processos econômicos, as consequências da globalização são transversais. No entanto, compreendendo o mundo enquanto totalidade, cabe ressaltar com Santos (SANTOS, M. 2012a), que os eventos não impactam da mesma maneira os diferentes territórios, e com Mbembe (2014) que um mundo de todos não implica em negar ou esconder “[...] a brutalidade e o cinismo que ainda caracterizam o encontro dos povos e das nações” (MBEMBE, 2014, p. 303), mas que é preciso compreender que, com o advento da modernidade, o encontro de povos, culturas e nações, e suas consequências, não podem ser negados.

A inexorabilidade das relações homem e mundo apresentadas por Ortega y Gasset (2010) e Mbembe (2014) se aproxima da Geografia pré-reflexiva evidenciada por Dardel (2011), que se baseia nas assertivas de Heidegger (2014), na medida em que estar lançado no mundo é um condicionante da existência. Neste sentido é importante destacar com Buttimer (1976), Sartre (2005) e M. Santos (2012a) que o ser humano enquanto projeto está lançado para o futuro como liberdade em situação e em constante construção, apontando para um habitar solidário da humanidade, para as necessidades mediadas historicamente. Assim, o humano está voltado, portanto para “[...] habitação do Aberto, de cuidado prestado ao Aberto - o que é absolutamente diferente de uma atitude que pretenda antes de mais enclausurar, permanecer enclausurado naquilo que, por assim dizer, nos é próximo” (MBEMBE, 2014, p. 305).

Neste sentido, o mundo enquanto totalidade envolve simultaneamente as dimensões espacial e temporal da experiência humana, enquanto totalidades independentes, co-determinantes e co-fundantes da existência. Afinal, o ser é marcado por sua temporalidade existencial ao mesmo tempo em que é lançado no mundo no qual a experiência de ser se exprime (HEIDEGGER, 2014). É, portanto, no âmbito da experiência de ser-no-mundo que se entrelaçam as experiências temporais e espaciais e daí advém a urgência de se considerá-la como elemento central do debate em Geografia. Em Sartre (2005), encontramos desdobramentos das ideias de Heidegger, em que o mundo se torna um mundo para o homem e que reverbera situações em que o humano está envolvido.

Desse modo, Buttimer (1976) delinea possibilidades de aproximação entre a Fenomenologia e a Geografia, especialmente nos estudos que visam a compreender

a experiência dos homens no mundo vivido, ou seja, no mundo da experiência humana, o mundo da vida. Para esta autora, as pesquisas tradicionais, usualmente positivistas, consideram o mundo como uma entidade passiva que vê desenrolar as ações humanas sem nelas exercer qualquer tipo de influência, posto que estas análises têm como uma de suas premissas centrais a separação entre sujeito e objeto, entre pensamento e ação. A autora afirma que algumas pesquisas que partiram de uma abordagem fenomenológica também apresentavam cisões da experiência de ser-no-mundo, pois “[...] tenderam a desembaraçar, a separar e categorizar diferentes tipos e níveis de experiência no espaço e no tempo” (BUTTIMER, 1976, p. 280, tradução nossa)³. Buttimer, no entanto, frisa que o mundo aparece para a consciência como “[...] uma unidade dinâmica e é experienciado de forma holística até que o pensamento reflita sobre ele” (BUTTIMER, 1976, p. 280, tradução nossa)⁴.

Mundo, mais do que uma evidência ou um ente abstrato é “o contexto no qual a consciência é revelada” (BUTTIMER, 1976, p. 281, tradução nossa)⁵. O mundo é o mundo dos fatos e relações, mas também dos valores, bens e das práticas cotidianas. O mundo se constitui na sua relação com o passado, mas se direciona para o futuro “é um horizonte compartilhado, embora cada indivíduo possa construí-lo de forma única” (BUTTIMER, 1976, p. 281, tradução nossa)⁶ de modo que o conceito de mundo vivido permite que nos tornemos cientes e possamos ser empáticos com os horizontes de mundo de outros indivíduos e com as concepções de mundo de outras sociedades, permitindo o diálogo entre diferentes modos de ser geográficos, entre diferentes matizes da dimensão espacial da experiência. É, portanto, o mundo vivido, fundamentado na dimensão espacial da experiência, a partir de uma construção intersubjetiva, que nos permite compreender os horizontes de nossas vidas individuais em meio à coletividade na qual nos encontramos. No entanto, a consciência de mundo e de entorno e a capacidade de dominá-los variam grandemente entre as diferentes pessoas (BUTTIMER, 1976).

³ Do original em inglês: *[...] have tended to disentangle, to separate out, and to categorize distinct types and levels of experience in space and time* (BUTTIMER, 1976, p. 280).

⁴ Do original em inglês: *The everyday world, however, pre-sents itself in dynamic unity, and it is experienced in a holistic way until thought begins to reflect on it* (BUTTIMER, 1976, p. 280).

⁵ Do original em inglês: *[...] is the context within which consciousness is revealed* (BUTTIMER, 1976, p. 281).

⁶ Do original em inglês: *it is a shared horizon, though each individual may construe it in a uniquely personal way* (BUTTIMER, 1976, p. 281).

Neste sentido, a tese buscou possibilitar o encontro entre a compreensão de rua a partir de diversos mundos e circunstâncias dando vez à diversidade e às situações que delineiam a compreensão de rua dos entrevistados. Assim mirou-se na rua como fenômeno e no destrinchar da pergunta “o que é isto, a rua, para você?” Isto porque, perguntar o que é rua para a pessoa envolve a descoberta de uma rua situada e contextualizada e que permite o revelar das conjunturas individuais bem como salienta nuances das estruturas do mundo, confluências e divergências da compreensão de rua na pesquisa.

Para Buttimer (1976), é na esfera do cotidiano que o mundo vivido deve ser compreendido em seus diferentes ritmos espaço-temporais (som e cheiro, luz e escuridão, temperatura, movimento/pausa) e estudado a partir de diferentes configurações espaço-temporais intencionalmente elaboradas pelos pesquisadores, no intuito de apresentar as suas variações e relacioná-las com o meio (*milieu*) em que se encontram, compreendendo as escolhas individuais. Assim, para a autora, o fato de estarmos cientes ou esclarecidos da dinâmica espaço-tempo, não como algo dado *per se*, mas como parte do mundo que construímos e nos envolvemos, pode permitir que tenhamos decisões mais conscientes e sábias acerca do entorno em que vivemos.

Por isso, é importante sublinhar que o processo de pesquisa envolveu uma responsabilidade e o respeito às particularidades das situações e circunstâncias de investigação, porquanto a pesquisa envolve não apenas um desvelar da dimensão espacial da experiência, mas sim entrelaçamentos entre o “meu mundo” de pesquisadora e os diversos mundos dos agentes que participam da pesquisa, evidenciando uma interseção entre mundos diferentes que habitam o mesmo mundo. (BUTTIMER, 1976; RELPH, 2016; SEAMON, 2017 LIMA-PAYAYÁ, 2020). A opção pelo termo agente foi feita considerando os apontamentos de Vasconcelos (2016), que debate a utilização dos termos ator, agente e sujeito nas pesquisas em ciências humanas e sociais. Ademais, a opção pelo termo reconhece a importância da discussão sobre a necessidade da radicalidade da fenomenologia na consideração da relação entre pesquisador-pesquisado, sujeito-objeto, feita por Lima-Payayá (2020), com base em Levinás, haja vista que o “outro” é anterior às formas de conhecer e até a minha própria consciência dele. Certamente, qualquer tentativa de radicalização da perspectiva sujeito-objeto na geografia busca evidenciar naqueles que participam da pesquisa a humanidade que nós mesmos temos.

É compreendendo a pesquisa como um encontro de mundos que envolve a realidade em sua complexidade que reconheço a importância das ideias de Feyerabend (2011) para a pesquisa, uma vez que o autor alerta para as limitações de compreensão do real que são patentes aos diferentes métodos científicos e às diferentes formas de ver o mundo a eles associadas. Para o autor, mais vale transitar entre diferentes métodos, cientes das possibilidades e limitações de cada um deles, do que percorrer todo o caminho de pesquisa seguindo os parâmetros de um único método que, por vezes, é tarefa árdua e infrutífera. Assim, é importante tomar parte dos métodos e de suas estratégias em diferentes etapas da pesquisa de forma consciente. Ademais, reconhecer que os métodos apresentam limitações não nos exime de meditar sobre os caminhos do pensamento e sobre a necessidade de tomada de decisão, optando por percursos e estratégias condizentes com o nosso referencial teórico e metodológico (LACOSTE, 2006; SERPA, 2006).

Notadamente, as nossas incursões se baseiam na dialética e na fenomenologia que, dispostas em diferentes etapas da pesquisa, com estratégias metodológicas adequadas, nos permitem visualizar e compreender os fenômenos e suas contradições, de forma mais ampla, contemplando diferentes parcelas do real (FEYERABEND, 2011; SERPA, 2006; 2007a; 2013).

A fenomenologia nos instiga a construir reflexões científicas a partir de outros parâmetros e, num estágio inicial, a própria possibilidade de conhecer é posta em questionamento e é revisitada, no intuito de permitir o acesso a conhecimentos seguros, a partir da redução fenomenológica. Esta, enquanto uma etapa do método, visa ao afastamento intencional do mundo para que possamos, ao confrontar e recusar a atitude natural, nos aproximar das coisas mesmas, libertando os fenômenos das transcendências em geral que dificultam a sua apreensão (HUSSERL, 2000). É importante reconhecer que, para alguns filósofos e pesquisadores, mais importa uma atitude fenomenológica radical, na forma de uma radicalização da intencionalidade diante do mundo, do que seguir o método fenomenológico com rigor (BUTTNER, 1976; KAHLMEYER-MERTENS, 2017; HEIDEGGER, 2014).

Para Buttner (1976), a contribuição de uma abordagem fenomenológica na Geografia pode desvendar dimensões involuntárias, não planejadas e inconscientes de experiências no mundo. Baseada nas leituras de autores como Schutz e Luckmann (1973), a autora afirma que “não deveriam existir conflitos entre modos de ser e de conhecer. A fenomenologia nos convida a explorar algumas das condições

unificadoras e das forças na experiência humana do mundo” (BUTTIMER, 1976, p. 280, tradução nossa)⁷.

Serpa (2014), dissertando sobre método em Geografia, aponta para a necessidade de superarmos a lógica formal nas pesquisas, pois, na perspectiva deste autor, a permanência na lógica formal leva à prevalência de representações do real, enquanto ideologia, ao invés de auxiliar no desvelar do mundo e dos fenômenos. Assim, a lógica dialética nos permite colocar o pensamento em movimento e a ter visão de processo ao longo da pesquisa, assumindo importância central para superar as barreiras da lógica formal por permitir colocar as contradições em relação e em movimento (LEFEBVRE, 1991).

Concordando com as reflexões acima expressas em oportunidades anteriores (VAZ, 2016), entendemos que uma atitude fenomenológica radical é indispensável para a pesquisa, por permitir a superação da atitude natural e por possibilitar que a consciência se direcione aos fenômenos livre de preconceitos e prejuízos. Deste modo, ao nos direcionarmos para o mundo, e para as coisas mesmas, podemos revelar elementos da dimensão espacial da experiência e, em especial, dos agentes desta pesquisa e de suas experiências com/na rua e com/na cidade e seus significados. A manifestação do fenômeno, quando este se mostra, desvela as suas contradições e possibilita o movimento do pensamento e seu avanço.

Os escritos de Serpa (2006; 2007a; 2013) dão pistas de como efetivar a aproximação entre dialética e fenomenologia, apontando que as contradições entre elas, desde que conscientemente situadas em momentos diferentes da pesquisa, não a inviabilizam. Para Serpa (2013, p. 169) “a fenomenologia não exclui a contradição da razão dialética, justamente porque busca romper a familiaridade com o mundo para apreendê-lo e revelá-lo como paradoxo” (SERPA, 2013, p.169). O autor afirma ainda que os dois métodos:

[...] podem funcionar como estratégias complementares, buscando-se sempre a construção da síntese agente-objeto, própria ao ato de conhecer, ora utilizando-se da história enquanto categoria de análise, ora buscando-se intencionalmente abstrair a historicidade dos fenômenos, visando à explicitação de sua “essência” (SERPA, 2007a, p.20).

⁷ No original em inglês: *There should be no inevitable conflict between ways of being and ways of knowing. Phenomenology invites us to explore some of the unifying conditions and forces in the human experience of world* (BUTTIMER, 1976, p. 280).

Ademais, autores de obras clássicas na fenomenologia também se apropriam da dialética para desenvolver seus argumentos, tornando palpável a possibilidade de sua associação, ainda que os caminhos trilhados pelos autores e suas finalidades sejam distintos (SARTRE, 2005; MERLEAU-PONTY, 2009; BACHELARD, 2012)⁸.

Se, por um lado, Serpa (2006; 2007a; 2013) busca fazer uma reflexão sobre as possibilidades de aproximação filosófica entre os métodos, encontrando, em autores da Filosofia e da Geografia, pontos de aproximação entre essas diferentes perspectivas epistemológicas, Ferretti (2019) e Ferretti e Jones (2018) evidenciam, no âmbito da Geografia, as conexões e diálogos realizados entre Anne Buttimer – uma das mais proeminentes geógrafas humanistas – com autores da geografia radical, entre eles, Milton Santos.

Nas trocas de cartas entre Buttimer e Santos, apresentadas por Ferretti (2019) e Ferretti e Jones (2018), o que fica provada é a existência de interesses e temas comuns entre os geógrafos, a ponto de se prontificarem a colaborar mutuamente em pesquisas. Neste sentido, ainda que não haja um debate explícito entre os autores acerca dos limites e fronteiras entre os métodos, o que fica patente é o interesse em tratar dos temas geográficos a partir de diálogo e contradições. Enquanto interlocutores, confidenciaram expectativas e até certo pessimismo com os rumos das pesquisas geográficas publicadas em importantes revistas, como o *Annals of American Geographers*.

Portanto, é na possibilidade de compreender diferentes nuances do real, colocando conjunturas e estrutura em relação que a dialética e a fenomenologia

⁸ Diante da história da filosofia há diferentes possibilidades de compreender a realidade e de operar o pensamento com esta finalidade. Com a dialética, não poderia ser diferente, posto que esta pode ser compreendida numa perspectiva ideal, referindo-se primordialmente à consciência e o funcionamento do pensamento precedendo à vida (Hegel), ou em perspectivas mais materialistas, estabelecendo que a vida precede à consciência e as leis de funcionamento da história e da natureza (Marx e Engels) (TREIN, 2016). Diante dos impasses acerca da dialética, Trein (2016) indica elementos para compreensão da dialética e seus avanços em Hegel e Marx considerando as reflexões de inúmeros autores, entre eles, Lefebvre e Sartre. Para um debate sobre as diferenças entre a dialética hegeliana e marxista em Geografia ver Quaini (2002). É interessante lembrarmos que as articulações entre métodos entre os dois autores estão relacionadas às compreensões e visões de mundo que estes têm e da compreensão que fazem dos processos históricos tendo em vista que os três autores viveram em períodos de grandes turbulências e transformações histórica e científica: a primeira e a segunda grandes guerras mundiais e o avanço da terceira revolução industrial que implicaram inúmeras mudanças nas relações sociais e na produção científica. Ressaltamos que foge ao escopo deste trabalho discorrer exaustivamente sobre os pontos de aproximação e divergência entre os autores, pois esta tarefa incorreria na realização de outras teses. Para compreender mais sobre a aproximação entre Lefebvre e a fenomenologia ver Serpa (2019). Para compreender mais sobre a questão da dialética em Lefebvre ver Costa *et al* (2014). Para ver as relações entre Sartre e o marxismo ver Sartre (2002), Viana (2008), Donizete (2016) e sobre a dialética de Sartre ver Bettoni (2001). Sobre a dialética em Bachelard ver Bachelard (1978) e Vazquez (1998).

podem se relacionar enquanto formas de ver o mundo e suas transformações. Na tentativa de compreender essas relações, o processo de confecção de artesanato pode ser um exemplo esclarecedor, pois é um processo situado que exige simultaneamente a noção da conjuntura (o ponto-a-ponto) e da estrutura (o vir-a-ser da peça). Assim, para compreender como uma pessoa que faz crochê tem a visão do todo, ela precisa imaginar como o trabalho final será, ao mesmo tempo em que deve desvendar as conjunturas, em suas situações específicas, fazendo-as ponto-a-ponto. Precisa, portanto, ter a noção daquilo em que um dado arranjo de pontos se transformará pela configuração específica dos pontos. É vital, assim, ao mesmo tempo uma visão ampla tanto da conjuntura quanto da estrutura, ou seja, dos nexos situacionais e das particularidades que fazem o elo do trabalho manual que está sendo desenvolvido.

Daí a importância de desenvolver formas de raciocínio que permitam transitar entre o todo e a parte e que permitam, portanto, transitar entre as dimensões espaciais e temporais da experiência, visibilizando processos amplos e suas particularidades conjunturais, como, por exemplo, a obra de M. Santos (2012a), que explicita as transformações nos “meios” ao longo do tempo e refletindo sobre as suas particularidades conjunturais.

Tal compreensão entre todo e parte, entre universal e particular apresenta inúmeros desafios, especialmente devido à dificuldade de apreender o mundo mais próximo da presença, ou seja, de como ele se mostra, do que revela de ideologias, ou, como prefere Lefebvre (2006), da ausência. Neste sentido, a prevalência do espetáculo e do mundo de imagens, como propõe Debord (2015), evidencia a primazia da separação e da compartimentação em detrimento da compreensão da realidade enquanto totalidade.

Confrontando-se essas reflexões com a obra de Sennett (2015), é no âmbito do raciocínio artesanal, que envolve o conhecimento de toda a peça, de sua idealização ao final, que as pessoas podem localizar e mapear as situações sociais que se apresentam a elas. Todavia, em um mundo em que as pessoas deixam de ter contato com essa produção manual, fica cada vez mais difícil desenvolver esses nexos que exigem grande abstração, enfatizando-se mais uma vez as cisões, separações e compartimentalizações da realidade ao invés de uma compreensão e da apropriação do mundo e de seus fenômenos de forma consciente. Neste sentido, M. Santos (2012a, p. 224) enfatiza que a dedicação das pessoas a atividades parcelares dificulta

os “[...] homens de nosso tempo de se avaliarem corretamente e, mesmo, de saber, plenamente, o que realmente são. A atual divisão do trabalho, entre indivíduos, empresas, instituições, tem como base essa aceitação da alienação”. Esses processos de alienação, como apontam Benjamin (1994; 2000; 2006a; 2006b; 2006c; 2012a; 2012b) e Moreira (2009), ocorrem em paralelo a uma transformação de compreensão do que é o ser humano e da relação entre homem e mundo, com mudanças na experiência de tempo e espaço.

3. TEMPO: REFLEXÕES GEOGRÁFICAS E FILOSÓFICAS

Alguém pode ler muito, talvez tudo da filosofia dos dois últimos séculos - De Kant e Hegel a Bergson e James, de Husserl e Heidegger a Derrida e Deleuze - como uma série de meditações sobre uma questão: o tempo é contínuo ou disruptivo? Ele é um fluxo ou é puntiforme? O cerne da questão, sob a qual qualquer resposta coerente depende é o *status* do instante: é ele apenas uma fase no movimento contínuo do tempo? Ou é ele uma cisão decisiva no fluxo do tempo, alguma coisa que traz o próprio tempo a uma parada - pelo menos momentaneamente?⁹

(Edward Casey)

A preocupação com o espaço e o tempo remonta à Grécia Antiga, onde pensadores buscavam compreender a natureza do mundo e do próprio homem (LENCIONI, 2014). Tal preocupação permanece importante nos dias atuais, posto que não apenas conformou, mas também consolidou a Geografia e a História enquanto disciplinas científicas de modo que recorrentemente se associa a Geografia ao estudo do espaço e a História à reflexão sobre o tempo.

A inevitabilidade das reflexões sobre tempo e espaço e sobre os limites e relações entre os diferentes campos científicos no âmbito das humanidades instigou notáveis pensadores brasileiros a debaterem o tema na mesa-redonda intitulada “O tempo na Filosofia e na História” que foi organizada pelo Grupo de Estudos sobre o Tempo na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP) em maio de 1989. Na ocasião, participaram do debate Maria Helena Oliva Augusto, José Carlos Bruni, Raquel Glezer e Milton Santos (AUGUSTO; BRUNI; GLEZER; SANTOS, 1989). À época, os pesquisadores buscavam pensar sobre as estratégias disciplinares em termos conceituais e de método de reflexão sobre a temporalidade que “[...] permitem a percepção fundamental da interpenetração entre ‘natureza’ e ‘sociedade’.” (AUGUSTO, 1989, p. 2), na medida em que o tempo pode ser entendido como símbolo e referência das relações firmadas nas sociedades, marcadas pela mutabilidade das relações estabelecidas:

⁹Do original em inglês: *One can read much, perhaps all, of the philosophy of the last two centuries—from Kant and Hegel to Bergson and James, from Husserl and Heidegger to Derrida and Deleuze—as a series of meditations on this one question: Is time continuous, or is it disruptive? Does it flow, or is it punctiform? The crux of the question, upon which any coherent answer depends, is often the status of the instant: Is it just a phase in time’s ongoing movement? Or is it a decisive cut in time’s streaming, something that brings time itself to a dead halt—at least momentarily?* (CASEY, 2017, p. 19)

[...] considerando-se que esses processos se alteram e, em consequência, a relação que mantêm entre si, pode-se afirmar que a experiência dos acontecimentos vividos pelos homens não é fixa: houve no passado e continua havendo no presente alterações em seu significado. Constata-se, por um lado, que a ideia de tempo é sempre relacional e, por outro, que o tempo não existiria num mundo onde não houvesse homens e seres vivos (AUGUSTO, 1989, p. 2)

Deste modo, as reflexões apresentadas na mesa expressam um panorama amplo e didático acerca das articulações e dos distanciamentos entre as disciplinas e os seus fundamentos. Bruni (1989), fazendo um panorama do tempo na história da filosofia, mediando sua compreensão sobre movimento do tempo e eternidade, confere a Platão as reflexões mais bem elaboradas sobre o tempo na Grécia Antiga, haja vista que este conferiu uma visão negativa ao tempo, posto que se identificava com o mundo sensível e com aquilo que é passageiro, limitado, voltado para a morte, opondo-se, portanto, à eternidade e à perfeição. Aristóteles aumentou o prestígio das reflexões sobre o tempo, pois tornou o movimento, no qual a temporalidade se manifesta, objeto da ciência.

Bruni ressalta que as reflexões modernas sobre o tempo remontam aos gregos. A compreensão do tempo no fluxo entre passado, presente e futuro e como este se manifesta tem sua base nos estóicos, tendo sido uma problemática amplamente debatida no século XX, “[...] com Husserl e a fenomenologia, toda uma ideia fundada na Teoria do Campo do Presente”, baseado na ideia de presentificação, ou o *Aion* estoico (BRUNI, 1989, p. 6).

A dualidade entre tempo e eternidade marca toda a filosofia cristã medieval, na qual o tempo, especialmente na filosofia de Santo Agostinho, passa a ter conotação positiva tanto no avançar da história da humanidade, quanto no que se refere aos indivíduos, de modo que a “salvação” englobasse a humanidade e o indivíduo enquanto projetos divinos. É com Hume que o tempo retorna à centralidade do debate depois de ter sido deixado à margem pelos renascentistas voltados para a questão da razão. Segundo Bruni (1989), para Hume, o tempo é o elemento norteador da compreensão humana dos eventos e do conhecimento, posto que todos os eventos e elementos se articulam em uma sucessão temporal. Assim, ocorre “[...] a introdução da questão da temporalidade no interior mesmo da questão do conhecimento” BRUNI, 1989, p. 11), que será aprofundada por Kant na medida em que o tempo precede os

acontecimentos sendo qualificado pelo sujeito do conhecimento, já que é a partir do tempo que se pode pensar a história.

Em Kant, tanto o espaço quanto o tempo não são conceitos, mas “[...] formas a priori da sensibilidade. O tempo é mais importante do que o espaço porque o espaço, para subsistir, isto é, para permanecer espaço, precisa estar dentro do tempo” (BRUNI, 1989, p. 12). Assim, para Bruni (1989), os pensadores que sucederam a Kant buscavam justamente compreender como a história se desenrola de modo que sua evolução pudesse ser explicitada.

A novidade seguinte para a filosofia, em termos de reflexão sobre o tempo, é o aprofundamento do entranhamento do tempo no humano, como proposto por Heidegger, porque:

o tempo vai deixar de ter essa característica externa, física, meio espacial, onde ocorrem coisas ‘lá fora’, categoria desqualificada porque associada ao mundo da corrupção, da geração, da morte e alguma coisa mais ou menos ligada ao pecado, para se interiorizar cada vez mais e passar a significar a própria essência do homem (BRUNI, 1989, p. 14).

No curso do debate – apesar da variação de importância atribuída por diferentes pensadores e disciplinas – enquanto dimensões da experiência humana, tempo e espaço são inseparáveis, estando didaticamente separados para permitir o aprofundamento das reflexões sobre o mundo sem incorrer em considerações apressadas e superficiais. No entanto, tanto a História trata de fenômenos espacializados quanto a Geografia enfrenta a necessidade de fazer recortes temporais. Ao tempo em que Glezer (1989) aponta para as rupturas e para a não linearidade dos processos históricos, M. Santos (1989) entremostra as reflexões que aprofundará na obra *A Natureza do Espaço*, na qual defende que a Geografia é uma ciência do presente, devendo considerar os fenômenos a partir do tempo presente.

Para tal - longe de associações e ilações sobre a filiação do pensamento de Milton Santos, amplamente realizadas na Geografia brasileira que, segundo o próprio Milton Santos, mais buscou enquadrar o seu pensamento a esta ou aquela doutrina de pensamento (SANTOS, M., 2000) - o autor menciona que a sua base de reflexão sobre o tempo se alicerça nas ideias de Heidegger de tal modo que compreende o tempo, como fenômeno social:

Parafraseando Heidegger, para quem sem o homem não há tempo, é desse tempo do homem, do tempo social contínuo e descontínuo, que não flui de maneira uniforme, que temos de tratar. E é por aí que se vê que esses diversos tipos de tempo convergem e divergem. Convergem na experiência humana e divergem nas análises (SANTOS, M., 1989, p. 20).

Deste modo, para entendermos porque Milton Santos chama a Geografia de ciência do presente, levando essa consideração para o cerne de sua obra-prima, e para compreendermos as possibilidades de abertura e conexão entre diferentes formas de pensar e fazer Geografia, precisamos compreender um pouco mais sobre as reflexões heideggerianas de tempo, haja vista que o autor faz uma virada na compreensão de tempo em toda a Filosofia.

Husserl, fundador da Fenomenologia e no qual Heidegger se inspirou, parte da consciência de tempo, criticando as abordagens científicas (positivistas) acerca do tempo e recusando qualquer perspectiva subjetivista (psicológica) sobre este. Neste ínterim, a compreensão husserliana de tempo está intrinsecamente relacionada a seu transcurso na consciência. Importa, pois, como as transcendências de tempo aparecem e se constituem na consciência:

Todo agora de vivido, mesmo o da fase inicial de um vivido que acaba de surgir, tem necessariamente seu horizonte do antes. Mas este não pode ser, por princípio, um antes vazio, uma forma vazia sem conteúdo, um nonsense. Ele tem necessariamente a significação de um agora passado, que capta nessa forma um algo passado, um vivido passado. Todo vivido recém iniciado é necessariamente antecedido no tempo por vividos, o passado de vividos está continuamente preenchido. Todo agora de vivido tem, no entanto, também seu necessário horizonte do depois, e tampouco este é um horizonte vazio; todo agora de vivido, mesmo que seja o da fase final de duração de um vivido que cessa, se altera necessariamente num novo agora, e este é necessariamente um agora preenchido (HUSSERL, 2006, p. 186-187, grifos do autor).

[...] não como um *dado* da consciência, mas como vivência da própria consciência enquanto tal [...] Desse modo, as vivências [de tempo] dizem respeito à realidade enquanto representada, intuída e conceitualmente pensada, ou seja, antes de qualquer dado objetivamente dado à consciência. (BILIBIO, 2005, p. 81)

Bilibio (2005) reflete sobre as possibilidades de aproximação entre as concepções heideggeriana e husserliana de tempo, posto que ambos viram, como

fundamental, na constituição de sua filosofia, a necessidade de se esclarecer que a experiência humana é temporal e que o tempo é um dos seus elementos constituintes:

E, tanto para Heidegger quanto para Husserl, é através do tempo que se dá a unificação das experiências que o existente tem do mundo. Ambos apresentam o existente humano como sendo constituído pelo tempo. E, além disso, tanto em um quanto em outro o tempo é o fundamento a partir do qual se apoia a estrutura, por um lado do ser-no-mundo (Heidegger) e por outro a subjetividade do eu transcendental (Husserl) (BILIBIO, 2005, p. 82).

Deste modo, tanto para Husserl quanto para Heidegger, o ser fenomenal só existe no presente, pois o passado e o futuro aparecem como “projeções” da existência de modo que o tempo não pode ser compreendido “[...] como um fluxo ininterrupto e irreversível de agoras, os quais se deslocariam do futuro para o passado” (BILIBIO, 2005, p. 79). Precisamos destacar ainda que Heidegger dá encaminhamentos filosóficos distintos para a fenomenologia: por um lado, Husserl descreve a fenomenologia como uma possibilidade de conhecer, enquanto Heidegger abandona o transcendentalismo e, assim, a concepção original da fenomenologia proposta por Husserl (ELLIOT, 2005).

Diante disto, Elliot (2005) argumenta que, apesar das divergências, existem afinidades entre os dois autores, tendo em vista que ambos consideram a fenomenologia uma possibilidade de unificação da experiência humana de superação da dualidade kantiana. Essa aproximação gera encaminhamentos distintos para a filosofia dos autores, pois Heidegger, ao romper com o pensamento de Husserl, se volta para a facticidade do mundo, para as relações entre a filosofia e a poesia, para a estética, adotando uma crítica à ênfase no conhecimento proposta por Husserl e à pequena contextualização que faz da sua proposta fenomenológica dentro do panorama filosófico mais amplo.

Para Heidegger, é o presente que permite a manifestação da presença do ser-no-mundo, justamente porque o presente é compreendido como o nexos entre passado e futuro. Nas palavras de Bilibio (2005, p. 80, grifos do autor):

Desse modo, o *Dasein*, enquanto *ser-no-mundo*, somente pode ter a experiência de mundo, por ser ele mesmo, de certa forma, remetido, lançado temporalmente neste mesmo mundo. Sendo menos preciso, em termos heideggerianos, não somente a subjetividade humana é

em si mesma temporal, mas a objetividade do mundo à nossa volta é delimitada e condicionada por este caráter temporal.

Heidegger reflete sobre o tempo por meio de uma abordagem fenomenológica, partindo da existência humana e de sua finitude, haja vista que a existência humana é constituída de um caráter temporal e que o tempo se transforma tanto no sentido do ser quanto no seu horizonte de compreensão. A temporalidade (*Zeitlichkeit*) é o horizonte transcendental operacionalizável que permitiria compreender a temporareidade (*temporalität*) (BILIBIO, 2005).

Para Heidegger, a temporalidade marca o ser de tal modo que orienta toda a sua existência. O ser que busca a experiência com propriedade, que se preocupa com o mundo, que se lança no mundo e que vê a inexorabilidade da morte como horizonte final só é capaz de agir e pensar na direção desses elementos porque se orienta pela temporalidade (HEIDEGGER, 2014; SAFRANSKI, 2019). Heidegger aponta distinções entre o modo de tempo das ciências naturais e o modo de tempo das ciências históricas, denotando que “a ciência histórica, para ser rigorosa ao modo de descrever os fenômenos de seu campo de investigação, necessita compreender os dados históricos de um modo que não seja quantitativo, mas qualitativo, que não seja homogêneo, mas heterogêneo” (KIRCHNER, 2012, p, 135). Neste sentido, o cuidado dos que se debruçam sobre o ser-no-mundo deve ser o de não objetivar e nem cair no senso comum, na medida em que ambas as situações contribuem para a dissimulação dos fenômenos e não de seu revelar, haja vista que o ser como abertura se encontra na tensão entre a distração e o mostrar-se, calcado na atenção, ambivalência que se apresenta no cotidiano (HEIDEGGER, 2014).

O ser-no-mundo, existente diante em um horizonte temporal, implica na compreensão de que a vida é temporal e, portanto, histórica, estando as marcas dessa temporalidade inscritas no processo de lançar-se do homem no mundo, atribuindo sentido, valores e significados ao mundo, e que se constitui no processo de lançar-se, preocupar-se e viver com propriedade (intensidade e verdade), tendo em vista a sua finitude (morte) como elemento inaugural e final da temporalidade. Portanto, Heidegger visava a um processo de presentificação, entendendo que a compreensão do passado e do futuro se dá enquanto protensões da temporalidade humana em sua existência (KIRCHNER, 2012; HEIDEGGER, 2014; SAFRANSKI, 2019).

É no âmbito do debate entre as diferenças entre as formas como as ciências naturais e históricas concebem o tempo que podemos entender as possibilidades de articulação não só entre compreensões do tempo, mas também de referenciais de pesquisa diversos. Neste sentido, Paul Ricoeur (1997) compreende que as divergências das análises sobre o tempo se baseiam na dualidade entre subjetividade e objetividade que as norteia. Em *Tempo e Narrativa - Tomo III* (RICOEUR, 1997), o autor discorre acerca dos problemas entre concepções de tempo, sempre vinculadas a falhas e aporias, suscitando reflexão ao longo de toda a história da Filosofia. Inicialmente, Paul Ricoeur vincula a contraposição das concepções de Aristóteles e de Agostinho ao seguimento das meditações filosóficas acerca do tempo, indicando suas limitações e potencialidades.

Por um lado, a compreensão aristotélica, para o qual o tempo é movimento, calcada na Física, e, por outro lado, a concepção agostiniana, vinculada à consciência interna de tempo, de modo que se para Aristóteles o presente é um instante situado, um “ponto” do correr do tempo, cuja distinção não importa, para Agostinho é o presente que confere sentido e significado ao passado e ao futuro. “O passado só é anterior e o futuro só é posterior a um presente dotado da relação de sui-referência, atestada pelo ato mesmo de enunciação” (RICOEUR, 1997, p. 29)

A tradição de reflexão sobre o tempo originada em Aristóteles, que tem como um dos seus principais expoentes Kant, culmina no que podemos chamar de tempo cosmológico, enquanto a tradição Agostiniana, reverberada por Husserl e Heidegger, desemboca na compreensão fenomenológica de tempo. É o vislumbre das interfaces que o faz afirmar que “[...] não se pode pensar o tempo cosmológico (o instante) sem sub-repticiamente trazer de volta o tempo fenomenológico (o presente) e reciprocamente”. (RICOEUR, 1997, p. 156). Daí, a intenção de Ricoeur de articular as duas abordagens - consideradas por Casey (2017) como uma antinomia filosófica - a partir do tempo histórico e da narrativa, tendo em vista que é a dimensão da experiência dos indivíduos e da sociedade que permite a articulação do tempo em suas diferentes abordagens.

Para construir suas reflexões sobre a narrativa e a articulação entre as compreensões de tempo, Ricoeur (1994; 1997) recorre à proposta feita por Koselleck (2006) para compreensão do tempo histórico. O objetivo deste autor era o de compreender a constituição do tempo histórico presente a partir do passado e do futuro. Para tal, Koselleck baseia suas ideias na possibilidade de entrecruzamento

entre passado e futuro a partir das categorias de experiência e de expectativa, ambas consideradas no âmbito de seu rebatimento temporal, posto que são entendidas como a terminologia antropológica de passado e futuro, mas sem considerar a dimensão espacial da experiência. Para Koselleck (2006), a história como a temos hoje é um dos principais avanços da modernidade, dado que a compreensão do tempo histórico, enquanto tensão entre experiência e expectativa, permite a orientação do humano em termos de compreensão dos acontecimentos, bem como no que se pode esperar para o devir.

Na sua concepção de experiência de tempo, o autor afirma que esta é espacial - mas não no sentido de articulada ao espaço como o entendemos na Geografia, enquanto instância social de acordo com a proposta miltoniana (SANTOS, M., 2012a) -, haja vista que apresenta alcance e abrangência específicos, articulando simultaneamente diferentes tempos, sem compreender um antes e um depois:

[...] não existe uma experiência cronologicamente mensurável — embora possa ser datada conforme aquilo que lhe deu origem —, porque a cada momento ela é composta de tudo o que se pode recordar da própria vida ou da vida de outros. Cronologicamente, toda experiência salta por cima dos tempos, ela não cria continuidade no sentido de uma elaboração aditiva do passado (KOSELLECK, 2006, p. 311).

Para o autor, a experiência engloba o “passado atual” que implica o período em que os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados, por isso a história “[...] é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias” (KOSELLECK, 2006, p. 42).

Assim, a narrativa é um dos elementos que humaniza a experiência temporal humana permitindo o compartilhar de acontecimentos e experiências diversas de modo que qualquer narrativa e qualquer história só são possíveis no presente.

[...] A atividade de narrar uma história e o caráter temporal da existência humana (é) uma correlação que certamente não é acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural. Ou, em outras palavras: que o tempo torna-se humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição de existência temporal (RICOEUR, 1994, p. 85).

A narrativa em sua tripla *mimesis* permite configurar e reconfigurar os acontecimentos, articulando-os em sua diversidade. Ao narrar, o humano se apodera de si, dando sentido à sua existência individual e compreendendo o seu tempo histórico, ou seja, dando sentido à sua existência coletiva, não sendo, portanto, um espelho dos eventos, mas enquanto articulador da experiência humana se constrói em retorno constante ao que se passou transformando a um só tempo a si e a dimensão do vivido a que se refere (REIS, 2006; RICOEUR, 1994)

Neste sentido, podemos fazer uma aproximação com as ideias de Benjamin (2012a) porquanto se compreende a história como sendo formada por narrativas de experiências alheias que lhes permite compreender os acontecimentos a partir do fio condutor escolhido por alguém. Pois, se em Ricoeur a narrativa aparece como mediação e articulação entre diferentes compreensões do tempo como mediador da experiência, em Benjamin, a narrativa não apenas permite contá-las, mas corresponde também a um estilo estético, possibilitando que o que é contado permaneça aberto como algo novo (GAGNEBIN, 1999).

A narrativa, portanto, é uma representação nos termos lefebvreanos (LEFEBVRE, 2006) que permite a construção de memórias, já que “[...] a recordação só existe na intersecção entre um acontecimento, palavras, signos e imagens” (MBEMBE, 2014, p. 211). O que devemos, no entanto, é entender que essas narrativas são construídas por pessoas com propósitos, referenciais e compreensão de mundo específicos. Como ressalta Benjamin (2012a), contar uma história significa mergulhar no passado não para retomá-lo, como ele se apresentava *ipsis litteris*, mas de termos caminhos para presentificá-lo e para circunscrevê-lo, de modo a entendermos o presente para que possamos compreender os processos em que estamos mergulhados.

Avistar a narrativa como elemento situado e como reverberação do presente e suas protensões de antes, nos permite compreender que não se trata, portanto, de negar a história e o passado, mas de situá-los diante daqueles que os experienciam, haja vista que o processo narrativo, de acordo com as ideias benjaminianas (BENJAMIN, 2012a), envolve simultaneamente lembrar e esquecer, não apenas como algo fortuito e ingênuo, “[...] mas também uma atividade que apaga, renuncia, recorta, opõe ao infinito da memória e a finitude necessária da morte e a inscreve no âmago da narração” (GAGNEBIN, 1999, p. 3). Torna-se premente sublinhar, junto com W. Benjamin (1984; 2012a), que reinserir o fenômeno no fluxo histórico não

significa, necessariamente, inseri-lo numa lógica linear de tempo, mas sim, de relacionar as situações e circunstâncias das trajetórias de vida dos agentes, e no caso da Geografia, de refletir sobre a dimensão espacial dessas experiências e seus rebatimentos. Isto porque escolher como elaborar uma narrativa, ou a quais narrativas recorreremos para compreender os fenômenos, implica em produzir e escolher representações relacionadas a visões de mundo que sustentamos, enquanto mediações da realidade, que validamos e fortalecemos nas disputas entre visões de mundo (VAZ, 2016). Desse modo, a própria construção de narrativas são representações nos termos que propõe Lefebvre (2006).

Consequentemente, pelo menos na superfície, a escolha de uma representação em detrimento de outra é feita entendendo que o caminho escolhido nos leva para mais perto das coisas mesmas e mais distantes da ideologia. No entanto, a escolha por si só não chega nem afasta, na medida em que a aproximação e o afastamento dependem da postura daquele que contempla os fenômenos, de sua abertura para o mundo e de suas limitações (LEFEBVRE, 2006; SERPA, 2013, SOUSA, 2010).

Assim, o recorte temporal do fenômeno, por sua vez, é considerado em situação, na medida de seu aparecer para a consciência e durante sua permanência nela. W. Benjamin (2012a) em *Sobre o conceito de História* traz, por exemplo, que a História deve ser construída no agora, fazendo explodir o fenômeno para fora do *continuum* da história, revelando-o como num relampejar. É, então, este tempo de agora do fenômeno que importa enquanto aparece e não o tempo homogêneo e linear, vazio, do historicismo. Recusando as abordagens historicistas e lineares das relações entre homem e tempo, o mergulho no passado proposto por Benjamin é o de, justamente, trazer o passado para o presente e compreendê-lo no contexto dos fluxos fenomenais. Para este autor, um dado momento presente do passado pode ser estudado a partir de diferentes vieses, mostrando diversas perspectivas com relação ao mesmo fato histórico.

Compreender o fenômeno no tempo de agora, voltando-nos para o presente, em termos de operacionalização de pesquisa geográfica, significa considerar o período de sua aparição, que não necessariamente se dá neste instante, mas numa sucessão infinita, não necessariamente sequencial, de presentes que se configuram no presente atual do fenômeno (com protensão do passado e futuro). Husserl (2006) afirma que o agora é pontual e atual, persistindo sempre como algo novo. No entanto, sua existência não prescinde de um horizonte de passado e futuro – horizonte de

antes e depois – num fluxo constante, infinito e preenchido de vividos que não podem ser compreendidos separadamente (HUSSERL, 2006; HEIDEGGER, 2014). Assim, torna-se nítido que um dos dilemas para a articulação entre as diferentes compreensões de tempo é o entendimento dos fenômenos em termos de sua existência exterior ao homem e de sua duração na consciência.

O principal debate aí envolvido se expressa na disputa entre as ideias de Bergson (2006) e Bachelard (2013) e na compreensão divergente de ambos acerca do que é a duração e do que é o instante. Diante da centralidade da obra de Bachelard para a filosofia ocidental do século XX e de seu relativo esquecimento quando do advento das reflexões pós-modernas, Eileen Rizo-Patron, Edward S. Casey e Jason M. Wirth (2017) organizaram uma coleção intitulada *Adventures in Phenomenology: Gaston Bachelard* com o intuito de explorar o que os organizadores consideram os quatro caminhos centrais de investigação da obra de Bachelard: tempo, metodologia, linguagem e alteridade.

Assim, a reflexão bachelardiana sobre o tempo, notadamente sobre o instante, nos auxilia a compreender o próprio presente, o “aqui e agora” em que nos encontramos e no qual experienciamos a dimensão temporal e espacial da realidade. Casey (2017) aponta que as análises de Bachelard em *A Intuição do Instante* (2013) e *A dialética da duração* (2016) é também uma tentativa de resolver a antinomia entre a compreensão linear e puntiforme do tempo. Neste sentido, Casey (2017) afirma que o “[...] o instante não é apenas um corte, ou um ponto geométrico, ou apenas localização, mas uma fonte criativa do próprio tempo”¹⁰ (CASEY, 2017, p. 20) e que a sua compreensão enquanto continuidade é construída pelos humanos, a partir da concatenação de instantes. Para Casey, esta compreensão de Bachelard supre um vazio no centro da experiência temporal deixado pela compreensão do tempo de Heidegger, vazio este que, na perspectiva heideggeriana só poderia ser preenchido pelo êxtase e pelo direcionamento para o futuro do ser-no-mundo (SAFRANSKI, 2019).

O instante é marcado pelo repentino e pela surpresa, trazendo sempre novidade e, neste sentido, Casey (2017) sinaliza para a necessidade de que o termo instante seja acompanhado da compreensão de instantaneidade, que é menos uma medida

¹⁰ Do original em inglês [...] *instant not as a mere cut, nor a geometric point, nor simple location, but as a creative source of time itself* (CASEY, 2017, p. 20)

de tempo do que uma marca da sua experiência, sua ocorrência de um só golpe, completa e repentina. Assim,

[...] instantaneamente acontecendo, o instante é o novo: é o novo agora, o novo como novidade, o novo propriamente dito até onde podemos conhecê-lo, ou pelo menos como podemos senti-lo: isso, tudo isso, tudo de uma vez na vida como na poesia, na filosofia como na história, como palavra e como imagem¹¹ (CASEY, 2017, p. 27, tradução nossa).

As reflexões de Ricoeur (1994; 1997) e Bachelard (2013) convergem ao apontar a necessidade de uma articulação humana para a compreensão do tempo, dado que essa articulação é fundamental para compreendermos e darmos sentido à nossa existência. Deste modo, entendendo que as coisas e as pessoas são por si inacessíveis como são, de modo que temos acesso apenas ao que se abre delas para nós, a mediação entre as intersubjetividades, entre os instantes, os momentos de experiência das dimensões temporais e espaciais são possíveis pela criação de representações, mediações, que permitam fazer aparecer os fenômenos o mais próximo possível deles mesmos, e suas validações sociais por diferentes agentes (LEFEBVRE, 2006; SERPA, 2013; SOUSA, 2010; VAZ, 2016). Neste sentido, a narrativa proposta por Ricoeur (1994;1997) é uma estratégia de construirmos juntos os nexos e articulações entre os instantes que marcam a experiência coletiva.

Assim, é importante ressaltar que nenhum recorte temporal objetivo específico pode contemplar em inteireza um dado fenômeno, sendo sempre necessário recorrer intencionalmente a diferentes pontos do horizonte do antes, para poder compreender dados aspectos do fenômeno, pois ainda que os fluxos de vivido do fenômeno existam no tempo cosmológico, o fluxo de vividos não está circunscrito em seus limites.

Retomando o evento de 1989, e enfatizando as contribuições de M. Santos, que faziam vislumbrar, como mencionamos anteriormente, as ideias aprofundadas em *A Natureza do Espaço*, a técnica despontava como elemento central para compreender a sincronia e a diacronia dos fenômenos. Nesta oportunidade, o autor defende que é

¹¹ Do original em inglês: *If we follow this path, we shall be less tempted to say that the instant brings the new (as I have just been tempted to say) than that, as the instantaneously occurring, the instant is the new: it is the new now, the now as news, the new itself insofar as we can know it, or at least as we can sense it: this, all of this, all at once in life as in poetry, in philosophy as in history, in word as in image.* (CASEY, 2017, p. 27)

o espaço que permite a permanência do tempo, qualificando-o para os diferentes agentes sociais, em meio às disputas de poder e às desigualdades aí implicadas:

o espaço permite que pessoas, instituições e firmas com temporalidades diversas, funcionem na mesma cidade, não de modo harmonioso, mas de modo harmônico. Também atribui a cada indivíduo, a cada classe social, a cada firma, a cada tipo de firma, a cada instituição, a cada tipo de instituição, formas particulares de comando e de uso do tempo, formas particulares de comando e de uso do espaço (SANTOS, M., 1989, p. 24).

Nesta perspectiva, Milton Santos argumenta que o tempo é espaço e vice versa, sendo o espaço “[...] coordenador dessas diversas organizações do tempo, o que permite, por conseguinte, nesse espaço tão diverso [...] essas temporalidades que coabitam no mesmo momento histórico” (SANTOS, M., 1989, p. 24), tempos longos e curtos, mas também rápidos e lentos, delimitados pela técnica.

No âmbito dos aprofundamentos dessas reflexões, M. Santos está em busca das estratégias de compreender o mundo a partir da intrincada relação entre tempo e espaço. A sua análise se baseia em uma compreensão da transformação do espaço geográfico ao longo de épocas - estas definidas a partir das mudanças nas técnicas - abarcando a transformação do espaço geográfico de meio natural para meio técnico, de meio técnico para meio técnico-científico e de meio técnico-científico para meio técnico-científico-informacional.

Deste modo, Milton Santos traz à baila discussões que se voltam a como o geógrafo deve lidar com o tempo a partir de reflexões advindas da Filosofia e estabelece importância para as particularidades da relação entre transformações técnicas e seu alcance desigual no presente. Para Santos, a ênfase no presente está relacionada à compreensão do tempo a partir da possibilidade de pensar sobre as implicações das diferentes temporalidades no espaço, bem como sobre as diversas possibilidades de uso do tempo por pessoas, instituições e empresas com poder de ação e poder de decisão distintos no espaço (SANTOS, M., 2012a).

Ao discorrer sobre a categoria evento, M. Santos (2012a) evidencia que este deve nortear, diante de todas as suas peculiaridades e sua natureza, o trabalho do geógrafo posto que o evento está circunscrito no presente que é orientado pelo futuro, dado o caráter de projeto inacabado do ser humano (SANTOS, M. 2012a; SARTRE, 2005). Neste sentido, são os eventos com suas particularidades que fazem aparecer

fenômenos geográficos. A orientação para o futuro, ideia compartilhada também por Koselleck (2006), marca a própria compreensão de tempo histórico para esse autor, uma vez que a expectativa do devir é objeto da própria reflexão, sendo, portanto, de algum modo experimentada. No entanto, o horizonte de expectativa encontra-se no universo da possibilidade dos acontecimentos, sendo marcado, portanto, por limitações e pelo seu caráter de incerteza.

Neste sentido, as reflexões de Santos sobre tempo se avizinham da compreensão de tempo fenomenológico de ascendência Agostiniana, Husserliana e Heideggeriana (RICOEUR, 1997), porquanto sua ideia de presente se aproxima do presentificar heideggeriano, haja vista que “O enfoque do espaço geográfico, como o resultado da conjugação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, permite transitar do passado ao futuro, mediante a consideração do presente” (SANTOS, M. 2012a, p. 100.). Ademais, ao longo de suas discussões acerca do tempo, Santos recorre a outros autores de base fenomenológica como Jean Paul-Sartre e Gaston Bachelard, indicando-se, assim, mais uma vez, a possibilidade de articulação de autores com diferentes filiações teórico-filosóficas desde que feitas as ressalvas e mediações necessárias.

Neste íterim, na compreensão de M. Santos (2012a), o presente, o passado e o futuro estão entrelaçados e orientados pelas características do seu aparecer até aqui. O autor aponta para a necessidade de considerar três tempos do presente na análise da paisagem: o primeiro seria o presente-presente que contempla as conformações da paisagem que se dão no momento atual; o segundo seria um presente-passado, no qual identificamos formas que puderam resistir à sucessão temporal (rugosidades) e que podem ou não ter modificado sua função e que fazem parte da constituição do presente-presente; e, o presente-futuro, que é o conjunto das possibilidades de vir-a-ser do espaço, almejando vislumbrar novas funções para as formas existentes, bem como novas formas e novas relações sendo estabelecidas no espaço.

Diante do exposto, é importante mencionar que M. Santos (2012a) procede a reflexões acerca do instante partindo da perspectiva do evento, também no intuito de refletir sobre como a Geografia pode ser uma ciência do presente, olhando para o futuro e compreendendo as particularidades que os diferentes eventos assumem em diferentes territórios. Para este autor, cabe à Geografia conhecer e meditar sobre a obra dos filósofos, conhecendo seus sistemas de pensamento e os termos por eles

utilizados, no intuito de construir uma teoria geográfica que seja “[...] internamente coerente e, desse modo, atribua um valor próprio a esses termos” (SANTOS, M. 2012a, p. 93).

M. Santos (2012a) compreende que o termo mais conveniente para uso geográfico seria o evento, e aí também recorre à obra de Bachelard (2013), previamente apresentada, para compreender que o evento é um nó, um ponto de contato entre o tempo e o espaço, sendo da ordem do tempo presente e do “aqui”, ou seja de onde o experienciamos:

[...] considerar o instante como um ponto do espaço-tempo. Não é apenas um ponto no tempo e um ponto no espaço, mas um ponto do espaço-tempo. O instante de Bachelard se situa no ponto de união do lugar e do presente. [...] O instante não é aqui e amanhã, não é lá e hoje; ele é aqui e agora (SANTOS, M. 2012a, p. 100).

Deste modo, entendemos, juntamente com M. Santos (2012a), que o desafio é apreender, durante o processo de pesquisa, os marcos temporais, a abertura, ou o início e o encaixe dos fenômenos para podermos refletir situados tanto espacialmente quanto temporalmente.

Consideramos então que o “instante” do fenômeno não significa “agora”, mas o próprio processo de encaixe do fenômeno nos seus três tempos presentes. Assim, o fenômeno pode ser visto dialeticamente no momento de sua manifestação – revelando uma configuração específica do seu aparecer, num momento específico, que quando ocorre já não existe mais, já se transformou em algo outro, se tornou passado incluso no presente (passado que reverbera no presente, presente-passado) – e também simultaneamente como processo, porque é indissociável do processo histórico de sua constituição.

Neste sentido, assim como M. Santos, a tese buscou tensionar o presente e suas protensões de passado e futuro diante da inescapabilidade do presente e buscou refletir sobre as convergências e divergências da experiência de rua e de cidade no âmbito da modernidade soteropolitana, seus aprofundamentos, as desigualdades espaciais, entendendo as categorias de memória e imaginação não como elementos da mente, mas como ferramentas de pensar as dimensões espaciais e temporais das experiências individual e coletiva, podendo ser também ferramentas para gestão e planejamentos urbanos.

No entanto, diferentemente deste autor, a tese não busca criar periodizações da experiência espacial de rua e de cidade na modernidade, nem tem como categoria central a técnica e suas transformações, apesar de reconhecer a importância dessa categoria, inclusive para o estabelecimento e o aprofundamento da modernidade, tangenciando a temática da técnica em momentos oportunos.

Compreendemos, então, que a relação entre tempo e espaço precisa de uma reflexão não linear do tempo, mas considerando os fenômenos nas situações espaço-temporais específicas. Assim, pensamos que, no que toca a dimensão espacial, o presente do fenômeno pode se iniciar com a ação, enquanto a ação está em curso, se concretizando em um passado (que reverbera no presente) quando a ação se finaliza. No primeiro momento, antes de iniciar a ação, quando é apenas possível vislumbrá-la, ela ainda é futuro (presente-futuro), sendo impossível identificá-la espaço/temporalmente de modo adequado. A ação ainda está em projeção e as intencionalidades estão se encaixando, neste caso, ela ainda está parcialmente no plano das possibilidades.

As configurações de manifestação e de aparência do fenômeno (presente-presente instituído em ato), que se revela em uma dada situação, como na realização de uma entrevista, é também em algum grau o mostrar-se do próprio processo de sua constituição, sendo, portanto, o presente-presente dialeticamente relacionado com o presente-passado e com o presente-futuro (porque torna possível vislumbrar caminhos a trilhar), estando sempre em transformação. O presente é, portanto, simultaneamente o agora do aparecer do fenômeno, o passado e o futuro, conectados, tornando possível apreender configurações específicas do fenômeno num dado espaço/tempo.

Deste modo, a interseção entre a vida das pessoas e a rua é balizada por suas experiências e trajetórias de vida. Neste sentido, o recorte temporal desta pesquisa, inclusive o nosso enquanto pesquisadores, é aquele do mostrar-se do fenômeno para a consciência dos agentes de pesquisa e suas relações com suas projeções de passado e futuro (presente-presente; presente-passado; presente-futuro), considerando as circunstâncias e situações que envolvem o processo de pesquisa e a vida dos agentes.

Neste ínterim, tornou-se inescapável uma discussão sobre a pandemia do COVID-19, baseada na experiência dos agentes de pesquisa acerca desse momento, das decisões e dos imperativos de habitar a rua ou não diante dos riscos aí implicados.

A situação implicava posturas e decisões de pesquisa que não podiam deixar de considerar a visão de mundo, a ética profissional e a responsabilidade de ser com os outros. Neste sentido, optamos por continuar a pesquisa remotamente, sistematizando as notícias de jornal sobre as ruas soteropolitanas no período de janeiro de 2020 a maio de 2021 e realizando conferências remotas com os agentes de pesquisa.

4. EXPERIÊNCIA: RELAÇÃO ENTRE CONJUNTURA E ESTRUTURA, NA FISSURA ENTRE O ESPAÇO E O TEMPO

A partir da compreensão de que as dimensões espacial e temporal são fundantes da experiência humana, entendemos que a compreensão da experiência contemporaneamente está intrinsecamente ligada às relações estabelecidas entre o homem e o mundo nos diferentes contextos socioespaciais. Tais processos de transformação nas relações socioespaciais foram objeto de reflexão dos geógrafos que, desde o surgimento da disciplina, visavam a compreender tais transformações por meio dos nexos entre todo-parte (mundo e região; indivíduo e sociedade) (LENCIONI, 2014).

No intuito de refletirmos sobre a dimensão espacial da experiência na contemporaneidade temos os processos de transformação do mundo e, em especial, a modernidade e os processos a ela relacionados, que englobam a todo o planeta, mesmo que em temporalidades e intensidades distintas nos diversos locais e para diferentes classes sociais. Neste sentido, surge uma gama de reflexões sobre a modernidade, quer seja no intuito de afirmá-la na construção de um desejo de modernidade, quer suponha a sua negação com o objetivo de retornar a um mundo que já não existe, no intento de preservar formas de relação entre pessoas e entre essas e a Terra em que habitam (ZERZAN, 1999; 2015).

Partindo dessas ponderações filosóficas, almejamos evidenciar que as reflexões sobre a experiência humana, as suas subjetividades e o processo de intersubjetivação não permanecem estáticas, posto que a medida em que o mundo muda, muda-se a experiência que temos de mundo. Destaca-se ainda que qualquer narrativa tem como base a experiência de mundo e se faz no presente, transitando entre o presente-presente e o presente-passado.

Assim, a experiência de mundo para diferentes autores demonstra ora problemas ora potencialidades advindas dos processos de ruptura ocasionados pela modernidade. Isto porque são descortinadas perspectivas sob as quais compreendemos experiências coletiva e individuais, entre utopias de mundo baseadas em conhecimentos do passado e a forma como encaramos a nossa realidade. Um dos pontos que deve ser considerado diante desse panorama é que o impacto das transformações do mundo na vida humana direciona anseios e

preocupações sobre o habitar humano na Terra, entendendo, muitas vezes, que o processo de habitar envolve riscos e vulnerabilidades (MARANDOLA JR, 2014; 2020).

Para Schutz (1973), as ações individuais são construídas dentro de um escopo coletivo, sempre circunscritas em situações específicas, de modo que a situação é limitada pelas conjunturas individuais (corpo e biografia), que é, no entanto, múltipla para a humanidade. O autor enfatiza que a estrutura do mundo é imposta e limita a ação/as situações, mas é alterável e assim cria novas imposições sociais, temporais e espaciais, de forma que diferentes contextos socioespaciais específicos apresentam particularidades no tocante à dimensão espacial da experiência.

Neste sentido, de compreender que as transformações do mundo estão vinculadas à forma como experienciamos esse mundo e o elaboramos, Santos e Pereira (2020) traçam um panorama sobre a construção da subjetividade, das suas relações com a experiência e com o mundo contemporâneo a partir das ideias de Lukács (2003), Marx (2004), Sartre (2015), Arendt (2007), Danowski e Castro (2014), estabelecendo aproximações e distanciamentos entre os autores, suas compreensões de mundo e sociedade e as suas expectativas para o futuro da humanidade, destacando que a modernidade é o contexto mais amplo em que as experiências individuais se articulam.

Assim, fica patente que as transformações do mundo são elementos fundamentais da reflexão filosófica sobre o que é ser humano e sobre as particularidades e os caminhos das relações que se estabelecem entre eles, favorecendo o surgimento de conceitos e categorias que permitem elaborar e refletir sobre o mundo e a relação que a humanidade estabelece com este e consigo mesma que repercutem nas diversas ciências, entre elas a Geografia, como elementos centrais de compreensão dos processos em curso.

Diante da modernidade e tendo vivenciado - a partir de uma posição social privilegiada, muitas mudanças rápidas que aconteceram entre os séculos XIX e XX - W. Benjamin (1994; 2000; 2006a; 2006b; 2012a; 2012b) também trilha um caminho de descrição e meditação sobre as transformações do mundo, transitando entre a arte e a filosofia com a finalidade de compreender, através de relampejares disponíveis para si, as mudanças na forma como as pessoas experienciam o mundo. A perplexidade benjaminiana diante das transformações do mundo e a necessidade de apontar elementos de distinção entre as formas de experienciar o mundo implicaram

em abertura da obra de Benjamin para compreender os processos desencadeados com o aprofundamento da modernidade.

Acerca da compreensão de Benjamin sobre a experiência de mundo, Lima e Baptista (2013) escreveram um artigo intitulado *Itinerário do conceito de experiência na obra de Walter Benjamin* com o intuito de esclarecer possíveis incompreensões acerca da distinção realizada pelo autor entre experiência (do alemão *Erfahrung*) e vivência (do alemão *Erlebnis*). Segundo os autores, a teoria da experiência benjaminiana, por um lado, se preocupava em efetivar uma “[...] retificação crítica em relação ao conceito de experiência, que objetiva não apenas situar historicamente o problema do conhecimento, mas igualmente buscar a verdade da experiência – ou, ao menos, não expressá-la em termos falaciosos” (LIMA; BATISTA, 2013, p. 451) e, por outro lado, se constituía em uma articulação “[...] com a teoria do conhecimento – especialmente a kantiana – e [...] com os problemas da ética e da verdade” (LIMA; BATISTA, 2013, p. 451).

Para os autores, o itinerário do conceito de experiência em Benjamin apresenta quatro viradas principais. A primeira é a que se refere aos primeiros escritos, nos quais considera “[...] a experiência como um saber mascarado, opressor” (LIMA; BATISTA, 2013, p. 451), utilizada pelos adultos como justificativa de resignação e elemento de opressão para os jovens, posto que os conselhos adultos baseados na sua vida limitam os arroubos juvenis demarcando uma vida sem sentido para estes e da qual os jovens devem se afastar. Para Lima e Baptista (2013, p. 455), não há no ensaio *Experiência* (1913), uma compreensão bem definida do que seria essa experiência e “[...] ela não parece ser mais que uma oposição a um modo de vida que Benjamin não suporta ou acredita”, de modo que uma preocupação epistemológica acerca da experiência se torna mais evidente na obra de Benjamin a partir da leitura de Kant.

A segunda virada, a de superação kantiana, norteadada pela leitura crítica da obra de Kant e dos neokantianos, fica em evidência no ensaio *Sobre o programa da filosofia do porvir*, publicação póstuma de 1918, que à época foi escrita como uma orientação para si mesmo com o objetivo de delimitar seu posicionamento filosófico. Benjamin entende que a compreensão da experiência de Kant, baseada no Iluminismo, é limitada, visto que “a ambição kantiana de estabelecer as bases epistemológicas para toda a experiência é [...] frustrada pela sua própria condição histórica, que simplesmente não o permitia considerar outras qualidades de experiência” (LIMA; BAPTISTA, 2013, p. 458); e, para superar tal obstáculo, caberia

a compreensão da experiência de forma ampliada e que pudesse ser enriquecida, de maneira que essa não estivesse restrita a qualidades específicas ou vinculada a um tempo específico, de modo que, a partir da linguagem, enquanto base de comunicação e condição para a experiência, esta fosse “[...] um representante do que é inconstante e heterogêneo: o conhecimento. Definir a experiência sem se referenciar necessariamente ao acontecimento sensível ou à síntese entendimento-sensibilidade, mas defini-la precisamente como um “símbolo único” de tudo o que formou o conhecimento, cuja estruturação é linguística” (LIMA; BAPTISTA, 2013, p. 461).

Com a publicação de *Experiência e Pobreza*, acontece a terceira virada, a virada que denota um empobrecimento da experiência (*Erfahrung*) com a modernidade. Há uma concepção de “[...] experiência como o conhecimento tradicional, passado de geração em geração, e que vinha definindo com a modernidade” (LIMA; BAPTISTA, 2013, p. 451), de modo que a compreensão de experiência aí expressa é diferente das anteriores. Sua preocupação é a de criticar as tentativas por parte de intelectuais de evocar uma experiência que desapareceu. Para Benjamin, as consequências da I Guerra Mundial e a dificuldade de elaborar e comunicar as experiências mostram o empobrecimento dessa que deve ser encarado e reconhecido, pois apenas na afirmação da pobreza da experiência atual podemos enfrentá-la:

Ao contrário de *Sobre o programa da filosofia vindoura*, que partia de uma mudança epistemológica em direção à mudança ética, aqui, em *Experiência e pobreza*, carece antes de tudo uma transformação ética no homem para se alcançar uma epistemologia adequada à experiência moderna. Assumir a pobreza da experiência era, portanto, dar uma oportunidade para que o real caráter dessa nova experiência surgisse em todo o seu vigor e simplicidade; era, enfim, uma chance para que o excesso de experiência que não se ligava à sensibilidade moderna pudesse escoar, deixando à vista apenas o pouco que cabia à modernidade. E que com esse pouco, enfim, esse homem soubesse o que fazer – ou ao menos tentasse, mas que essa tentativa fosse definível, material e verdadeira (LIMA; BAPTISTA, 2013, p. 464-465).

É em o *Narrador* que Benjamin se detém sobre a necessidade de uma nova abertura e de novos potenciais de comunicação das experiências, tendo em vista a extinção da narrativa tradicional e dos vínculos que permitia criar para toda a comunidade. No entanto, apesar da constatação do fim da narrativa tradicional,

Benjamin buscava caminhos para compreender as possibilidades de narração que tivessem por base a experiência moderna calcada no indivíduo e nas suas contingências, o que encontra na abertura dos romances escritos por Kafka e Proust e na poesia de Charles Baudelaire, este último entendido por Benjamin como:

[...] um poeta que aceitou o desafio de fazer poesia a partir da modernidade, compor poemas a partir da vivência, contra todas as tentativas poéticas e filosóficas que buscaram restaurar a dignidade perdida através de uma experiência já dificilmente sentida pelo público (LIMA; BAPTISTA, 2013, p. 472).

A quarta virada na compreensão de experiência em Benjamin se dá com a compreensão da experiência vinculada à sensibilidade, através da qual se torna vivência (*Erlebnis*) no ensaio *Sobre alguns temas em Baudelaire*. A experiência é definida como “[...] matéria da tradição, tanto na vida privada quanto na coletiva. Forma-se menos com dados isolados e rigorosamente fixados na memória, do que com dados acumulados, e com frequência inconscientes, que afluem à memória” (BENJAMIN, 1994, p. 105). Assim, segundo Lima e Baptista (2013), a vivência se forma a partir desses dados isolados, fixados voluntariamente na memória, como ato de consciência de modo que “[...] a experiência moderna não tem memória nela mesma” (LIMA; BAPTISTA, 2013, p. 476). Deste modo, a vivência, enquanto experiência empobrecida pelos choques sucessivos a que as pessoas são submetidas na modernidade, se auto-referencia e demanda um processo de conscientização permanente das pessoas, porque os choques sucessivos não criam experiência, já que “[...] é preciso pagar para adquirir a sensação do moderno: a desintegração da aura na vivência do choque” (BENJAMIN, 1994, p. 145). Neste sentido é a lírica de Baudelaire que permite a saída ética de reconhecimento e enfrentamento da experiência empobrecida da modernidade, de maneira que não fôssemos arrastados para:

[...] destinos nem ridicularizantes e tampouco evocadores de uma falsa grandeza tradicional. Com valor, os poemas de Baudelaire são a quintessência da *Erlebnis*, o caminho aberto à lírica verdadeira da modernidade. Não se trata do poeta precursor do simbolismo, mas do poeta precursor da lírica dos nossos tempos (LIMA; BAPTISTA, 2013, p. 481).

Ainda que reconheçamos a pertinência das ideias de Benjamin (1994; 2000; 2006a; 2012a; 2012b) acerca da compreensão da experiência de modernidade enquanto uma experiência empobrecida pelo excesso de estímulos, entendemos que a experiência e a vivência caracterizam a forma moderna de compreensão de mundo e estão relacionadas dialeticamente; e que as reflexões saudosistas criticadas por Benjamin evidenciam também um desejo de um mundo no qual as relações estabelecidas sejam diferentes. Portanto, entre a experiência e a vivência, no mundo sempre em transformação, mais do que nos referirmos a uma ou a outra com juízo de valor e, neste sentido, melhores ou piores, importa dizer que os caminhos da experiência humana na Terra são diferentes, com desafios e potencialidades vinculados ao período em que vivemos.

O debate acerca das possibilidades em torno da experiência foi elaborado por Heidegger (2014) com base na abertura para o ser, a um só tempo experiência cognitiva, mas também fática, envolvendo o mundo circundante, o mundo próprio e o mundo intersubjetivo. A experiência, a qual Heidegger se refere, se baseia não num revelar de algo oculto ou escondido, mas numa abertura às formas próprias de ser, de choque com as contingências, a partir da angústia do tédio e do êxtase, no limiar em que a consciência da abertura para o ser manifesta o crepúsculo dessa mesma experiência.

A autenticidade ou propriedade (*Eigentlichkeit*) e impropriedade ou inautenticidade (*Unigentlichkeit*) fazem parte da relação de ser com o mundo, sendo a “[...] vida como vida da consciência e com isso da experiência do mundo” (SAFRANSKI, 2019, P. 100). É, portanto, no âmbito da vida fática que se debruçam as principais indagações filosóficas, baseando o surgimento dos conceitos filosóficos como estratégias de compreensão dos fenômenos que são mais abrangentes e menos restritos que os conceitos tidos por Heidegger como científicos.

Para Sbeit (2016), a reflexão da experiência em Heidegger se refere ao conhecido, à intencionalidade fenomenológica, uma vez que o pensamento heideggeriano tem o intuito de ponderar sobre a experiência do conhecimento humano. Neste sentido, a propriedade ou impropriedade se referem às formas de ser no mundo, reverberando na possibilidade do conhecimento, entendido como afirmação da experiência finita e situada, de modo que “o conhecimento se funda(menta) no modo de ser do ser-aí, daí porque é necessária uma análise do lugar da fundamentação. E sua condição fundamental é ser-no-mundo” (SBEIT, 2016, p.

200). É, pois, no âmbito da reflexão sobre ser-no-mundo que se consegue vislumbrar uma separação, artificial, entre sujeito e objeto, haja vista que no âmbito da experiência tal separação é impensável, daí a necessidade de pensarmos em formas radicais de tratar a alteridade nas pesquisas geográficas (LIMA-PAYAYÁ, 2020).

Assim, ao passo em que cabe ao humano buscar formas próprias de ser no mundo, a impropriedade se vincula à esfera da repetição, ao embaraçamento da capacidade de tomar consciência da relação de ser no mundo, da capacidade de transcendência da realidade, à medida em que as tradições teóricas, práticas e morais criam e modelam formas engessadas de lidar com a realidade e com as diversas situações cotidianas, de modo que o ocupar-se do mundo é um processo natural e irrefletido. Esse encaminhamento da reflexão heideggeriana se aproxima das ideias benjaminianas sobre o empobrecimento da experiência, na medida em que a constatação benjaminiana é uma análise sobre as mudanças na compreensão das relações da humanidade com as transformações técnicas, especialmente às do contexto europeu nas quais Benjamin se encontrava.

No âmbito da Geografia, Dovey (1985) sinaliza que o debate sobre a autenticidade ou a inautenticidade, baseado nas reflexões heideggerianas, de formas e experiências no mundo moderno, tem importância crescente ao tempo que começam a pulular lugares, construções e objetos tidos como falsos ou inautênticos. Assim, se inicia também uma busca por autenticidade, pelas coisas reais e uma recusa por aquilo que é compreendido como cópia. Neste sentido, a busca pela autenticidade revela a pertinência das críticas benjaminianas expostas anteriormente sobre um saudosismo passadista da experiência já ida, bem como de suas reflexões sobre a transformação da experiência em vivência na modernidade, vinculada à ampliação das possibilidades de reprodutibilidade técnica e à ideia de perda da aura. Segundo Dovey (1985), a busca pela autenticidade é genuína ao passo que a autenticidade é um dos elementos do ser-no-mundo:

O problema não está na busca que é genuína; mas na crença equivocada de que a autenticidade pode ser criada através da manipulação das aparências. Autenticidade tem a qualidade vernacular de ser inerente. Enquanto a busca for conduzida 'lá fora', no exótico e no passado, fora do alcance da vida cotidiana, ele parece estar limitado a ser frustrante e até destrutivo. Lugares e coisas autênticas nascem de práticas autênticas de habitar na vida cotidiana.

Sua ordem segue 'de baixo para cima' ao invés de 'de cima para baixo' (DOVEY, 1985, p. 47, tradução nossa)¹².

Neste sentido, o que é considerado como inautêntico carrega “[...] um forte julgamento moral que levanta indignações justificadas”¹³ (DOVEY, 1985, p. 33), de modo que a busca por autenticidade, daquilo que é real, do verdadeiro, geralmente implica em destruição da almejada autenticidade, posto que a autenticidade deve ser compreendida como um processo, uma forma de relacionar-se com o mundo e não com objetos ou construções.

Para Dovey (1985), a contribuição das reflexões sobre autenticidade na Geografia está ligada à compreensão da dimensão espacial da experiência já que a autenticidade “enquanto relacionamento versa sobre a profundidade da conectividade entre as pessoas e seu mundo. Significados autênticos não podem ser criados através da manipulação ou purificação das formas, já que a autenticidade é a fonte da qual formas ganham significado” (DOVEY, 1985, p. 33-34, tradução nossa)¹⁴. De acordo com Dovey (1985), a preocupação com a autenticidade é moderna e se deve a uma desconexão entre as coisas e o papel que estas tinham na vida cotidiana, ocasionada pelo avanço técnico, criando o fenômeno da *fakery* (janelas que não abrem, lareiras decorativas). Este, ao passo que torna os elementos inautênticos, traz a possibilidade de autenticidade por meio da tentativa de manter o significado que elas trazem originalmente.

Neste sentido, os objetos tanto deixam de ser instrumentos-à-mão prontos para uso assumindo um caráter de disponibilidade contemplativa, se constituindo como objetos “falsos” (janelas que abrem se tornam janelas decorativas), quando são criados externamente a partir de representações estereotipadas da natureza. Isto implica em impossibilidade de ocupação, em termos heideggerianos, porquanto apropriar-se dos objetos é um aspecto ontológico da existência com o mundo,

¹² Do original em inglês: *The problem lies not in the searching, which is genuine; but in the misplaced belief that authenticity can be generated through the manipulation of appearance. Authenticity has the indigenous quality of being inborn. So long as the search is conducted "out there," in the exotic and the past, beyond the world of everyday life, it seems bound to be frustrating and perhaps destructive. Authentic places and things are born from authentic dwelling practices in everyday life. Their order flows "bottom up" rather than "top down"* (DOVEY, 1985, p. 47).

¹³ Do original em inglês: *To accuse someone, their possessions or home of being inauthentic implies a strong moral judgement and arouses righteous indignation* (DOVEY, 1985, p. 33).

¹⁴ Do original em inglês: *As relationship, it speaks of a depth of connectedness between people and their world. Authentic meaning cannot be created through the manipulation or purification of form, since authenticity is the very source from which form gains meaning* (DOVEY, 1985, p. 33-34).

efetivando uma separação sujeito-objeto que implica no surgimento de dúvidas sobre a artificialidade das coisas que leva a questionamentos sobre a autenticidade do mundo.

O debate sobre inautenticidade das formas espaciais está ligado não a questionamentos morais da possibilidade de construção de praias artificiais ou cópias de estátuas e construções famosas ao redor do mundo - haja vista que estas podem ser ocupadas - mas sim à falta de profundidade espacial, histórica e de diversidade, que priva as pessoas de oportunidade de se relacionarem profundamente com o mundo e, portanto, impossibilitando a construção de vínculos de compromisso emocional e preocupação de uso e ocupação.

Vale ressaltar que a autenticidade, enquanto processo, implica em ambiguidades, posto que a relação das pessoas com o entorno pode envolver tanto aspectos de autenticidade quanto de inautenticidade em razão de que a produção de elementos “falsos” ou “artificiais” na paisagem pode funcionar como uma forma de resistência e preservação. Para Dovey (1985), isto implica em uma importante distinção: “[...] enquanto a inautenticidade é uma tentativa de recobrar significados perdidos a partir da replicação de formas, autenticidade envolve o poder de reter os significados sem a forma porque ela é a própria fonte que confere significado às formas”¹⁵ (DOVEY, 1985, p. 46, tradução nossa). Neste sentido, as ambiguidades associadas à autenticidade e à inautenticidade se tornam um problema quando a autenticidade não é compreendida como um processo de relacionamento entre as pessoas e o mundo, mas sim um encontro com um mundo circundante objetivado e separado dos sujeitos. Considerando a autenticidade como um processo e como conectividade, uma propriedade que permite a vinculação entre as pessoas e o mundo, entre o mundo que percebemos e que acreditamos:

A autenticidade nos conecta espacialmente com os lugares nos quais habitamos e nos conecta temporalmente com o passado e com o futuro. Autenticidade é uma condição de integridade nos relacionamentos pessoas-ambiente. essa conectividade não é um fenômeno perceptivo; sua significação mais profunda não está na sua conexão da aparência com a realidade, mas na sua conexão de pessoas com seu mundo. Autenticidade é, então, uma forma de ser-no-mundo, uma conectividade nascida de nossos atos de apropriação.

¹⁵ Do original em inglês: “[...] while inauthenticity is an attempt to regain lost meanings through the replication of form, authenticity involves the power to retain the meanings without the form because it is the very wellspring that brings meaning to form (DOVEY, 1985, p. 46).

É a sua raiz espaço temporal que enriquece nosso mundo com profundidade experiencial¹⁶ (DOVEY, 1985, p. 47, tradução nossa).

E este processo de possibilidade de existência de profundidade relacional entre as pessoas e o mundo está ligado à maneira como habitamos este mundo hoje, a consideração da ação, dos anseios sobre o mundo como fundamentais para que a nossa experiência não seja uma experiência de mundo empobrecida quando comparada a uma experiência de mundo do “antes” - que nos chega a partir das mais diversas representações - mas sim uma experiência diferente de mundo, já que o mundo no qual nos lançamos hoje é diferente e se transforma todos os dias. Neste sentido, a autenticidade está associada à possibilidade de demorar-se, do exercício contemplativo, não entendido como observação de algo, mas como um modo de nos conectarmos ao nosso entorno com compromisso e profundidade.

Saramago (2008), por sua vez, evidencia que uma das implicações da reflexão sobre autenticidade e inautenticidade da experiência nos leva para um encaminhamento sobre o dever ser, sobre uma orientação da ação, na medida em que a ação e a preocupação com o mundo fazem parte da própria existência humana compreendida por Heidegger, e isso não deve ser entendido como um componente apenas moral. Dessa maneira, fica patente que nós, enquanto agentes no mundo, podemos ampliar ou empobrecer as nossas experiências de mundo a partir das interpretações, mediações e representações que fazemos baseados na forma como o mundo se apresenta para nós.

Assim, temos, no âmbito da ciência geográfica, uma gama de geógrafos influenciados por diferentes aportes teórico-filosóficos que se debruçam sobre a dimensão espacial da experiência, de modo que a ênfase é dada na compreensão do mundo da vida, fazendo com que haja uma diversidade na escrita que perpassa desde a ideia de experiência espacial até a ideia de espaço vivido que, em todo caso, simbolizam o retorno dos geógrafos à Filosofia para refletir sobre o mundo e suas transformações bem como a relação entre o homem e o mundo.

¹⁶ Do original em inglês: *It connects us spatially with the places in which we dwell and temporally with the past and the future. Authenticity is a condition of integrity in person-environment relationships. This connectedness is not a perceptual phenomenon; its deeper significance lies not in its connection of appearance to reality, but in its connection of people to their world. Authenticity is, then, a way of being-in-the-world, a connectedness born of our acts of appropriation. It is a spatio-temporal rootedness which enriches our world with experiential depth* (DOVEY, 1985, p. 47).

As diferenças entre vivência e experiência devem ser pensadas no âmbito de uma contextualização teórico-filosófica das pesquisas com o intuito de evitar imprecisões conceituais e, ao mesmo tempo, favorecer o diálogo com outros temas de investigação geográfica. Estas circunscrições podem nos permitir ampliar os trânsitos, limites e fronteiras dos campos e subcampos científicos, de modo que o que esteja em evidência nas pesquisas seja o aparecer dos fenômenos diante da dimensão espacial da experiência.

Entre essas, Besse (2014b) explicita que Sartre (2005) remete ao psicólogo Kurt Lewin, criador da hodologia, para demonstrar que a sua compreensão de espaço real é aquela de um espaço da experiência humana, voltado para o uso e a ocupação. O mundo se descortina pela experiência espacial, no qual somos junto às coisas e aos outros. Esse espaço não é o espaço abstrato da geometria, mas de caminhos e rotas com caráter instrumental.

Considerando que Sartre (2005) prossegue as análises de Heidegger (2014), é importante ressaltar que o último se tornou um dos autores fundamentais para compreendermos a dimensão espacial da experiência, tendo sua influência na Geografia se iniciado a partir das ideias de Eric Dardel na segunda metade do século XX. No entanto, meditações sobre o lançar-se do homem no mundo não prescindem da compreensão das mudanças pelas quais passa o mundo e que são objeto da reflexão benjaminiana que revela um saudosismo da experiência de outrora e a dificuldade de centrar-se no presente, compreendendo seus nexos fenomenais, e olhar para o futuro.

Diversos autores, dentre eles Marandola Jr. (2013) e Holzer (2010), consideram que a primeira obra de caráter fenomenológico na Geografia é o tratado de Eric Dardel (2011): *O Homem e a Terra*, originalmente publicado em 1952. Holzer (2003; 2010) defende que esta obra foi a precursora dos demais estudos humanistas de caráter fenomenológico na Geografia, tendo sido revisitada em meados da década de 1970 e influenciado profundamente a produção científica de Relph, de tal modo que este publicou o artigo *As bases fenomenológicas da geografia*, traduzido em 1979 para o português, no qual a estruturação e a argumentação do texto se aproxima daquela adotada por Dardel (2011). A influência do geógrafo francês sobre a obra de Tuan, por sua vez, só seria vista em textos posteriores (HOLZER, 2010). Esta afinidade tangencial, ora mais acentuada, ora menos acentuada, entre a geografia humanista e a fenomenologia, condicionou esta última a um caráter conceitual e metodológico, mas sem se propor, de forma efetiva, uma geografia fenomenológica,

e favoreceu um debruçar-se dos geógrafos sobre as questões relacionadas à dimensão espacial da experiência.

Assim, o processo de surgimento e consolidação da geografia humanista e da abordagem fenomenológica no Brasil não seguem a mesma linha temporal dos países anglo-saxões, onde o movimento eclodiu originalmente. Apesar de chegar ao Brasil ainda na década de 1970, com a tradução de diversos artigos, pesquisas humanistas e fenomenológicas permaneceram marginais até o início dos anos 2000. Entre os anos de 1970 e o final do século XX, pesquisas de caráter fenomenológico e humanista são mencionadas de forma ligeira em textos de caráter epistemológico, ou ainda de forma pejorativa e simplista, sendo considerada equivalente a estudos de percepção e comportamento humano, mais próximos dos estudos neopositivistas representativos de outra abordagem filosófica de ciência, pesquisa e de concepção do ser humano e sua relação com o mundo (HOLZER, 2003).

Nesta lógica, na transição entre os séculos XX e XXI, os geógrafos brasileiros passam a se debruçar mais profundamente em suas investigações em aplicações empíricas da fenomenologia na Geografia, retomando o esforço iniciado na década de 1970 e levando-o a extrapolar subcampos, firmar-se como um alicerce das pesquisas desenvolvidas pelos geógrafos humanistas e tornar-se um “[...] esteio metodológico e epistemológico (às vezes até ontológico), para o enfrentamento de temáticas variadas, a partir de uma perspectiva de ciência humanista contemporânea” (MARANDOLA JR., 2013, p. 56). Um exemplo de autor que procede a reflexões transitando entre autores da filosofia fenomenológica é Milton Santos (2012a), cuja obra dialoga com Sartre, Heidegger, Bachelard e Husserl.

Desta forma, diferentemente do contexto brasileiro, em que a influência fenomenológica parece ter se dado de forma mais constante, o termo humanista, especialmente em países de língua inglesa, passou a ser visto como marco de uma renovação científica datada historicamente, marcando também a interrupção dos esforços de aproximação entre a fenomenologia e a Geografia e sua posterior retomada com a alcunha de pós-fenomenologia, já nos anos 2000. Esta, por sua vez, busca evidenciar a necessidade de considerar a fenomenologia de forma contextualizada ao presente e a suas problemáticas, sendo fortemente marcada por uma influência deleuziana (MARANDOLA JR., 2013).

No tocante à obra de Dardel, vale enfatizar que este buscou ver a Geografia e estudá-la como uma reflexão sobre as atitudes humanas no mundo (RELPH, 1979;

HOLZER, 2008). A Geografia, não é, pois, uma simples disciplina científica, mas está intrinsecamente relacionada à compreensão do ser-no-mundo e do próprio ser. Isto porque, na visão do autor, o homem, quando se volta para a natureza - para sua relação com ela, com o seu corpo que propicia essa relação, pois se constitui no ponto de vista do homem no mundo - possibilita que este esteja na Terra enquanto ser que existe. A existência do homem é, pois, mediada pela Terra. É, neste sentido, que podemos entender a obra de Dardel como uma obra que inaugura, no âmbito da Geografia, uma reflexão sobre a dimensão espacial da experiência humana (HOLZER, 2010; MARANDOLA JR., 2013).

Escrita e pensada de forma distinta daquela a que nos propomos hoje, a obra de Dardel nos permite apenas fazer ilações sobre as influências filosóficas que a perpassam e, por isso, a obra frutificou e reverberou em inúmeras pesquisas buscando desvendar os nexos por ele estabelecidos (HOLZER, 2010; MARANDOLA JR., 2013).

É num caminho reflexivo e que institui o conceito de geograficidade, que Dardel coloca o espaço como fundamento da existência humana. Assim como a historicidade implica na consciência que o homem tem de sua realidade temporal, a geograficidade tem por objetivo mostrar “que o homem se sinta e se saiba ligado à terra como ser chamado a se realizar em sua condição terrestre” (DARDEL, 2011, p.33). Dardel nos auxilia a compreender como a Geografia faz sentido para as pessoas a partir da sua relação com o mundo e com a natureza.

Desse modo, o espaço tratado por Dardel não é equivalente à área, não é abstração ou objeto a ser investigado (apesar de sê-lo pela Geografia científica que o institui), é um espaço que é adjetivado, experienciado pelo ser-no-mundo. A Terra, enquanto planeta e enquanto mediação, aparece como duas possibilidades: como morada, já que historicamente é o *lócus* da habitação humana; e também é entendida como mistério, haja vista que se constitui na dimensão do possível, do desconhecido que nunca será desvelado plenamente. Assim, a experiência geográfica se comunica e se intersubjetiva ao alcançar a imaginação do outro:

[...] a linguagem do geógrafo, sem esforço se transforma na linguagem do poeta. Linguagem direta, transparente, que ‘fala’ sem dificuldade à imaginação, bem melhor, sem dúvida, que o discurso ‘objetivo’ do erudito, porque ela transcreve fielmente o ‘texto’ traçado sobre o solo (DARDEL, 2011, p.3).

Essas relações expressas a partir do ato perceptivo e da relação constante e inexorável entre homem e Terra faz do espaço geográfico elemento da vida. É convidativo e confidente porque apresenta caráter de qualificador da experiência humana no mundo que é inexoravelmente espacial. Deste modo, a geograficidade se constitui no limiar entre o material e o imaterial, entre o simbolismo e a vida, num contexto “[...] em que a espacialidade original e a mobilidade profunda do homem designam as direções, traçam os caminhos para um outro mundo; a leveza se liberta dos pensadores para se elevar aos cumes” (DARDEL, 2011, p. 5)

Neste sentido, a experiência espacial é essencialmente qualificada por situações e circunstâncias que envolvem o homem reverberando no seu habitar cotidiano do mundo, ocupando-se do entorno (HEIDEGGER, 2014; ORTEGA Y GASSET, 2010; MARANDOLA JR., 2014). Mas não é qualquer ocupação, é uma ocupação norteada e reverberada pelo corpo, encarnando o espaço na vida humana (BRITO, 2016, 2017; DE PAULA, 2017; GRANGE, 1985).

Marandola Jr. (2014), por sua vez, enfatiza o habitar como uma dimensão ontológica da experiência humana na Terra. Para o autor, habitar é fundamento da existência, como modo de ser no mundo. As reflexões do referido autor se baseiam na obra de Saramago (2008) que, investigando a obra heideggeriana, indica uma ênfase nos vínculos entre ser e mundo, no processo de lançar-se e de criação de uma espacialidade fática, marcada pela relação com a espacialidade do ser e do mundo, criando vínculos de proximidade pelas relações criadas e pela ocupação do entorno.

Em escritos mais recentes, o autor retoma reflexões sobre a temática da experiência urbana, que o acompanha desde o início de sua trajetória na Geografia, evidenciando que as reflexões sobre a experiência são indagações sobre a “[...] a relação pessoa-ambiente, ou homem-meio” que está na base sobre as reflexões acerca das “[...] percepções, representações e vivências em contextos geográficos como lugares, paisagens, territórios”, fundadas no habitar que corresponde a modos de “ser-e-estar-no-mundo” (MARANDOLA JR. 2020, p. 11). Avançando com uma breve retomada das discussões acerca do desenvolvimento das pesquisas filosóficas e geográficas sobre a experiência, o autor afirma que os estudos centrados no lugar, de certo modo, cristalizam a experiência, de forma a preservar aquilo que foi vivido de forma essencialista, negando a contradição e o outro, o que se contrapõe aos caminhos propostos pela fenomenologia, marcada pela abertura às possibilidades, ao diferente e diverso.

Ao discorrer sobre a perspectiva da possibilidade da existência da experiência, Marandola Jr. (2020) evidencia que a experiência está em xeque, ou seja, a sua viabilidade e possibilidade está sob ameaça. Ameaça das transformações pelas quais o mundo passou e da forma como nos relacionamos com ele. Essa ameaça, no entanto, não significa a impossibilidade de ser-com o mundo, mas uma crítica e necessidade de revisitação da modernidade entendida enquanto presente da humanidade, já que a modernidade, em sua própria constituição, desconstruiu o sujeito pré-moderno e seu modo de demorar-se sobre o mundo e de compartilhá-lo. Neste sentido, a experiência – entendida no formato da tradição e outra forma de ser-no-mundo – já não existe, abrindo a possibilidade para que haja momentos de experiências ou, nas palavras do autor, de “ter uma experiência”. Falar de uma experiência e não de experiência como fenômeno universal vai ao encontro da compreensão de um mundo fragmentado, díspar e que encontra, nas pessoas, dificuldades de ser-com o outro.

Pensando com Benjamin (BENJAMIN, 1994; 2000; 2006a; 2006b; 2012a; 2012b) e na atualidade de suas reflexões, a experiência como fundamento da vida no mundo é possível como dialética com seu empobrecimento e, portanto, não nos mesmos moldes da antiguidade. A modernidade impõe, para a própria relação que estabelecemos com espaço e tempo, uma dialética entre lembrar e esquecer, entre experiência e vivência, que estão vinculados ao novo mundo que se inaugurou e que é marcado pela desigualdade e expropriação, de modo que envolve muito mais debate e disputa que consensos.

E, no âmbito das relações entre a Geografia e a Filosofia, basilar para podermos compreender a dinâmica e a pedagogia entre ciência e filosofia (BACHELARD, 1994; SOUTO, 2019), é importante considerar que nem as reflexões geográficas e tampouco as meditações filosóficas permaneceram as mesmas, porquanto as mudanças do mundo implicaram em mudanças na compreensão do humano de si e do mundo que habita (SANTOS, M., 2012a).

Deste modo, é importante considerar que se os componentes da geograficidade permanecem, enquanto dimensão pré-reflexiva da experiência humana, o aprofundamento da modernidade e as reflexões sobre as dinâmicas entre estrutura e conjuntura têm muito a contribuir para investigações sobre a dimensão espacial da experiência hoje.

Neste sentido, fica patente ainda que a construção de reflexões que considerem as dimensões temporais e espaciais da experiência humana implicam na utilização de conceitos e categorias que, articulados, nos permitam revelar os fenômenos e situações como eles se mostram, inclusive as suas contradições, posto que o movimento do mundo e da realidade não “para” para que a ciência o acompanhe, sendo, pois, a ciência responsável por tentar compreender as dinâmicas da realidade e o encaixe dos processos. Esta perspectiva coaduna com a compreensão de Souto (2019) acerca das ideias de Bachelard, em torno de uma pedagogia científica e da articulação da obra noturna e diurna do autor, em vista da compreensão de que o humano aprende com a natureza, sendo aluno de sua racionalidade, ao mesmo tempo em que se inspira com estas e se abre para o sonho e para o devaneio, alimentando a ciência. “Só se pode estudar o que primeiramente se sonhou. A ciência forma-se muito mais sobre um devaneio do que sobre uma experiência, e são necessárias muitas experiências para se apagarem as brumas do sonho” (BACHELARD, 1994 p. 34).

Retomando as discussões feitas sobre a experiência e sua repercussão na Geografia, destacamos a importância da obra de Wright (2014), que evidencia a importância de os geógrafos se munirem de sua imaginação, mas também da de outros para enriquecer as investigações geográficas que poderiam ser de dois tipos: voltadas para a distribuição e as relações territoriais dos conhecimentos de qualquer natureza e para os resultados que o conhecimento produz na Terra e aquelas voltadas para o próprio conhecimento geográfico, a partir de diferentes perspectivas. Ressalta-se que o trabalho de Wright, assim como o de Dardel (2011), é pioneiro ao colocar a importância da subjetividade e da imaginação para a pesquisa geográfica. Neste sentido, a tese, ao passo que se volta para o passado, pela memória, como horizonte temporal alcançável do presente para pensar o futuro, centra-se na importância da imaginação das pessoas para o planejamento urbano, por meio da compreensão do que é rua e da sua importância para a vida urbana e da cidade como obra.

Ademais, a Geografia humanista, em especial a de base fenomenológica, se baseia na obra de autores como Husserl e Heidegger, criadores de extensas listas de vocábulos para expressar a sua compreensão de filosofia, de consciência e de mundo, na medida em que esses autores se puseram em posição de ruptura com largas tradições filosóficas. Portanto, são o fenômeno, as situações e as trajetórias de pesquisa que indicam as escolhas terminológicas feitas por diferentes autores da

Geografia humanista em suas pesquisas. Há de considerar, portanto, a necessidade de adequação das nomenclaturas criadas em línguas estrangeiras, especialmente inglês e francês para o português, posto que a Geografia humanista se debruça sobre o mundo da vida ocasionando a utilização de termos como mundo vivido, vivência, espaço vivido, sempre relacionados à dimensão espacial da experiência.

Assim, uma Geografia humanista que se baseia no mundo da vida tem seus conceitos e categorias a ele associadas, de modo que a vida alimenta a abstração teórica e conceitual e esta visa a compreender os fenômenos e processos em andamento. Os conceitos e categorias se alimentam na vida pré-científica, como salientou Dardel (2011) sobre a natureza da Geografia, e as reflexões teóricas devem permitir novas formulações e ampliações de compreensão do mundo tanto em termos conjunturais quanto estruturais. O cuidado deve ser o de permitir que o fazer científico de pesquisa permaneça aberto, evitando as reificações. Assim, as escolhas conceituais implicam em ressonância entre modos de ser e modos de fazer Geografia, ocultando ou revelando concepções políticas, teóricas e de mundo, e evidenciam a forma como os diferentes pesquisadores compreendem a relação entre conjuntura e estrutura na tensão todo-parte que marca a trajetória do pensamento geográfico (LENCIONI, 2014; VAZ, 2019).

No âmbito das transformações do mundo, na dialética entre vivência e experiência, como propõe Benjamin (1994; 2000; 2006a; 2006b; 2006c; 2012a; 2012b), continua sendo fundamental o debruçar-se sobre a dimensão espacial do ser-no-mundo e refletir sobre as suas consequências (MARANDOLA JR., 2020). No tocante às cidades contemporâneas é importante pensar sobre as experiências de cidade e suas implicações para a relação que estabelecemos com o entorno. Para tanto, é no âmbito da rua, dos deslocamentos na cidade, nos espaços públicos, ou privados de uso coletivo, que podemos meditar sobre a geograficidade hodierna, de modo a manifestar os potenciais e limitações intrínsecos à dimensão espacial da experiência na cidade contemporânea e seu devir.

5. MEMÓRIA E IMAGINAÇÃO COMO INSTRUMENTOS PARA PENSAR A CIDADE E A RUA

A experiência é o balizador da compreensão humana de tempo e de espaço e, como tal, também é um dos fundamentos da criatividade humana para pensar sua trajetória, apenas acessível por representações, e seu futuro, enquanto expectativa. Neste sentido, a experiência media a compreensão de tempo e de espaço permitindo que alcancemos, a partir do presente, momentaneamente, fugidamente e parcialmente os horizontes de antes e depois e construamos representações que lhes tornam cognoscíveis.

Essa cognoscibilidade está vinculada à possibilidade de elaboração subjetiva e objetiva do conhecimento, seja essa elaboração científica ou não. No âmbito do conhecimento geográfico, Wright (2014) foi pioneiro ao desvelar a relação fundamental entre desconhecido e conhecido para a Geografia, estando a curiosidade e a imaginação no centro da conformação do conhecimento geográfico. Isso se dá haja vista que é a curiosidade entre o desconhecido e o conhecido, sejam eles coletivos ou individuais, que move as investigações geográficas. Em Dardel (2011), a própria cognoscibilidade do espaço geográfico está fundada na relação entre a memória e a imaginação, pois, para o autor, elas são como elos de construção das nossas compreensões do espaço, por meio da experiência.

No âmbito da fenomenologia, para Elliot (2005), a obra de Husserl e Heidegger dialogam por sua compreensão unificada da experiência de modo que a imaginação funciona como elemento integrativo dela. Ao longo de sua explanação, esse autor afirma que Husserl não apresenta, no conjunto de sua obra, uma reflexão pormenorizada sobre a imaginação, estando respaldado, ao não fazê-lo, por sua abordagem de caráter epistemológico. Heidegger, por sua vez, considerou a imaginação como um dos elementos constitutivos do horizonte temporal básico da experiência humana. No entanto, Elliot (2005) identifica um paradoxo na obra de Heidegger, pois a medida em que este autor se aproxima da arte, da estética e da poesia, suas reflexões sobre a imaginação são abandonadas.

Entendendo a experiência como algo simultaneamente individual e coletivo, mutável e contraditório e da dimensão do presente (BENJAMIN, 1994; 2000; 2006a; 2006b; 2012a; 2012b), compreendemos que esta nos auxilia a refletir sobre os

fenômenos, desde que tenhamos o cuidado de situá-la. Como alertou Benjamin, muitas vezes a compreensão de “experiência de vida” norteia o estabelecimento de limites e de possibilidades para o futuro, orientando o que fazer e o que não fazer. No entanto, essa experiência, que se refere ao primeiro momento de reflexão benjaminiana sobre a experiência, é vista como limitante, posto que “poda” os sonhos e anseios juvenis por aventura.

As inquietações benjaminianas sobre o futuro e a impossibilidade de conformar-se com o *establishment* instigam suas reflexões e descrições acerca de suas experiências de vida, bem como lhe conferiram o *lócus* privilegiado para investigar as transformações do mundo que culminam em textos que elucidam: aspectos da vida social dos mais abastados, como na obra *Rua de Mão Única* (2012b); fornecem um panorama das mudanças das paisagens citadinas, de materiais utilizados às questões de planejamento (BENJAMIN, 2006a; 2006b; 2006c); apresentam as contradições engendradas pelo aprofundamento do capitalismo e as possibilidades de transformação do mundo advindas da reprodutibilidade técnica (BENJAMIN, 2012a); e apontam as mudanças nas relações sociais e as dificuldades de linguagem aí envolvidas, especialmente a possibilidade de comunicação inter-geracional, com o fim da narração e o advento do romance, que evidenciam simultaneamente problemas de linguagem, ou seja, de expressão dos fenômenos, bem como mudanças na forma como se dá a experiência do mundo, o seu empobrecimento e a transmutação dialética com a vivência.

Assim, diante desse panorama de questões, Benjamin vê a necessidade da complexificação das reflexões sobre a experiência e a proeminência de desvendar os caminhos para contar e transmitir os saberes, haja vista que as representações sociais e o sentido da vida social, consolidados ao longo do tempo, estavam em xeque com o aprofundamento da modernidade e com o declínio da narrativa.

Essa plêiade de estímulos e meditações intelectuais marca a obra de Benjamin, sua compreensão de história e a construção de tensionamentos entre passado e futuro, balizados pelo presente, de modo que possamos compreender as conjunturas e estruturas do mundo tanto em seu processo de constituição como em seu devir. Bretas (2009) identifica na obra de Benjamin uma teoria onírica que visava a construir uma dialética surrealista, na qual os sonhos aparecem como caminhos da intuição: Benjamin faz exercícios de descrição da realidade e do sonho com o intuito de trazê-los para a vida na qual racionalmente despertos estamos abertos para o sonho e para

a realidade. Assim, o sonho não é parte apenas de uma dimensão psicológica individual, mas também uma dimensão coletiva e histórica, como possibilidade de questionar o que está dado, desestabilizar conceitos e vislumbrar o futuro, posto que marcado pela relação dialética com a vidência e com o despertar (BENJAMIN, 2012b; BRETAS, 2009).

Os sonhos são uma ferramenta benjaminiana que permite tanto o direcionamento para o futuro quanto para o passado, de modo que sua reflexão e sua descrição põem em relevo nuances da experiência espaço-temporal. Esse direcionamento para o futuro, defendido por vários autores (KOSELLECK, 2006, MBEMBE, 2014; RICOEUR, 1994; 1997; SANTOS, M., 2012a; SARTRE, 2005), se baseia, justamente, nos anseios, projeções e expectativas sobre o vir a ser do mundo. Desse modo, nas protensões temporais de passado e futuro, são utilizadas categorias que permitam a construção de narrativas e outras representações de mundo, no intuito de dar coerência e sentido às reflexões propostas. Ao voltar-se para o futuro ganham força a imaginação e o sonho como mediações entre o mundo em que vivo e o mundo que quero ou que temo vir a ser.

Assim, uma compreensão de tensão - enquanto movimento dialético que reflete o contato inevitável, por vezes conflituoso, mas não só, entre diferentes constituintes do mundo de modo que estas estão sempre intrínseca e dialeticamente relacionadas - entre memória e imaginação pode auxiliar a revelar os fenômenos em encaixe na cidade tendo a rua como *lócus* de reflexão.

No âmbito de uma pesquisa geográfica, pensamos que a compreensão da rua, manifesta individual e intersubjetivamente, se dá a partir de uma perspectiva de estranhamento diante do fenômeno. A rua, no entanto, se manifesta na vida cotidiana na cidade, na necessidade dos deslocamentos, no comércio de rua, nos encontros, na necessidade de acesso a serviços, nos conflitos, na exclusão social crescente (desvelada por aqueles que ocupam as ruas da cidade) e até na fuga de um encontro consigo mesmo ou com o outro. Portanto, a rua aparece a partir da experiência de cidade, do habitar, entre a memória do que já foi e o anseio do que está por vir.

As reflexões acima apresentadas sinalizam para a possibilidade de compreensão dos fenômenos em encaixe na cidade a partir da tensão entre memória e imaginação. Serpa (2008), nossa primeira inspiração para essas discussões, discorre sobre a necessidade de uma produção geográfica orientada pela imaginação, pela análise qualitativa e não hierarquizada dos fenômenos, de modo que possamos

vislumbrar as possibilidades do vir a ser da cidade. O autor baseia-se na compreensão de imaginação de Bachelard (2012), indicando a imaginação como uma possibilidade de extrapolar os limites da realidade, encaminhando-nos para a esfera das possibilidades e expectativas.

Influenciados por essas ideias, nos deparamos, em pesquisas anteriores, com a problemática do recorte temporal e espacial em Geografia e de suas repercussões para a pesquisa geográfica orientada pela articulação entre fenomenologia e dialética proposta pelo mesmo autor em diversos textos, cientes da necessidade de partirmos do fenômeno e de como ele aparece para nós, encaminhando uma reflexão sobre tempo e experiência (SERPA, 2007a; ALMEIDA, 2014; VAZ, 2016).

As reflexões sobre a relação entre memória e imaginação como caminho para compreender a dimensão espacial da experiência do homem no mundo são evidenciadas pelos precursores da geografia humanista, como Wright (2014), Dardel (2011) e Lowenthal (1961), em meados do século XX.

Para Wright, a imaginação movimenta a curiosidade geográfica, sendo fundamental para o bom andamento de pesquisas geográficas, haja vista que um geógrafo que não imagina se vê repetindo pesquisas e caminhos, mas sem abrir novos. É a capacidade de imaginar que nos permite teorizar, colocando em movimento os fenômenos e buscando formas de compreendê-los e socializá-los com os pares. No entanto, o autor alerta para os riscos da imaginação, pois esta pode ser ferramenta de devaneio.

Por isso, Wright (2014, p. 9) separa a imaginação em três tipos: a) a imaginação promocional “[...] controla (*sic*) pelo desejo de promover ou defender qualquer interesse ou causa pessoal, diferente daquela de buscar a verdade objetiva por seu próprio fim”, na qual as crenças, preconceitos e valores podem agir na criação de “[...] concepções ilusórias ou enganosas conforme aquilo que a pessoa gostaria, mais do que necessariamente a verdade”, mas que, de todo modo, pode ser utilizada para fins práticos e, então, enriquecer a Geografia; b) imaginação intuitiva é um processo subjetivo com finalidade objetiva, pois intenta “[...] assegurar as concepções realistas”. Para o autor, foi por meio dela que se desenvolveu muito do conhecimento objetivo, “[...] porque ela faz uso das impressões pessoais e de fatos selecionados, ao invés de impessoais, considerando e pesando todas as evidências pertinentes; c) A imaginação estética, por sua vez, advém do “[...] desejo de desfrutar o próprio processo de imaginação, e de dar satisfação aos outros através

da comunicação dos resultados em forma escrita ou gráfica” (WRIGHT, 2014, p. 10). Assim, a imaginação estética está vinculada a uma subjetividade estética que permite realçar os sentidos, dando clareza aos textos, e dota a Geografia de um caráter artístico, como já aconteceu no passado, o que faz aumentar o interesse de estudantes pela disciplina e atiza a curiosidade acerca dos fenômenos geográficos. O autor ressalta os riscos do uso da imaginação ilusória, evidenciando que essa pode levar à diminuição da legitimidade dos estudos.

Já para Dardel imaginação está no cerne da constituição da Geografia pré-científica e está na base da constituição da geograficidade, categoria e conceito central de sua geografia fenomenológica que se volta aos problemas da existência. Nas palavras do autor:

Na fronteira entre mundo material, onde se insere a atividade humana, e o mundo imaginário, abrindo seu conteúdo simbólico à liberdade do espírito, nós reencontramos aqui uma geografia interior, primitiva, em que a espacialidade original e a mobilidade profunda do homem designam as direções, traçam os caminhos para um outro mundo (DARDEL, 2011, p. 5).

Reconhecemos sem dor que a ‘lembrança’ excede, assim, a simples preocupação científica de anotar as medidas de temperatura e de salinidade. O geógrafo que mede e calcula vem atrás: à sua frente, há um homem a quem se descobre a ‘face da terra’; há o navegante vigiando as novas terras, o explorador na mata, o pioneiro, o imigrante, ou simplesmente o homem tomado por um movimento insólito da Terra, tempestade, erupção, enchente. Há uma visão primitiva da Terra que o saber, em seguida, vem ajustar (DARDEL, 2011, p. 7).

Assim, vemos que a tensão entre memória, ou, como afirma Dardel (2011), “lembrança”, e imaginação está no cerne da própria constituição do conhecimento geográfico, sendo inescapável às investigações geográficas.

Lowenthal (1961), em ensaio sobre a teoria do conhecimento geográfico, considerando sua porção científica e vernácula, evidencia que a Geografia é universal e multifacetada, ultrapassando os limites da nossa preocupação em termos disciplinares e de método. Sua compreensão de Geografia se aproxima da de Dardel, na medida em que, para ambos, a curiosidade geográfica, a necessidade de localização e orientação fazem parte da dimensão espacial da experiência, pois “[...] qualquer pessoa que examine o mundo ao redor de si é, de algum modo, um geógrafo” (LOWENTHAL, 1961, p. 105). Para esse autor, a memória, seja ela consciente ou

inconsciente, e a imaginação, junto à aprendizagem e à experiência são os elementos componentes das imagens e visão de mundo que elaboramos. Ademais, as imagens e visão de mundo são influenciadas também pelas representações do mundo desconhecido, pela cultura, por crenças, preferências e estereótipos, compondo “[...] o quadro individual da realidade” (LOWENTHAL, 1961, p. 141)

Compreendendo a centralidade da imaginação e da memória para a constituição do espaço geográfico, é preciso destacar, com Wright (2014), Lowenthal (1961), Dardel (2011) e Lefebvre (2013), que a imaginação comunicada cria representações de mundo que podem ser aceitas e validadas, de modo que a imaginação do outro me pode ser emprestada na constituição da compreensão do espaço geográfico, sendo não apenas possível, mas também desejável navegar pelas obras de artistas que manifestem com admiração e novidade o mundo e os fenômenos que nele observa.

Nas suas reflexões, Dardel enfatiza a importância das percepções e dos sentimentos do homem com relação ao espaço, da sua capacidade de transformá-lo, sendo ao mesmo tempo transformado por ele. Essas experiências são parte de uma experiência primitiva, primeira, do mundo: “[...] resposta da realidade geográfica a uma imaginação criativa que, por instinto, procura algo como uma substância terrestre ou que, se contradizendo, a ‘irrealiza’ em símbolos, em movimentos, em prolongamentos, em profundidades” (DARDEL, 2011, p. 14-15). É assim que acontece “[...] uma espécie de *fundação* da realidade geográfica” (DARDEL, 2011, p. 15, grifo do autor), intrinsecamente ligada à fenomenologia da imaginação, já que no ato de imaginar a consciência precisa transcender o mundo e colocá-lo à distância (BACHELARD, 2012).

A compreensão da imaginação produtiva de Ricoeur (1986; RICOEUR, 1975 *apud* TAYLOR, 2006), apresentada em seguida, se aproxima da de Bachelard (1997), na medida em que ela implica em extrapolar o mundo criando imagens de consciência, baseando-se na ficção. Nas palavras de Bachelard (1997, p.17-18), “a imaginação não é, como sugere a etimologia, a faculdade de formar imagens da realidade; ela é a faculdade de formar imagens que ultrapassam a realidade, que cantam a realidade” (BACHELARD, 1997; 1988; 2012). Assim, enquanto Ricoeur divide a imaginação em produtiva e reprodutiva, a compreensão da imaginação em Bachelard pode ser categorizada em imaginação formal e material (BULCÃO, 2003).

De acordo com Bulcão (2003), a imaginação formal decorre da apreciação passiva do mundo, distanciando homem e mundo, de modo que este aparece como espetáculo. A imaginação material, por sua vez, retoma o mundo já que se origina no confronto entre o homem e o seu entorno, sendo uma abertura para a ação transformadora e para o demorar-se no mundo, considerando o humano em sua dimensão corpórea.

O afastamento da visão banal, ordinária, do mundo, a partir da imaginação, está intrinsecamente relacionado à possibilidade oferecida pela imaginação de ultrapassar realidades e transformá-las (BACHELARD, 2012; RICOEUR; 1986). O ponto de partida de Bachelard (2012), por sua vez, um dos inspiradores de Dardel, é a imagem poética, imagens que ressoam e repercutem em todos, transubjetivamente, para compreender as imagens de mundo nelas manifestas. Bachelard aposta na existência de imagens essenciais, poéticas, nas imagens de mundo expressas na poesia e em outras expressões artísticas.

As reflexões de Bachelard (2012) têm caráter fundamentalmente dialético, ainda que apontando a dialética enquanto atitude do espírito humano (VASQUEZ, 1998). As suas análises sobre a imaginação se dão sempre através de pares que revelam as possibilidades de compreensão do mundo a partir do seu confronto, alargando e complementando a sua compreensão. Sua fenomenologia é aquela da dialética entre o íntimo e a amplidão, posto que estas dimensões se manifestam independentemente da ordem de grandeza que têm no mundo “objetivo”.

Assim, na perspectiva bachelardiana, é a partir da experiência da casa que serão balizadas e ordenadas na consciência as demais experiências de mundo. Portanto, a instância do íntimo e do próximo, em sua dialética com o exterior e o amplo, está no seu cerne e na possibilidade de compreensão de mundo. Bachelard (2012) opta por refletir sobre as manifestações do mundo a partir das imagens poéticas sem se debruçar sobre grandes questões filosóficas, salientando-se que a arte e as imagens poéticas podem contribuir grandemente para esse debate.

Bachelard (2012) afirma que a constituição da imagem poética é aberta, sujeita a transformações e se enriquece de novas imagens. A imaginação e a criação das imagens poéticas são fundadas na experiência do espaço, posto que “o espaço convida à ação, e antes da ação a imaginação trabalha. Ela ceifa e lavra” (BACHELARD, 2012, p. 31). Assim, a imaginação criativa é o norte da ação, da constituição de práticas espaciais primeiras e, portanto, do habitar o espaço.

Acerca das ideias de Ricoeur (1986) sobre a imaginação, Taylor (2006) evidencia que essas são centrais, ainda que dispersas ao longo de sua obra. Taylor (2006) reforça a importância da obra *Lectures on Imagination* - não publicada, mas gravada em fita cassete e transcrita pela equipe do Centro de Tecnologia e Documentação da Escola de Direito da Universidade de Pittsburgh no início dos anos 2000 - fruto de uma série de cursos ministrados por Paul Ricoeur na Universidade de Chicago em 1975.

Segundo Taylor (2006), ao longo das *Lectures*, Ricoeur apresenta a centralidade da imaginação para compreendermos o mundo, sublinhando que a imaginação não se configura em divagações da mente, mas sim em ferramenta de compreensão do mundo. Ricoeur encaminha o desenvolvimento de uma teoria da imaginação que contrapõe à ideia de imaginação reprodutiva a imaginação produtiva “[...] demonstrando que a imaginação não é algo marginal ou ocasional no pensamento, mas sim algo que permeia todo pensamento e conceitualização” (TAYLOR, 2006, p. 94, tradução nossa)¹⁷. Para Ricoeur, a imaginação é um ingrediente da percepção, tanto em seu viés filosófico quanto psicológico, de modo que “nós não podemos opor... imaginar a ver, se ver é ele mesmo um caminho de imaginar, interpretar ou pensar”¹⁸ (RICOEUR, 1975, 9:1 *apud* TAYLOR, 2006, p. 94, tradução nossa).

Assim, sem desconsiderar as possibilidades de articulação e reflexão com outros campos do conhecimento e suas possíveis contribuições, Ricoeur demonstra que na história do pensamento ocidental houve uma prevalência da imaginação reprodutiva em detrimento da imaginação produtiva.

A imaginação reprodutiva consiste na relação original e cópia já que, desde Platão, perpassando por Hume, Spinoza, Pascal, Ryle e Price e tendo como exceções Aristóteles e Kant, a imaginação foi subordinada à ideia de imagem mental da realidade, quer fosse a imagem a origem do mundo ou o mundo a origem da imagem. Em todo caso, “[...] onde a imagem era discutida havia uma distinção entre um original - a realidade - e uma cópia - a imagem ou a imaginação – e, em todo caso, a cópia era sempre menos que o original” (TAYLOR, 2006, p. 95, tradução nossa)¹⁹, portanto,

¹⁷ Do original em inglês: *demonstrate that imagination is not something marginal to or occasional in thought but rather permeates all thought and conceptualization* (TAYLOR, 2006, p. 94)

¹⁸ Do original em inglês: *[w]e can no longer oppose ... imagining to seeing, if seeing is itself a way of imagining, interpreting, or thinking* (RICOEUR, 1975, 9:1 *apud* TAYLOR, 2006, p. 94)

¹⁹ Do original em inglês: *where the image was discussed, there was a distinction between an original – reality – and a copy – the image or the imagination, and in each case, the copy was always less than the original* (TAYLOR, 2006, p. 95)

enganosa, ilusória ou falsa, a imaginação foi subordinada à ideia de existência de uma imagem acessível pelos olhos da mente. Desse modo, a imaginação é um elemento de segunda categoria, que imita o original, escapando da realidade e produzindo nada.

Segundo Taylor (2006), Ricoeur (1975) buscava basear sua teoria da imaginação produtiva na compreensão de Sartre (1996), pois esse autor compreende a liberdade a partir do processo de nadaificação, ou seja, no âmbito do irreal, ultrapassando os limites da realidade empírica. No entanto, Ricoeur considera que a ausência, em Sartre, se mostra como uma reprodução, a ausência de algo “real” que não se faz presente.

A imaginação produtiva envolve a concepção de algo que não seja duplicativo e pode ser dividida em quatro domínios: imaginação social e cultural, a utopia que “[...] não é apenas um escape da realidade, mas aponta para um novo tipo de realidade. Ela expande nosso senso de realidade e das suas possibilidades” (TAYLOR, 2006, p. 96, tradução nossa)²⁰; imaginação epistemológica, com a criação de modelos teóricos que implicam na reconfiguração do domínio de sua aplicação, expandindo-o e alterando-o; imaginação poética, que, assim como os modelos teóricos, tem nas metáforas o poder de alterar e expandir a realidade; e a dos símbolos religiosos, que é capaz de expandir a realidade dos que têm crenças religiosas. Assim, a tragédia aristotélica, a pintura de paisagens - como uma nova forma de olhar a natureza - e as utopias sociais seriam, portanto, exemplos frutíferos de imaginação produtiva, porquanto se baseiam na ficção e que a ficção não reproduz, mas cria realidades a partir da realidade existente. Logo, a efetividade da imaginação produtiva implica em sua compreensão como uma “transcategoria” capaz de permitir compreender as categorias existentes, de modo que “[...] a imaginação produtiva introduz uma ficção, uma imagem sem um original, algo vindo do nada. Apenas desse modo ela é transformativa da realidade existente” (TAYLOR, 2006, p. 98, tradução nossa)²¹.

A imaginação apresenta, neste sentido, caráter ontológico, haja vista que não se busca a compreensão do que é original, mas a da própria imagem, haja vista que ela

²⁰ Do original em inglês: *At its best, the utopia is not only an escape from reality, but it points to a new kind of reality. It expands our sense of reality and reality's possibilities* (TAYLOR, 2006, p. 96).

²¹ Do original em inglês: *Yet the important point remains that productive imagination does introduce a fiction, an image without an original, something from nowhere. Only in this way is it transformative of existing reality* (TAYLOR, 2006, p. 98).

não tem um original em quem se mirar. Nesse sentido, Taylor (2006) ressalta ainda que não há ingenuidade nas reflexões de Ricoeur (1975 *apud* TAYLOR, 2006) sobre a imaginação, na medida em que o filósofo estava ciente dos riscos da imaginação produtiva, como do escapismo, de seu acercamento com a mágica e com o absolutamente irrealizável (RICOEUR, 1986).

Bachelard (1988; 1997; 2012), como visto anteriormente, propõe uma fenomenologia da imaginação, compreendendo que o debruçar-se sobre as imagens poéticas permite a complementaridade entre a imaginação e a razão de modo que expressem a realidade de forma mais complexa. Os sonhos e devaneios são, portanto, base do ato criativo e não se configuram em descrições científicas de mundo, mas revelam-no. A imaginação permite uma intensificação e uma valorização da experiência, dado que permite a criação de vínculos entre as pessoas e o mundo que habitam e envolve todos os sentidos.

Desse modo, a imaginação, tanto na perspectiva de Ricoeur (1975 *apud* TAYLOR, 2006), quanto na perspectiva de Bachelard (1988; 1997; 2012), possibilita a criação de representações assim como, dialeticamente, tanto o afastamento quanto a aproximação com o mundo nos termos lefebvreanos, permitindo também uma reflexão sobre o devir (LEFEBVRE, 2006).

Diferentemente de Ricoeur (1986), Bachelard não se debruça sobre a questão da ideologia, mas enfatiza a falta de aprofundamento das relações que as pessoas estabelecem com o mundo e vê a possibilidade de a imaginação defrontar-se com o mundo tendo-o como espetáculo, característica reprodutiva também encontrada por Ricoeur quando este identifica que a imaginação pode servir à manutenção da ordem previamente estabelecida especialmente como imaginação reprodutiva.

Neste sentido, a imaginação reprodutiva de Ricoeur, bem como a imaginação formal de Bachelard (2012) funcionam como representações, como mediações com a realidade em que há um afastamento do mundo, aproximando-se mais das ausências do que das presenças (LEFEBVRE, 2006). Para Ricoeur (1986), as ideologias fazem parte de um dos fundamentos da própria relação de produção do pensamento, já que a ideologia, não necessariamente, implica em engano, mas sim, em par dialético da utopia, sendo, portanto, o ponto de partida das reflexões sobre as quais podemos imaginar transformações do mundo.

Considerando a ideia de representação em Lefebvre (2006) (SOUSA, 2010; SERPA, 2013; 2019; VAZ, 2016; 2019), compreendemos que tanto a utopia quanto a

ideologia estão no movimento dialético entre presença e ausência, revelando e ocultando o mundo já que podem estar distantes ou próximas dos fenômenos. Neste sentido, utopias e ideologias fazem parte de construções de representação sobre o mundo a partir de diferentes referenciais teóricos e olhares sobre o mundo. Outro ponto de convergência entre Ricoeur (1986) e Lefebvre (2006) está na importância das representações como elementos inescapáveis e constituintes da *práxis*.

Tanto na obra de Bachelard quanto na obra de Ricoeur podemos identificar protensões temporais de passado e de futuro. Se, em Ricoeur, a reflexão sobre o tempo implica na consolidação da narrativa como central para compreender o mundo, compartilhando memórias, na obra de Bachelard a memória assume um papel centrado na experiência individual, de modo que reflete a elaboração de referências dos indivíduos com relação à sua experiência espaço-temporal de mundo.

A imaginação em Bachelard não é direcionada apenas para o futuro, ela tem um horizonte de antes que diz respeito à constituição da memória – no processo de encaixe da ação, enquanto ela é apenas um devir, um vir a ser no mundo – e de conhecimento de mundo: “a imaginação grava-as em nossa memória. Elas aprofundam lembranças vividas, deslocam-nas para que se tornem lembranças da imaginação” (BACHELARD, 2012, p. 49). Esta relação intrínseca e inseparável da imaginação com a memória aparece também nos elementos originários dos sonhos e dos devaneios que, fundando a imagem poética pela imaginação criativa, expressam mundo.

Deste modo, “a imagem poética não está sujeita a um impulso. Não é o eco de um passado. É antes o inverso: com a explosão de uma imagem, o passado longínquo ressoa de ecos e já não vemos em que profundezas esses ecos vão repercutir e morrer” (BACHELARD, 2012, p. 2). Nesse contexto, é a experiência de ser no mundo que permite à consciência imaginar e, ao mesmo tempo, ver pelas suas lentes o passado, através da reminiscência, através de uma memória que se constitui de fatos, mas que os extrapola e que pode, portanto, se direcionar para o futuro.

A tensão entre memória e imaginação como elementos centrais aparece também na obra de Mbembe (2014) que, em suas reflexões sobre o tempo, evidencia o caráter heterogêneo, irregular e fragmentado deste, na medida em que “[...] a relação do sujeito com o tempo é uma relação que não tenta, necessariamente, esquivar-se ao passado e ao futuro, mas pelo menos resgatá-los e subsumi-los” (MBEMBE, 2014, p. 209); portanto, tendo como ferramentas de articulação de sentido

a memória e a recordação que permitem a imaginação do vir a ser da humanidade e a criação de expectativas, possibilitando uma reapropriação, a reinterpretação do passado e a criação de novas narrativas. Nas palavras do autor:

Além do mais, memória e recordação só têm sentido em relação à ideia segundo a qual o tempo é, na realidade, uma espécie de antecâmara do real e da morte. Nesta antecâmara jazem coisas inéditas, inesperadas ou, mais radicalmente, “possibilidades escondidas”, toda a espécie de potencialidades simultaneamente criativas e destrutivas, um mundo invisível e secreto, que constitui a verdadeira face do real, sem a qual não pode haver redenção deste mesmo real. Nesta superfície opera-se a passagem do real ao ilusório, do avesso ao direito, a conversão de um no outro. Em tais condições, recordar é, antes de mais, partilhar a diferença e produzir o desdobramento, precisamente porque existe um deslocamento essencial entre as várias unidades do tempo na sua relação ao acontecimento. Em contrapartida, o acontecimento não sobrevive simplesmente. Será preciso decifrá-lo e exprimi-lo (MBEMBE, 2014, p. 209-210).

Ainda de acordo com Mbembe (2014), a memória e a recordação envolvem o corpo, seu sistema nervoso, as emoções, sendo o corpo traspassado pelas memórias de modo que, no âmbito do indivíduo, a memória e a recordação envolvem uma interação entre o corpo, a compreensão do tempo e dos acontecimentos, podendo direcionar o pensamento para a consciência racional ou para consciência onírica e imaginária.

Gagnebin (2020) ressalta a importância do debate sobre a memória, considerando-a tanto em sua dimensão subjetiva, apresentada por Pierre Nora, quanto à concepção ricouerliana de memória enquanto conexão viva com o passado. Se, por um lado, Ricouer enfatiza a necessidade de considerar a memória mais do que um sentimento, evocando a necessidade de entender sua importância epistemológica, uma vez que nessa perspectiva a memória não é dedutível, se originando em paralelo à faculdade da linguagem e se fundamentando no recordar a possibilidade de começar; por outro lado, Gagnebin enfatiza a relevância da reflexão de Nora, posto que a memória é um elemento flexível e mutável, variando entre culturas e tempos históricos.

A autora frisa que a excessiva preocupação social com a memória, identificada por Nora, se aproxima da preocupação de Benjamin acerca do declínio da experiência

(*Erfahrung*) e da sua transmissibilidade entre gerações, que evoca uma nostalgia com relação ao passado e uma vontade de fazer permanecer aquilo que já não é.

Nessa sequência, a memória viva permite a vinculação entre o que já foi e o presente, de modo que “[...] A tarefa da memória, portanto, não é apenas de lembrar, mas de lembrar respondendo a uma interpelação, um tema que encontramos em Arendt e em Benjamin” (GAGNEBIN, 2020, p. 208). Assim, a memória tem uma dimensão ética e política, fazendo com que esteja intrinsecamente relacionada com o esquecimento:

Impor o esquecimento é, paradoxalmente, impor uma forma única de memória, produzindo ao mesmo tempo uma “memória impedida” que não cessa de sempre voltar e solapar o difícil equilíbrio alcançado: a memória viva reivindica sua independência e contesta as disposições precárias da memória oficial (GAGNEBIN, 2020, p. 209).

A memória é vista, por Ricoeur, não como um elemento monolítico, mas que pode ser manipulado, impedido e comandado de modo abusivo, não permitindo que, no presente, respondamos ao que nos evoca tendo em vista o presente e pensando-a no presente. Assim, a memória está profundamente vinculada à linguagem, posto que a memória coletiva se torna possível pela criação de representações, mediações, do que experienciamos enquanto sociedade, de modo que fica patente a atualidade das reflexões benjaminianas sobre o fim da experiência coletiva que se dá em paralelo ao desaparecimento da narrativa.

Para Silva e Carreto (2020), a reflexão bachelardiana sobre a imaginação se constitui em uma ontologia espacial, sendo o par memória e imaginação central tanto para Bachelard (2012), quanto para W. Benjamin (2006c). Segundo os autores, tanto na obra de Bachelard, quanto na obra de Benjamin, é possível encontrar indícios de que é a dimensão espacial da experiência que anima a memória, porque estar lançado no mundo é uma condição da existência em sua dimensão temporal permitindo o dar asas à imaginação.

Diante da compreensão da memória como elemento vivo e intimamente relacionado à vida social, entendemos que há uma estreita relação entre imaginação e memória, possibilitando um recuo temporal de exercício de transpor os limites estritos da realidade do aqui e do agora. A tensão entre memória e imaginação se revela num limiar: “[...] um entre, uma zona cinzenta que funde categorias e mistura

oposições” (RIZEK, 2012, p. 33)²². Isto porque a própria memória pode ser realçada ou enfraquecida pela consciência, haja vista que tem caráter dialético (memória involuntária *versus* memória voluntária), não estando restrita à função de guardar fatos “puros”: “pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento rememorado é sem limites, pois é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (BENJAMIN, 2012a, p. 38-39).

Outrossim, a base de constituição da memória e da imaginação se dá no emaranhado das experiências humanas no mundo, nas lembranças e memórias que constituem os horizontes de possibilidades das situações e suas circunscrições biográficas, temporais, espaciais e sociais (SCHUTZ; LUCKMANN, 1973). Serpa (2008), por sua vez, ressalta a importância da imaginação como fundamento indispensável para o geógrafo contemporâneo pensar o mundo e seu devir (SANTOS, M., 2012a) com base na ideia de imaginação proposta por Bachelard (2012).

O debate geográfico sobre a dimensão espacial da experiência, apesar de intrinsecamente associado à memória, apresenta lacunas de aprofundamento reflexivo, de modo que, segundo Alvarenga (2017), a variedade de possibilidades de tratar a memória teoricamente fez com que as pesquisas em Geografia tangenciassem o tema, tratando-o de forma parcial. É diante desse contexto que o autor visa a aprofundar discussões sobre a compreensão da memória a partir da obra de diversos autores articulando o debate filosófico com o debate geográfico, baseando sua argumentação da memória enquanto fenômeno individual a partir da compreensão bergsoniana bem como um fenômeno social e coletivo baseado em Maurice Halbwachs. Alvarenga (2017) traça um paralelo a partir da obra de diversos filósofos e destaca a conexão entre lugar e memória, salientando a estreita vinculação entre memória, lugar e experiência a partir das obras de Lowenthal, Seamon, Entrikin, Tuan e Massey; evidenciando aspectos da relação entre homem e mundo a partir de elementos culturais e políticos, mas também do indivíduo, considerando desde a memória-habitual, não refletida, que temos dos nossos trajetos até a criação de narrativas coletivas a partir de acontecimentos diversos. Ademais, considera a relação interescalar do lugar e da construção da memória que perpassa desde a casa à

²² Rizek (2012) reflete sobre a contribuição para a análise teórica de experiência na cidade a partir da diferenciação dos conceitos de limite e limiar propostos por W. Benjamin se baseando em dois textos de reconhecidos comentadores da obra deste autor, a saber: Sedlmayer e Gagnebin.

compreensão de lugar mais abstrato, vinculada ao Estado-Nação, por exemplo. Diante dessas reflexões, a memória seria uma das principais categorias para compreendermos o lugar.

Deste modo, a memória e a imaginação do mundo abrem os caminhos para se pensar o devir da cidade, tanto a partir das experiências já vividas das pessoas em suas ruas, quanto a partir de experiências novas que instiguem o devaneio, o sonho e a imaginação. Na imaginação, que se consolida na memória e que, necessariamente, leva, de algum modo, para o futuro, se encontra o caminho que escolhemos para exercitar uma Geografia que tem por base as práticas espaciais primeiras – a geograficidade dos agentes desta pesquisa – como possibilidade de fazer uma Geografia voltada para a compreensão de o que é a rua, de sua importância e do seu mostrar-se direcionado para o presente-futuro das ruas e das cidades em que elas são.

Assim, diante das transformações ocasionadas pelo advento e pelo aprofundamento da modernidade, a rua aparece como *lócus* de verificação das transformações das cidades por meio das modificações das paisagens urbanas. Pensar a rua como objeto de pesquisa requer a criação de estratégias de investigação que coloquem a rua e as transformações que nela ocorrem em movimento, através da lógica dialética (LEFEBVRE, 1991). Este propósito demanda ainda estratégias de compreendê-la a partir dos fenômenos que a rua, enquanto escala, nos permite ver, numa perspectiva fenomenológica acerca das experiências das pessoas no mundo.

Entendemos que, diante do sistema técnico atual em que nos encontramos, a rua é fundamental para a experiência dos cidadãos com o espaço, na medida em que permite o encontro com o diferente e, concomitantemente, é uma escala que permite ver as transformações das relações em sociedade e as expropriações perpetradas pelo capitalismo (MOREIRA, 2009; SENNETT, 2015; DEBORD, 2015), reflexões que serão aprofundadas no próximo capítulo.

6. PAISAGEM E LUGAR

Compreender as ruas num contexto de aprofundamento da modernidade, pelas lentes da Geografia, requer um esforço de reflexão que se baseie no arcabouço teórico-metodológico desta disciplina, suas categorias e conceitos. Compreendendo o espaço enquanto totalidade, como propõe Santos (2012a), e, portanto, inalcançável, é preciso, no fazer geográfico, que escolhamos lentes, conceitos e categorias, que nos permitam construir a pesquisa e refletir teoricamente sobre os fenômenos. Partindo desta perspectiva, optamos, por nos debruçar sobre a rua, norteados pelos conceitos de paisagem e lugar²³, haja vista que não existem limites fixos/precisos entre a paisagem, o espaço e o lugar: “nem a relação entre eles é constante – lugares têm paisagens, e paisagens e espaços têm lugares” (RELPH, 1979, p. 16).

Diante de diferentes possibilidades de compreensão dos conceitos e categorias geográficos, com tradições teórico-metodológicas diversas, o espaço, a paisagem e o lugar são compreendidos de forma distintas. Na perspectiva Miltoniana (2012a), o espaço é instância social e, enquanto totalidade, não pode ser compreendido *per se*, mas sim através de suas categorias e conceitos, o que lhe confere compreensibilidade e visibilidade. Nesta perspectiva, a dimensão espacial é co-fundante e co-determinante da experiência de mundo.

Serpa (2007a), a partir das considerações de Santos (1996; 2012a), evidencia que a paisagem é, além de uma forma de aparecer do espaço, também sua forma mais operacional. Assim, a separação entre paisagem e espaço deve ser realizada apenas com caráter didático-analítico, não podendo, o espaço e a paisagem, ser compreendidos separadamente. As discussões de Relph (1976; 1979; 2012)

²³ Na pesquisa de mestrado (VAZ, 2016) buscamos pensar a relação entre os conceitos de região e território dada a preeminência de refletir sobre uma regionalização que institui territórios (como é o caso dos Territórios de Identidade na Bahia). À época, partimos das ideias de Haesbaert (2010), haja vista que o autor argumenta que “a ‘identidade’ de um conceito, um pouco como a própria construção de uma identidade social, não se define simplesmente pela concepção clara de um ‘outro’ frente ao qual ele se impõe, mas pela própria definição que este outro lhe concede – portanto, por sua imbricação” (HAESBAERT, 2010, p. 158). Na perspectiva do autor, os conceitos devem ser considerados dentro das suas delimitações, respeitando seus contextos históricos e epistemológicos em diferentes momentos do pensamento geográfico. Ocorre que se torna importante considerá-los nas suas fronteiras: “[...] nos limiares, nas interfaces, nas interseções, sem o às vezes obsessivo estabelecimento de um recorte de delimitação estanque e bem definido” (HAESBAERT, 2010, p. 158). Por fim, o autor afirma que muitas vezes as distinções entre os conceitos são delimitadas pelas diferentes ênfases dadas nas pesquisas geográficas, destacando alguns aspectos da dimensão espacial da sociedade em detrimento de outros.

comprovam a tenuidade dos limites entre os conceitos quando o autor se debruça sobre as características do lugar fazendo ver neste elementos convergentes com a paisagem.

Por outro lado, os filósofos Casey (2001) e Malpas (2015) sublinham a necessidade de diferenciar e definir os conceitos geográficos numa perspectiva diferente daquela proposta por Santos (2012a), haja vista que compreendem o espaço como base locacional, sendo o lugar o eixo central das reflexões geográficas. Em Malpas (2015) a centralidade do lugar aparece a partir da consideração da necessidade de uma virada topográfica, na qual o *topos*, termo mais básico e relacional, vinculado ao lugar, assumiria proeminência nas análises geográficas. Para este autor o espaço está vinculado ao amplo, ao vazio e à tendência de homogeneização dos fenômenos. As considerações de Casey (2001) se aproximam das de Malpas, tendo em vista que o espaço assume características próximas do vácuo geométrico, do vazio, no qual as coisas estão posicionadas, de modo que o lugar e a paisagem, entendidos como indissociáveis, devem ser a base das investigações geográficas.

Acerca da paisagem enquanto conceito e categoria geográfica, Claval (2004) traça um panorama de suas origens e transformações. Para o autor, o conceito de paisagem apresenta, inicialmente, forte vinculação com as artes, em especial a pintura, devido às relações entre sociedade e natureza a partir da ótica de um observador, o pintor, que a registrava pelo enquadramento da janela. Sem nos deter nas transformações históricas do conceito e na sua importância para o estabelecimento do campo disciplinar da Geografia e de alguns dos seus subcampos, ressaltamos que desde a década de 1970 a paisagem vem sendo tratada a partir de uma perspectiva das experiências dos homens no mundo, baseada na filosofia fenomenológica, que originou uma série de estudos sobre a paisagem no surgimento e na consolidação da abordagem cultural e humanista²⁴ na Geografia (CLAVAL, 2004).

²⁴ Claval (2011) afirma ser mais proveitoso considerar a existência de “abordagens culturais” em Geografia que considerar a Geografia Cultural como um subcampo. Isto porque, para o autor, a dimensão cultural pode perpassar as análises geográficas em seus diversos subcampos e linhas de pesquisa. Anderson, Domosh, Pile e Thrift (2003), por sua vez, em prefácio para o *Handbook of Cultural Geography* – livro que busca ser uma obra que reflita o estado da arte do campo – afirmam que a Geografia Cultural não é um campo, mas um “[...] estilo de pensamento, uma forma de expandir e iluminar geografias. Ou talvez, melhor, a Geografia Cultural seja um estilo de pensamento que reúne nela uma ampla variedade de questões e formas de respondê-las” (ANDERSON, DOMOSH, PILE, THRIFT, 2003, p. xix), isto se dá porque as pesquisas da chamada Geografia Cultural são “[...]”

Serpa (2013) discorre sobre os pressupostos de método, reflete e sistematiza sobre o tratamento dos conceitos de paisagem, lugar e região, nas diferentes abordagens da Geografia Humana, relacionando-os, a partir da obra de Henri Lefebvre, com as representações sociais e espaciais. Para tal, o autor tem como ponto de partida a articulação entre dialética e fenomenologia, no intuito de revelar e pôr em movimento as contradições dos fenômenos no mundo.

Devemos ponderar sobre a paisagem considerando a sociedade que a habita e a significa, conferindo conteúdo às formas no espaço, posto que estas nascem com funções e significados prévios e intencionalmente concebidos em uma conjuntura, podendo ser ressignificadas e transformadas pela sociedade em que se inserem. As paisagens carregam formas-conteúdo gestadas em diferentes contextos temporais e permitem que conheçamos o entrelaçamento espaço-temporal entre espaço e pessoas através das interseções entre vida, experiência e espaço por meio da memória e dos registros das transformações do mundo, permitindo que vislumbremos os horizontes de antes e de depois (BENJAMIN, 1984; CLAVAL, 2004; RICOEUR, 1997; SANTOS, 2012a; SERPA, 2007a; 2013).

Para Serpa (2013), uma fenomenologia da paisagem – baseada nas considerações de Husserl, Sartre e Merleau-Ponty – deve apontar o invisível no visível, sendo capaz de anunciar essências dos fenômenos ao aparecer para a consciência. E é, pois, nestas aparições que o espaço se descortina enquanto totalidade real-abstrata, isto porque “[...] em cada paisagem há uma relação com uma realidade espacial potencial, em perpétua mudança. Toda paisagem é transcendente, pois remete sempre ao real-abstrato espacial” (SERPA, 2013, p. 171). Ademais, deve-se reconhecer as limitações de uma leitura formal e funcional das paisagens, haja vista que apenas na relação entre os olhares vertical e horizontal podemos evitar que a ênfase naquilo que é visível da paisagem escamoteie parte do real (CLAVAL, 2004; SERPA, 2013).

De mais a mais, a paisagem, dado o seu caráter transcendental, é a interface do homem (consciência corporificada, como propõe Merleau-Ponty (2006)) no espaço, permitindo que ele descubra as dimensões do ser (BESSE, 2014a; 2014b) e a própria dimensão de sua inserção no mundo, como expressão de sua existência (CASEY,

marcadas pelas disrupturas das fronteiras acadêmicas estabelecidas e pelo seu entusiasmo por se envolver com novos temas e ideias independentemente de sua origem” (ANDERSON, DOMOSH, PILE, THRIFT, 2003, p. xviii).

2001; DARDEL, 2011;). A paisagem é um desdobramento, uma abertura para a Terra, um horizonte da experiência humana no mundo. A paisagem exprime e revela o passado ao mesmo tempo em que se abre a uma dimensão atemporal:

Há, na paisagem, uma fisionomia, um olhar, uma escuta, como expectativa ou uma lembrança. Toda espacialização geográfica, porque é concreta e atualiza o próprio homem em sua existência e porque nela o homem se supera e se evade, comporta também uma temporalização, uma história, um acontecimento (DARDEL, 2011, p. 33).

A paisagem é mais que uma justaposição ou soma de elementos, é “[...] um conjunto, uma convergência, um momento vivido, uma ligação interna, uma ‘impressão’, que une todos os elementos” (DARDEL, 2011, p. 30). A paisagem permite compreender a Geografia “[...] como o que está em torno do homem [...]” (DARDEL, 2011, p. 30).

Deste modo, a paisagem é expressão da cultura, dos movimentos originados na ocupação humana no mundo e depende do olhar de quem se relaciona com ela (BURCKHARDT, 2015). Então, concordamos com Besse (2014a), quando afirma que “se a paisagem ‘diz’ alguma coisa ao ser humano que a considera, é fundamentalmente porque a paisagem é marcada pela historicidade. E o que ela diz ao ser humano é a contingência da existência e a necessidade da obra e da ação” (BESSE, 2014a, p. 95). Essa historicidade também produz uma consciência popular de paisagem que de algum modo cria uma linguagem de paisagem específica e partilhada socialmente (BURCKHARDT, 2015).

É preciso considerar ainda que a paisagem é, como propõe Berque (1998), simultaneamente marca, quando exprime as características de ocupação e transformação do espaço pela sociedade, e matriz, posto que participa “[...]de esquemas de percepção, de concepção e de ação – isto é, da cultura – que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza [...]” (BERQUE, 1998, p.33)²⁵.

²⁵ Holzer (2004) evidencia que Berque avança na sua teorização, colocando o centro das reflexões na ideia de meio. Para Berque, a mediação entre meio e homem é feita por três elementos, um dos quais é a paisagem. A definição de Berque (2013) de mediância (*mediance*) se baseia nas ideias do filósofo japonês Tetsurô Watsuji, e especialmente no neologismo *fudosei* e é entendida como “[...] o senso de lugar, o modo no qual se estabelece uma conexão, em uma relação dinâmica (como o momento de duas forças), que, fundamentalmente, estrutura a existência humana” (BERQUE, 2013, p. 59, tradução nossa). Acerca das relações entre geograficidade e mediância, Frattolillo (2012) afirma que há proximidade entre tais conceitos, haja vista que ambos os autores se baseiam na obra de Heidegger.

Segundo Relph (1979), a paisagem apresenta dois componentes: o caráter de obra de arte (ligado a sua contiguidade ou a seu arranjo, podendo propiciar experiências de êxtase estético) e um cunho instrumental (que se faz conhecer a partir do uso e responde em termos de sua utilidade para manutenção da vida cotidiana, englobando todos os significados que atribuímos a ela, dado o relacionamento direto que é estabelecido na vida cotidiana). É importante ressaltar que estas duas facetas da paisagem se combinam e reforçam mutuamente.

De acordo com Burckhardt (2015), a paisagem, descrita geograficamente faz parte do conhecimento científico, sendo percebida e apreendida por meio de representações, como livros de viagens e romance, além, acrescento, de histórias e descrições diversas que são confirmadas pelo contato direto que estabelecemos com a paisagem. Imersos na paisagem, nos defrontamos não com as descrições a que estamos habituados, mas sim com a paisagem enquanto constituinte do lugar, enquanto fisionomia do lugar como propõe Relph (2012). Burckhard (2015) descreve o processo de imersão na paisagem da seguinte forma:

Nós acreditamos que percebemos a paisagem como uma 'imagem', nós aprendemos de romances rurais e livros de viagem como essa ou aquela região aparenta ser. Quando nós fazemos uma caminhada, buscamos confirmação dessas imagens. E nós nos satisfazemos em descobrir similaridades ou variações que podemos interpretar. Na realidade, no entanto, nós vemos outras coisas nas nossas caminhadas: nós cruzamos um campo, um vau, um córrego, passamos por uma vila, passamos por um vale ou sobre um monte, sentimo-nos cercados por, ou nos deparamos com uma vista panorâmica; e nós, então, vemos mil detalhes - um gato cinza ou uma cabana inteiramente queimada - e nós substanciamos o que nós vemos desenhando-os na nossa memória ou no nosso esquecimento. O que quer que vejamos é mesclado - nos olhos de nossas mentes, é claro - em uma imagem e a isso nós chamamos de nossa 'experiência de paisagem' (BURCKHARDT, p. 93-94, tradução nossa)²⁶.

O autor reconhece o pioneirismo de Dardel na constituição de uma filosofia fenomenológica geográfica no ocidente, mas reitera que as ideias de Watsuji precedem às de Dardel em mais de duas décadas e que é muito provável que Dardel tenha desenvolvido suas ideias sem conhecer a obra de Watsuji, o que lhe confere ainda mais mérito. Sobre a influência de Watsuji Tetsurô na obra de Augustin Berque ver Dal Gallo (2014).

²⁶ Do original em inglês: We believe we perceive the landscape as an "image;" we learn from pastoral novels and travel brochures how this or that region looks. When we take a walk we seek confirmation of these images. And we are delighted to discover similarities or variations on a theme we can interpret. In reality, however, we see something else on our walks: we cross a field, ford a stream, pass a village, go through a valley or over a hill, feel ourselves hemmed in or come upon a panoramic vista; and we thereby see a thousand details — a gray cat or a burned-down barn — and we substantiate what we see by drawing on our memory or on our oblivion. Whatever we have seen is merged — in our mind's eye, of course — in one image and this we then call "our landscape experience" (BURCKHARDT, 2015, p. 93-94).

A compreensão da paisagem enquanto uma parte da mente humana e da relação que os homens partilham com ela, não existindo em si mesma sem o referencial humano, também é partilhada por Besse (2014b), que evidencia a existência de um mundo transcendental, um outro do humano que somos.

Ademais, os processos de significação da paisagem nem sempre são plenamente conscientes, já que há processos de significação que ocorrem automaticamente, conferindo às paisagens os mais diversos significados e propriedades. Destacamos, ainda, que as paisagens são particulares e permitem que as experiências que temos com elas sejam tão diversas quanto são os seres humanos. No entanto, como destaca Sartre (2005), na experiência das paisagens, há elementos transversais vinculados à intersubjetividade das experiências humanas e à essência do fenômeno paisagem, expressos ao mostrar-se, nas suas infinitas possibilidades de aparição. Sobre a relação entre universal e particular das experiências de paisagem, Relph (1979) destaca:

Qualquer paisagem é diferente e ao mesmo tempo possui similaridades com outras paisagens, porque estão compelidas a serem em parte compostas por objetos e formas similares e nós as vemos através dos mesmos olhos e com os mesmos preconceitos (RELPH, 1979, p. 16).

Retomando as considerações de Relph (1979) sobre a plasticidade entre os conceitos de paisagem, lugar e espaço, devemos lembrar que:

[...] culturalmente, lugar talvez seja a mais fundamental dos três porque focaliza espaço e paisagem em torno das intenções e experiências humanas. Conhecemos o mundo pré-conscientemente através e a partir dos lugares nos quais vivemos e temos vivido, lugares que clamam nossas afeições e obrigações (RELPH, 1979, p. 16).

O autor recorda que Dardel foi pioneiro ao considerar o lugar como ponto de partida da experiência geográfica de mundo. Neste sentido, o lugar assume posição condicionante, inexorável e central da existência humana e de suas possibilidades (RELPH, 1979; DARDEL, 2011).

Sobre a centralidade assumida pelo conceito de Lugar na Geografia humanista, Holzer (2003) destaca que, quando considerada a história do pensamento geográfico de forma mais ampla, este conceito foi, por muito tempo, restrito ao sentido

estritamente locacional, ocupando, portanto, um papel secundário na reflexão de muitos geógrafos, retornando, apenas, ao centro das atenções a partir da afirmação da Geografia humanista nos Estados Unidos da América (EUA) e Canadá. Ademais, surge uma perspectiva de lugar associada à experiência espacial e permanência, defendidos por Tuan em *Espaço e Lugar*.

Outrossim, uma concepção de lugar vinculada à experiência topofílica e proximidade emocional também é alvo das reflexões de Buttimer (2015), para quem o anseio pela “herdade e locais favoritos” está relacionada a períodos de mudanças abruptas na sociedade, concepções de mundo e/ou do mundo material. A autora afirma ainda que as tensões ocasionadas entre a transformação do mundo e os sujeitos fizeram pulular e popularizar os discursos de valorização das identidades culturais e espaciais no anseio de conseguir manter alguma estabilidade para o mundo em transformação. Dessa forma, estes são anseios sociais prontamente apropriados por autoridades que passaram a financiar pesquisas “[...] orientadas-para-pessoas” que, com caráter muitas vezes saudosista, pouco foram orientadas para o futuro e não contemplaram críticas sociais (BUTTIMER, 2015, p. 7). Diferentemente de seus contemporâneos, a autora propõe uma compreensão de lugar associada a um movimento recíproco e fundamental entre lar – o que é familiar e próximo – e seu horizonte de alcance – o limite da experimentação humana e do estranho. Para a autora, mapear esses movimentos no horizonte temporal do espaço vivido poderia permitir compreender como se constitui a identidade de lugar. Caberia, pois, a um geógrafo mergulhado na abordagem fenomenológica reconhecer como a sua própria trajetória influencia nas decisões e possibilidades de compreensão dos seus resultados de pesquisa.

Por fim, destacamos a possibilidade de aproximação entre as ideias de Buttimer (2015) e Relph (1976; 2012) sobre o sentido de lugar na medida em que ambos os autores o consideram nos meandros do movimento da vida. Aproximações e distanciamentos entre ambos os autores são apontados por Ferreira (2002), especialmente no tocante aos avanços que Buttimer faz com relação à obra de Relph, conferindo uma maior fluidez entre as perspectivas de experiência espacial, a *existential insideness* e a *existential outsideness*, revistas por Relph (2012) e discutidos na sequência

Por isso, há uma busca incessante por envolvimento com o mundo e, neste processo, de mostrar-se dos lugares para aqueles que os experienciam. Apesar de

Relph (1979) refletir majoritariamente sobre a manifestação de lugares a partir de experiências positivas com o espaço, devemos por em relevo que as experiências negativas manifestam lugares em que há um desdobramento de repulsa²⁷ entre o ser e o lugar, mas que mesmo assim há o estabelecimento de lugaridade.

A ideia de lugaridade (RELPH, 2012) é uma proposta de consideração do lugar, ponderando “níveis” ou “graus” da experiência das pessoas. Para tal, Relph estabelece parâmetros de investigação que foram pouco considerados nos estudos sobre lugar e que podem abrir caminhos frutíferos para novas discussões que auxiliem na compreensão do conceito enquanto expressão existencial da relação entre o homem e o espaço. Nesta perspectiva, a manifestação de lugares se dá com diferentes intensidades, que variam entre o inexistente lugar-sem-lugaridade e o lugar (com lugaridade) em suas diferentes gradações de força e sentido de lugar, haja vista que a relação entre homem e lugar deve ser compreendida em uma perspectiva relacional, balizada por experiências individuais e coletivas (RELPH, 1976).

Relph (2012) reforça a necessidade de refletir criticamente sobre o lugar, não o considerando sempre como um fenômeno positivo, isto porque esforços de resistências a transformações nas cidades, por exemplo, podem se tornar formas de exclusão e de opressão. Por isto, as discussões sobre o lugar devem ser realizadas com responsabilidade, dada a possibilidade de influenciar na transformação tanto positiva quanto negativa.

Acerca da duração de lugar na consciência, Mello (2012) afirma que o lugar pode ter tanto um caráter efêmero quanto um caráter eterno. A efemeridade do lugar se baseia na possibilidade de esquecimento de experiências espaciais. Isto nos leva ao entendimento de que em certo ponto as mudanças nas trajetórias de vida das pessoas as levam a considerar outras experiências espaciais como marcos da etapa da vida em que estão. Ademais, concordamos com o autor quando afirma que: “no íntimo das pessoas, transitivos ou duradouros, os lugares da atualidade ou do passado podem variar de acordo com os valores, a quebra de preconceitos, a formação de conceitos e a aceitação de novas normas” (MELLO, 2012, p. 40). Além disso, os lugares se

²⁷ O geógrafo Yi-fu Tuan, desde a década de 1970, tem se preocupado com o teor de positividade e negatividade das experiências no espaço baseado nas reflexões de Gaston Bachelard. Refletindo sobre temas como a topofilia e a topofobia, Tuan circunscreve dialética e fenomenologicamente a constituição de paisagens do medo (com repercussão majoritariamente topofóbica) intrinsecamente relacionadas às paisagens seguras ou de abrigo (com repercussão majoritariamente topofílica) (TUAN, 2012; 2013a; 2013b).

imbuem de eternidade pela memória individual e coletiva, tornando vividos o amor, o apego e as suas características materiais, transformadas por uma espécie de saudosismo, que quer fazer durar os lugares das experiências constituídas no lar e nas primeiras etapas da vida (infância e adolescência). Lynch (2008) já enfatizava que a imagem da cidade é repleta de memórias e significações e que deveria ser adaptada, garantindo a sua manutenção, mesmo diante das modificações de clima, iluminação ou planejamento urbano, a partir dos elementos que permanecem ao longo do tempo.

Apesar de reconhecermos a importância do demorar-se sobre o mundo como fundamental para a manifestação de lugar, haja vista que é no fluxo de vividos da experiência que o lugar se constitui enquanto tal na consciência, é preciso reconhecer também que o lugar deve ser compreendido na dialética entre pausa e movimento do corpo, posto que a experiência se dá no seu entremeio. Além disso, vale considerar que a permanência de uma situação e a experiência na consciência depende dos encaminhamentos presente-futuro na trajetória de vida das pessoas. Por isso, pensamos ser importante revisitar as reflexões de Tuan (2013a) para o qual o lugar está relacionado à permanência. Para nós, ainda que o mundo apresente permanências, a própria permanência do mundo é identificada nos processos de transformação do próprio mundo.

Em *Espaço e Lugar*, Tuan concatena, organiza e sistematiza as possibilidades de compreensão do lugar a partir da experiência, apontando tanto os seus aspectos biológicos, quanto sociais e temporais, e conclui que o lugar é marcado pela segurança, pela proximidade, pelo demorar-se em uma localidade e pela construção de fortes vínculos sociais balizados pela intersubjetividade e pela experiência espacial “[...] uma pausa no movimento” (TUAN, 2013a, p. 169). Em publicação anterior (TUAN, 1975) já afirmava que a experiência espacial é indivisível, compreensível entre experiências sensoriais passivas (individuais e difíceis de articular e expressar) e ativas (comunicáveis intersubjetivamente). Deste modo, compreender lugar é fazê-lo de forma abstrata e íntima, tornando-o visível através da ciência, da política e da arte, compreendendo e construindo sua história.

A experiência diferenciada de lugar, balizada pela escala, o manifesta como “[...] um centro de significado construído pela experiência”²⁸ (TUAN, 1975, p. 152). Os

²⁸ Do original em inglês: *Place is a center of meaning constructed by experience* (TUAN, 1975, p. 152).

lugares, no entanto, raramente recebem nomes, pois “nomear um lugar é dar a ele um reconhecimento explícito, reconhecê-lo na consciência, num nível de verbalização, mas muito da experiência humana é subconsciente”²⁹ (TUAN, 1975, p. 153). Neste sentido, a obra de Tuan é mais uma reflexão sobre experiência de lugar do que uma tentativa de conceitualização deste.

Deste modo, fica patente a relevância das ideias de Tuan (1975; 2013a) para o desenvolvimento da Geografia humanista e para o conceito de lugar, ainda que sua importância não tenha sido completamente reconhecida até o final do século XX (ENTRINKIN, 1994). Segundo Entrinkin (1994), foi a formação liberal, capaz de ultrapassar as fronteiras disciplinares e de subcampos, que possibilitou que Tuan estivesse no centro da Geografia humanista e de seus desenvolvimentos, ainda que de forma ambígua ou subestimada. Ademais, o autor ainda ressalta as adversidades enfrentadas pela Geografia humanista que, de um lado, é prejudicada pelo interesse tecnicista voltado para resolução de problemas imediatos e, de outro lado, pela tendência a se considerar uma educação liberal como politicamente alienada servindo a propósitos colonialistas e imperiais na medida em que tende a mostrar aos outros como compreender e ser eles mesmos.

Entrinkin (1994) defende que as escolhas e preferências pessoais devem aparecer no processo de pesquisa, haja vista que o processo de investigação científico não exclui a história de vida e preferências dos pesquisadores. Para este autor, um geógrafo humanista deve: considerar igualmente importantes a abordagem filosófica e teórica; construir uma metodologia coerente em termos teóricos e de trabalho de campo; evidenciar no processo de pesquisa os fenômenos em processos, nuances e contradições; se permitir ter uma educação liberal, sem preconceitos no processo formativo; e perseguir o objetivo ideal da Geografia de reunir o homem à natureza e o homem a si próprio. Assim, na perspectiva deste autor, Tuan reflete a imagem do perfeito geógrafo por perseguir tais indicações ao longo de sua trajetória de pesquisa, construindo investigações que exploram suas múltiplas dimensões e analisando uma vasta gama de exemplos disponíveis na literatura à época. Deste

²⁹ Do original em inglês: *Moreover, most places are unnamed, for to name a place is to give it explicit recognition, that is, to acknowledge it at the conscious, verbalizing level, whereas much of human experience is subconscious* (TUAN, 1975, p. 153).

modo, Tuan buscava “[...] meios de interpretar as particularidades da experiência na busca do universal”³⁰ (ENTRINKIN, 1994, p. 430).

Vale frisar que o próprio Tuan (2014) reconhece as limitações de sua compreensão de lugar, posto que ele não considerou nas suas reflexões os avanços tecnológicos e o aumento da fluidez e velocidade da vida, alterando significativamente “[...] as nossas mais básicas experiências de espaço e lugar e, portanto, também nas mais íntimas relações e ligações humanas” (TUAN, 2014, p. 13), o que, ao mesmo tempo que nos confere mais autonomia e liberdade, ocasiona, em sua compreensão, um afrouxamento dos laços entre homens e entre o homem e o espaço. Reconhecendo a inexorabilidade da transformação do mundo, Tuan deixa a busca por compreender esse mundo em mudanças nas mãos dos futuros geógrafos.

Diferentemente da compreensão de Santos (1996), para quem a paisagem e demais categorias e conceitos geográficos funcionam como um duplo do espaço, revelando-o e enunciando-o como totalidade verdadeira (SANTOS, 2012a), para Tuan e Relph o espaço se vincula às análises de Dardel (2011), para quem o espaço assume características notadamente materiais e imiscuídas de valores, símbolos e compreensões da vida marcadas pela geograficidade inerente a todos os homens. Esta compreensão do espaço e dos demais conceitos geográficos contribui para um tensionamento e, conseqüentemente, um afastamento, mesmo que criado, na compreensão de espaço e lugar.

Para Tuan (1975; 2013a), a compreensão de lugar na Geografia pode ser percebida a partir de dois caminhos: primeiro, a partir da perspectiva locacional, como uma unidade dentro de uma hierarquia de lugares e, em segundo, como um artefato único. Para o autor, ao nos aprofundamos na primeira linha sistematizamos e ganhamos compreensão abstrata destes, mas nos afastamos da experiência. Em contrapartida, se perseguimos a segunda linha, nosso conhecimento sobre lugar permanece restrito às particularidades de localidades. Assim, em sua perspectiva, o que permitiria simultaneamente a possibilidade de compreender de forma sistemática e particular o lugar seria a natureza da experiência geográfica do homem no mundo, atrelada a um movimento escalar, não necessariamente relacionado à área, entre micro e macro escalas espaciais da experiência; de modo que, quanto maior a escala, mais forte o sentido de lugar e mais forte a experiência e o vínculo criado, enquanto

³⁰ Do original em inglês: *[...] o the humanist it is a means of interpreting the particulars of experience in search of the universal* (ENTRINKIN, 1994, p.. 430).

a medida em que a escala diminui, se tornando mais abstrata, menos próxima da experiência e mais frágil os vínculos entre homem e lugar. Neste sentido, a relação transescalar emerge entre o íntimo e a amplidão, dada a influência Bachelardiana na obra de Tuan (PÁDUA, 2013). Entendemos, portanto, a atualidade das contribuições de Tuan dado que suas investigações nos permitem vislumbrar que a escala de compreensão do lugar corresponde à escala da experiência de lugar.

Marandola Jr. (2016), em perspectiva diversa da de Ferreira (2002) também revisita a obra *Place and Placelessness* de Edward Relph (1976) e apresenta para a Geografia brasileira as inovadoras e pioneiras reflexões deste autor sobre o lugar³¹, dando ênfase particular ao binômio “interioridade e exterioridade” e suas respectivas gradações, como a possibilidade de compreender as experiências diretas e indiretas de lugar, e seu par, lugar-sem-lugaridade.

Ao meditar sobre sua trajetória de investigação sobre o lugar, Edward Relph (2012) afirma que muitas contribuições que são atribuídas a ele sobre a reflexão de lugar são superestimadas, pois muito de sua repercussão partiu de interpretações e compreensões de lugar próprias dos pesquisadores que o leram. No entanto, sua tese (RELPH, 1976) é um marco inovador para a compreensão do lugar, para o surgimento e a consolidação da Geografia humanista e para a abordagem fenomenológica na Geografia, tendo influenciado sobremaneira gerações de geógrafos, como aponta Seamon (1996) e Marandola Jr. (2016).

Relph, assim como Tuan (2014), reconhece que as transformações do mundo têm implicado em mudanças na forma de experienciar o lugar. No entanto, a partir da perspectiva dialética através da qual o autor trata o lugar, considera-o dentro de um espectro que oscila desde a experiência forte e na qual os sujeitos estão imersos (*existential insideness*) até a alienação ou estranhamento espacial (*existential outsideness*). Assim, longe de significar uma fragilização irreversível dos lugares e laços, Relph (2012) identifica o avanço do lugar-sem-lugaridade, no qual a experiência de lugar, no espectro de sua compreensão, se torna mais tênue. Essas considerações se aproximam da compreensão do aprofundamento da modernidade e do avanço da esfera da sobrevivência sobre a vida e a contemplação, de modo que a autenticidade e a inautenticidade são pares de compreensão do lugar assim como permeiam a

³¹ David Seamon (2017), traçando um panorama da consolidação das pesquisas de caráter humanista na Geografia nos EUA, lista e comenta a importância de uma série de estudos. Dentre estes, o autor destaca o pioneirismo e a importância das reflexões de Relph sobre o conceito de lugar.

dialética entre vivência e experiência que se inaugura com a modernidade (BENJAMIN, 1994; 2000; 2006a; 2006b; 2006c; 2012a; 2012b; DEBORD, 2015; HAN, 2015; LIMA; BATISTA, 2013; MBEMBE, 2014; MOREIRA, 2009; SENNETT, 2015).

Seamon (2017), comentando a mesma obra, evidencia a possibilidade de convergência de tais discussões, na medida em que a interioridade e a exterioridade marcam “[...] o grau da sensação de pertencimento e identificação de uma pessoa ou grupo com o lugar, por [um] lado; ou um senso de alienação e ruptura por outro lado” (SEAMON, 2017, p. 153) e que o lugar-sem-lugaridade está vinculado à existência de paisagens padronizadas, nas quais há uma insensibilidade para o sentido de lugar, um dos aspectos fundantes de lugar na perspectiva de Relph (2012).

Para Seamon (2017), a perspectiva da lugarização proposta pelo filósofo Jeff Malpas é um dos caminhos que podem renovar as pesquisas humanistas em Geografia, pois o autor enfatiza que o homem “[...] é sempre ser-no-lugar” (SEAMON, 2017, p.157) e isto permite concluir que a possibilidade de aparição das coisas com um referencial humano só é possível “[...] dentro do abrangente compasso do lugar” (MALPAS, 1999, p. 15 *apud* SEAMON, 2017, p. 157). Ademais, para Seamon, é no lugar que se dá a junção entre o mundo espacial e o ambiente:

[...] delineando centros da ação humana, seus significados e intenções que, por outro lado, contribuem na formação do lugar. Esta conceitualização significa que o lugar não é um ambiente físico separado das pessoas associadas a ele, mas ao contrário, é indivisível a geralmente desconsiderada situação da experiência-de-lugar-das-pessoas. Este fenômeno é complexo, dinâmico e incorpora processos generativos pelos quais o lugar e suas experiências e significados mudam ou permanecem os mesmos (SEAMON, 2013b, 2014b). Esta lugarização vivida também significa que a qualidade da vida humana está intimamente relacionada à qualidade de lugar no qual esta vida se desdobra e vice-versa (SEAMON, 2017, p. 157).

Assim, considerar que o homem está sempre lugarizado é entender que a humanidade do homem se efetiva no envolvimento com o mundo, a partir da dimensão espacial da experiência, notadamente com o lugar³². Neste sentido, a obra de Malpas (2015) propõe um giro topográfico, de aproximação com o *topos*, *chora* e conseqüentemente com o lugar de modo que a dimensão espacial da experiência e

³² Outros filósofos também trazem a inexorável relação entre homem e espaço. Destacamos as reflexões de Merleau-Ponty (2009) e Heidegger (2014). No entanto, estes autores não aprofundam, como Malpas, os laços com a Geografia.

as reflexões geográficas devem abdicar de uma perspectiva espacial homogeneizante. Tal visão diverge da proposta de M. Santos (2012a), pois considera o espaço enquanto vinculado ao vácuo e ao vazio e não enquanto uma totalidade que compõem o mundo e que permite que a dimensão espacial da experiência, em sua dimensão real-abstrata, proporcione a compreensão dos processos tanto em sua faceta conjuntural quanto estrutural.

Neste sentido, o lançar-se do ser-no-mundo implica, ao mesmo tempo, na criação de sentidos e significados próprios de lugar que fazem parte, quer rebelando-se ou conformando-se, das/com as estruturas e dos/com os fenômenos conjunturais e estruturais do mundo.

Então, mesmo que a rua apareça como algo dado, irrefletido, nas experiências da cidade, sopesar sobre as perspectivas em que aparecem os sentidos de lugar que lhe são conferidos pelos agentes de pesquisa pode nos permitir avançar em direção à compreensão da rua enquanto lugar e sobre a própria constituição do lugar enquanto parte da dimensão espacial da experiência de cidade.

Relph (1976) enfatiza que o sentido de lugar pode se dar de forma autêntica ou inautêntica. Quando a experiência é direta e sem mediações, sem ser distorcida por compreensões científicas ou políticas, o sentido de lugar é autêntico, mas esta forma de relação com o lugar tem sido paulatinamente substituída devido à padronização das paisagens e incorrendo em uma insensibilidade das pessoas em relação à experiência de lugar. Seamon (1996) destaca que a concepção de autenticidade em Relph se baseia na fenomenologia e no existencialismo.

Marandola Jr. (2016), assim como Dovey (1985), aprofunda e contextualiza o debate sobre a autenticidade e se debruça na influência fenomenológica, e, em especial de Heidegger, sobre o pensamento de Relph. Para este autor, Relph constrói o seu sólido arcabouço de reflexão alicerçado no habitar, na concepção de que ser é pertencer e na ideia de ser como elemento de compreensão das identidades dos lugares.

Relph (2012), movido pela necessidade de pensar sobre a constituição do lugar e seus atributos – haja vista que o sentido/espírito de lugar foi brevemente discutido por arquitetos, filósofos e críticos literários, tendo sido utilizado em diferentes áreas e a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas –, discorre sobre o processo de aumento de relevância e, conseqüentemente, de interesse de pesquisa, de diversos geógrafos acerca do lugar.

Acerca da expansão no uso do conceito de lugar, compreendendo as pesquisas sobre lugar como práticas de resistência, independentemente da perspectiva teórica a que estão atreladas, Relph vislumbra dois problemas: a atribuição de valor de mercado às identidades de lugar e a ênfase na permanência e na nostalgia nas discussões sobre lugar. Em meio a tais desafios, o autor busca também encontrar os elementos que são transversais às diversas possibilidades de compreensão de lugar. A isto ele nomeia “essência de lugar” que pode ser caracterizada pelas seguintes afirmações: “[...] lugar implica continuidade” (RELPH, 2012, p. 28); lugar e sentido de lugar não são constantes; a experiência de lugar muda com as gerações; experiências de lugar dependem das condições econômicas e tecnológicas; lar é a essência do lugar, posto que todas as nossas experiências de lugar são comparáveis a nossa experiência de lar; lugar é o centro de confluência das experiências cotidianas, simultaneamente abrindo a experiência para o mundo; a consciência da existência de lugar implica na responsabilidade de cuidado, permitindo que “[...] as coisas sejam elas mesmas, trabalhando com o que já existe e, atento à forma como lugar está aberto para o mundo” (RELPH, 2012, p. 30)

Consciente da necessidade de maior reflexão sobre a valorização e a utilização do conceito de lugar, Relph (2012) considera seu texto como um ensaio no qual ele busca caracterizar brevemente os aspectos que baseiam a construção de teorias sólidas para o lugar podendo caracterizar aspectos positivos ou negativos. São eles: o lugar como reunião, a localização, o espírito de lugar, o sentido de lugar, o enraizamento, a interioridade, o lar, o lugar-sem-lugaridade, nós, exclusão e inclusão, a construção de lugar e a fabricação de lugar.

Destarte, uma compreensão fenomenológica de lugar deve ser aberta e orientada para as possibilidades de manifestação da existência, buscando os elementos transversais à sua compreensão e permitindo que, ao ser junto, o homem e o mundo se transformem paralelamente e simultaneamente, diante da inevitabilidade das relações estabelecidas entre eles. O ponto central de Relph é centrar no contexto de cada situação que está no mundo da vida. O espectro de lugar varia nas suas especificidades de acordo com as experiências espaciais. Relph contribui para tirar a pureza do conceito de lugar, já que a multiplicidade das experiências não constitui lugar em si, pois qualquer lugar só se constitui na relação homem e mundo.

Além da reflexão sobre a contribuição de autores clássicos para a compreensão dos caminhos trilhados na Geografia humanista é necessário pontuar críticas e aproximações entre esses autores e a aqueles da Geografia crítica, haja vista que as críticas e o debate favoreceram o processo de amadurecimento das discussões sobre lugar, paisagem e experiência espacial. Tensionar o sentido de lugar implica em nos remetemos ao ser junto ao mundo de forma inexorável, criando e validando identidades individuais e coletivas sempre balizadas pela experiência direta do espaço ou por ideologias e representações (LEFEBVRE, 2006; SERPA, 2013).

Ferreira (2002), assim como Ferretti e Jones (2018) e Ferretti (2019), aponta aproximações entre geógrafos humanistas e dos pesquisadores da geográfica crítica e suas ideias. Nesse sentido, não é descabido relacionar as reflexões de Massey (2001; 2008) e Tuan (2013a) por meio da perspectiva escalar. Ao tempo em que a compreensão de lugar em Tuan se dá na dialética entre o íntimo e a vastidão sem precisar uma espacialidade para o lugar, a de Massey parte de uma perspectiva material, operacionalizando a transescalaridade com referencial no mundo material e compreendendo o lugar não como *locus* da experiência, mas como expressão da sociedade e das questões sociais e políticas a ela inerentes. Identificar esses pontos de convergência entre os autores é importante para que possamos ponderar sobre as possibilidades de contribuição entre diferentes subcampos da Geografia para o aprimoramento dessa ciência.

Serpa (2012), intentando realizar essa articulação, evidencia que compreender o lugar a partir da fenomenologia, apesar de nos permitir perceber elementos do espaço geográfico, não provê as bases para discutir todas as possibilidades de aparecer do fenômeno, pois o lugar, como fenômeno da experiência humana, também “[...] expressa e condiciona a rotina, os confrontos, os conflitos e as dissonâncias, possibilitando uma leitura da vida cotidiana, com seus ritmos e contradições” (SERPA, 2012, p. 48)

Nesse esteio, o autor ressalta a importância das identidades como elementos balizadores de ações políticas e de grupos tanto em termos de manutenção quanto de subversão da ordem social, influenciando a adoção de táticas de resistência e subversão do sistema por parte de diversos grupos, criando e validando identidades espaciais que sempre são “[...] provisória[s], inacabada[s] e instável[is], tem caráter processual e articula diferentes recortes a partir dos lugares de sua ‘enunciação’ (ou autopromoção)” (SERPA, 2012, p. 41).

A enunciação dos lugares é, ao mesmo tempo, uma construção de representações por parte dos grupos que anunciam suas ações e lugares de ação, comunicando o seu fazer e fazendo interagir diversas escalas e recortes geográficos. A enunciação do lugar é ainda contextual e precisa ser situada. Isto porque Serpa considera – baseado nas ideias de M. Santos (2012), para quem as transformações técnicas e tecnológicas influenciam na maneira com a qual experienciamos o espaço e o tempo – que a enunciação dos lugares depende da amplitude do acesso dos grupos às tecnologias de comunicação e influencia na possibilidade de surgir e consolidar representações espaciais contra-hegemônicas. O acesso diferenciado à tecnologia implica, pois, em uma amplitude, em complexidade e diversidade de articulações entre os grupos que revelam escalas espaciais, ao mesmo tempo em que as ações selecionam as escalas geográficas pertinentes aos fenômenos.

Pensando na trajetória da Geografia, Le Bossé (2004) indica que as discussões sobre a identidade acompanharam um aprofundamento das reflexões sobre o sentido e o alcance de objetos geográficos fundamentais, o lugar e o espaço. Outrossim, o autor destaca a relação das identidades com a Geografia e, especialmente, com o lugar, pelo apelo emocional do lugar, seu reconhecimento como “[...] uma sede – fonte e refúgio, santuário e cadinho – de identidade, e encontra justamente um papel conceitual central na geografia cultural [...]” (LE BOSSÉ, 2004, p. 170).

No entanto, o autor aponta a existência de uma resistência das classes dominantes de discutir a temática da identidade devido à possibilidade de subversão da ordem social. Este autor demonstra ainda que a identidade, enquanto processo, está sempre em vinculação com o reconhecimento de mim e do outro, de respeitar as diferenças, ao imperativo de negociação do que sou com o outro e à importância de suas variações espaço-temporais e suas contingências.

Massey (2001; 2008) perpassa as discussões de identidade em seus escritos não apenas refletindo sobre as questões pertinentes às minorias e sua luta por direitos e reconhecimento, mas também quando questiona a própria ideia de identidade do lugar, compreendendo-a como uma cristalização, haja vista que o lugar não se constitui pela criação de fronteiras e contraposição frente a um outro, mas por sua porosidade e interconexões que estabelece. O lugar, para a autora, deve ser sempre compreendido como uma dupla articulação sujeito-lugar na medida em que ambos se co-constroem, sendo parte um do outro.

Assim, a autora visa a estabelecer uma imaginação alternativa do espaço, indicando tanto os desafios políticos, quanto as responsabilidades que ele nos coloca de pensarmos com os demais humanos e seres vivos. Intrinsecamente relacionada com o espaço, a questão não é se o espaço será aniquilado pela tecnologia, mas quais as configurações espaciais e relações que serão estabelecidas nessa mudança. Por conseguinte, o conceito de lugar se torna central para as questões políticas, pois é nele onde as diferenças poderiam ser negociadas e a base sobre a qual podemos pensar no futuro. O lugar, embasado nas inescapáveis relações espaço-temporais, marca um encontro entre as diferentes trajetórias da natureza e dos homens em encontros sempre conjunturais, sempre dinâmicos, sempre permitindo a criação, a destruição e a recriação de vínculos entre as pessoas. O lugar, enquanto porosidade, tensiona as diferentes escalas de produção do capitalismo, evidenciando as disputas e relações de poder no globo, não sendo possível, portanto, uma defesa ingênua das relações estabelecidas no local frente ao global posto que há uma influência das políticas internacionais nas políticas nacionais e vice-versa. Assim, ao passo em que o lugar, nas relações entre global e local, pode ser uma força de potência de mudança, pode também servir para a manutenção da ordem político-social do mundo.

Destarte, diante dessas discussões fica patente a necessidade de, enquanto geógrafos, tensionarmos o sentido de lugar, não para circunscrevê-lo e cristalizá-lo, mas para movimentá-lo dialeticamente. Tensionar o sentido de lugar implica, pois, em considerar como válidas as críticas de outras áreas de conhecimento e subcampos da Geografia, para, cientes das ausências, buscarmos preencher as lacunas e, deste modo, contribuir para o caminhar geográfico.

Assim, destacamos a convergência entre as preocupações geográficas e filosóficas sobre lugar, especialmente no tocante à ênfase na compreensão da dimensão espacial da experiência. Casey (2001) destaca que a aproximação entre a Filosofia e a Geografia na contemporaneidade está calcada na fenomenologia, isto porque recentemente as pesquisas geográficas parecem se interessar pela fenomenologia por entendê-la como uma possibilidade de "[...] compreender a coisa a partir da própria forma como ela aparece (fenômeno), uma fenomenologia geográfica busca também um retorno, um conhecimento experiencial, fenomenal, do geográfico enquanto dimensão vivida" (DE PAULA, 2017, p. 28). Assim, a abordagem fenomenológica na Geografia busca fazer retornar ao que faz o geográfico sê-lo.

De Paula (2017) contextualiza a abordagem fenomenológica na Geografia para indicar qual a contribuição que pretende dar à ciência geográfica que se calca no mundo sensível. Tudo o que nos é pertinente, mesmo o que é aparentemente imaterial, faz parte da ordem do sensível, pois inclusive as ideias e os sentimentos estão vinculados a atos de expressão, e, portanto, para a autora “[...] o puramente abstrato, puramente imaterial, não existe” (DE PAULA, 2017, p. 30). Baseada em diversos escritos de Merleau-Ponty, De Paula reafirma a inexorabilidade do corpo e da experiência de mundo como mediação para a formação do pensamento e de tudo o que somos, já que existir enquanto ser humano implica em uma existência corpórea que é no mundo e se alimenta dele, mesmo que recuse em momentos ser com aspectos do mundo, simultaneamente me envolvendo com outros aspectos dele, sendo sempre um entreaberto. Conforme a autora, ainda baseada em Merleau-Ponty, o corpo, enquanto carne, baliza dois elementos fundamentais da existência humana e da sua relação com o mundo: a liberdade e a servidão.

No intuito de aprofundar essa relação inexorável do homem com o mundo a autora cria uma noção de corpo-lugar como um esforço de “[...] exercício de pensar questões geográficas a partir da relação entre lugar, mundo e eu-corpo; é um pensar que se esforça em mergulhar no sentir” (DE PAULA, 2017, p. 35). Proposta semelhante de reflexão sobre o corpo é a de Brito (2016) – guardadas as diferenças de ênfase científicas, haja vista que a de De Paula é centrada na Geografia, enquanto as de Brito enfatizam a relação do homem com o mundo a partir da arte, especificamente do Teatro, construindo, além do conceito de corpo-lugar, baseado em análises geográficas e de base fenomenológica, também o conceito de lugar-cênico; este último, por sua vez, exterioriza-se na práxis entre fazer e pensar a vida, a teoria e o teatro, pelo corpo-lugar, base das experiências e referências dos artistas entrevistados pelo autor.

Moreaux (2013) parte do entendimento do corpo como escala de abordagem geográfica, compreendendo desde o indivíduo, a coletividade, até o próprio urbano. Seu estudo, que buscou compreender a ruptura dos ritmos do cotidiano, a partir da *rhythmanalysis* lefebvreaana considera a dimensão do corpo como essencial para a pesquisa geográfica pela sua possibilidade de afetar os outros e também ser afetado. Considerando o próprio urbano enquanto um corpo, Moreaux (2013) vislumbra uma ressonância e um afetar mútuos do corpo do indivíduo na cidade e vice e versa. Assim,

a dimensão do corpo permite vislumbrar outras formas de ação que permitam um vislumbrar da cidade enquanto obra.

Diferentemente do caminho trilhado por Santos (2012a), Moreaux (2013), Brito (2016), De Paula (2017), Serpa (2017) e Marandola Jr. (2016), que em suas trajetórias de pesquisa procuraram estreitar-se à filosofia, os filósofos Casey (2001) e Malpas (2015) intentaram aprofundar a aproximação com as ciências com o intuito de radicalizar a compreensão de lugar e da experiência do ser-no-mundo. Casey (2001) afirma que a relação entre ser e mundo é de co-ingrediência, haja vista que “eu” e “mundo” são componentes existenciais intrínsecos. Sobre essa relação, o autor afirma que:

eu, corpo e paisagem remetem a diferentes dimensões do lugar em contraste com o espaço. O eu está relacionado com o agir e com a identidade do geográfico; corpo é o que liga o eu ao lugar vivido em suas características, em suas configurações sensíveis e perceptíveis; a paisagem se apresenta como a configuração de um conjunto de lugares, não apenas sua acumulação, mas seu senso de auto-apresentação como um todo (CASEY, 2001, p. 683)³³.

Na sua compreensão, o lugar e o espaço não podem ser compreendidos como uma mesclagem ou um transformar-se um no outro, pois a compreensão de Casey sobre o espaço é a de espaço absoluto. Para o autor, o lugar e o ser se alimentam diretamente, assim, um lugar mais “fraco” não estimula que o ser procure locais em que possa florescer. Do mesmo modo, locais mais “fortes” estimulam o ser a desabrochar.

Serpa (2013; 2015; 2017) discorre sobre a aproximação e o distanciamento entre as possibilidades de investigação e operacionalização entre os conceitos geográficos, enfatizando, às vezes de forma mais direta, às vezes de forma menos direta, a necessidade de compreender os conceitos geográficos primeiramente a partir da dimensão espacial da experiência, mediação fundamental de uma reflexão geográfica situada.

O autor aponta que os conceitos, enquanto possibilidades de compreensão e de mediação de construção do conhecimento geográfico, existem de forma dialética, no

³³ Do original em inglês: *Self, body, and landscape address different dimensions of place in contrast with space. The self has to do with the agency and identity of the geographical subject; body is what links this self to lived place in its sensible and perceptible features; and landscape is the presented layout of a set of places, not their mere accumulation but their sensuous self-presentation as a whole* (CASEY, 2001, p. 683).

entremeio, ora com predomínio de um e ora com predomínio do outro, haja vista que se se constituem enquanto modos geográficos de existência, na medida em que, ao construir a sua relação com o mundo, o homem, em diferentes graus, ao tempo em que se territorializa, também se lugariza. Ademais, o autor evidencia que tanto a compreensão de território quanto a de lugar perpassam tanto por uma compreensão dialética entre a imensidão e o íntimo originalmente proposta por Bachelard (2012) quanto por uma representação, entendida de forma ampla – enquanto mediação entre a consciência e o mundo, posto que não é possível intersubjetivação ou comunicação sobre as experiências de mundo sem representação – como propõe Lefebvre (2006).

As análises de Serpa (2017) são frutíferas para pensar as críticas feitas por Malpas (2015) aos geógrafos, pois o autor demonstra que o conceito de lugar carece de uma discussão mais aprofundada e sistemática por parte dos geógrafos que deveriam investir em ponderações filosóficas mais densas ao invés de tomar emprestado continuamente termos de outras ciências sem as devidas adequações, contextualizações e ressalvas. Para ele, o giro “topográfico” para ser levado a sério na Geografia deve levá-la, enquanto ciência, a questionar seus próprios limites e as possibilidades de trânsito entre esta e as demais ciências.

A concepção de Malpas é a de que existe uma distinção entre espaço e lugar e que essa distinção é importante quando se considera o uso dos termos em diferentes línguas e a história dos conceitos, no entanto, isto não significa que essa distinção seja sempre clara. Sua concepção de espaço se aproxima ligeiramente da de Tuan (2013a), quando considera que o espaço está ligado à amplitude, no entanto, Malpas considerando o espaço como algo que tende a expandir-se, ao homogêneo, ao regular, ao uniforme, podendo ser mensurado e quantificado, implicando, assim, num processo de “retorcimento” do espaço, ocasionado pelo enfraquecimento de considerações sobre suas características relacionais. Para ele, o lugar está ligado à noção de limite, o que pode ser visto hoje pela manutenção de uma correlação entre lugar e os centros de significado, memória e identidade, tendendo a um processo de diferenciação:

[...] o lugar é o limite e base; segundo é aberto e dinâmico; terceiro é relacional e superficial. Essas características suas são as que proporcionam a base da ideia de uma topografia filosófica. Não obstante, essa topografia não consiste unicamente em um conjunto de afirmações sobre o lugar, ou do espaço, consideradas de maneira isolada, mas implica na ideia-chave de que esta proposta filosófica de

que o lugar é central para a compreensão do ser humano e para a compreensão, de fato, da existência e do ser como tal. Nesse sentido, o lugar proporciona o marco no qual compreendemos qualquer forma de aparição (MALPAS, 2015, p.209-210)³⁴.

Malpas (2015) destaca que essa reflexão se configura em uma análise da estrutura conceitual do espaço e do lugar pouco corrente no pensamento geográfico e social já que muitos autores utilizam o espaço como articulação para preocupações sociais e políticas. O autor critica os avanços teóricos sobre lugar, afirmando que esses estão vinculados e dependentes de avanços políticos, enfatizando que a diferenciação ou indistinção entre os conceitos de lugar e espaço depende de aprofundamento filosófico e teórico consistente. Ademais, no âmbito dessa reflexão, Malpas (2015) evidencia que as meditações devem transitar entre o particular e o universal, haja vista que tratar de casos particulares permite alguma universalização a partir dos elementos transversais presentes nos estudos de caso.

As ideias de Serpa (2017) também se acercam das de Casey (2001) para quem a aproximação entre Filosofia e Geografia e as possibilidades de compreensão de mundo perpassam pela compreensão do *habitus* de classe (BOURDIEU, 2011) que se revela em meio às desigualdades patentes da forma atual do capitalismo. A necessidade de conhecer as convergências mais recentes entre Geografia e fenomenologia se faz necessária também para compreendermos que a fenomenologia quando nega os conhecimentos *a priori* sobre o mundo o faz para reconstruir a teia do pensamento e situá-lo, mas não para negar todos os avanços de pesquisa sobre a compreensão do mundo operando uma reconstrução ingênua do pensamento.

A Fenomenologia, enquanto possibilidade de compreensão de particularidades da existência do ser-no-mundo, pode se articular com outros esteios metodológicos do fazer científico para compreender o próprio mundo em seu constante processo de transformação. Deste modo, as articulações entre compreensão de classe social e das desigualdades prementes no modo de produção não podem ser desconsideradas

³⁴ Do original em espanhol: *Primero, el lugar es límite y base (bound and ground); segundo, es abierto y dinámico; tercero, es relacional y superficial. Estas características suyas son las que proporcionan la base de la idea de una topografía filosófica. No obstante, dicha topografía no consiste únicamente en un conjunto de afirmaciones acerca de lugar, o del espacio, consideradas éstas de manera aislada, sino que implica la idea clave en esta propuesta filosófica de que el lugar ES central para la comprensión del ser humano y para la comprensión, de hecho, de la existencia y del ser como tales. En este sentido, el lugar proporciona El marco dentro del cual comprendemos cualquier forma de aparición* (MALPAS, 2015, p. 209-210).

no processo de produção científico, posto que podem possibilitar a ampliação das possibilidades de compreensão das relações homem e mundo por parte dos geógrafos, permitindo uma articulação entre conjuntura e estrutura/ entre o particular e o universal.

Considerando esse processo de contextualização, não podemos deixar de destacar a importância de situar o pensamento científico no esteio de sua produção. Isto não significa desconsiderar a produção científica elaborada até aqui, mas considerar os pontos de partida dos autores, suas circunstâncias de produção científica, que, inevitavelmente, auxiliam a construir o olhar com o qual se voltam para os fenômenos, pois mesmo que haja uma busca por romper as amarras dos prejuízos e preconceitos, a partir das indicações da fenomenologia, o processo de construção e reconstrução do conhecimento perpassa por quem eu sou e como eu vejo o mundo, de forma tal que não é possível dissociar modos de ser geográficos de modos de fazer Geografia (VAZ, 2019).

Neste contexto, Marandola Jr. (2018) aponta que o processo de “olhar” o mundo está implicado em formas de ser-no-mundo, expressas pelo corpo, e de ver o mundo, pelas projeções de ver o homem e o mundo. Assim, o autor situa a produção geográfica e sinaliza que o cenário do pensamento europeu e das formas de ocupar e habitar o espaço foram vistas como o centro gravitacional do pensamento geográfico, “um marco zero”, um ponto de partida das reflexões por muito tempo incontestado e cujas limitações e olhares direcionados/situados sobre o mundo passaram despercebidos, pondo em xeque a pretensão de alcance da universalidade do conhecimento que deve ser sempre visto como um conhecimento produzido e pertencente a um contexto. Esse percurso implicou em uma desapropriação dos corpos e formas espaciais de existência com base em outros referenciais e permitiu que houvesse uma hegemonia e uma reprodução da forma de realização europeia como forma “correta” de ser/pensar o mundo.

Destarte, é importante ressaltar que de alguma maneira a tensão entre olhar vertical e olhar horizontal sempre balizaram a produção do conhecimento geográfico, ora na valorização dos estudos de caso, ora na pretensão de compreensão do universal. Assim, parece que a proposta de uma compreensão situada do conhecimento estaria relacionada justamente a uma tentativa de complexificar e adensar as investigações geográficas, de modo a termos mais elementos para

compreender e fazer avançar o pensamento geográfico colocando os conceitos em movimento.

O debate acerca de situação e circunstancialidade do lugar feito por Marandola Jr. (2012; 2014; 2016; 2017) e Holzer (2012) apontam para um giro de compreensão do espaço e do lugar na Geografia. Se nas tradições de pensamento geográfico o lugar ora foi central pela valorização das singularidades, ora foi visto como manifestação das relações global-local, na Geografia humanista, o pensamento sobre lugar foi sendo paulatinamente transformado à medida que os geógrafos se aproximavam da filosofia e, especialmente, das leituras fenomenológicas.

Marandola Jr. (2012) frisa que, na abordagem humanista, as investigações levaram a discussões cada vez mais amplas, tensionando as compreensões propostas pelos geógrafos, tanto pelas críticas recebidas pelos pares, quanto pelas leituras filosóficas e pelos trabalhos de campo. Ao longo dos anos, foram sendo tensionadas as relações entre espaço e lugar, evidenciando uma mudança de perspectiva ontológica na Geografia bem como a sua abrangência e sua amplitude escalares e de localização. O lugar, mais do que entendido em termos de unicidade e singularidade, deve ser compreendido por suas características de interconectividade e, além disto, ressaltar que numa abordagem existencial “[...] lugares, pessoas e paisagens são compreendidas em sua indissocialidade ôntico-ontológica e como experiência política” (MARANDOLA, 2017, p.16).

Holzer (2012) destaca que lugar e mundo foram dois termos pouco debatidos no âmbito da Geografia, mesmo diante do seu uso constante no cotidiano da vida. O autor afirma que não há muita bibliografia disponível para discutir o conceito de mundo, mas sublinha que geralmente é considerado a partir da perspectiva de integração do mundo entendida como “mundialização” ou “globalização”. Para o autor, o uso do termo mundo neste contexto não se deu ao acaso, haja vista que correspondeu ao processo de afastamento entre um mundo balizado pelas explicações divinas/míticas e um mundo profano, das pessoas e também da separação do homem e seu mundo cotidiano ocasionado pela ciência positiva em conformação.

Estes processos, por sua vez, foram geralmente associados à “descoberta” europeia do mundo, que não considerava as relações homem-mundo estabelecidas pelos americanos. Holzer (2012) salienta ainda que perspectivas alternativas de compreensão do mundo remontam ao século XIX, aos românticos, posto que estes

buscam compreender o mundo sem restringi-lo a algumas categorias e alguns conceitos, sendo Humboldt, o autor da Geografia que busca compreender o mundo de uma perspectiva relacional, considerando-o como uma totalidade orgânica. No entanto, apesar dos avanços românticos, Holzer (2012) destaca que este projeto não foi levado a termo, pois mesmo buscando construir uma visão alternativa de mundo, se prenderam à visão grega, então consolidada, na qual “[...] ‘mundo’, não por acaso, se confunde, ou melhor, se configura como um ‘lugar’ extenso onde ocorrem as vivências compartilhadas pelo mesmo grupo” (HOLZER, 2012, p. 287). É com as filosofias do significado que ocorre um retorno ao mundo e à dimensão da experiência. É, justamente, o tensionamento das reflexões entre espaço, lugar e mundo que inspirou as investigações sobre o que é o mundo e como vejo o mundo presentes no capítulo dois desta tese.

Ademais, um retorno ao mundo implica em uma reunião homem-natureza que se faz ainda mais premente na contemporaneidade tendo em vista que o ambiental é o articulador das crises, se configurando em crise de pensamento e da linguagem, sendo, pois, a “[...] ‘questão ambiental’ antes de mais nada, uma crise existencial, ontológica” (MARANDOLA JR., 2016, p. 21). Assim, essa questão ambiental é compreendida como uma vulnerabilização do ser-em-situação, manifesta no lugar, em contexto de riscos e desastres, na medida em que abarca a constatação da inevitabilidade da morte, evoca uma dimensão espiritual-mística e envolve uma compreensão topológica da relação sociedade-ambiente (MARANDOLA, 2016). Tais reflexões podem ser verificadas a partir das diferentes crises ambientais vivenciadas nos últimos anos, como o rompimento das barragens de Brumadinho e Mariana em Minas Gerais. Ademais, sua face ontológica se torna inquestionável com o advento e as consequências da pandemia de COVID-19 nos seus aspectos sociais, econômicos e sanitários.

Marandola Jr. (2012), inspirado nas ideias de Heidegger, destaca que a compreensão de lugar deve ser considerada sempre diante da sua circunstancialidade, relacionada à compreensão heideggeriana de ser-aí, que reverbera em um ser-com e ser-entre as pessoas e coisas no mundo na lida cotidiana (posto que os seres questionam os entes e se constituem nessa relação). A circunstancialidade se expressa em situação – um “[...] posicionamento relativo em sentido amplo. Refere-se ao mesmo tempo a uma *delimitação* (a definição por ele mesmo) e a um contexto (posição em relação a outros). Pode-se referir-se a várias

dimensões (tempo, espaço, cultura, gênero, ordenamento) ou, de forma mais holística, a fatores que no conjunto definem sua própria natureza” (MARANDOLA JR., 2012, p. 232, grifos do autor) – e um mundo circundante.

As discussões realizadas até aqui indicam que compreensões amplas da dimensão espacial da experiência envolvem, por um lado, análises sobre a perspectiva do indivíduo e, por outro, as relações entre os indivíduos e a sociedade a que pertencem, de modo que haja uma articulação entre conjuntura e estrutura. Neste sentido, entendemos que diversos autores em seus esforços de pensar o mundo, a humanidade e seus processos articulam, de um lado, a dimensão espacial da experiência e as particularidades que envolvem as experiências individuais, bem como os diferentes processos de formação socioespacial, e, por outro, a dimensão temporal da experiência, realizando ponderações que tensionam diferentes horizontes temporais no intuito de vislumbrar os possíveis caminhos dos processos em curso, nos quais o lugar, a paisagem e a região, enquanto categorias geográficas, podem nos abrir os caminhos de investigação. Isto porque o espaço geográfico enquanto instância real-abstrata é a dimensão do entrecruzamento entre circunstâncias individuais, conjunturais, e as estruturas de funcionamento do mundo. Ao tempo em que a Geografia tem por centro a dimensão espacial da experiência, a ênfase das discussões deve considerar que essa perpassa diversas escalas desde os lugares, mas também seus entrecruzamentos amplos, que podem ser apreendidos a partir de uma reflexão escalar sobre os fenômenos, se debruçando sobre a pertinência e a visibilidade dos fenômenos geográficos e as categorias e os conceitos de análise que permitem compreender os fenômenos revelados de forma mais ampla e complexa.

Parte II: Fragmentos de compreensão da rua: Caminhos abertos

7. MODERNIDADE ENTRANHADA NA VIDA E NA RUA

7.1 A MODERNIDADE, AS CIDADES E AS RUAS

Reflexões sobre a rua e a cidade fazem parte de inquietações artísticas, científicas e filosóficas sobre as transformações pelas quais passa o mundo. É com espanto, surpresa, otimismo, desilusão etc. que intelectuais dos mais diferentes campos produziram discussões sobre essas mudanças estando no olho do furacão, pois, como aponta Hegel, compreender os processos no mundo estando no meio deles dificulta a sua apreensão (SANTOS; PEREIRA, 2020), sendo as análises mais completas quando os processos já se encaixaram.

As formas de ver o mundo e compreendê-lo balizam diferentes caminhos de investigação acerca de suas transformações, marcados pela disputa de primazia entre a modernidade e a pós-modernidade. O cenário é ainda mais complexo, quando tratamos do século XX, quando há o alavancamento da pós-modernidade, marcado por inúmeras rupturas e transformações na ordem social que “[...] abalam os quadros sociais e mentais de referência, produzindo obsolescências, exigindo reformulações e abrindo novos horizontes para o pensamento de uns e outros, em todo o mundo” (IANNI, 2003, p. 211).

Assim, ponderando sobre a tensão entre modernidade e pós-modernidade Ianni opta por falar de tempos modernos e evidenciar que a modernidade e a pós-modernidade estão intrinsecamente relacionadas, determinando-se e referindo-se uma a outra, posto que “ao mesmo tempo em que se polarizam e excluem, articulam-se, imbricam-se e subsumem-se. Tanto como realidades socioculturais como enquanto elaborações teóricas, estão sempre reciprocamente determinadas, associadas — indissociáveis” (IANNI, 2003, p. 134).

Deste modo, implicam em formas distintas de compreensão e revelação dos mesmos processos pelos quais passam o mundo, pois:

são duas modalidades de exercício da razão desenvolvidas no interior da mesma metáfora. A rigor, essas são duas fórmulas, duas categorias ou dois tipos ideais, entre outros, produzidos no âmbito do

mesmo processo civilizatório iniciado com os tempos modernos, e desdobrado pelos séculos afora, por meio de rupturas históricas e epistemológicas. A rigor, modernidade e pós-modernidade podem ser vistas como categorias típico-ideais, construídas como ficções metodológicas, por meio das quais se torna possível taquigrafar características e tendências das formas de sociabilidade, do jogo das relações sociais, das modalidades de produzir e reproduzir signos, símbolos e significados, por meio dos quais indivíduos e coletividades se expressam e se constituem. São diversos os tipos ideais por meio dos quais se torna possível taquigrafar características e tendências da vida sociocultural: comunidade e sociedade, apolíneo e dionisíaco, Oriente e Ocidente, local e global, real a virtual. Assim também modernidade e pós-modernidade. (IANNI, 2003, p. 134).

Ianni (2003) argumenta que há tanto nas produções modernas quanto pós-modernas elementos característicos uns dos outros, sendo a forma de concatenar o raciocínio e a argumentação uma das principais diferenças entre os autores. Se, por um lado, os pós-modernos enfatizam a ruptura, o fragmento e a desconstrução de todo o ideal moderno, por outro, os modernos se caracterizariam pelo “estilo romântico” de escrita e compreensão do mundo, pelos grandes relatos, pelas utopias sociais de igualdade, fraternidade, liberdade, calcadas na razão; seus lemas são “[...] razão e esclarecimento, ordem e progresso, evolução e racionalização, reforma e revolução, democracia e cidadania, ou razão e emancipação” (IANNI, 2003, p. 264). O que está em jogo são as representações de mundo, o acesso a este e as formas e possibilidades de representá-lo tendo como centro o indivíduo e seus dilemas na sociedade.

Segundo Habermas (2000) e Giddens (1991), o pós-modernismo se populariza com a publicação por Lyotard em 1979 de *La condition postmoderne*. Ademais, no tocante às críticas perpetradas pelos pós-modernos, Habermas afirma que estes descolam a racionalidade da modernidade, associando a racionalidade à vontade de poder. No entanto, Habermas exorta os pós-modernos a retomarem a história da discussão sobre modernidade na filosofia, iniciada por Hegel, para que possam compreender os seus desdobramentos e até para que possam efetuar uma crítica ou proposição de pós-modernismo que não esteja travestida de conservadorismo ou de retomadas idealistas do marxismo. Giddens (1991) ratifica suas objeções à pós-modernidade por meio da defesa da existência de uma modernidade radicalizada, propondo que o período atual deve ser compreendido a partir da dialética entre quatro pares: “Deslocamento e reencaixe: a intersecção de estranhamento e familiaridade; intimidade e impessoalidade: a intersecção de confiança pessoal e laços impessoais;

perícia e reapropriação: a intersecção de sistemas abstratos e cognoscibilidade cotidiana; e privatismo e engajamento: a intersecção de aceitação pragmática e ativismo” (GIDDENS, 1991, p. 114).

Assim, consideramos que há um aprofundamento da modernidade na atualidade e discordamos da caracterização da nossa época como pós-moderna, posto que, como ressaltou Ianni (2003), a modernidade e a pós-modernidade estão imbricadas, uma apresentando elementos da outra como formas complementares de compreensão do mundo.

Para nós, as crises da modernidade oferecem ao projeto moderno a possibilidade de se reinventar, pondo em relevo as discontinuidades da modernidade, aprofundando os cismas instaurados com esta, ao invés de efetivar uma ruptura com o estilo de vida e a organização da sociedade por ela estabelecidos, inaugurando uma nova época (GIDDENS, 1991). Como ressaltam Giddens (1991) e Ianni (2003), diante da dificuldade das ciências sociais de compreender o caleidoscópio que se tornou o mundo moderno “[...] não basta meramente inventar novos termos, como pós-modernidade e o resto. Ao invés disso, temos que olhar novamente para a natureza da própria modernidade [...]” (GIDDENS, 1991, p.9). Ianni, por sua vez, destaca que mesmo com o seu esforço de ruptura com as preocupações e reflexões modernas, a pós-modernidade se configura, paradoxalmente, em um sistema abrangente e globalizante entendido como “[...] a negação de uma modalidade de grande teoria, de modo a substituí-la por outra modalidade de grande teoria.” (IANNI, 2003, p. 248).

Acerca da compreensão da modernidade, enquanto projeto interminado, Habermas (1987; 1997; 2000), com otimismo, também vê neste projeto a possibilidade de sua completude e de transformação positiva no mundo. Este autor propõe uma teoria da Modernidade³⁵ que está inexoravelmente atrelada à sua produção da Teoria da Ação Comunicativa. Ao tratar da modernidade, Habermas remonta às origens do mundo moderno ocidental e enfatiza a partir de Jauss que o termo latino *modernus* foi utilizado desde o século V como uma forma de distinguir o

³⁵ Freitag (1993) aponta que a compreensão da sociedade moderna para Habermas só pode ser feita a partir da compreensão da diferença entre dois mundos: o mundo do trabalho, ou reprodução material e o mundo da reprodução simbólica ou interação. A modernidade se constitui enquanto tal na diferenciação e separação desses dois mundos, constituindo, assim, dois eixos para a compreensão da modernidade: o do sistema (modernização societária, marcada pela racionalização) e o do mundo vivido (modernidade cultural, dividida em três esferas: a ética, a científica e a estética, que, ao se autonomizar se desdobram na ciência - em busca do discurso da verdade -, na moral - do cultivo das normas e princípios da ação em sociedade - e na arte - que transforma a subjetividade do artista em intersubjetividade de expressão coletiva).

presente, então oficialmente cristão, do passado pagão. No entanto, “[...] nas línguas europeias da época moderna, o adjetivo ‘moderno’ foi substantivado só muito mais tarde, aproximadamente nos meados do século XIX e, pela primeira vez, ainda no domínio das belas-artes” denotando o caráter de vanguarda artística (HABERMAS, 2000, p. 13-14)³⁶.

Portanto, é no Iluminismo que se conformam com mais clareza os ideais de modernidade e de moderno, criticados pelos intelectuais que visavam a compreender o mundo em transformação, quer fosse para negá-lo (pós-modernos), quer fosse para, a partir da crítica, superá-lo. Habermas (2000), a partir de uma retomada das ideias de Hegel, elege como marcos para o início da modernidade o advento do Iluminismo, a Reforma Protestante e a Revolução Francesa, eventos históricos que tiveram amplo rebatimento no mundo ocidental e que marcam a transição entre as épocas medieval e moderna. Assim, o autor situa a modernidade em um contexto espaço-temporal específico: a Europa e as transformações sociais ocorridas nos séculos XVIII, XIX e XX. Deste modo, nascia a ideia de moderno e de modernidade a partir da tomada de consciência, por um dado grupo social, de um processo de transição, de ruptura, em curso, com relação ao seu passado, construindo uma nova relação com este. A modernidade, calcada na valorização da subjetividade, através do individualismo, do direito da crítica, autonomia da ação e da filosofia idealista, e “[...] aberta ao futuro e ávida por inovações [...]” se firma a partir de si mesma criando referenciais e critérios norteadores próprios (HABERMAS, 2000, p. 60).

Freitag (1993), refletindo sobre a obra de Habermas (2000), indica como central para compreender o fracasso do projeto de modernidade, proposto e em curso desde o século XIX, o descolamento entre o “mundo vivido” e o “sistema”, de forma que há uma preponderância do “sistema” frente ao “mundo vivido”. A consciência das diretrizes políticas e econômicas, pertinentes ao “sistema”, atrelada ao conhecimento daquelas pertinentes ao “mundo vivido”, permite às pessoas a visão de conjunto. A imbricação entre o “sistema” e o “mundo vivido” torna possível o vislumbre da totalidade do mundo, em complexidade, de forma que a modernidade poderia se

³⁶ Para aprofundamento das reflexões sobre a instituição da modernidade entre os séculos V e XVII ver Gandillac (1995).

desdobrar positivamente, cumprindo seus objetivos na medida em que houvesse uma maior transparência, flexibilidade e dirigibilidade³⁷.

Para Habermas (2000) é impossível compreender a modernidade sem entender as críticas feitas pelos intelectuais sobre ela. Isto porque o autor considera que a conceituação da modernidade, elemento balizador de todos os estudiosos sobre o tema, é sempre seguida das críticas aos seus desdobramentos. Dentre os desdobramentos da modernidade, Habermas (1987; 1997), em textos iniciais, já evidenciava, a partir de uma reflexão sobre a arte³⁸, o processo de cisão entre arte e vida como parte do processo de autonomização e diferenciação, intrínsecos à modernidade. O autor relembra que a arte deixa de estar intrinsecamente vinculados às práticas cotidianas, notadamente as religiosas e da corte, deixando de ser um dos elementos balizadores da vida cotidiana a partir do século XIX. No entanto, para que se compreenda os processos relacionados à modernidade é preciso considerar os processos sociais de forma ampla, não nos restringindo ao campo artístico, mesmo que este seja o que nos ofereça melhor exemplo elucidativo.

Neste sentido, Habermas atribui a Baudelaire o uso consciente, inovador e autêntico da expressão modernidade, num contexto em que “[...] a experiência *estética* confundia-se, nesse momento, com a experiência *histórica* da modernidade” (HABERMAS, 2000, p.14, grifos do autor). Ademais, há uma alteração na experiência de tempo que “[...] se reduz à subjetividade descentrada, que se afasta das convenções cotidianas” (HABERMAS, 2000, p.14). Assim, a arte passa a se situar entre o presente e a eternidade, posto que a sua referência de produção é a atualidade. “Exatamente porque se consome na atualidade, ela pode deter o fluxo

³⁷ Na ocasião da publicação do texto pela autora, não havia ainda uma tradução de *O Discurso Filosófico da Modernidade* para o português, tendo Freitag recorrido ao original em alemão. Deste modo, optamos por manter os vocábulos adotados pela autora na sua sistematização acerca das ideias de Habermas.

³⁸ Tratando das reflexões de Hegel sobre a modernidade, Habermas (2000) afirma que para este autor a possibilidade de compreensão do sentido da modernidade pelas pessoas passaria necessariamente por uma mediação artístico-religiosa. No entanto, Hegel identifica a impossibilidade disto ocorrer por reconhecer que os princípios de arte que baseavam esta religião eram baseados na arte clássica, incapaz de comunicar-se perfeitamente com os espíritos modernos. Assim, a filosofia de Hegel identifica na razão “[...] o poder absoluto de unificação” (HABERMAS, 2000, p.48) a partir da criação de “[...] um conceito de razão com o qual possa reelaborar suas experiências de crise e conduzir sua crítica da modernidade cindida” (HABERMAS, 2000, p.48). Destarte, é importante considerar, portanto, que a arte e o lúdico como propostas capazes de auxiliar num processo de tomada de consciência social advêm do Romantismo alemão. No entanto, autores como Benjamin (2000; 2006a; 2012a; 2012b), Lefebvre (2006; 2011), entre outros, refletiram sobre as possibilidades da arte, do ócio, do lúdico subverterem a lógica de alienação imperante e auxiliar na construção de um outro mundo possível. Aqui, seguimos este caminho.

constante das trivialidades, romper a normalidade e satisfazer um anseio imortal de beleza durante o momento de uma ligação fugaz do eterno com o atual” (HABERMAS, 2000, p. 15-16), ressaltando mais uma vez que a experiência de mundo, nas suas dimensões espacial e temporal, implica em protensões de passado e de futuro orientadas pelo presente de modo a dar sentido à existência individual e coletiva futura, a partir da organização dos acontecimentos do presente, no caso, pela arte em suas diversas manifestações, e das reverberações de passado aí remanescentes.

Apesar das considerações de Habermas (2000) à perspectiva da crítica benjaminiana da modernidade, calcada nos aspectos artísticos e estéticos, o próprio autor reconhece nos escritos de Benjamin avanços na compreensão da modernidade em constituição. Benjamin (2000; 2006a) trata de diversos aspectos da modernidade, tanto de suas reverberações artísticas, quanto de suas consequências sociais e espaciais, especialmente no tocante às mudanças que ocorreram nas cidades entre os séculos XIX e XX.

Em seus escritos sobre a obra de Baudelaire, Benjamin (2000) vê ponderações profundas, ainda que limitadas pela pouca relação com outras áreas do conhecimento, sobre a instituição da modernidade. São identificados pelo autor na obra de Baudelaire como elementos da modernidade: a criação da representação de um herói necessário para dar sentido à vida dos indivíduos (podendo o herói ser o próprio indivíduo); a vinculação da arte à moda (que permite que ela se aproxime do eterno e se comunique com a sociedade); a criação de representações mais refinadas do mundo em transformação; a desilusão com o passado e com o futuro (que deixam o indivíduo perdido por ter sido expropriado dos meios de produção); a falta de empatia crescente; e a necessidade de convencer pela razão e o despojo.

A compreensão da modernidade, em Baudelaire, está intrinsecamente relacionada à prática da *flanerie*, pois é tanto no exercício de “perder-se” na cidade quanto na tentativa de conquista simbólica da rua que Baudelaire ganha visão da cidade e dos processos em curso. Prova disto é que Baudelaire é o primeiro a reconhecer a importância da obra de Charles Méryon (1821-1868) como visionária, pois este trouxe para as telas as consequências da Haussmannização antes que as obras de Haussmann em Paris tivessem começado (BENJAMIN, 2000). Deste modo, fica nítido como a arte pode revelar o devir da cidade. Ademais, a arte pode possibilitar a transformação da cidade, ainda que momentaneamente, como demonstrado por Brito (2017) na sua proposta de intervenção viária, pela oportunidade de trazer o novo

para a dinâmica da cidade, a partir de sua invasão pelo lúdico e pela arte³⁹. No mesmo caminho, Moureuax (2013) também evidencia que as intervenções artísticas na rua são “[...] momentos, situações e eventos que modificam as trajetórias, os fluxos e os ritmos do cotidiano e tendem a ressignificar os lugares e os próprios sujeitos, isto é, a experiência urbana e o próprio urbano” (MOREAUX, 2013, p. 16), mas ressalta que a arte de rua sempre existiu, não sendo uma vanguarda revolucionária, mas práticas que permitem que o urbano reavive sua característica de encontro e do imprevisto.

A proposta de Lefebvre (2011), por sua vez, ao escrever *O direito à cidade*, era a de pensar sobre a urbanização fugindo dos sistemas de conhecimento previamente estabelecidos, fazendo com que os problemas teóricos e práticos sobre o urbanismo se tornassem alvo de discussão e debate político, posto que envolvem ideologias de mundo e sociedade. Sem se deter apenas à crítica, o autor se propõe a meditar também sobre outros rumos possíveis para a vida urbana.

O autor reflete sobre a urbanização enfatizando que o advento da industrialização implicou em uma mudança de perspectiva de apreensão da cidade. Se antes a vida urbana estava associada ao valor de uso (cidade como obra), ao encontro com o diferente, a cidade criada e/ou transformada pela urbanização passa a ter como elemento norteador o valor de troca, a venda de estilos de vida, de felicidade e de locais capazes de satisfazer a sociedade voltada para o consumo que se instala e se afirma. Deste modo, na perspectiva lefebvrea, o advento da industrialização pressupõe a ruptura e a desestruturação das estruturas estabelecidas.

Por conseguinte, a relação entre industrialização e urbanização é contraditória e capaz de ser apreendida apenas a partir da lógica dialética: ao mesmo tempo em que a industrialização induz a urbanização, ela faz decair a vida urbana. Ao passo que o fenômeno urbano se estende sobre amplas porções territoriais, e as concentrações

³⁹ Lefebvre em *a Revolução Urbana* (2008, p. 13) defende a hipótese de que a urbanização será total e que, antes mesmo de atingir sua completude, a sociedade urbana se mostra como uma tendência, uma orientação das transformações em curso “[...] que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real”. No intuito de apresentar o processo de urbanização e seu avanço presente e futuro, o autor se debruça sobre as transformações das cidades ao longo do tempo. O filósofo defende que a cidade Industrial precede e anuncia a “zona crítica”, período em que estamos e que é marcado por processos de implosão-explosão da realidade urbana que produz consequências como a concentração urbana, o êxodo rural, a extensão do tecido urbano e a subordinação completa do agrário ao urbano. Para mais detalhes sobre o processo de transformação das cidades política, comercial e industrial ver Lefebvre (2008).

urbanas se tornam gigantes, muitos núcleos urbanos são deteriorados e a urbanidade, a vida urbana, passa a ser negada.

Há, então, o surgimento das políticas de controle do Estado sobre a população e a cidade (haussmannização, como alinha Benjamin (2006b; 2006c) nos textos *Paris, capital do século XIX*) e o deslocamento da população para áreas periféricas (que também receberam os migrantes do êxodo rural) sem infraestrutura de modo que a rua aparece como fundamento do ordenamento e do planejamento haussmannianos. Esses fatores acabam por fazer sumir da consciência social o caráter de obra da cidade e permitem que seu valor de uso seja peremptoriamente substituído pelo valor de troca. Nesta perspectiva, até o centro das cidades, suas obras de arte, se torna produto de consumo, “de admiração” de uma história e uma memória da cidade, para aqueles que a visitam.

Lefebvre (2011) demonstra que esse processo é prenhe de intenções, vontades e ideologias das classes dirigentes que, ainda que em algum momento tenham tido boas intenções nas modificações que propuseram para as cidades, geraram muitas outras consequências nefastas que fizeram definir a cidade como obra. Assim, aos poucos, a consciência da cidade e da realidade urbana se tornam cada vez menos nítidas, tendo o habitar (compreendido pelo autor como viver e se relacionar com o entorno) sido substituído pelo *habitat* (dos conjuntos e pavilhões habitacionais, sem a lógica de relação e de vizinhança antes existente).

Sennett (1970) sublinha a importância das atividades do Barão de Haussmann para o planejamento urbano moderno, mas destaca que seu legado deu origem a pelo menos duas suposições simplistas que implicaram em consequências negativas para as cidades contemporâneas e que se tornaram senso comum no trato das cidades quando são, de fato, frutos do contexto histórico e com a possibilidade de associar o funcionamento social pré-existente e os avanços tecnológicos. A primeira conclusão simplista é a de que ao tratar os problemas urbanos como um todo social, econômico, material interrelacionados em seu funcionamento, a mudança em uma dimensão inevitavelmente transformará as outras dimensões da vida urbana de uma forma pré-conhecida. A segunda conclusão é a de que construir e planejar áreas para uso prévio é eficaz para mudar o comportamento urbano de modo que “[...] é de algum modo

melhor e certamente mais fácil modificar a paisagem física para alterar os padrões sociais da metrópole” (SENNETT, 1970, p. 108)⁴⁰.

Acerca disso, ao discutir as transformações das cidades no tempo, relacionando o funcionamento e o movimento de transformação social com a transformação das formas urbanas, Sennett (2006) mostra as diferentes formas das cidades e as configurações de suas ruas constituídas em contextos históricos específicos. Sobre o Império Romano, o autor evidencia que havia uma simbiose entre a sua expansão e o crescimento das cidades, com o planejamento de ruas e vias, cruciais para a conexão entre as cidades deste império.

Ao tratar da realidade medieval francesa, o autor mostra que não havia planejamento das construções, demonstrando que os proprietários de terrenos construíam como melhor lhes aprouvesse sem considerar o seu entorno e a vizinhança, haja vista que houve casos em que casas foram construídas obstruindo a entrada de outras casas. Sennett (2006) ressalta que isto aconteceu num contexto de muita influência religiosa na vida social, embora a influência da Coroa e da Igreja nesta situação tenha sido restrita, pois estas instituições só intervinham em casos excepcionais. Neste contexto, a rua “[...] constituía-se no resto de todos os exercícios de poder e reivindicações de direitos, nada tendo a ver com o jardim, a ‘coexistência’ ou o lugar criado para o trabalho comunitário” (SENNETT, 2006, p. 164). E foram justamente as atividades econômicas realizadas nas ruas e nos pátios medievais que modificaram o tempo da rua:

Na cidade antiga, dependia-se da luz do dia; o comércio, na Paris medieval, ampliou seu horário, da aurora ao cair da tarde, de tal sorte que os consumidores podiam ir às compras depois de concluírem seus próprios afazeres. A freguesia do padeiro procurava-o ao nascer do sol, enquanto o açougueiro atendia à noite, depois de ter comprado, preparado e assado as carnes, durante o dia. O balcão permanecia montado e o pátio aberto, desde que houvesse movimento nas ruas (SENNETT, 2006, p. 165).

Contrastando a realidade medieval, centrada no cristianismo católico, com a realidade de países árabes, como o Egito, o autor destaca que a lógica de ordenamento já se fazia presente, especialmente devido aos preceitos religiosos do

⁴⁰ Do original em inglês: [...] it is somehow better, and certainly easier, to change the physical landscape in order to alter the social patterns of the metropolis. (SENNETT, 1970, p. 108)

Corão que ordenam a localização das portas e janelas, impedindo que as entradas e saídas das casas fossem obstruídas por quaisquer construções.

Diante desta compreensão, entende-se que a rua deveria estar no centro do planejamento urbano, na medida em que os assentamentos urbanos são balizados por uma organização espacial e um sistema de interconectividade que é central para o desenvolvimento das diversas sociedades.

Assim ao passo que nas cidades antigas as cidades não existiam em função da economia, mas se organizavam em torno de uma visão de civilização servindo para delinear o cenário cultural, social, econômico e as funções políticas das cidades, com a revolução industrial ocorre uma mudança nos padrões de crescimento das cidades com maior ênfase na fragmentação e no espalhamento da mancha urbana que, por sua vez, levaram cidades a se organizarem não mais em torno de um único centro a partir de um planejamento hierárquico (SENNETT, 1970; 2006, LEFEBVRE, 2008; ONU-HABITAT, 2013).

O que fica claro, com isto, é que há, ao longo da história, diferentes formas de tratar a rua e que, à medida em que a vida econômica se torna central, há maior interesse no planejamento e no controle das ruas. Assim, a rua é central para a compreensão das cidades, do urbano e de suas transformações, tendo essas andado lado a lado de diferentes estratégias de planejamento e ordenamento espacial que implicam em histórias da cidade marcadas pela memória seletiva, haja vista que o esquecimento é também um princípio produtivo da construção de narrativas e da memória da cidade (BENJAMIN, 2012a, 2012b; GAGNEBIN, 1999; RAMOS, 2013). Além disso, fica patente ainda que as diferentes possibilidades de experiência da rua estavam imbricadas em experiências espaciais e temporais mediadas pelas mudanças sociais, econômicas, pelas conjunturas e situações específicas dos lugares e pelas práticas de ordenamento e normatização da sociedade e do espaço. Essas, por sua vez, servem inclusive para favorecer as mudanças de comportamento humano, alterando, portanto, nuances da experiência de mundo e acentuando questionamentos sobre a autenticidade dos lugares, bem como da experiência (SENNETT, 1970; DOVEY, 1985).

Atkinson (2006), por sua vez, apresenta a relação entre política e planejamento das ruas a partir do contexto fascista na Itália. Em sua investigação, o autor frisa o processo de transformação e apropriação das ruas (com despejo de moradores por questões morais ou pela ampliação de avenidas) com fins totalitários, sendo esse um

dos elementos de controle social e de “fascistização” desse país, ainda que o modelo e o padrão intentados pelo regime não tenham sido implantados plenamente.

Para Kuster e Pechman (2014), refletindo sobre o interesse no controle das ruas, como uma das formas de ordenamento e normatização do espaço, o controle atinge culminância com os trabalhos de Le Corbusier, de caráter estritamente funcionalista, que contestavam a rua e o papel que esta tinha assumido no século XIX como palco do “espetáculo urbano”, caracterizado pelas ruas ocupadas e repletas de pessoas. Esta ocupação não fazia parte do projeto de modernização das cidades, justamente porque visava a melhorar a fluidez e a circulação com menor atenção aos pedestres. Deste modo, a rua compreendida como centro do espetáculo urbano é sempre orientada para reminiscências do passado, de um tempo distante, sendo a rua do agora sempre uma rua que devemos mudar, intervir e adequar de modo que as experiências de cidade e de rua sejam intensas hoje como foram outrora. Neste ínterim, as transformações ocasionadas nas cidades com a modernidade e com as transformações do capitalismo são geralmente vistas como negativas, como se, olhando pelo retrovisor, antes tudo fosse sempre melhor do que é hoje.

Acerca disto, Couto (2010) explicita aproximações entre Benjamin e Bachelard, demonstrando que ambos os autores, percorrendo caminhos distintos de reflexão, discorrem sobre as transformações do mundo fazendo aparecer nos seus textos as “ruínas” de um mundo que sucumbiu a outro emergindo. Para Couto (2010), tanto Benjamin quanto Bachelard, ao dissertar sobre a casa e o *interieur*, evidenciam uma negação da modernidade, ao mesmo tempo em que são esperançosos com as mudanças em curso:

suas análises estão fortemente marcadas pela melancolia da perda, mas também pelo fascínio do novo, em que sempre será possível encontrar renovadas poéticas. Se o fato e a maneira de habitar uma casa passam por aceleradas e profundas transformações, é porque o espírito do tempo também vive das mutações (COUTO, 2010, p. 213).

Este processo de transformação das ruas foi amplamente apresentado por Benjamin (2006a) e, ainda que carecesse de uma sistematização mais robusta, posto que a sua obra é um projeto inacabado, os fragmentos escolhidos pelo autor permitem a compreensão das transformações da modernidade nas cidades. Já na capital francesa no século XIX, o autor identifica, descreve e analisa as mudanças nos materiais utilizados na construção das passagens; da importância crescente da moda

no comércio, com a mudança na lógica de consumo – e, conseqüentemente, do avanço e do aprofundamento do capitalismo –; da lógica de expropriação de moradores de áreas centrais para as periferias – seguida a um processo de especulação imobiliária, fruto dos projetos orquestrados pelo Barão de Haussmann – ; e do advento da *flânerie* como possibilidade de experienciar e ponderar sobre a cidade a partir da caminhada na rua. Gagnebin (1999) esclarece que a modernidade, na ótica benjaminiana, vive o tensionamento entre o esquecimento e a necessidade de rememorar, paradoxo marcado pelo fim da narrativa tradicional e pela emergência de novas formas de representação do mundo, notadamente modernas, como o romance.

Lefebvre (2008), discutindo sobre a possibilidade de constituição da sociedade urbana, sistematiza uma série de argumentos favoráveis e contrários à rua, apresentando-os em pares dialéticos: passagem/encontro; ordem/desordem; mistura entre diferentes/separação; passividade/ação; repressão/subversão; consciência/alienação. O autor procede, pois, a uma crítica da excessiva funcionalização da cidade e, especialmente, das ruas, que tem como consequência a supressão da vida urbana, na medida em que há uma diminuição crescente da quantidade de pessoas na rua e a redução da cidade à ideia de cidade-dormitório.

Assim, ao passo em que a rua pode realçar as possibilidades de encontro, de diversidade, de alteridade, também revela o seu oposto, a prevalência do uso utilitário, do consumo e da mercadoria, em detrimento da vida. Deste modo, por demonstrar as transformações, as pausas, os movimentos, a rua torna visível as contradições da modernidade e do capitalismo em suas fases.

Nestes termos, não podemos negligenciar os processos de alienação manifestos na modernidade e trazidos ao debate desde Hegel, posto que culminaram na perda do controle e do conhecimento, por parte das pessoas, da consciência dos processos em curso nas sociedades que se instituíam modernas (HABERMAS, 1987; 1997; 2000). Sobre esta temática são elucidativas as obras de Debord (2015), Moreira (2009), Mbembe (2014), Sennett (2015) e Han (2015), pois os autores apontam, através de exemplos didáticos, os diferentes processos de expropriação vivenciados pelas pessoas nos últimos séculos e o aprofundamento do processo de empobrecimento da experiência como apontou Benjamin (1994; 2000; 2006a; 2006b; 2006c; 2012a; 2012b).

Debord (2015) funda sua reflexão sobre a sociedade a partir da ideia de espetacularização, calcada no fetichismo da mercadoria e no consumo. A sociedade

do espetáculo, como alinha o autor, é marcada pela intensidade voraz e sem precedentes da acumulação capitalista em que se sobressai a negação da vida, especialmente pelas diferentes formas de expropriação impetradas na sociedade, a saber: a expropriação espacial, expropriação do tempo e expropriação dos meios de produção. A sociedade do espetáculo se constitui com base na naturalização de ideologias que passam a ter caráter de verdade, promovendo o declínio da *práxis* e alavancando uma falsa consciência de mundo. O cotidiano passa a ser orientado por ideologias e a própria vida é submetida à lógica do espetáculo. Neste sentido, o espetáculo pode ser definido como:

[...] a organização sistemática do «desfalecimento da faculdade de encontro» que é substituído por um fato alucinatório social: a falsa consciência do encontro, a «ilusão do encontro». Numa sociedade em que ninguém pode mais ser reconhecido pelos outros, cada indivíduo torna-se incapaz de reconhecer sua própria realidade. A ideologia está em casa; a separação construiu o seu mundo (DEBORD, 2015, p. 136, grifos do autor).

Os processos de alienação sobre os quais Debord se debruça estão intrinsecamente relacionados à transformação da concepção de homem descrita por Moreira (2009)⁴¹. Para este autor, o homem passou por oito estágios de transformação até que o conceito de homem se tornasse utilitário, contável, estudável pela Geografia da População, no intuito de prever seu ritmo de crescimento e permitindo a consolidação e continuação dos estudos na interface Geografia, Economia e Demografia. Nesta perspectiva, o ser-humano é transformado, neste processo, de animal político e racional, capaz de refletir e transformar a realidade, em máquina, tendo a sua produção (antes norteadada pela luz solar) mensurada pelo relógio e pelo passar das horas. Outrossim, a própria vida e as relações sociais passam a ser medidas, disciplinadas e controladas pelo tempo matemático do relógio.

Com o aprofundamento do capitalismo e do assalariamento, o dinheiro se torna a medida do ser humano que, além de ter sua vida/produção controladas pelo relógio, passa a ser um fator de produção implicando em custos, haja vista que “[...] recebendo os frutos da produção da riqueza na proporção da participação do que produz,

⁴¹ O modelo Natureza – Homem – Economia proposto por Ruy Moreira (2009) é fruto da razão fragmentária na Geografia. Assim, a natureza (vista como recurso) e o homem (visto a partir da necessidade de consumo) são unificados pela Economia, que funciona como mediadora das transformações perpetradas no tempo.

igualmente aos demais fatores, formalizados nos mesmos parâmetros da medida do dinheiro: ao fator capital, o lucro; ao fator trabalho, o salário; e ao fator terra, a renda fundiária” (MOREIRA, 2009, p. 81). O salário, medida da produção, se torna também medida da vida, pois as relações deixam de se nortear pelo valor de uso e pelo senso de comunidade, para serem norteadas pelo valor de troca num fluxo constante de medida do equilíbrio entre necessidades e recursos disponíveis, de modo que o homem se converte em estatística, pois se torna importante para fazer um balanço entre uso e recursos disponíveis.

Sennett (2015), por sua vez, não se refere especificamente à expropriação do tempo e do espaço como fazem Moreira (2009) e Debord (2015), no entanto, o autor demonstra que quando se perde a consciência plena do processo produtivo de ponta-a-ponta as pessoas perdem também a condição de reconhecer sua posição e sua condição na sociedade, passando a agir, inúmeras vezes, contra os seus próprios interesses.

Se o drama identificado por Debord (2015), Moreira (2009) e Sennett (2015) é o da alienação e da expropriação, tornando o ser humano uma mercadoria, a tragédia se aprofunda e Mbembe (2014) evidencia o fim da existência do trabalhador como o conhecemos. A desgraça que assoma uma parcela da humanidade é já não mais poder ser explorada pelo capital, configurando-se em nômades do trabalho, na medida em que o humano é “[...] objecto de humilhação numa humanidade supérflua, entregue ao abandono, que já nem é útil ao funcionamento do capital” (MBEMBE, 2014, p. 14).

Neste sentido, diante das expropriações impetradas pelo capitalismo, Mbembe (2014) entende que o negro, no contexto da modernidade, sofre uma violência dupla: a do capitalismo que afeta a todos e a da raça.

[...] Negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria - a cripta viva do capital. Mas - e esta é a sua manifesta dualidade -, numa reviravolta espectacular, tornou-se o símbolo de um desejo consciente de vida, força pujante, flutuante e plástica, plenamente engajada no acto de criação e até de viver em vários tempos e várias histórias ao mesmo tempo (MBEMBE, 2014, p. 19).

Assim, o projeto da modernidade e as classes dominantes são assombrados pelo risco da revolta dos oprimidos, pelo risco de uma insurreição radical latente, já

que os dispositivos de submissão não aniquilam a vida. Assim, o risco da revolta confere aos ex-escravizados um duplo papel: o de construtor do processo, mas também o que pode superá-lo. Um discurso da modernidade que a vê apenas como processo positivo perde as chances de compreender que esta também foi um processo de “[...] dessubstancializar a diferença, através de todos os meios, para uma categoria de indígenas cooptados para o espaço da modernidade, se fossem ‘convertidos’ e ‘cultos’, ou seja, aptos para a cidadania e para usufruir dos direitos cívicos” (MBEMBE, 2014, p. 154), um projeto de universalização, cuja “[...] finalidade é inscrever os colonizados no espaço da modernidade. Mas a sua vulgaridade, a sua brutalidade, muitas vezes desenvolta, e a sua má fé fazem do colonialismo um perfeito exemplo de antiliberalismo” (MBEMBE, 2014, p. 170).

Encontramo-nos, assim, em meio a uma sociedade que entra num processo de expropriação do si mesmo do humano, especialmente nas grandes metrópoles mundiais e centrais no capitalismo, haja vista que o trabalho, entendido como expressão da criatividade humana, passa a ser norteado pelo valor de troca. Assim, em última instância, priva-se o humano até da condição de excedente de força de produção e de uma vida com um futuro com sentido e, em certa medida, previsível, no qual o funcionamento do mundo apresentava sentido “óbvio” entre o papel do indivíduo e o papel do coletivo.

Neste sentido, as considerações de Han (2015) trazem luz para o aprofundamento das alienações diversas impetradas ao longo do processo de aprofundamento da modernidade e, em especial, sobre a expropriação de si que a humanidade tem feito contra si mesma. Han evidencia os problemas que a humanidade tem enfrentado fazendo uma relação entre a saúde mental e a sociedade atual. Sua argumentação se baseia numa mudança radical de compreensão do mundo, com a substituição da dialética da negatividade pela dialética da positividade, haja vista que a primeira já não permite compreender as patologias e os problemas enfrentados pelos indivíduos e pela sociedade hoje.

Para este autor, o período atual se caracteriza pelo surgimento de “[...] estados patológicos devidos a um exagero de positividade” (HAN, 2015, p. 10), no qual as pessoas não têm como criar estratégias de defesa perante às “ameaças” que aparecem, posto que os elementos ameaçadores não se configuram num outro facilmente identificável e contra o qual podemos agir. Escamoteando-se, portanto, não intencionalmente os problemas, e, deste modo, tornando-os inacessíveis à percepção

direta, passamos a enfrentar a violência da positividade, marcada pela saturação e pela exaustão em sociedades cada vez mais permissivas e pacificadas; com excesso cada vez maior de estímulos e tendo cada vez menor capacidade de aprofundamento contemplativo e para o tédio, ferramentas da criatividade e de abertura para o ser (BENJAMIN, 2012; HEIDEGGER, 2014).

Deste modo, substitui-se, paulatinamente e parcialmente, a sociedade da disciplina – dado que os eventos não chegam nos diferentes territórios ao mesmo tempo nem têm os mesmos rebatimentos (SANTOS, M., 2012a) - pela sociedade do desempenho, com o objetivo de aumentar ainda mais a produtividade do sistema:

Para elevar a produtividade, o paradigma da disciplina é substituído pelo paradigma do desempenho ou pelo esquema positivo do poder [do verbo *can* em inglês], pois a partir de um determinado nível de produtividade, a negatividade da proibição tem um efeito de bloqueio, impedindo um maior crescimento. A positividade do poder é bem mais eficiente que a negatividade do dever. Assim o inconsciente social do dever troca de registro para o registro do poder. O sujeito de desempenho é mais rápido e mais produtivo que o sujeito da obediência. O poder, porém, não cancela o dever. O sujeito de desempenho continua disciplinado. Ele tem atrás de si o estágio disciplinar. O poder eleva o nível de produtividade que é intencionado através da técnica disciplinar, o imperativo do dever. Mas em relação à elevação da produtividade não há qualquer ruptura; há apenas continuidade (HAN, 2015, p. 15).

Neste contexto, Han (2015) aponta que surgem, como reflexo das demandas e conflitos, patologias neuronais como depressão, ansiedade, síndrome de *burnout* etc., ocasionadas pela abolição dos papéis sociais, antes compreendidos por todos, criando a eterna demanda de descobrirmos e sermos nós mesmos, e pelo aumento da fragmentação e da atomização social. Desse modo, impera o indivíduo que busca cada vez mais o aumento do desempenho neuronal e que se torna cansado a ponto de ser impossibilitado de fazer qualquer coisa. Para Han (2015), o excesso de positividade, no processo de descoberta e tornar-se de si mesmo, lhe rouba a soberania que aparenta dar, tornando a liberdade conquistada um paradoxo:

O sujeito de desempenho está livre da instância externa de domínio que o obriga a trabalhar ou que poderia explorá-lo. É senhor e soberano de si mesmo. Assim, não está submisso a ninguém ou está submisso apenas a si mesmo. É nisso que ele se distingue do sujeito de obediência. A queda da instância dominadora não leva à liberdade. Ao contrário, faz com que liberdade e coação coincidam. Assim, o

sujeito de desempenho se entrega à liberdade coercitiva ou à livre coerção de maximizar o desempenho. O excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa autoexploração. Essa é mais eficiente que uma exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. O explorador é ao mesmo tempo o explorado. Agressor e vítima não podem mais ser distinguidos. Essa autorreferencialidade gera uma liberdade paradoxal que, em virtude das estruturas coercitivas que lhe são inerentes, se transforma em violência. Os adoecimentos psíquicos da sociedade de desempenho são precisamente as manifestações patológicas dessa liberdade paradoxal (HAN, 2015, p. 16-17, grifos do autor).

A dialética da positividade implica também na destruição da atenção na medida em que cada vez mais precisamos estar atentos a mais de uma coisa ao mesmo tempo (*multitasking*), perdendo, portanto, capacidade de aprofundamento contemplativo e, por certo, se animalizando, com a virada na ênfase da preocupação do bem viver para o sobreviver. Assim, se enfraquecem polos negativantes da existência, como sentimentos de luto e angústia e, como afirma Han (2015), sem a potência negativa, enquanto elemento essencial da contemplação, “[...] não seria possível haver qualquer ‘ação do espírito” (HAN, 2015, p. 30).

Deste modo, é importante considerar que os rebatimentos dos diferentes processos de alienação presentes na sociedade, e descritos acima, nos últimos séculos, têm também rebatimentos espaciais no âmbito do planejamento – cidades construídas para os automóveis, ações de melhoramento e embelezamento estratégico na cidade (VAINER, 2000; COMPANS, 2005; SÁNCHEZ, 2010) –, nos usos e apropriações do espaço público na cidade (SERPA, 2007b; SILVA, 2019) e até na construção de cidadanias voltadas para o consumo (SANTOS, M., 2012b) e para manutenção de desigualdades entre classes (HOLSTON, 2013).

No entanto, como ressalta M. Santos (2012a), um outro mundo é possível desde que calcado na solidariedade e nas horizontalidades ainda presentes na humanidade, podendo, se levadas a termo, inaugurar o que o autor alcunha de período popular da história. Neste sentido, Mbembe (2014) afirma que é possível construir um outro mundo, desde que sua base seja a solidariedade, surgida a partir da compreensão de que cada ser humano é uma pequena parte da humanidade e, portanto, a ideia de restituição e reparação àqueles que sofrem com as alienações do modo de produção é necessária, para que possamos vislumbrar “[...] a construção de uma consciência comum do mundo, ou seja, do cumprimento de uma justiça universal” (MBEMBE, 2014, p. 304), cujo caminho de enfrentamento dos racismos, preconceitos e

desigualdades diversos “[...] passa pela produção, a partir da crítica do passado, de um futuro indissociável de uma certa ideia de justiça, da dignidade e do bem comum” (MBEMBE, 2014, p. 296). O desafio é imaginar um futuro positivo diante do aprofundamento das cisões e alienações capitalistas, como descreve o próprio Mbembe (2014).

Assim, uma pesquisa que visa a refletir sobre o que são as ruas e como elas revelam as cidades e os processos em curso – na tensão entre passado-presente-futuro, permitindo a apreensão de fenômenos e situações em encaixe – não pode deixar de considerar o contexto de aprofundamento da modernidade e suas consequências para a vida com/na cidade, percebida através de suas ruas.

Vale ressaltar que, na maior parte dos estudos, a rua aparece ao longo das pesquisas geográficas como um dado do urbano, centro da ação e da vida, mas não como foco central de discussão (JONES, 2017). Sublinha-se os esforços de Fleury (2004), Fyfe (2006), Carlos (2007) e Kuster e Pechman (2014), Yazigi (2015) cuja ênfase da reflexão é a rua *per se*.

É preciso frisar que o próprio ato de pesquisar, e aqui, especificamente, as pesquisas sobre a cidade, quer tenham o bairro como recorte, quer enfatizem os espaços públicos, conduzem os pesquisadores para situações, processos e fenômenos em curso na rua. Neste caso, a rua aparece porque os agentes das pesquisas “estão/são”, em alguma situação, na rua. Barthe-Deloizy (2018), discorrendo sobre questões de método em Geografia, indica que as situações de pesquisa são fundamentais para a investigação sobre o objeto de estudo, podendo conduzir a diferentes questões ao longo do processo de pesquisa.

O que é nítido nos estudos por nós encontrados é que a rua aparece a partir das situações de pesquisa como uma categoria ou recorte acessório para as discussões sobre a cidade, mas não como o objeto das pesquisas. Isto porque as discussões sobre a rua aparecem quando os pesquisadores sentem necessidade de descrever situações ou fenômenos que se manifestam para eles no processo de pesquisa pela rua, este é o caso das pesquisas sobre festas populares e manifestações culturais (DIAS, 2002; SERPA, 2007b; CASTRO, 2012), história da cidade (MUMFORD, 1961; BERMAN, 2000; DOREA, 2006; VASCONCELOS, 2012; 2016), práticas espaciais de solidariedade (C. DIAS, 2016), experiências artísticas na cidade (BRITO, 2012; 2017; SANTOS, C., 2012) e mobilidade (FREITAS, 2009; DELGADO, 2014).

No entanto, fica patente que é a partir da visualização da rua, enquanto parte da paisagem urbana, como uma das bases de compartilhamento das experiências da cidade, o que nos permite o acesso às inúmeras transformações da cidade e do urbano. A rua, quer seja nas modificações arquitetônicas (formas urbanas), quer nas diferenças de ocupação em manifestações, intervenções artísticas, protestos, engarrafamentos, nos permite apreender os fenômenos relacionados à dimensão espacial da experiência.

Percebe-se, então, que as análises geográficas sobre a cidade e o urbano enfatizam um entendimento dos processos que os abarcam enquanto uma totalidade almejada, ainda que inalcançável, envolvendo a necessidade de um olhar transescalar sobre os fenômenos e que, mesmo tendo como ponto de partida de análise o bairro, para compreendê-lo nos voltamos para as ruas; o bairro, compreendido pela experiência intersubjetiva de espaço, uma construção social permeada no engendramento coletivo de limites e bordas na cidade, como propõe Serpa (2007c), que, em última instância, se materializam na experiência concreta de bairro, na rua.

Outra perspectiva de abordagem sobre as ruas foi feita por DaMatta (1997), que, apesar de não fazer uma discussão aprofundada sobre as questões espaciais, demonstra a importância das relações entre a sociedade e o espaço quando traça paralelos entre a forma como esta sociedade se apropria do espaço e as reverberações sociais desta ocupação. Em *A Casa e a Rua* (DAMATTA, 1997), o autor trata inicialmente da construção de referenciais sociais de orientação no espaço e evidencia que o tempo e o espaço são intrínsecos ao ser humano, ideia fortemente defendida por Heidegger (2014) e Dardel (2011), haja vista que, para estes autores, o espaço assume uma perspectiva de mediação entre o homem e o mundo. A casa e a rua, enquanto instâncias de compreensão da sociedade, assumem perspectivas diferentes de compreensão da sociedade brasileira. Por um lado, a casa representa uma perspectiva de compreensão da sociedade brasileira a partir dos vínculos sociais familiares, das famílias ricas, importantes e poderosas. Por outro lado, a rua é o seu oposto, é nela onde predomina o impessoal e o exterior. A rua se torna, então, uma metáfora, deslocada de sua espacialidade.

Carlos (2007), discutindo sobre a realidade urbana no mundo moderno globalizado e acerca das relações entre a escala local, a partir da perspectiva do lugar, e global, para a compreensão do urbano e da cidade, designa um capítulo específico

sobre a rua. Neste capítulo, a rua aparece como elemento central para análise das transformações do mundo moderno na cidade. Partindo das leituras das obras de Lefebvre e de Benjamin, a autora discorre sobre as perspectivas que a rua pode trazer para a compreensão do urbano em São Paulo.

Para a autora, a rua – dotada de um contexto espaço-temporal específico – nos permite ver a dimensão do vivido, em sua compreensão lefebvreana, na cidade. É nela que se materializam as relações sociais no cotidiano, lócus da subversão e da submissão à lógica capitalista. A rua permite identificar as diferentes apropriações, diferenças e contradições da vida cotidiana. A observação das ruas nos permite identificar a mudança nas técnicas e sua influência no urbano e, conseqüentemente, a possibilidade de construção de uma nova urbanidade mediada por novas tecnologias. A importância da rua, assim, está relacionada à compreensão dos tempos simultâneos, das múltiplas dimensões da vida.

No decorrer de sua reflexão, a autora sistematiza os diversos sentidos que a rua assume no intuito de resaltar a multiplicidade de possibilidades de estudos geográficos a partir da rua:

[...] o sentido de passagem, [...] o sentido de fim em si mesma, [...] o sentido do mercado/aquele vinculado à troca, [...] o sentido da festa, [...] o sentido da reivindicação, [...] o sentido do morar, [...] são apropriados como território de domínio de gangues, [...] têm sentido da normatização da vida, [...] o sentido da segregação social, [...] formação dos guetos e ainda preserva o sentido do encontro (CARLOS, 2007, p. 53, grifos da autora).

Por fim, Carlos, a partir da leitura de Berman e Levy, assim como Jacobs (2000) e Kuster e Pechman (2014), afirmam que a morte da rua implica na “[...] extinção de toda a vida”, ou seja, no fim do movimento de ir e vir das pessoas na cidade, envolvidas em atividades comerciais, encontros com conhecidos ou a passeio. No contexto de planejamento urbano das cidades, as ruas são destinadas aos carros e voltadas para atender à necessidade da rapidez do capitalismo financeiro.

No entanto, o que se demonstra é um processo de transformação das ruas que coaduna com os processos mais amplos em andamento. Neste sentido, os processos de acumulação do/no espaço passam por acelerações e frenagens seletivas, de modo que as particularidades dos processos locais indicam resistência ou fortalecimento dos processos em curso. Assim, nas resistências encontramos brechas para

possíveis mudanças, enquanto na incorporação dos processos globais vemos o aprofundamento do espetáculo e das cisões da modernidade.

Esta seletividade de aceleração e frenagem dos processos ficou nítida com a pandemia de COVID-19, sendo posteriormente aprofundada no capítulo 10, na medida em que ela ataca os fundamentos da reprodução atual do capitalismo, mesmo que momentaneamente, com os diversos *lockdowns* estabelecidos em cidades centrais do capitalismo atual, bem como em centros produtores de bens, notadamente a China. Assim, se por um lado é a mercantilização da vida e o instinto de sobrevivência que nos leva a trabalhar por comida, que nos "animaliza", por outro lado, a pausa é forçada pelo mesmo instinto de sobrevivência que nos leva ao isolamento para permanecermos vivos.

No entanto, a resiliência humana a longos períodos de confinamento e a capacidade de adaptar-se a situações diversas fizeram com que as restrições diminuíssem e as pessoas voltassem para a rua, no intuito de ter momentos de lazer e consumo, banalizando a vida do "outro", como evidenciado pelo líder da OMS, quando este enfatiza de que "sair de casa é decisão de vida ou morte para alguém". Vê-se, em certa medida, que os interesses individuais e o lucro prevalecem sobre o coletivo, apontando, mais uma vez, para os processos de alienação e de incompreensão do que somos, a qual classe pertencemos e o que queremos, relacionada à difusão de informações falsas, ou, como prefere Debord (2015), ao excesso de imagens, que se reflete em um ainda maior aprofundamento do espetáculo. Mais uma vez, é olhando para a rua que podemos identificar as nuances da experiência de mundo em meio à pandemia, a partir da ocupação desta para atividades de lazer, a partir da reabertura do comércio e das filas para entrar em estabelecimentos de compras diversos.

Retomando as discussões sobre os estudos geográficos centrados na rua, Fleury (2004), por sua vez, indica que a rua nunca foi um objeto de estudo nas Ciências Sociais. Para o autor, a rua aparece como um elemento secundário nas análises urbanas a partir de uma multiplicidade de abordagens. Neste sentido, acredita que a rua – como objeto geográfico – possibilita uma miríade de contribuições para a compreensão do urbano a partir de uma perspectiva geográfica, ou seja, sendo pensada a partir dos conceitos e categorias da disciplina.

O autor demonstra que a rua nem sempre foi interesse de pesquisa dos geógrafos. Enquanto na primeira metade do século XX abundava a produção de

monografias sobre as ruas, na segunda metade – com o predomínio da lógica positivista na Geografia – os geógrafos se distanciam da rua priorizando estudos quantitativos e de modelagem. É nas décadas de 1970 e 1980 que ocorre a reintrodução do “[...] ‘espaço vivido’ no campo da geografia e, assim, marcam o retorno da rua. No entanto, esta não é tratada por si só: é principalmente na escala do bairro e no espaço de residência que as análises são desenvolvidas” (FLEURY, 2004, p. 2). O desafio que se coloca para aqueles que se propõem a trabalhar a rua enquanto objeto geográfico é o de transpor e relacionar a rua com outras escalas geográficas.

O autor considera a rua como “[...] um sistema de lugares próximos uns dos outros, conectados pelas práticas” (FLEURY, 2004, p. 2-3) e sua principal característica é a mistura de diferentes pessoas e atividades, ou seja, a possibilidade de encontro com o diferente. Segundo o autor, a rua deve ser compreendida com o seu entorno e a cidade, revelando-a.

Fleury (2004) propõe uma metodologia de reflexão sobre a rua cuja primeira etapa é a observação e a identificação dos tipos de transporte utilizados, dos fluxos na rua, funções e suas respectivas variações, posto que espelham um espaço-tempo da rua e desta na cidade. No segundo momento, a rua deve ser vista a partir de uma relação com o seu entorno sob a perspectiva do papel de centralidade que pode exercer. Ademais, enfatiza a importância de se traçar o perfil dos seus usuários e de seus habitus de classe (BOURDIEU, 2011). A metodologia proposta por Fleury (2004) considera que uma rua pode atravessar diferentes bairros, justamente porque sua pesquisa foi realizada em um contexto parisiense. Portanto, para o autor, é importante diferenciar as atividades e os usos da rua nos diferentes bairros cortados pela respectiva rua. Deste modo, no caso brasileiro e especialmente no caso soteropolitano, este tipo de tratamento metodológico para a rua nem sempre se mostra o mais adequado.

Fyfe (2006), a partir do seu histórico de pesquisa sobre espaço público, decide organizar um livro intitulado *Images of The Street: planning, identity and control of public space* e trata a rua como objeto principal de análise para compreender o espaço urbano. Este livro está organizado em três seções: a primeira trata de estudos de caso sobre o planejamento demonstrando como as ruas são desenhadas por meio da política e da economia; a segunda trata de textos sobre as identidades e práticas sociais destacando os diferentes agentes e seus modos de experiência de rua em

contextos socioespaciais específicos; a terceira abarca discussões sobre controle e resistência com ênfase no crescimento da regulação da vida social. O escopo teórico-metodológico do livro se dá no âmbito de uma abordagem cultural em Geografia, mas não há uma proposição específica de metodologia para estudar a rua.

Nas primeiras páginas do livro, Fyfe (2006) evidencia que há um *grand tour* percorrido pelos autores que apresentam contribuições significativas sobre as ruas. O roteiro segue as contribuições de Walter Benjamin, Le Corbusier, Jane Jacobs e Mike Davis, indicando a transformação dos boulevares e vias expressas, apontando para a desigualdade e diversidade de habitar as ruas. Neste sentido, o *grand tour* da rua expõe os processos de mudança e, aqui, buscou-se relacionar essas mudanças com o aprofundamento da modernidade e as contradições aí implicadas, especialmente no que se refere à dimensão espacial da experiência de cidade.

Retomando o trabalho de Kuster e Pechman (2014), ressalta-se que os autores escreveram um capítulo acerca das transformações da rua no tempo a partir da leitura de Chantal Georgel e afirmam que a rua é criada e atinge seu ápice no século XIX, pois se torna o lócus do espetáculo urbano. Para os autores, a rua se torna no século XIX a rua da multidão. A via pública se torna o centro de encontro dos sindicatos e da mobilização política. Simultaneamente, a rua expõe a desigualdade social e os problemas de saneamento das cidades, é delas que vêm a peste, a prostituição, a violência, a insurreição e a revolução. No contexto de planejamento, a rua é vista pelas autoridades como “[...] o maior empecilho à modernização das cidades” (KUSTER; PECHMAN, 2014, p. 65). Nesse âmbito, a transformação da rua em boulevards marca uma disputa pela cidade: “o boulevard traduz o poder da elite, a rua exprime a força popular. A rua passa a ser vista como resquício do mal passado da cidade” (KUSTER; PECHMAN, 2014, p. 67), já o boulevard representa a modernidade e o seu triunfo.

Yázigi (2015), por sua vez, discorre especificamente sobre o turismo a partir da ótica da rua: com reflexão e descrição cruas sobre a cidade, o autor discorre acerca do estado em que se encontram as ruas brasileiras, a partir de observações feitas em São Paulo. Cheio de ironia e indignação, pela ansiedade em vislumbrar melhorias para as cidades, Yázigi (2015) propõe a rua como escala de discussão do turismo na cidade. Na compreensão do autor, ponderações acerca do turismo não pode prescindir do seu par, a residência. Sua opção pela rua se dá pelo reconhecimento da inevitabilidade da rua como lócus de circulação na cidade. E, além disto, para o autor,

a rua revela “[...] a própria expressão de seu povo, o retrato de seu governo e, sobretudo, um imenso desafio ao nosso suposto processo de democracia e de entendimento do público e do privado” (YÁZIGI, 2015, p. 6).

7.2 MODERNIDADE E PLANEJAMENTO NA CIDADE DA BAHIA

A rua, como vimos, é bastante estudada na Geografia como um recorte espacial específico ou como uma escala de análise. As possibilidades de a rua renovar a Geografia, como propõe Fleury (2004), estão relacionadas à perspectiva de visibilidade de diferentes fenômenos sociais e espaciais. Esta é, também, mesmo que partindo de um referencial teórico diferente, a perspectiva de Carlos (2007), ao compreender a rua como a materialização da expressão das relações local-global.

A rua possibilita ainda a compreensão do espaço urbano como abertura para o futuro, uma promessa de desconhecido pelas infinitas possibilidades que se apresentam, permitindo desvios, mudanças de direção e o desconhecido (BESSE, 2014b).

A rua nos possibilita transitar entre as diferentes escalas espaciais de modo a tratá-la como problema eminentemente geográfico, no sentido dado por Castro (2010), conferindo visibilidade aos fenômenos que estudamos no espaço e definindo sua pertinência. Recortar espacialmente, aqui, não significa fragmentar o real, mas, sim, definir áreas para melhor apreensão e compreensão do fenômeno, que aparecem mais claramente numa dada escala, e que se almeja pesquisar. A autora aponta para a necessidade de os geógrafos tentarem associar as diferentes escalas geográficas para que haja uma melhor compreensão do real, pois, em cada escala, diferentes possibilidades de compreensão dos fenômenos se farão possíveis, pois serão nuances diferentes do espaço que se farão visíveis.

Isto porque, a escala, utilizada como uma estratégia de apreensão da realidade, é um processo de esquecimento coerente devido à impossibilidade de apreendemos o fenômeno em inteireza, posto que o acesso que a consciência tem aos fenômenos é, ao mesmo tempo, parcial e total. No entanto, o que apreendemos do fenômeno é o que ele traz à consciência no momento em que aparece e o aparecer, ainda que revele

a totalidade do fenômeno, não o esgota e, por isso, outras nuances do fenômeno são visibilizadas em outras aparições (CASTRO, 2010; SARTRE, 2005).

Assim, na medida em que permite a visualização e a operação da multi-escalaridade do pensamento geográfico, a rua nos permite pensar sobre as dimensões espacial e temporal da experiência humana. Pensamos que uma pesquisa que se debruce sobre a rua deve buscar relacionar os fenômenos que nela aparecem para compreender as transformações da cidade a partir de reflexões multi-escalares.

Pistas metodológicas de como proceder a esta inter-relação, de suas dificuldades e possibilidades são apresentadas por Castro (2010) e Serpa (2006). Assim, a descrição fenomenológica de experiências na rua pode funcionar como um exercício de transitar entre as diferentes escalas e de associar o universal e o singular na pesquisa, desde que consideremos a rua como centro do encontro e de possibilidade de vislumbrar a cidade, numa escala em que o movimento das pessoas ou sua ausência podem ser apreendidos. Esta interrelação é possível quando pensamos a narrativa, enquanto estratégia de articulação da experiência coletiva. E, pelo seu caráter múltiplo, as narrativas permitem que tenhamos vislumbres do fenômeno a partir de diferentes perspectivas, porquanto são alinhavadas a partir de diversos fios condutores.

As diferentes narrativas construídas sobre as cidades, e algumas até de modo específico sobre a rua, nos permitem vislumbrar as transformações sociais, econômicas e espaciais a partir de diferentes tipos de registros e linguagens, sejam eles artísticos ou científicos. Entendemos que as diferentes narrativas sobre a rua nos permitem relacionar estrutura e conjuntura na medida em que frisam as mudanças e aprofundamentos da modernidade capitalista, bem como as situações e conjunturas individuais. Neste sentido, as análises aqui propostas se constituem na construção de uma narrativa sobre a rua tendo como escopo a modernidade colonial brasileira, mais especificamente em Salvador, Bahia. Deste modo, diferentes narrativas e pesquisas que tratem da rua, podem lançar luz sobre diferentes perspectivas de entendimento desta e de suas possíveis contribuições para os estudos geográficos.

Portanto, nessa pesquisa é essencial a contextualização do advento da modernidade no Brasil, mais especificamente da modernização da Bahia e das reformas urbanas realizadas em Salvador, pois, como alerta M. Santos (2012a), os eventos não afetam o espaço de forma homogênea, ao contrário, produzem

particularidades e diferenciações relacionadas às formas como as sociedades são impactadas por instrumentos técnicos.

Porto-Gonçalves (2013) denomina de sistema-mundo moderno-colonial as relações hierárquicas constituídas a partir do século XV e que perduram até os dias atuais. Para o autor, a constituição e a consolidação desse sistema-mundo só foi possível a partir da interdependência e da indissociabilidade entre modernidade e colonialidade. Isto porque a construção da modernidade europeia está assentada na colonialidade por meio da escravização de negros trazidos do continente africano indispensáveis à estrutura econômica da produção de açúcar, do etnocídio e do genocídio de povos indígenas, da exploração e do esgotamento de seus recursos naturais e da apropriação pela burguesia mercantil de diversos conhecimentos de distintas culturas no mundo. Portanto, é a partir disso que a Europa reúne condições e se impõe como centro hegemônico ao restante do mundo, sendo que “[...] o estatuto colonial da modernidade distribui desigualmente os proveitos e rejeitos do seu progresso” (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 26). Ademais, o padrão de poder que se constitui na relação entre as metrópoles e as colônias se baseia na ideia de raça como um dos pilares da dominação europeia sobre a América (QUIJANO, 2005). Mbembe (2014), por sua vez, refletindo sobre as questões de raça, afirma que “[...] o substantivo ‘Negro’ tem vindo a preencher três funções essenciais na modernidade - funções de atribuição, de interiorização e de subversão” (MBEMBE, 2014, p. 88). Assim, a modernidade, para Mbembe (2014) se constitui num projeto europeu de expansão que se desenrola a partir do século XVIII.

As ideias de Mbembe (2014) e Porto-Gonçalves (2013) se aproximam das de Ianni (2003), tendo em vista que, sob a égide da escravidão, o Novo Mundo é condição e produto do processo de acumulação, da transformação do dinheiro em capital, indispensável ao processo posterior da Revolução Industrial Inglesa. Nesse contexto, o período da expansão marítima europeia permitiu o desvendamento de outros espaços e tempos indispensáveis à apropriação da Terra, onde a conquista militar, intelectual e espiritual da América e sua incorporação nos seus limites intelectuais permitem a conscientização dos europeus da sua própria “superioridade” espiritual e técnica, inclusive militar e de poder econômico (IANNI, 2003).

Ianni (2003) afirma a constituição de uma totalidade histórica de mundo que é produto e condição das práxis coletivas e individuais. Assim, a descoberta e a conquista do Novo Mundo representam “[...] um produto e uma condição de uma

ruptura histórica excepcional, acompanhada de implicações científicas, filosóficas e artísticas também notáveis” (IANNI, 2003, p. 39), “[...] uma expressão fundamental da modernidade” (IANNI, 2003, p. 40). Isto porque a redescoberta e a conquista desse Novo Mundo ocorreram no bojo do Renascimento, da Reforma, da Contra-Reforma e da Revolução Científica, mas também da formação do capitalismo, da origem e do desenvolvimento do Estado-Nação, da organização das monarquias e da modernidade. A constituição da modernidade assinala o surgimento de outras e novas formas de sociabilidade, a constituição de novos estilos de vida, de forças sociais e de formas de pensamento e os conquistadores dominam também pela língua, transformando suas línguas em línguas “universais” de comunicação e apagando as marcas dos habitantes originários, fazendo avançar a modernidade-colonialidade pelas Américas (IANNI, 2003).

Considerando que o Brasil, inserido no contexto da América Latina, é uma nação oriunda do colonialismo português do século XV ao XVII, a economia e a sociedade brasileiras foram fortemente influenciadas pelo mercantilismo e pelas grandes propriedades sustentadas pelo trabalho escravo de civilizações indígenas e escravização de nações africanas, com a hierarquização social e a distinção entre classes (IANNI, 2003). Assim, para Ianni (2003), a constituição da Modernidade, que chega nas Américas durante o século XVIII ao XIX, está inserida no contexto histórico e social dos movimentos emancipacionistas e de formação dos Estados nacionais, dos quais foram transplantadas os ideais europeus, baseando-se nos seus resultados e no Iluminismo, mas com peculiaridades e consequências diversas.

Ao longo do século XX, há um esforço das nações latinas e caribenhas em desenvolver seus projetos nacionais, cuja maioria está voltada ao capitalismo nacional, com exceção de Chile, Cuba, Granada e Nicarágua, que se baseiam no regime socialista. Porém, os projetos nacionais não têm uma história linear, são repletos de lutas, conflitos, negociações; há confronto de interesses entre as oligarquias, defensoras do modelo agrário-comercial, com os monopólios político-econômicos visíveis no poder das agências governamentais, além do confronto dos ideais imperialistas europeus e norte-americano.

Deste modo, considerando o processo de globalização do mundo e a transformação das relações entre a humanidade, o espaço e a técnica (SANTOS, M., 2012a), podemos vislumbrar que a chegada da modernidade no Brasil não é homogênea em seu território e perpassa o processo de formação socioespacial do

país. Neste ínterim, o território nacional não estava incólume às transformações pelas quais passava o mundo, posto que a “ordem” de funcionamento do mundo estava em xeque.

Ianni (2004) destaca que, no caso brasileiro, a independência não veio junto à ascensão de valores republicanos, tendo ficado preso aos valores do seu passado (colonialidade, escravidão e absolutismo) confrontados por movimentos locais, regionais, nacionais e internacionais (com relação à escravidão, notadamente pela Inglaterra) ao longo do período imperial. Os anacronismos começarão a ser questionados na segunda metade do século XIX, dando origem às tentativas de modernização do Brasil que apenas se efetivarão mais tarde, com o advento da República.

Ianni (2004) destaca que no período anterior à Independência havia um descolamento entre as ideias e a realidade, na medida em que os intelectuais brasileiros buscavam nas teorias feitas na Europa a explicação e a aplicação em sua pátria. Além disto, as marcas da colonialidade permaneciam com o

[...] escravismo e dispersão da população nos amplos espaços da sociedade nacional. Uma sociedade não só muito esgarçada, mas atravessada por diversidades regionais e raciais, isto é, sociais, econômicas, políticas e culturais, que facilitavam o exercício do mando pelos detentores dos instrumentos do poder. A persistência do escravismo e os artifícios do manto monárquico configuravam um poder estatal com as características de uma administração distante, estranha, alheia aos interesses populares (IANNI, 2004, p. 19-20)

Fica patente, portanto, que, em termos de formação socioespacial, as especificidades territoriais, notadamente a grande extensão territorial e a consequente dificuldade de articulação do território, favoreceram o surgimento de aglomerações que resultaram da instalação de serviços de governo responsáveis por fiscalizar as atividades rentáveis (agricultura e mineração), voltadas para as demandas exteriores momento da formação socioespacial intitulada por Milton Santos de “arquipélago”. Ademais, tal situação originou e perpetuou um descolamento entre o Estado nacional, centro decisório, e a sociedade civil brasileira (IANNI, 2004). Este processo se torna patente nas cidades ainda hoje no tocante à legislação e ao planejamento urbano, notadamente desiguais e voltados para o valor de troca ao invés do valor de uso, característica marcante do advento da modernidade nas cidades.

Refletir sobre a cidade, quer seja a partir de observações do presente quer seja de suas representações, nos permite vislumbrar, a partir de sua paisagem, seus processos e transformações, posto que a cidade contém as rugosidades do seu passado, nos permitindo transitar nas transformações que os diferentes processos da modernidade implicaram em seu horizonte temporal. Neste ínterim, é importante ressaltar que, além da diversidade dos processos, há diversidade de narrativas, ou seja, de formas através das quais as histórias podem ser contadas de modo a trazer mais luz sobre os fenômenos ou escamoteá-los em defesa dos “vencedores”.

A cidade na qual vivemos hoje está intrinsecamente relacionada aos desdobramentos da modernidade. Pinheiro (2011) destaca que o avanço técnico e tecnológico está intrinsecamente vinculado ao interesse de autoridades em intervenções e melhoramentos urbanos. As novas tecnologias começam a chegar nas cidades e demandam que o poder público se adeque a essas inovações. Estas, por sua vez, baseadas no avanço da tecnologia, se justificam como estratégias de resolução dos problemas sanitários e do “caos” social em que se encontravam as cidades europeias ao final do século XVIII, evidenciando que a ação dos governantes girava em torno da criação de legislações de normatização e regulamentação da cidade: elaboração de planos, abertura de grandes vias com transformações na morfologia urbana, etc., culminando com o surgimento e a difusão do “modelo haussmanniano” no século XIX.

A preocupação da época contemporânea com as questões urbanísticas vem de finais do século XVIII, quando as cidades passam por processos de transformação social, econômica, cultural e urbanística, associados às mudanças advindas da Revolução Industrial, que está na base de algumas das transformações da sociedade e das cidades na Europa. As novas tecnologias introduzidas mudam as relações dentro das áreas urbanas, diminuem as distâncias e melhoram o saneamento, o que implica uma renovação do espaço urbano, com rápidas alterações no modo de vida urbano, no uso do solo, nas relações de produção e na própria estruturação da sociedade (PINHEIRO, 2011, p. 37).

Deste modo, é importante compreender a modernidade e como esta modernidade, intrinsecamente relacionada à colonialidade, se estabelece e influencia as intervenções e os melhoramentos urbanos que aconteceram no Brasil.

Pensar a modernidade no Brasil não pode prescindir de uma discussão sobre o papel que a primeira capital do país teve em termos econômicos e sociais, posto que

a cidade permitiu o estabelecimento da empreitada colonial portuguesa devido à sua localização estratégica em termos comerciais e produtivos.

Por um período, Salvador tinha um papel importante no cenário mundial, inclusive sendo a concentração de riquezas nesta cidade e o acesso à técnica produtiva presentes, razões das intenções de invasões por parte de Inglaterra, Holanda e França (VASCONCELOS, 2016). Assim, fica patente que, desde o período colonial, as transformações técnicas, econômicas e sociais não podem ser desconsideradas já que a técnica contribuiu para a dominação colonial do território tendo efeito diferenciado em suas diversas frações. Vislumbrar esse processo nos permite entender suas consequências e as contradições do aprofundamento da modernidade na Soterópolis, nos termos de Debord (2015), Mbembe (2014), Moreira (2009) e Sennett (2015), pois pensar o presente não prescinde das suas vinculações temporais com os horizontes de antes ou depois.

Neste sentido, Salvador, no seu processo de inserção na modernidade e em seus desdobramentos escancara as relações de coisificação, de diferenciação e hierarquização baseadas no contexto da raça. Uma cidade muito negra, com influência de cosmovisões de matriz africana no ordenamento popular nela construído, mas que escamoteou e relegou a influência negra na sua constituição a um plano secundário apontando justamente a dialética entre lembrar e esquecer que marcam a construção das narrativas sobre a cidade (BENJAMIN, 2012a, 2012b; GAGNEBIN, 1999; RAMOS, 2013).

Mbembe (2014), afirma que há “[...] uma acção política de selecção numa memória que se acreditava ordenada à volta de um duplo desejo de soberania e de autonomia” (MBEMBE, 2014, p.162), de modo que não podemos negar que “o significativo racial é ainda, em larga medida, a linguagem incontornável, mesmo que por vezes negada, da narrativa de si e do mundo, da relação com o Outro, com a memória e o poder” (MBEMBE, 2014, p. 102). Assim, ficam nítidas as tentativas de dessubstancialização dos colonizados, retirando suas referências de suas vidas, com a necessidade de implantação de um novo estilo de vida adequado ao projeto de modernidade.

A modernização da Bahia aparece de forma mais intensa no fim do período colonial. De acordo com Vasconcelos (2016), o período de característica colonial de Salvador perdura até a chegada de D. João, período em que a cidade começa a perder a preponderância econômica para o Rio de Janeiro, cidade que, segundo

Pinheiro (2011), inspirada na Haussmannização de Paris, influenciará, a seu modo, as intervenções urbanas em Salvador. Risério (2004) demonstra que nesse período houve uma modificação da composição da população do Rio de Janeiro a partir de um forte processo de europeização, enquanto Salvador, nascida miscigenada e sincrética, tornava-se mais negro-africana com a chegada de milhares de nagôs, jejes e haussás.

As características de Salvador no período colonial estão relacionadas à estruturação da colonização no Brasil, estando, portanto, profundamente marcadas pelo sistema escravocrata. Diante do contexto técnico disponível, Salvador tinha tanto a circulação de pessoas quanto mercadorias dificultada, com ruas estreitas e transporte deficitário. O que as intervenções urbanas intentaram foi, por um lado, favorecer a comunicação intra-urbana, especialmente a ligação com o porto, para favorecer sua economia e permitir uma expansão da área urbana e das atividades produtivas.

Vasconcelos (2016) aponta a constituição de infraestrutura de Salvador no final do período imperial, mais especificamente após o tráfico de escravos em 1850, momento em que a cidade teve perdas populacionais devido a epidemias de febre amarela e cólera. Os investimentos em infraestruturas da cidade foram realizados pelos bancos, seguradoras, indústrias e os transportes marítimos e urbanos com a finalidade de evitar maiores perdas econômicas. O autor reforça a importância dos transportes no processo de crescimento e expansão urbanos, inclusive denotando a desigual distribuição das linhas de bondes e a desigualdade de investimentos nas diferentes áreas da cidade, com a preponderância dos investimentos na Cidade Baixa, onde estava alocado mais fortemente o comércio da cidade no período.

Já no período republicano (1889-1944), Vasconcelos (2016) retrata a distinta temporalidade da Bahia referente ao cenário nacional de desenvolvimento de elites agrárias de São Paulo e Minas Gerais, que culminaram no domínio das elites urbanas e industriais de São Paulo, pois na Bahia a industrialização só foi possível a partir do advento do petróleo e com as novas condições de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial. As inovações técnicas, que aconteceram no início do século XX na Europa e nos EUA, frutos da sociedade urbano-industrial, ressignificam as cidades, porque aquelas que não tivessem sinais de inserção na modernidade teriam a imagem negativada, “ruim”, ultrapassada, atrasada e vergonhosa; portanto, é nesse contexto que se insere a reforma urbana do Rio de Janeiro e, posteriormente, esses ideais de

modernização chegarão a Salvador (RISÉRIO, 2004). Esta perspectiva de negatização daquilo que não é “igual a mim” ou “não corresponde aos meus padrões” é instituída a partir de uma visão eurocêntrica de evolução linear, unidirecional, em meio a uma compreensão de sociedades que avançam entre diferentes patamares de “civilidade”. Assim, as sociedades colonizadas se encontravam em estágios diversos, anteriores, notadamente “inferiores” de civilização, daqueles em que se encontravam as sociedades europeias (QUIJANO, 2005).

Portanto, nesse período após a abolição da escravidão de 1888, o sistema econômico açucareiro que sustentava a Bahia entrou em crise, com a ascensão da cultura cacaueteira no sul da Bahia, cujos recursos foram indispensáveis à industrialização do Estado e à realização de intervenções urbanas em Salvador (VASCONCELOS, 2016).

No início do século XX, Vasconcelos (2016) denota a importância do Estado em seus diferentes níveis, no processo de modernização de Salvador a partir da realização dos trabalhos de modernização portuária realizados pelo governo federal, das reformas urbanas elaboradas pelo governo estadual e do processo de planejamento da cidade de Salvador com iniciativa do governo municipal. Além do Estado, existiam agentes econômicos indispensáveis à modernização de Salvador, notadamente empresas interessadas em investir em infraestrutura advindas de países europeus, dos EUA e do Canadá (PINHEIRO, 2011; RAMOS, 2013). A implantação das linhas de bonde elétrico em substituição aos bondes com tração animal, por exemplo, contou com investimento alemão e evidenciou a implantação de melhoramentos urbanos de forma seletiva na cidade.

Para Risério (2004), as intervenções urbanas em Salvador se constituíam como um urbanismo predatório, pois o objetivo central era apagar e destruir a cidade colonial, dos tempos de Thomé de Souza, para erguer uma nova cidade moderna e descolada do estilo de vida anterior, apagando suas memórias na paisagem urbana. Coadunando com as ideias de Risério (2004), Pinheiro (2011) destaca que as intervenções urbanas em Salvador acontecem a partir de um duplo processo: por um lado, temos a transformação social e econômica e, por outro, as demandas sanitárias e políticas em torno da “solução” do “caos” urbano, haja vista que se chega a uma “situação limite” na qual a colonialidade precisa ser superada e para a qual a

[...] nova burguesia emergente e as autoridades públicas a idealizarem uma cidade regular, higiênica, funcional, fluida, homogênea, equilibrada, sincronizada e bem administrada, argumenta-se a necessidade de intervir na cidade, mudando a estrutura colonial, para atender às novas necessidades, e de mudar a aparência da cidade, com a introdução de uma nova estética (PINHEIRO, 2011, p. 214).

As intervenções culminam em uma nova visão da cidade que só é possível tendo em perspectiva a rua. Fica patente, portanto, que Salvador não escapa ao “caos” urbano que imperava nas cidades europeias, sendo, tanto lá quanto cá a resposta das autoridades a criação de legislações e normas que alterassem o comportamento social e regulassem e ordenassem o crescimento da cidade (PINHEIRO, 2011).

No contexto soteropolitano, as marcas da modernidade colonial aparecem na busca pelo embranquecimento da cidade, vislumbrando aspectos do ideal de civilidade e modernidade em consolidação na Europa. No entanto, este processo de modernização de Salvador será marcado pelo aprofundamento das desigualdades na cidade, haja vista que as áreas frequentadas pela elite local serão beneficiadas primeiro com os melhoramentos urbanos. Cabia, pois, aos pobres viver em áreas centrais não reformadas ou em áreas distantes (ARAÚJO, 2006; PINHEIRO, 2011; RAMOS, 2013; VASCONCELOS, 2016).

Assim, as estratégias dos escravizados e visíveis hoje nos bairros populares, foram desconsideradas, tendo sido esquecidas ou vencidas pelo colonizador. Acerca da luta dos negros para evitar a dessubstancialização e, portanto, a perda de todos os seus referenciais anteriores à colonização e à escravidão, Mbembe (2014) enfatiza que a:

diferença negra não constitui, por si, nem um gesto de inocência nem um gesto de autodeterminação. Enquanto memória, trata-se de uma diferença que foi vencida ou humilhada. No fundo, alguns elementos desta diferença terão sofrido uma perda tão irremediável que nunca poderão ser recuperados. São apenas um objecto de evocação. Existe a probabilidade de esta função de evocação ser libertadora - se não ceder à nostalgia ou à melancolia (MBEMBE, 2014. p. 164).

O autor evidencia que a memória deve ser vigilante de modo que a alienação que sofreram os escravizados, com a destruição de seu mundo e a construção de imagens negativas associadas a seus corpos e língua, não se repitam. Assim, Mbembe afirma que:

Interessamo-nos particularmente pelos aspectos da memória negra da colónia que fazem dela, por um lado, o lugar da perda e, por outro, o lugar da constituição de uma dívida. O facto de, nos textos canónicos negros, a colónia aparecer antes de mais como lugar de uma perda - o que, por sua vez, torna possível a reclamação de uma dívida entre o ex-colonizado e o ex-colonizador - está ligado à própria natureza do potentado colonial e à maneira como ele usou duas alavancas, que foram, por um lado, as funções de terror (a sua parte maldita) e, por outro, as funções alucinatórias (o seu pequeno segredo). Dito isto, resta afirmar que construir a memória da colónia não é apenas implicar-se num trabalho psíquico. É também fazer uma crítica ao tempo e aos artefactos que pretendem ser os substitutos últimos da própria substância do tempo (estátuas, estelas, monumentos, efígies) (MBEMBE, 2014, p.180-181).

Ademais, o ingresso forçado no mundo do comércio implicou em uma nova sujeição, na medida em que se insere em relações de dívidas e cedendo ao desejo, mas sem jamais ter sua cidadania reconhecida em sua plenitude. Assim, fica patente a força da alienação e do capitalismo para submeter o mundo à sua lógica e afastar a humanidade de si mesma.

A cidade estava em plena transformação, com a sua modernidade em conformação entrando em choque com as características coloniais, tanto no que tange à paisagem urbana, quanto às relações sociais já estabelecidas. Assim, o aprofundamento da modernidade e a transformação do capitalismo mercantil em industrial expressavam a interdependência entre a reprodução do capitalismo e as transformações espaciais expressas em controle, dominação e poder por parte de uma parcela da população sobre outra. Nas palavras de Araújo (2006):

Fazia-se necessário apagar as marcas de um passado recente, “as chagas de seu passado colonial”, de uma “cidade negra”, cujas marcas da escravidão se faziam presentes na feição da maioria de seus habitantes. A cidade precisava reconquistar o seu antigo prestígio de grandeza e opulência, modificar a fisionomia da sociedade colonial e alterá-la em seus traços mais característicos. (ARAÚJO, 2006, p. 199)

Abria-se um abismo entre a cidade ideal e a cidade real, sobretudo, com a negação de um urbanismo negro desconsiderado pela Arquitetura, que não valorizou os saberes negros entremeados na construção da cidade, haja vista que há bairros populares construídos a partir da cultura negra e de seus valores, baseados em cosmovisões de matriz africana, especialmente no Candomblé (RAMOS, 2013).

Temos nas palavras de Nascimento (1989), a respeito da expansão urbana em Salvador que: “Esses espaços, relativamente próximos à área urbanizada e, até certo ponto, com facilidade de acesso eram preteridos pelo branco, constituindo-se numa opção de escolha para o negro. [...] O estabelecimento de territórios culturais do negro nestas áreas se delineou com uma dimensão cultural tão forte, que esses espaços foram, durante muito tempo, segregados pelo branco, o que reforçou ainda mais o poder de apropriação do negro” (NASCIMENTO, 1989, p. 37). E também em Risério temos a reprodução da hipótese de Günter Weimer, em relação à cidade de Salvador: “As ruas principais passaram pelo topo das colinas e eram reservadas aos senhores brancos; as encostas da cidade se encheram de negros, que ali puderam fazer efusiva aplicação do traçado das cidades africanas” (WEIMER, 2004 apud RISERIO, 2012, p. 156)”. (RAMOS, 2013, p. 86)

Assim, como ressalta Benjamin (2012a) a historiografia da cidade reflete também a dominação de uma classe e as estratégias de construção de uma narrativa universalizante e que deve ser reconstruída, como fez Ramos (2013), para apontar diversos pontos de vista esquecidos intencionalmente.

Risério (2004), por sua vez, explicita ideais de resistência ao processo de modernização em Salvador, por parte de personagens ilustres da cena política e intelectual da Bahia, entre eles, Theodoro Sampaio, Pirajá da Silva e Wanderley Pinho, os quais defendiam a conservação das tradições e a preservação do Centro Histórico, questionando o centro de Salvador como único local que se poderia erguer uma nova Salvador, já que a cidade dispõe de outros terrenos livres que não comprometiam a preservação do patrimônio histórico da cidade. É ilustrativo do movimento de resistência às ações de modernização das áreas centrais da cidade da Bahia a defesa da instalação de obras de infraestrutura em outras partes da cidade. Theodoro Sampaio lança, por exemplo, o plano “Pituba Cidade Luz” (SAMPAIO, 1919) para a construção de um bairro planejado em área distante do centro histórico, além disto, segundo Risério (2004), Sampaio defendeu a preservação da igreja da Sé, advogando que havia outras possibilidades de trajeto para implantação do bonde. No entanto, a igreja da Sé foi demolida em 1933, o que evidencia a prevalência dos ideais de modernização em detrimento da preservação do patrimônio, bem como alerta sobre a fragilidade de preservação daquilo que é de interesse público, incluído aí o patrimônio histórico, em detrimento dos interesses do capital privado na exploração dos serviços urbanos (FERNANDES, 2010).

Pinheiro (2011) afirma que as reformas urbanas, com ideal calcado na modernidade - especialmente na haussmanização e nas suas variações, haja vista que a autora defende que a haussmanização ganhava nuances e contornos diferentes na medida em que era aplicada em outras cidades ao redor do mundo -, ganham força no Brasil no início do século XX.

Nesse contexto, foram elaborados projetos que idealizavam reformas para a cidade de Salvador, para buscar, entre outros, resolver os problemas sanitários ocasionados pelos surtos de doenças favorecidos pela falta de saneamento básico. Silveira (2018) destaca as relações entre os médicos sanitaristas e a criação de planos de saneamento para Salvador. A autora indica a provável existência de seis planos de saneamento básico em Salvador entre os anos de 1850 e 1930. No entanto, destes, três não se concretizaram e três se concretizaram parcialmente.

Silveira (2018) demonstra que houve uma pressa das autoridades na execução de projetos voltados para a modernização da cidade. Ademais, os planos de saneamento acentuam os pilares do modernismo: investimento em saneamento para evitar adoecimento da população; embelezar a cidade para que ela se torne bonita aos olhos de quem por nela trafega; investimento em circulação para favorecer o comércio. Os planos de saneamento estavam associados também a planos de habitação que levassem em conta estratégias de coleta e tratamento de água e lixo, defendendo ainda o calçamento e a arborização das ruas bem como a construção de passeios amplos.

Um dos eventos marcantes para a implantação de projetos modernistas de cidade em Salvador foi a Semana de Urbanismo de 1935, evento no qual engenheiros se reuniram para pensar as bases de consolidação de uma Salvador moderna e sua inserção nos circuitos mais dinâmicos da economia do país e do mundo (FERNANDES, 2010).

Risério (2004) afirma que a elaboração de um plano de modernização de Salvador que contemplasse outras áreas para além do centro só se concretizou em 1942, com a criação do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (EPUCS), comandado por Mário Leal Ferreira. Nesse sentido, o planejamento da modernização e da expansão de Salvador foi delineado na elaboração do zoneamento da cidade constituído pela transformação da morfologia urbana, concebendo as avenidas de vale e vias de comunicação. De acordo com Fernandes (2010), o plano

delineado pelo EPUCS também abordava aspectos sociais e econômicos para a cidade de Salvador que, por motivos desconhecidos, não foi realizado.

Risério (2004) argumenta que esse urbanismo moderno, ao criar uma nova paisagem urbana, atendeu apenas parcialmente ao clamor das resistências, pois apesar de realizar intervenções nos núcleos próximos ao centro, o “[...] Epucs não vacila em comprometer o núcleo do centro histórico, que considera como pouco interessante para uma sociedade virada para o futuro” (SCHEINOWITZ *apud* RISÉRIO, 2004, p. 659).

Apesar das intervenções urbanas visando à modernização de Salvador, a cidade permaneceu com a sua essência antiga (RISÉRIO, 2004). Portanto, o rompimento com a estrutura da colonialidade é um rompimento majoritariamente econômico, haja vista as consequências da colonialidade e o papel periférico que o Brasil se presta no cenário atual, calcado em novas dependências, não implicando em uma superação das marcas coloniais, dentre elas, o racismo. Assim, há uma mudança da concepção de cidade, nas formas de vê-la e vivê-la, com novas diretrizes de planejamento, mas sem uma transformação da sua estrutura social e de seu funcionamento, haja vista que as cidades mantiveram traços coloniais em suas formas, no seu “[...] traçado colonial, muitas ainda são irregulares, sem alinhamento retilíneo, com casas construídas entre empenas (sem espaços intermediários) e densamente povoadas” (PINHEIRO, 2011, p. 29).

A partir da década de 1950, a Bahia se industrializou no bojo do processo nacional de industrialização por meio do desenvolvimento das atividades petrolíferas e das políticas de isenção tributárias federais, nas quais Salvador foi inserida num processo de redefinição espacial da economia nacional (RISÉRIO, 2004). As atividades petrolíferas foram centrais para as transformações socioeconômicas de Salvador e das cidades do seu entorno. Nesse período, há uma expansão populacional e espacial decorrente dos fluxos populacionais originados a partir da instauração da dinâmica industrial de Salvador e das cidades no seu entorno (RISÉRIO, 2004; VASCONCELOS, 2016). Foram realizados investimentos industriais na periferia de Salvador (nos bairros de Pirajá, Ribeira, Plataforma, Periperi e Paripe), dos quais a área do Subúrbio Ferroviário se tornou a segunda maior concentração industrial de Salvador; investiu-se também nos municípios do seu entorno como, por exemplo, na construção do Centro Industrial de Aratu em Simões Filho.

A partir da década de 1970, momento em que Antônio Carlos Magalhães (ACM) assume o governo do estado da Bahia, cria-se o Órgão Central de Planejamento (OCEPLAN) em 1970, elaborando-se o Plano de Desenvolvimento Urbano (PLANDURB) entre 1975-1978. Na década de 1980, a OCEPLAN se transformou em Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e, em 1990, se transforma em Centro de Planejamento Municipal (CPM), momento em que Salvador se consolida como metrópole.

Foi no período da primeira gestão de ACM (1971-1975) que se inicia a chegada de recursos que permitem a implantação das avenidas previstas no EPUCS: A Avenida Mario Leal Ferreira (popularmente conhecida como Bonocô) em 1970; A Avenida Contorno em 1970; A Avenida Suburbana em 1971; Avenida Reitor Miguel Calmon (Vale do Canela) em 1974; Avenida Vale dos Barris em 1975; Avenida Magalhães Neto em 1978; Avenida General Graça Lessa (Vale do Ogunjá) em 1978; e a Avenida Luís Viana Filho (Avenida Paralela) finalizada em 1974. Ademais há o andamento de projetos de embelezamento da cidade na década de 1990 em áreas turísticas como o Solar do Unhão, o Jardim dos Namorados e o Dique do Tororó. Os agentes de maior importância econômica no período foram os industriais que investem em centros industriais periféricos, os comerciantes e os agentes e especuladores imobiliários que transformaram a cidade (VASCONCELOS, 2016).

O Polo Petroquímico, por sua vez, concentrou investimentos da Central Petroquímica de Camaçari (COPENE) e reforçou tanto o papel de Salvador enquanto centralidade, com atividades econômicas centradas no setor terciário da economia, quanto o surgimento de novos centros comerciais, como o Iguatemi e a Paralela.

Fica nítido que, dentre os desdobramentos da modernidade na Bahia, está a construção de um ideal de cidade que é europeu, centrado na perspectiva de organização, fluidez e beleza inspirados na reforma haussmaniana de Paris e que justificou e inspirou diversas reformas e intervenções urbanas ao redor do mundo.

Neste sentido, aparecem no horizonte projetos de homogeneização do espaço que, tendo em vista a concepção de *marketing urbano*, querem vender as peculiaridades da Bahia, baseados na geração de renda monopolista, mas com o padrão “estético” e arquitetônico inspirados nas cidades norte-americanas e europeias. Neste contexto, pululam pesquisas acadêmicas que evidenciam a repetição de padrões paisagísticos utilizados ao redor do mundo em Salvador (SERPA, 1999; 2016) e as estratégias da especulação imobiliária, no intuito “[...] de

canalizar investimentos e tornar a cidade mais atraente na rede mundial de cidades” (SILVA, 2019, p. 121).

Em suma, ao pensarmos sobre Salvador, não podemos deixar de considerar que esta foi a primeira capital a ser instalada nas Américas pela Coroa Portuguesa durante o processo de colonização do território que daria origem ao Brasil. Sua criação, pode-se dizer assim, foi planejada com uma função bem definida dentro do sistema colonial. Tomé de Sousa, ao sair de Portugal em direção ao Brasil, já tinha em vista qual gênero de cidade deveria criar, uma acrópole, devido a sua geologia favorecer esse tipo de sítio urbano que auxiliaria na defesa (VASCONCELOS, 2016). Esses primeiros traços da capital baiana demonstram a instauração da sua colonialidade dentro do sistema colonial-moderno (PORTO-GONÇALVES, 2013).

Além disso, fica patente, ao fazermos esse sucinto levantamento do planejamento da cidade que, de forma geral, Salvador, por meio de suas lideranças políticas e planejadores, se colocou em uma posição de repetição de padrões e formas de planejamento pensados para alhures. Acerca do tema, Marocci (2011) aponta a proximidade do planejamento entre Salvador, Lisboa e Porto, mostrando a proeminência das cidades europeias sobre a americana. Flexor (1998) identifica os principais agentes e princípios norteadores do planejamento na capital, evidenciando o interesse do capital estrangeiro em investir na cidade, entre os séculos XIX e XX, e o desejo da concretização dos ideais de ordem e progresso.

O trabalho de Vasconcelos (2016) mostra, ao longo de mais de três séculos, os processos de transformações da cidade de Salvador em termos de reformas urbanas e os agentes que estavam envolvidos em cada uma dessas situações. Uma das coisas que se destaca na sua obra são as constantes transformações na cidade, essas seguindo, na maior parte das vezes, parâmetros definidos a partir das centralidades europeias e do capitalismo. A obra evidencia uma Salvador cujas elites e lideranças políticas sempre tentaram perseguir padrões para além da sua realidade tropical.

Pinheiro (2011), ao traçar um paralelo entre as reformas urbanas ocorridas na França, no Rio de Janeiro e Salvador, mostra o processo de difusão da modernidade urbana e as relações entre centro e periferia nesse quesito. Evidenciar esse tipo de relação não foi a intenção explícita da autora, mas, ao analisar sua obra, esse aspecto não passa despercebido. Essas questões só reforçam as relações de colonialidade

em que a cidade do Salvador sempre esteve envolvida em sua perseguição por atender a padrões urbanísticos dissidentes da sua realidade.

A dominação e a opressão da colônia não se deu sem resistência, como provam os estudos recentes sobre a capital baiana que, ao passo em que reafirmam os problemas da colonização, a priorização de porções da cidade em detrimento de outras, evidenciam também a realização de outras formas de planejamento e resistência, como revelam as muitas revoltas sediadas na Bahia que demonstram o desapego baiano pelo previamente estabelecido e não consultado: A Conjuração Baiana, a Revolta dos Malês, a Sabinada, entre outras menos conhecidas, como a cemiterada (TAVARES, 2020; REIS, 1986; 1991) podem ser citadas como exemplos.

Ferro (2009) evidencia a ocorrência de protestos contra a criação de impostos e taxas em Salvador com a finalidade de reconstruir a capital portuguesa após o terremoto de Lisboa de 1755. Ramos (2013), por sua vez, prova a existência de um planejamento urbano negro na capital que se apresentava como forma de resistência e sobrevivência das populações à ação portuguesa e escravocrata. Destaca-se, portanto, que as resistências às investidas coloniais se dão no seio popular, mas também no interesse de valorizar aquilo que era daqui, ainda que com referenciais eurocêntricos.

Assim, estudos como o de Ramos (2013) enfatizam e retomam aspectos seletivamente esquecidos nos estudos sobre Salvador. São reflexões que buscam pensar Salvador em termos de seu presente-futuro, entendendo que o planejamento e a ação dos técnicos devem estar voltados para o futuro, assumindo sua responsabilidade enquanto pesquisadores para favorecer o fortalecimento da concepção de cidade enquanto obra, enquanto valor de uso, e não norteada pelo valor de troca, posto que o planejamento funciona como uma estratégia de construção e seleção de memórias e usos, haja vista que as ruas são pensadas por agentes situados de sua posição social bem como do contexto econômico e político em que se inserem, sejam esses favoráveis (no caso de agentes hegemônicos como o Estado) ou desfavoráveis (no caso do planejamento e construção espontâneo dos agentes hegemonzados).

Assim, a seleção de memórias cria uma narrativa vitoriosa do passado que pode ser questionada e revisitada a partir de outras memórias, possibilitando uma ressignificação dos processos e a reapropriação do passado com a criação de outras representações e narrativas que indicam a pluralidade e a complexidade dos

processos. A seleção de memórias da cidade permite a criação de imagens e significados de cidade vinculados à narrativa hegemônica.

Ademais, aos estudiosos e planejadores cabe viver a tensão entre memória – enquanto reconhecimento da historicidade dos processos, e não como simples subjetividade privada de interesse epistemológico (GAGNEBIN, 2020) –, e imaginação, posto que voltados para a cidade enquanto potência de seu vir-a-ser, das ressignificações de processos; cientes de que, pelas representações validadas e construídas da cidade, quer sejam elas artísticas ou científicas, a rua ganha o mundo, fazendo um movimento transescalar desde o local e o regional ao global.

Esse estado de ser tensionado entre o passado, o presente e o futuro decorre da compreensão, com Sartre (2005), M. Santos (2012a) e Mbembe (2014), de que estarmos voltados para o futuro é se voltar para a esperança na humanidade e no mundo de modo que o passado pode ser retomado e ressignificado através da memória. Neste sentido:

O passado pode servir como motivo de inspiração. Podemos aprender com o passado, mas conceitos morais como dever e responsabilidade, ou ainda obrigação, decorrem directamente do nosso entendimento do futuro. O tempo do futuro é o da esperança. O presente é o tempo do dever. (MBEMBE, 2014, p. 163)

Eu acho que o Estado só faz uma coisa que acabe com o excesso de morte, de determinados grupos sociais e aí você não mata somente, você apaga a memória. Enquanto eu tiver viva, a memória tá aí e aí eu vou contando pras pessoas. Tem um, um conto de Conceição Evaristo chamado Sabela, né? E aí no final do conto as pessoas vão contando o que foi que acontece naquela enxurrada, naquela enchente que teve. Cada um conta de alguma forma e tem outros que documentam e tal. Enquanto contarem, a gente tira na memória coletiva, que um dia existiu o Beco do Porvir [3 segundos de silêncio]. Quando ninguém mais contar, quando deixar de ser documentado, minha avó, de fato, morrerá; minha família morrerá; o beco morrerá. Que o que faz de você vivo, *Ad Aeternum*, são as lembranças e eu não tô falando de... biologicamente falando, tô falando da memória mesmo, né? Entrevistada 5.

Desse modo, um planejamento urbano que considere as idiosincrasias do processo de formação socioespacial implica num exercício de imaginação produtiva (RICOEUR, 1986), haja vista que envolve imaginar um horizonte de depois de mundo e de cidades que ainda não são, sem duplicar ou repetir estratégias de planejamento do passado, mas também considerando o contexto urbano de forma situada e

preparando cenários em que o habitar a cidade seja o objetivo. A imaginação do mundo possível e diferente demanda tempo de reflexão e otimismo.

Outrossim, o desafio de um planejamento urbano situado é o de não sucumbir aos dilemas cotidianos, mas de superá-los de modo que, a partir da imaginação seja possível ultrapassar a realidade e transformá-la. Considerando o planejamento urbano como uma atividade de projetar paisagem, como propõe Besse (2014b), o objetivo é o de revelar o que se já se anunciava, que já estava presente elaborando

[...] o que já está presente e que não se vê. Devemos construir para ver o que está aí, para descobrir o que está aí, devemos traçar para saber o que queremos e o que queremos desenhar. A lógica do projeto é a lógica da obra. O critério não é a verdade (não há projetos verdadeiros e outros falsos), mas há, sim, a pertinência, ou a conveniência (BESSE, 2014b, p. 61).

Evidencia-se, portanto, no processo de planejamento uma dimensão imaginativa de criar o que já existe, mas não se enuncia, de fazer emergir uma realidade futura que só é possível porque pensada e enunciada por alguém, modificando a paisagem, criando territórios e alterando as dinâmicas afetivas do espaço já que pode transformar a dimensão espacial da experiência e a forma como nos relacionamos com lugar (RELPH, 2012). Considero, com base nas ideias de Besse (2014b) que o planejamento tem potencial duplamente utópico: justamente porque se debruça sobre uma cidade distante, vista de cima, numa carta, fora do espaço abre caminho para uma cidade que pode nunca vir a ser porque é um ideal de cidade de mundo.

7.3 ONDE A RUA ME ENCONTROU: UM MOVIMENTO DE ENCONTRO COM A RUA E COM A MODERNIDADE.

A modernidade encontra um duplo caminho narrativo nessa tese: o primeiro, um caminho de compreensão da modernidade enquanto processo no mundo que envolve transformações na vida e nas dimensões temporais e espaciais da experiência; o

segundo, os caminhos da experiência de mundo revelados a partir das entrevistas e da minha própria experiência de mundo.

Assim, se, por um lado, a modernidade se manifesta para mim a partir da compreensão dos processos de transformação do mundo por meio de leituras e descobertas das transformações do mundo, por outro, esse revelar-se só é possível por encontrar eco nas minhas experiências de vida que permitem a compreensão do mundo em meio às permanências e mudanças do mundo, às possibilidades da experiência ao longo do final do século XX e início do século XXI, período do curso da minha vida até aqui.

Neste sentido, as reflexões sobre a modernidade, ao passo em que parecem abstratas, na medida em que implicam em pensamentos sobre as transformações estruturais do mundo, envolvendo tempos longos e processos sociais que não podem ser compreendidos sem o exercício intelectual, são também espelhos sobre como eu me insiro no mundo, tendo em vista que eu mesma também sofro com o aprofundamento da modernidade e suas consequências e que essas impactam a minha situação e circunstância de pesquisa.

Outrossim, o aprofundamento da modernidade enquanto evento que condiciona uma série de processos no mundo se fez sentir na minha vida a partir das mudanças na minha relação com a rua, especialmente sobre a forma como eu experiencio o mundo em suas dimensões espaciais e temporais.

Além das inquietações de caráter teórico descritas nas páginas anteriores, tiveram grande importância a retomada, neste processo, das memórias da infância, período no qual a rua era o centro da diversão e da aprendizagem sobre a vida social e sobre a cidade, onde aconteciam as brincadeiras e os eventos culturais. Essas memórias ganharam muita força nos meus pensamentos sobre a cidade, pois cada vez mais via uma quantidade menor de crianças em atividades de lazer nas ruas das cidades por onde andava, seja a lazer ou a trabalho e que não estão especificadas aqui porque se referem a muitas cidades onde morei por breves ou longos períodos de tempo. No entanto, é patente que a ausência de crianças nas ruas não é um fenômeno homogêneo e que, indubitavelmente está vinculado às questões de classe

Evidenciou-se, assim, não apenas o processo de transformação do mundo, o aprofundamento da alienação das pessoas cada vez mais distantes de si mesmas, cada vez mais centradas em chegar a algum lugar ou vendendo seu tempo em troca do sustento, mas também o meu próprio caminho de busca por uma vida pessoal e

profissional que muitas vezes foi construída às expensas de pausas e descansos. Assim, as memórias da infância indicavam meu distanciamento da rua como meu próprio processo de alienação e expropriação de mim mesma.

Partir para a rua, implica, no meu caso, portanto, em uma jornada de compreensão da minha geografia vernacular (CLAVAL, 2010; DARDEL, 2011), construída sem medo de habitar as ruas, com tempo de contemplar as estrelas, de apreciar as árvores da rua e até de considerá-las minhas amigas. Não posso deixar de considerar que escolher a rua como caminho de reflexão é uma aproximação com a Geografia de Tuan, já que é minha relação peripatética com o mundo, de ser com ele e aprender dele, e, neste sentido, com a rua enquanto fenômeno em evidência nessa pesquisa (ENTRINKIN, 1994).

Por um lado, a mim, os sentidos do mundo, a compreensão do mundo, da minha posição de classe, como propõe Bourdieu (2011), são marcados pela experiência reverberada e rebatida nas leituras teóricas sobre a modernidade e as transformações do mundo, tornando patentes as cisões, as alienações diversas, de modo que a minha experiência individual não tinha como fornecer os caminhos para compreender “o que raios está acontecendo com o mundo”. Por outro lado, compreender as desigualdades, os interesses variados dos diversos agentes de ordenação e produção do espaço, no âmbito da Geografia, me levaram a entender que o processo de aprofundamento da modernidade, ao mesmo tempo transversal a todo o mundo e particular às diferentes circunstâncias, nos permite compreender as experiências de cidade e rua, tanto em termos de abarcar a dimensão temporal quanto espacial da experiência humana, na medida em que considera-se a modernidade situada, em suas particularidades e transversalidades.

Neste sentido, a rua é o ponto de partida das minhas reflexões sobre a modernidade, como protensão de passado-presente, desvelando as mudanças na forma de ser com a cidade, com a chegada desigual da técnica influenciando a minha compreensão de mundo e me fazendo ponderar: como pode o mundo mudar tanto? Desse modo, entender os sentidos da rua, no contexto de aprofundamento da modernidade implica em voltar ao horizonte de antes, para entender os caminhos e sentidos dos processos de transformação do mundo em que estamos imbricados, de modo que uma compreensão da cidade ou da rua que se furte ao debate da modernidade deixa escapar rugosidades e processos diversos que ainda reverberam.

Ao longo da vida, mudei demais. Morei e andei por ruas de duas capitais de estado no Brasil. Morei em cidades em “beira de estrada”, morei em cidades cuja estrada era tão ruim que eram praticamente isoladas, onde qualquer saída e chegada eram novidades.

São essas ruas, dessas cidades, tão distantes entre si, que me fizeram pensar sobre as mudanças do mundo. É a diversidade de acesso da técnica nessas cidades ao longo dos anos que me fez compreender Milton Santos, Habermas, Sennett e Benjamin e entender que a modernidade, a técnica e os eventos não chegam da mesma forma em todos os lugares, de modo que uma compreensão de modernidade acabada ou superada não se sustenta e que a compreensão do presente implica em compreender os fluxos de vida, situando as histórias e trajetórias, marcando horizontes temporais distintos. Em alguns contextos, a modernidade *ainda está* se firmando.

Foi viver em diferentes contextos, em cidades e bairros com acesso à internet a cabo e em cidades e bairros onde não havia internet, telefone, nem transporte público, que me fez ver que a modernidade não se cumpriu “e pronto”, já foi superada e acabada. A modernidade, enquanto processo, vai se aprofundando, chegando nos lugares, transformando relações, estabelecendo outras lógicas, sem se impor com a mesma força em todos os lugares. Assim, a dimensão da experiência de mundo vai se complexificando, necessitando relacionar um mundo que é ao mesmo tempo tradicional e moderno, já que, num país tão desigual quanto o Brasil, ainda há contextos nos quais o cotidiano é norteado pelo nascer e pelo pôr do sol, em que os avanços das Revoluções Industriais ainda estão chegando e vão chegando espaçada e diferentemente.

Pois, como aponta Fyfe (2006), os contextos de aparição da rua mudam de acordo com a inserção da tecnologia, das estratégias de ordenamento e demais questões técnicas. Fica evidente, então, que a resposta para a pergunta “o que é isso, a rua?” depende da interseção entre a cidade e a trajetória de vida das pessoas, de modo que não só as ruas de países diferentes são distintas a depender de seu contexto socioeconômico, mas também as ruas de uma mesma cidade são diferentes a depender da relação que se estabelece com elas.

Neste sentido, a reflexão fenomenológica em Geografia implica em uma compreensão do fenômeno de forma ampla, considerando as suas protensões temporais no intuito de não escamotear nuances do fenômeno, mas sim voltar-se a

ele, de modo que a atenção não esteja necessariamente relacionada a um momento específico da pesquisa, mas às aparições do fenômeno e à intuição, considerando as protensões temporais “solicitadas” pelo fenômeno. Neste sentido, a modernidade é o horizonte temporal do antes das ruas, posto que não apenas inaugurou estratégias de planejamento com a haussmanização, mas implicou em análises e apropriações destas de forma diversa, inclusive de modo a resistir às mudanças e transformações em curso (BENJAMIN, 2012a; HUSSERL, 2006; HEIDEGGER, 2014;).

É, pois, muito difícil escolher um caminho narrativo que possa apresentar o processo, haja vista que o fluxo da vida revela mudanças que vão sendo sentidas com mais ou menos força. No entanto, nenhum caminho reflexivo sobre o mundo e a rua escapa da memória enquanto elemento orientador dos fluxos de vivido, dando nexos ao horizonte de antes da minha vida que está, por sua vez, intrinsecamente associado às transformações do mundo hoje, no presente (BENJAMIN, 2006c; SCHUTZ; LUCKMANN, 1973; RICOEUR, 2007; MBEMBE, 2014).

Assim, a modernidade aparece para mim e para os diversos entrevistados por meio das suas narrativas, enquanto ferramentas que conferem nexos e humanizam os processos, conferindo a eles carnalidade, porquanto envolvem a vida das pessoas (DE PAULA, 2017; GRANGE; 1985). Neste ínterim, as narrativas se configuram em representações resultantes da elaboração dos eventos no mundo, sobre as transformações de Salvador ao longo do tempo, como também a partir da narrativa de experiências individuais de pessoas que têm diferentes relacionamentos com a rua e com trajetórias distintas de vida, permitindo distanciamentos e aproximações entre as experiências individuais de cidade evidenciando outras lógicas e olhares sobre os fenômenos (RICOEUR, 1994; LEFEBVRE, 2006).

As narrativas de vida permitem também compreender como o aprofundamento da modernidade evoca um horizonte de antes, de memória, para construir os nexos de narrativa da experiência e de compreensão da cidade hoje (BENJAMIN, 2012a; HUSSERL, 2006; HEIDEGGER, 2014; RICOEUR, 1994; 2007). O relacionamento estabelecido com a rua para os entrevistados, que aparece a partir de suas narrativas de vida feitas ao longo da entrevista, permite-nos compreender diferentes nuances dos processos em curso e como os processos de expropriação do tempo, do espaço e da própria vida tomam curso em Salvador. Assim, a saída da infância e da adolescência, vinculada ao início de responsabilidades e da vida adulta, especialmente a partir de preocupações acerca de emprego, que estão

intrinsecamente associadas a uma mudança na relação com a rua e com a “administração” do tempo.

Mudou. Eu acho que eu fui um dos primeiros a sair, digamos assim, a sair da rua, né? Eu comecei a estudar, eu, primeiro, fui estudar longe, foi nem que eu crescido já, eu no ginásio mais ou menos, começou a mudar, eu comecei a ter ocupações, digamos assim. Eu comecei a estudar na Pituba, numa escola estadual mesmo, mas lá na Pituba. Isso já foi diminuindo bastante e aí depois foi só outras ocupações e tal, eu entrei em uma outra instituição que puxava muito, então, praticamente eu não andava na rua, que era o IFBA e fui assim. Eu acho que, tipo assim, eu realmente deixei de estar na rua, eu consigo identificar isso no primeiro momento, assim. As coisas foram mudando mesmo, as pessoas foram pegando outro rumo e eu deixei de estar mesmo, assim, fui deixando de estar, falando com relação a minha rua, assim, de estar mais na rua, para estar em outros locais, desde a escola, desde o estágio. Os estágios de manhã, à noite, o tempo todo. Entrevistado 6

Olha, eu morei até 16 anos nessa outra rua que eu te falei, né? Que era, assim, mais família, a gente brincava muito, aí com 16 anos é que eu fui pra Cidade Baixa. E aí foi também quando eu entrei na escola técnica. Aí quando eu entrei na escola técnica eu fiquei mais focada mesmo era em estudar, entendeu? Então eu não saía muito, não. Eu ficava mais era estudando, eu ficava mais era nos papéis ou então na biblioteca. Na biblioteca da escola técnica, na biblioteca central, eu ficava mais nisso aí. Na rua, eu não andava muito, não. Assim, andava só pra poder me deslocar e fazer as minhas coisas, mas na minha rua, mesmo, eu não andava. Eu andava sim, mas não ficava de bobeira lá, não. Entrevistada 2, Rosana Paulo.

É importante ressaltar que o horizonte de antes dos entrevistados não é homogêneo, haja vista que está intrinsecamente relacionado às memórias individuais e à forma como os processos mais amplos reverberam na vida cotidiana (BENJAMIN, 1984; HUSSERL, 2006; HEIDEGGER, 2014). Por vezes, o recuo para o horizonte de antes da cidade está vinculado ao conhecimento de outras representações e narrativas, especialmente por meio da história da cidade. E, a partir do conhecimento da cidade, as ruas e as histórias por elas contadas ganham outros contornos.

As minhas lembranças e a forma com que eu encarava a rua, que eu encaro a rua acabava se aproximando da perspectiva profissional. Eu via e vejo a rua como forma de aprender, de entender a dinâmica das pessoas, inclusive, arquitetonicamente falando e geograficamente falando, a rua ela me permite fazer determinadas comparações que contribuem pra os meus poemas, pra os meus contos. E eu não olho o caminho, eu não olho o prédio, especificamente falando, eu consigo é... sabe quando cê anda no Pelourinho e você vê aquelas pedras?

Eu consigo identificar cada forma de pedra, quantas pessoas né? Não é quantificar, mas entender quantas vezes dezenas, de centenas, de milhares de pessoas que passaram por aquele lugar e desenharam aquelas pedras do jeito que elas são, o posicionamento daquela pedra, aquele calçamento; aquele portão que uma vez forçado, em um determinado momento da história foi quebrado, aqueles casarões que não condizem com a arquitetura do local, por exemplo, cê vê um casarão neocolonial num espaço barroco e você se pergunta: por que? O quê que aconteceu aqui? De repente, lá na história você vai ver que depois tocaram fogo naquele casarão e em uma outra época foi construído um outro prédio. Então, é como se a rua falasse, é como se a calçadas, é como se os prédios, as portas, as pedras falassem e falam na verdade, né? A forma como foram dispostas, fala. Então, sabe? Tem um livro interessante chamado Largo da Palma, que literalmente é largo da palma porque é isso aqui ó... largo da palma parece a palma da mão, por isso que é largo da palma. E era um livro que eu li quando criança, né? Quando adolescente, eu era apaixonada por aquele lugar e ainda hoje sou. Pra você ter uma ideia de como é interessante pra mim esse espaço público, que é uma rua, tem uma história no livro chamada “A Menina dos Pães de Queijo” e eu chego no Largo da Palma e consigo sentir cheiro de pão de queijo, eu sinto a energia do lugar, né? Pra mim é uma coisa que ultrapassa barreiras físicas, né? E vai pra além do que é visto, do que é notado fisicamente. E eu, quando eu ando no Pelourinho eu vou lembrar da “Casa dos Setes Mistérios”, eu vou lembrar daquela rua que cê desce a... que a gente chamava de... [2 segundos de silêncio]. Um pouco antes da escadaria de Gerônimo que dá acesso às portas do Carmo, eu vou passar pela rua e vou lembrar da casa da mulher que foi escravizada e que matou a família inteira cozinhando uma comida tóxica. [2 segundos de silêncio]. E aí, a rua ela nos traz lembranças e ela nos oferece história de mão cheia, só não percebe quem não quer, só não percebe quem não tem interesse e não entende o que é uma freguesia, como foram construídos os bairros da Graça, da Barra, da Liberdade. Cê anda pela rua da Liberdade e você entende porque é que é Liberdade. Era a Estrada das Boiadas e passou a ser Liberdade, e quando eu ando nesse espaço, eu consigo, de alguma forma, acessar lembranças que não são minhas, né? Por exemplo, dizer que a Estrada da Liberdade, antes era Estrada das Boiadas e com a independência da Bahia, em 1823, aquilo ali deixou de ser Estradas das Boiadas e passou a ser Estrada da Liberdade ou que as ruas do Calafate sustentaram a história da cidade de Salvador. Cê anda na favela do Calafate e cê acha que é só violência, quando aquele lugar sustentou a cidade de Salvador durante muitos longos anos e aquelas pessoas viveram a partir do lixo que os mercados jogavam pra ser queimado naquelas torres que tem ali nas proximidades da Avenida San Martin. A rua é isso, a rua lhe dá dados históricos, a rua te permite sensações, lembranças. Lembranças até que você nem sabe que tem. Você acessa desde suas partículas mais antigas né? Mais primitivas, suas moléculas, suas células... é só saber perceber. Entrevistada 5

Na ausência de acesso a abstrações, a história da relação entre o entrevistado e as ruas da cidade é a história de vida do entrevistado e, algumas vezes, das suas famílias, evidenciando processos mais recentes e criando certezas e expectativas da

cidade norteadas pela experiência de vida. Assim, a trajetória de vida das pessoas orienta o seu horizonte de antes que é incrementado pela partilha de conhecimentos e experiências de pessoas mais velhas. No entanto, como sinaliza Benjamin (1994; 2000; 2006a; 2006b; 2006c; 2012a; 2012b), a dialética entre experiência e vivência indica que nem sempre o conhecimento dos mais velhos é valorizado.

A desvalorização do conhecimento dos idosos, ao passo que é um marco de independência juvenil, como aponta Benjamin (1994; 2000; 2006a; 2006b; 2006c; 2012a; 2012b), marca também uma ruptura entre a tradição e a modernidade. Assim, o convívio com a rua de pessoas de mais idade por vezes está limitado a estar acompanhado de filhos e outros jovens que os ajudem em termos de mobilidade e lhes permitam sentir seguros, já que o contexto social mais amplo é um contexto de insegurança e desconfiança sobre o trato e consideração que receberão dos mais jovens.

[...] Mas eu já tive a oportunidade de observar em ponto de ônibus o idoso acenar para o motorista, o motorista fazer que vai parar, dar aquele retorno, e sair com a cara para cima. E a pessoa ficar olhando como se dissesse assim: “fique aqui comigo, dê-lhe a mão, assinale aí como se você fosse entrar para eu poder ter a oportunidade de entrar”. Eu já vivi isso. Não comigo, alguém mais velho do que eu me pediu isso. Eu achei um absurdo e vi quando o motorista não deu atenção e foi direto. Eu já vi um idoso pedir ponto, dentro do ônibus eu sentada para ir trabalhar, o motorista fez que ia parar, quando ele parou, pela demora do idoso, a limitação toda dos movimentos, ele simplesmente fechou a porta e imprensou o idoso. E todo mundo gritando no ônibus, naquela agonia. Então eu acho que tudo isso é falta de respeito com o idoso e vem de muito antes da pandemia. Existe falta de respeito ao idoso muito grande, muito grande. E não só ao idoso, o deficiente físico na rua também sofre muito. O deficiente físico sofre muito na rua. Eu vejo essas coisas. Acho que tudo é a partir da educação. Não sei se é por isso que eu vejo aqui na minha casa, meus filhos são jovens, ele é jovem, [trecho inaudível], eu tenho a minha filha mais velha que é jovem, mas eles têm um cuidado comigo com relação a sair, independente da pandemia, sempre querem estar comigo: “não, mãe, eu vou com você. Onde vai ser? Quer que eu te leve?”. Isso acontece muito aqui em casa. Eu não sei se é porque eles já observam isso, essa dificuldade que o idoso tem na rua. Eu acredito que seja porque vê, porque eu mesma há muito tempo já vejo isso. É falta de educação, falta de cuidado e zelo.
Entrevistada 3

À medida em que toda a compreensão do horizonte de antes só é possível a partir do presente, do que vivemos, percebe-se que a relação com a cidade e com a rua hoje explicita a dialética entre experiência e vivência no cotidiano da cidade,

estando sua relação com a cidade balizadas pela possibilidade ou impossibilidade de contemplação e de ócio (BENJAMIN, 1994; 2000; 2006a; 2006b; 2006c; 2012a; 2012b). Isto porque quanto maior for a expropriação do tempo, mais a rua se torna elemento de passagem e quanto mais há tempo disponível, mais se estreita a relação entre pessoas e rua. De mais a mais, a disponibilidade para ser com a rua permite que essa se torne lugar com lugaridade a partir das pausas e da possibilidade de contemplação, aumentando a força de lugar e permitindo a criação de memórias com referenciais espaciais que lhe conferem especificidades (RELPH, 1976; 2012).

A rua para mim, principalmente hoje na pandemia, para mim é liberdade. [...] Eu gosto muito de sair. Eu gosto de passear e eu gosto também de andar a pé. Uma das coisas que eu mais gostei foi quando eu comecei a trabalhar praticamente do lado da minha casa. Eu trabalhei durante dez anos perto de casa na antiga EBDA, e eu gostava de ir caminhando e voltar caminhando, e sempre observando, né, a paisagem, encontrando pessoas e isso para mim era bem importante. Eu sempre gostava de dar bom dia, sabe? E eu conhecia, às vezes, pessoas, quando eu caminhava. Entrevistada 2, Rosana Paulo.

A medida que eram entrevistadas pessoas cujo tempo era majoritariamente voltado para trabalhar e para sustentar a família, menos eram percebidos exercícios de contemplação. Ao contrário, aqueles que não estavam necessariamente preocupados com o sustento aproveitavam o tempo para olhar a rua de forma diferente.

Rua, pra mim, se torna também um lazer, né? Pra mim se torna também um lazer. Quando eu vou pra comprar alguma coisa, então, é uma maneira de eu ir e ter um lazer onde eu possa andar um pouco, ver gente, sair um pouco da rotina. [...] Isso, bater perna. Sair um pouco da rotina, né, de casa? Pra mim, rua é isso. É sair da rotina de casa. Entrevistada 1.

O exercício de contemplação, das pausas, do prestar atenção, enfatizados por Gros (2011) na caminhada, permitem o exercício da liberdade em suas três expressões: suspensiva, rebelde/agressiva e renunciante. Apesar de Gros não se referir especificamente à caminhada nas ruas da cidade, suas reflexões também a contemplam de modo que caminhar na cidade também implica em aprender a levar o que é indispensável para evitar o excesso de carga (liberdade suspensiva); permite ainda escapar e romper com a rotina quando a caminhada envolve o perder-se na

cidade, ainda que não me permita escapar dos desafios do urbano (liberdade rebelde de recusa do que me é dado); ademais, ao caminhar em áreas verdes na cidade, abrimos mão do mundo e nos encontramos nele.

As pausas, o demorar-se nas ruas, evidenciam o construir da memória espacial da cidade constituindo o horizonte de antes da experiência urbana, especialmente da juventude, vinculada à disponibilidade de tempo para parar, pegar um caminho mais longo de modo a ser-com a cidade, habitando-a livremente, de modo que o corpo é um operador espacial que permite, por meio do ato perceptivo e da experiência a construção da paisagem e do lugar na memória das pessoas, construindo imagens da cidade como desdobramento da geografia pré-científica comum a todos e que parte do nosso próprio corpo (BRITO, 2016, 2017; DE PAULA, 2017; GRANGE, 1985)

Esse exercício contemplativo não faz mais parte do cotidiano atual de muitos entrevistados que não se sentem mais livres para habitar as ruas pela expropriação do tempo ou por medo da violência, de acidentes e mais recentemente de contaminação pela COVID-19. Em *Paisagens do medo*, Yi-Fu Tuan afirma que o medo constitui paisagens na medida em que se constrói por vínculos com situações vistas como de perigo. Assim como Marandola Jr. (2014) sublinha para o risco, Tuan (2013b) destaca que o medo também está relacionado a respostas subjetivas, a contextos e não apenas a informações objetivas.

Assim, é importante ressaltar que as representações midiáticas de contextos de violência são importantes para constituir paisagens urbanas de medo que fazem pessoas deixarem de caminhar ou frequentar áreas da cidade para evitar colocar-se em risco, seja esse risco imaginado ou real. Silva (2019) afirma que a apropriação da orla do Subúrbio Ferroviário de Salvador é proporcional ao medo da violência, de modo que as áreas consideradas mais violentas da orla são aquelas menos frequentadas.

No contexto soteropolitano é difícil distinguir risco real de imaginado, porque as notícias de jornal e os dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP/BA) enfatizam a escalada de casos de roubo a ônibus, assaltos em pontos de ônibus, homicídios e outras formas de violência⁴². De acordo com o Atlas da Violência dos municípios brasileiros de 2019, Salvador era a quinta capital mais violenta do país,

⁴² De acordo com a SSP-BA, nos relatórios publicados em sua base de dados estatísticos para o ano de 2020, ocorreram em Salvador: 1571 roubos a ônibus; 929 furtos de veículo; 4132 roubos de veículo; 1125 homicídios dolosos; e 482 estupros (SSP-BA, 2020a; 2020b).

compondo a lista dos 120 municípios do país que acumulam 50% dos homicídios ocorridos no território nacional (CERQUEIRA *et al.*, 2019).

Assim, em certa medida, o risco de habitar a cidade faz confluir duas dimensões de representação que povoam a imaginação da população: as notícias de jornal que escancaram as dificuldades enfrentadas pelas políticas de segurança pública de serem efetivas e, por outro lado, os relatos de casos de violência que envolvem conhecidos e que ganham força de verdade e criam estereótipos de áreas e bairros da cidade como violentos e que, portanto, não devem ser frequentados. Ademais, alertam para o tipo de práticas espaciais que não devem ser feitas para preservar a vida, como, por exemplo, andar por áreas desertas desacompanhado.

[...] Bem, as que eu conheço, né, que eu sei te falar, eu acho... a que eu moro é muito boa, agora tem as que a gente vê, né? Que eu vejo na televisão mais assim que falta infraestrutura, né, e não são tão boas assim, não é cem por cento. Entrevistada 1.

[...] A única coisa, assim, que eu não gostava era justamente o trânsito porque onde eu caminhava às vezes o trânsito era pesado, né? Passava, assim, muito carro e às vezes passava perto do lugar que eu tava indo, e às vezes eu não gostava porque eu achava que os carros estavam, às vezes, muito perto de mim. E também a questão da violência urbana. Quando eu comecei a caminhar para ir trabalhar, eu ia com mais tranquilidade, mas de tanto as pessoas falarem pra eu ter cuidado eu comecei a ficar mais, sabe, atenta. E com isso eu perdia um pouco do prazer de caminhar, porque eu sempre tava olhando, né, ao redor se tinha vindo alguém suspeito, esse tipo de coisa que faz com que a gente não relaxe no caminhar. E até que depois de um tempo eu comecei a pegar carona aqui no condomínio, ou então eu pegava carona com meu marido, para ir trabalhar e voltava com os colegas. Porque o prazer de caminhar já tinha se perdido por causa desses cuidados que eu tinha que ter para chegar até o meu trabalho. Entrevistada 2, Rosana Paulo.

Neste sentido, o habitar as ruas da cidade evidencia justamente os processos de expropriação do tempo e do espaço, já que “ficar na rua”, em ócio, é visto como atividade juvenil, reforçando a força do espetáculo e do consumo nas estratégias de habitar a cidade. Considerando que o habitar se configura em um modo de ser e estar no mundo (MARANDOLA JR, 2014), a expropriação do tempo do demorar-se, ainda que não implique em expropriação direta do espaço, na medida em que as pessoas continuam se deslocando na cidade e efetivando pausas, mesmo que em menor quantidade e à revelia de um dedicar-se contemplativo, ocasiona contextos em que há prevalência da vivência sobre a experiência, diminuindo a possibilidade de abertura

para ser com as ruas e a cidade e, portanto, mutilando partes do ser de manifestarem-se (HEIDEGGER, 2014; MARANDOLA JR., 2014).

A minha rua é a rua dentro do condomínio, né? Fica dentro do condomínio. Na época que meus meninos eram pequenos, eles brincavam assim na rua, juntava aquela meninada. Eu lembro de uma vez, eu tava sentada com os meninos, eu ficava sentada na porta e aí eles brincando, me metia também. E aí uma vizinha passou, olhou para mim e fez assim “Viva quem não tem o que fazer”, né? Aí eu parei assim, depois eu disse “Poxa, que bom que eu não tenho que fazer, né?”. Porque às vezes as pessoas acham que você, ficando adulto, você tem que ficar sério, engessado, mas você não pode brincar, você não pode sorrir, que bom que eu não tenho o que fazer. Então aquilo ali para ela não era uma atividade, a minha contação de história não era uma atividade, era alguma coisa de alguém que não tem o que fazer, e aí procurava. Então [risos] essa rua é assim, uma rua que entra só os carros mesmo, praticamente só os carros dos moradores, entendeu? Então as crianças brincavam na rua. Só que hoje eu não vejo mais isso, as crianças brincando mesmo na rua. Eu acredito que por causa do celular e agora também por causa da pandemia, mas antes da pandemia eu já via isso, já observava as crianças não brincavam tanto mais não. Entrevistada 2, Rosana Paulo.

A trajetória da entrevistada 2 mostra que, mesmo com sua atitude consciente de habitar a rua, de abertura para o diferente e inusitado do cotidiano, com o correr dos anos, a intensidade da relação que ela estabelece com a rua se enfraquece seja pela falta de justificativa para estar na rua (o crescimento dos filhos), seja pelo arrefecimento das relações construídas, posto que a ausência de crianças na vizinhança esfriou a movimentação da rua. Assim, as ruas da arte e do habitar são aquelas em que as crianças e projetos artísticos estão, aumentando o deslocamento de Rosana na cidade e criando relações pontuais com a rua.

Então. Já foi uma relação mais forte, né? Antigamente eu achava que tinha uma relação mais forte hoje eu já não tenho tanta relação com a rua, assim. Porque quando eu fazia oficina aqui dentro de casa, né, as crianças estavam vindo para minha casa. As crianças de lá, também, dessa rua de fora, da Vila Romana. As crianças vinham também porque foi uma propaganda boca-a-boca que era muita criança, mesmo, então eu tinha mais contato também com os vizinhos, sabe? Às vezes a gente chegou até a sentar na rua para poder conversar. Botar cadeira e sentar, já existiu essa fase. E logo quando eu cheguei, nós aqui dessa rua, construímos um quiosque, e nesse quiosque fazíamos almoços, festas, as pessoas interagiam mais. Depois de um tempo eu acredito que cada um começou a ficar mais na sua casa, sabe? Aí acabou que o quiosque não existe mais e eu acho que as pessoas ficaram mais individualistas e eu comecei também a sair mais daqui. Para fazer os meus trabalhos de arte fora daqui, então meu

contato com os vizinhos diminuiu. Agora, assim, eu dou bom dia, boa tarde, alguns poucos que eu tenho um contato, assim, ainda não tão grande, mas maior, né? Mas diminuiu demais, eu tinha sim amizade com outras pessoas também daqui de dentro, agora menos, e agora minhas amizades são mais fora daqui. Entrevistada 2, Rosana Paulo.

Assim, a rua se configura, muitas vezes, na paisagem da vida, pela qual passamos, mas sem necessariamente nos deter, vinculada à uma admiração e ao reconhecimento das áreas pelas quais me desloco e também sendo cenário para a possibilidade do fetiche da mercadoria (RELPH, 1979; DEBORD, 2015). Nesses casos, nos quais a força do espetáculo é forte e o habitar a cidade é movido pelo consumo e pelas demandas sociais de deslocamento, a possibilidade de lugarização se vincula ao consumo, estando a paisagem associada a apreciar as vitrines, o consumo se tornando relacionado às emoções como prazer e alegria ou frustração. Nesse ínterim, o meio de transporte, seja o carro ou o ônibus, ganha centralidade e apresenta mais força de lugar do que a rua.

Essa forma de habitar a paisagem urbana corresponde a uma face do mundo relacionada à expropriação das possibilidades de habitar a cidade livremente e de predomínio e expansão do capitalismo. Assim, há uma prevalência da vivência e a paisagem é habitada superficialmente; quando vista pela janela, se torna quase uma externalidade, vinculada à contemplação.

Muita gente bonita, a rua, a casa das pessoas, eu fico reparando as casas que eu não tive. “Que casa linda, ó que lindo” e eu reparo tudo, né? A coisa que eu não reparava, que eu ficava só andando pra lá e pra cá, não tinha olhar, eu era cega, mas agora eu tenho visão. Entrevistada 4.

Não, não. Eu gosto muito de ficar na janela. Eu lembro que quando eu trabalhava em Feira de Santana (eu trabalhei uns anos em Feira de Santana), eu lembro que eu sempre comprava a passagem na janela porque eu gostava de ficar olhando a paisagem. Eu sempre vou observando, né, aquela paisagem que muda, aquela pessoa diferente, e eu já escrevi também uma poesia por uma paisagem que eu vi, que chama... é... fala sobre pessoas em situação de rua, e pessoas que eram consumidores de crack, né? Então eu vi aquelas pessoas, pareciam aqueles vultos caminhando, caminhando, caminhando, e para mim foi um... sabe? Aquilo ali ficou gravado na minha retina, aí quando eu cheguei em casa a poesia saiu, falando sobre isso. Entrevistada 2, Rosana Paulo.

(E): Diferente porque você está de ônibus, está vendo muitas coisas bonitas. E na rua você andar a pé, você só vai no mercado, essas coisas ali, e não tem nada de bonito lá.

(C): E o que é que é bonito quando você está de ônibus que você vê?

(E): A cidade, né? As pessoas, todo mundo se movimentando, aquelas lojas, aquelas coisas.

(C): E quando você vê as pessoas, o que é que te chama à atenção nas pessoas?

(E): Não tem nada que me chame à atenção. [risos] Só, assim, se uma pessoa às vezes faz uma obra boa com outra pessoa na rua, ajuda uma pessoa, ajuda um mendigo, ou então uma pessoa que está atravessando a rua. Eu presto à atenção é nessas coisas. A educação da pessoa, né?

(C): Você falou assim que de ônibus você vê muita coisa bonita na rua, o que que é bonito? Você falou das lojas, mas como assim as lojas?

(E): As lojas, assim, de roupa, móveis. Eu fico olhando essas coisas assim. Fico distraído minhas ideias quando eu estou passando. [risos] Entrevistada 7.

As marcas da lugarização das ruas estão estreitamente vinculadas à possibilidade de contemplação e de demorar-se sobre a rua e a cidade demandando proximidade para sua realização. Mais do que referenciais de localização para o direcionamento de veículos, a rua enquanto lugar envolve o contato com outras pessoas, bem como a criação de sentimentos e afetividade acerca dos trajetos realizados pelas pessoas.

Assim, as ruas dos trajetos feitos a pé são aquelas que adquirem mais contornos e características de lugaridade, dado que as memórias construídas sobre as ruas envolvem não apenas construções, mas também relações de vizinhança, de comércio e de proximidade que lhes conferem familiaridade e topofilia. Quanto maior a familiaridade e maior tempo para o demorar-se, mais pausas e mais relações são criadas, favorecendo o fortalecimento do lugar que assume escalas geográficas distintas a depender dos acontecimentos vinculados à dimensão espacial da experiência (RELPH, 1976; 2012; TUAN; 2012, 2013a).

É diferente sim. Você quando está sozinha não repara em nada. É só caminhar e ir baldeando e divisando tudo. Mas quando você está acompanhada você pode falar, pode compartilhar ideias, pode tomar alguma coisa, inclusive você toma um tempo para tomar um sorvete, tomar uma água quando está com calor. Por exemplo, quando eu tinha que fazer alguma coisa da ilha para chegar em Salvador e não tinha muito dinheiro, eu me locomovia sozinha. Então eu voltava e nem uma água comprava. Então quando você vai com outra pessoa: “Ah, vamos tomar um sorvete”, “Ah, vamos parar aqui e vamos tirar uma foto”. Então você curte mais da rua, da paisagem. Entrevistada 8.

Neste contexto, a assertiva de Seemann (2013) de que “a minha cabeça é um mapa” e que demonstra os desdobramentos do corpo como operador espacial, se evidencia por dois aspectos: o primeiro é de que o caráter espacial da humanidade implica em que a vida seja espacial e, portanto, viver na cidade implica na criação de mapas de trajetos afetivos e funcionais que nos possibilitem realizar na nossa humanidade, fazendo ressoar tanto os aspectos estéticos quanto instrumentais da paisagem (RELPH, 1979). Por outro lado, a nossa vida também é um mapa, um processo constante de mapeamento, pois as nossas memórias, sejam elas boas ou ruins da cidade, marcam lugares e permitem a construção das nossas narrativas. Esse mapeamento, que fazemos ao longo da vida, se vincula, na escala da rua, à visão horizontal da paisagem, nos fazendo perceber o que é próximo, nos conectando com a geografia vernacular intimamente relacionada com a geograficidade dardeliana e com as experiências fundamentais da espacialidade humana (CLAVAL, 2004; DARDEL, 2011).

Segundo Besse (2014), o geógrafo é um criador de imagens sobre o mundo que permite o acesso virtual a este e o seu domínio por meio da visão. Compreendendo a teoria das representações de Lefebvre (2006), o geógrafo é um criador de representações de mundo e cabe, portanto, ao geógrafo apresentar esse mundo. Para Besse (2014b) é no âmbito das representações de mundo que o geógrafo auxilia a compreensão da Terra como totalidade, podendo ser aplicado a diferentes escalas. O mapa ao ser feito é uma representação que institui e revela realidades, sendo qualquer intervenção de planejamento e ordenamento territorial feita em intrínseca relação com o mapa, que antecipa intervenções e permite uma significação espacial das reflexões (BESSE, 2014b).

Assim, o aumento da tecnologia permite diversos usos dos mapas, não apenas por técnicos, mas por ampla população, e favorece a utilização de diversas estratégias de pesquisa, como, por exemplo, a criação de mapas por GPS de todos os trajetos feitos por nós, indistintamente. Ressalta-se ainda que, afora os mapas elaborados acompanhando os trajetos, ou por técnicos, as memórias da cidade são seletivas, criando narrativas situadas da cidade e nos permitindo construir uma “cidade em rede”, sem a contiguidade da precisão de área, na qual ruas, parques etc. funcionam como marcadores da nossa memória espacial e se relacionam com a nossa vida sem estarem necessariamente interconectados entre si, já que a memória de tempo e espaço não é linear. Assim, os múltiplos mapas possíveis das ruas de Salvador são

mapas de trajetórias de vida e o que eles apresentam marcam os aspectos da cidade que marcam a vida. A entrevistada 4, que já viveu em situação de rua, explicita a saga diária de andar na cidade, como forma de sobrevivência e proteção no dia a dia, e as longas caminhadas que fazia na busca por brinquedos para seus filhos nas festas de fim de ano, tentando fazer com que as crianças entendessem como diversão as longas caminhadas.

Andava muito, eu chegava a cansar. Várias vezes eu passava pela Baixa do Sapateiros, acho que eu passava pela Baixa dos Sapateiros umas 10 vezes por dia. Eu ficava muito cansada. Teve uma vez, Carol, que os pés das minhas filhinha ficaram muito cheio de ferida, eu cheguei chorar nesse dia porque eu sentei na Piedade aí chegou uma equipe de alimento, que eu espero que, pra eu pedir a Deus por eles todos, né? Que eles viram eu sentir muita dor no pé, vendo minhas filha. Passaram pomada, botaram atadura no pezinho deles, né? E que a gente andava muito, eu ficava perambulando pra lá e pra cá, quando chegava à noite eu não era mais ninguém.

C: Por que você perambulava muito?

E: Porque eu tinha que correr atrás, né? Eu não podia, também, ficar parada num lugar só porque eu tinha muito medo de perder meus filho, ficar num lugar só e eu tinha que correr atrás porque não tinha dinheiro. Eu ia num local, não conseguia o dinheiro pra me manter, pra manter meus filho, eu tinha que ir em outro, tinha que ir em outro. Tinha que lavar roupa, ia pra ponte lavar roupa, lá no Comércio. Descia pro Comércio, sol quente, lavar a roupinha dos meus filho lá, botava pra secar lá. Nisso eu ficava lá no Comércio esperando a roupa secar, quando a roupa secava, eu botava na mochila e botava nas costas e ia sempre pra... resolvi andar. Eu não podia parar, que a gente de rua não fica parado num lugar, a não ser que é pessoas doente, mas eu nasci com saúde graças a Deus. Eu ficava perambulando com meus filho pra lá e pra cá. Quando sentava e, à noite, muitas vezes eu tinha medo de dormir, com as pessoas que eu tinha medo de estuprarem minhas filha, de me estuprar porque era mulher, né? Se tem um homem do lado. Então, eu tinha muito medo, mas não tinha outra opção mesmo, tinha que dormir, aí eu sentava no beco, pessoa ficava deitada dormindo e eu ficava sentava esperando minhas filha dormir, eu não dormia, até amanhecer. Depois amanhecia, que os pessoal levantando pra ir resolver suas vida, aí eu pegava minhas filha, acordava uma, acordava outra, acordava o menino. Aí ia pra Piedade de novo, ia pra o Campo Grande de novo, até quando tinha vez que ia pra escola, tinha vez que não tinha aula. No sábado e no domingo que era pior, que não tinha ninguém, não tinha loja, nem tinha ninguém pra poder correr atrás era a pior tristeza minha, era sábado e domingo.

[...]

Querida um brinquedo daquele, que tava no Campo Grande, as criancinhas brincando. (inaudível, 1h10min56s, 1-4 segundos). “Amanhã mamãe vai lá”, chegava amanhã, os menino vinha e me cobrava e eu dizendo: “meu Deus, não esqueceu, não foi?” Não tinha, então era tristeza, muita tristeza. Então, eu ia pra Barra andando, eu

ia pro Rio Vermelho andando, eu ia pra Boca do Rio andando com essas crianças pra ver se eu conseguia, que tinham me falado onde fica os brinquedo. “Vá não sei aonde”. Saía andando, não tinha dinheiro pra pagar transporte, ia andando pra ir pegar brinquedo pra meus filho, chegava lá não conseguia nada, ia voltando de novo, andando, mas só que aí tinha uma coisa boa, que eu ia pela orla e eu toda hora mandava os meninos na água, tomava banho de praia e subia e ia andando. Daqui a pouco, a gente descia de novo, praia e até chegar no centro, quando chegava na Barra, que aí a gente dava pra ir subir ali, pra ir pro Campo Grande, né?

C: Subir a ladeira.

E: É, subir aquela ladeira pra ir pro Campo Grande, mas eu ia, de lá da boca do Rio, que tava dando presente. Aí eu ia assim: praia, tomava o banho, brincava um pouquinho com os menino, saía. Aí andava um pouquinho, aí cantava parabéns, cantava um bocado de música pra eles, os meninos cantavam, depois descia: “bora pra água de novo?” “bora”, descia, tomava banho até cansar. Aí, quando chegava no local, tinha lá aquela galera, aquela confusão de gente e os brinquedo acabou. Entrevistada 4.

Assim, o mapa biográfico da entrevistada 4 difere muito dos mapas dos demais entrevistados que, mesmo que tenham tido que caminhar muito na cidade, não tinham a própria segurança vinculada ao deslocamento como forma de não ser alvo fácil de abusos e violências cotidianas.

Considerando, junto à Ricouer (1986), Benjamin (BENJAMIN, 1994; 2000; 2006a; 2006b; 2006c; 2012a; 2012b) e Bachelard (2012), a centralidade da memória e da imaginação para o pensamento e para a vida, é importante retomar, junto aos autores, que ambas não estão separadas, pois funcionam como um par dialético de modo que a própria elaboração de um horizonte de antes e, portanto, de memórias da cidade, está relacionada à possibilidade de imaginar e de criar narrativas sobre os acontecimentos.

Se, por um lado, o planejador ou as pessoas que se debruçam sobre a cidade têm o dever de pensar no futuro orientados pelo seu compromisso com o presente (KOSELLECK, 2006; MBEMBE, 2014; SANTOS, 2012a; SARTRE, 2004), a vida dos entrevistados e sua compreensão sobre o futuro da cidade envolve tanto o horizonte de antes, quanto o horizonte de depois, dialeticamente articulados: ao horizonte de antes, os entrevistados evidenciam características de cidade e de mundo que gostariam de ver recuperadas, fazendo um movimento de reflexão que se aproxima das ideias de Lefebvre, de resgate do valor de uso e da cidade como obra (LEFEBVRE, 2006) , isto porque, são evocadas características como segurança e familiaridade, relações sociais fortes, características de um momento anterior do

aprofundamento da modernidade no qual a técnica, a expropriação do tempo e do espaço, bem como a corrosão do caráter ainda não apresentavam a mesma força que têm hoje.

Assim, o retorno ao horizonte de antes é marcado por um saudosismo que demonstra que o mais importante não é necessariamente a infraestrutura das ruas, mas a relação que era estabelecida entre as pessoas, de modo que a força das memórias e o sentido de lugar, vinculados às experiências evocadas são fortes. Abaixo seguem trechos de dois entrevistados que mostram uma infância na rua, tanto na capital, quanto no interior do Estado.

Minha infância foi muito boa. Minha infância foi no interior jogando gude com meus primos, subindo em árvore, foi muito boa. Às vezes a gente sente saudade, né, da infância. Minha infância foi boa, mas eu sinto saudade. [...] Não, por causa disso aqui que a gente tá falando: do celular. Por causa da... como é que se diz hoje? Da informatização, né, que teve, digital. Não tem... hoje, os meninos de hoje, se você perguntar, os meninos de 8 anos, 6 anos, sabe nem o que é um peão. Um peão, se você perguntar o que é um pião ele não sabe o que é. Hoje os meninos só querem andar com celular, né, notebook, é tablet. É isso, então a infância é diferente, muito diferente. Entrevistada 1.

Brincava de bola. Era todo tipo de arraia. Todo o tipo que você imaginar aí de esporte. Gude já jogava, fura pé, isso aí. Eu nunca fui privado de brincar de nada. Entrevistado 10.

A entrevistada 1 compara a sua experiência de infância na rua de cidade do interior com a infância das crianças hoje na capital da Bahia e identifica enorme diferença. Isso porque o impacto do aprofundamento da modernidade é sentido diferentemente, haja vista que os horizontes de antes dos entrevistados não são homogêneos. Essa mesma modernidade que se instala diferentemente no espaço também é compreendida de forma distinta pelas pessoas, de modo que o meu horizonte de modernidade é científico e bibliográfico, mas não necessariamente este é o horizonte de antes dos entrevistados, na medida em que a reflexão sobre a modernidade enquanto evento é fruto da minha trajetória de pesquisadora que relaciona a minha vida e o pensamento científico ao qual me dedico, enquanto o horizonte de antes dos entrevistados se vincula às suas trajetórias de vida, aos conhecimentos partilhados por pessoas mais velhas e envolve a conjuntura na qual se encontram e suas possibilidades em termos de acesso à informação como, por exemplo, à história da cidade.

De qualquer sorte, as meditações sobre as ruas da cidade envolvem a articulação e a elaboração de uma compreensão da chegada das mudanças enfrentadas pelo mundo, pois os eventos, como propõe Milton Santos (2012a), são caracterizados pela particularidade espaço-tempo na qual se realizam. Neste sentido, destaca-se que os eventos que marcam a modernidade e seu aprofundamento chegam em contextos espaço-temporais diferentes para as pessoas, haja vista que os avanços tecnológicos na telecomunicação e nos transportes não chegam simultaneamente para todos. Ademais, as transformações nas relações de trabalho no convívio social também não acontecem sincronicamente ao redor do mundo, nem no país, tampouco na cidade, de modo que há diferentes momentos da modernidade convivendo enquanto rugosidades e marcas da desigualdade de acesso à técnica. Vale lembrar que a energia elétrica, invenção do século XIX, que chegou à capital federal em 1883, foi estranha a muitos lares brasileiros até o século XXI, o que motivou, inclusive, a criação de um programa do Governo Federal em 2003 (Programa Luz para Todos), visando a universalizar o acesso à energia elétrica (FREITAS; SILVEIRA, 2015).

Assim, a modernidade enquanto horizonte de antes para pensar a rua e a cidade não é apenas uma modernidade incompleta ou inacabada como propõe Habermas (2000), mas também uma modernidade em processo de instalação, que continua “vendendo” seus valores e possibilidades de progresso, associados à modernidade europeia e estadunidense e culminando em processos de expropriação do tempo, do espaço e de si à medida em que se instala (DEBORD, 2015; MOREIRA, 2009; MBEMBE, 2014; SENNETT, 2015; HAN, 2015).

Do mesmo modo que o horizonte de antes envolve uma compreensão dos fenômenos a partir do presente, o horizonte de depois, enquanto possibilidade de expectativa da cidade e dos sonhos, envolve uma compreensão do hoje e de seus possíveis desdobramentos. Por um lado, a cidade enquanto obra (LEFEBVRE, 2006; 2011), enquanto *lócus* do encontro, enquanto utopia, é o horizonte final, mas visto como inalcançável e que, muitas vezes, se subsume ao desânimo e à descrença na possibilidade do diferente dando vez à expectativa de um futuro distópico, enquanto representação de futuro com maior possibilidade de realização, o que é evidenciado pela ampla repetibilidade dos problemas urbanos e da falta de coesão social por parte da mídia que reforçam a impossibilidade de transformação do mundo. Dialeticamente, é na repetição do cotidiano que, ao tempo em que gera homogeneidades e

normatização, emergem as diferenças, as possibilidades de ruptura e transformação da realidade, do cotidiano, através da presença e do vivido (LEFEBVRE, 2006; MOREAUX, 2013).

Além da experiência distinta de modernidade relacionada à sua diferenciação espacial, a experiência das crianças na rua também apresenta um recorte de *habitus* de classe (BOURDIEU, 2011), haja vista que crianças de diferentes classes sociais vivem cotidianos distintos e distintos acessos à tecnologia e ao lazer. Assim, na rua do Stiep da entrevistada 1 não aparecem crianças e essas, segundo seu relato, têm acesso amplo à tecnologia, permanecendo mais tempo em casa. Segundo o entrevistado 10 e a entrevistada 7, moradores do bairro de Tancredo Neves, as crianças estão o tempo inteiro na rua, muitas vezes sem a supervisão dos pais, o que é entendido pela entrevistada 7 como um fator de risco para as crianças por causa da violência policial e do tráfico:

Estão correndo, estão jogando bola. O tempo todo assim. O dia todo que você vê, estão lá na rua as crianças. [...] Eu acho errado. Eu acho errado e a gente tem medo. Porque uma vez mesmo teve um tiroteio danado lá na rua e quase que duas crianças sobraram e as meninas dentro de casa. [nome suprimido] mesmo passou uma bala raspando assim em casa. É dessas coisas que eu tenho medo, porque as crianças todas na rua e as meninas dentro de casa deixando as crianças na rua. Com essa doença que está, essa pandemia danada. Entrevistada 7.

Assim, ao passo em que o habitar as ruas pelas crianças é quase inexistente em um bairro habitado pelas classes médias inferiores e superiores, continua presente no cotidiano do bairro habitado pelas classes populares, comprovando, mais uma vez, que a modernidade não apenas é um projeto inacabado e já superado, mas ainda em implantação.

Sobre isso, vale destacar a classificação feita por Patrícia Dias (2016; 2021), que divide as classes sociais em classes médias, médias superiores e classes populares, definidas pela natureza e tipo da ocupação, pela renda domiciliar e pela escolaridade. Isso se dá porque os *habitus* dessas frações de classe diferem pelo tipo de acesso que têm ao lazer, transporte, moradia e pela própria forma de habitar a cidade. De acordo com a autora, as classes populares se referem a atividades profissionais de baixa habilidade intelectual, com baixa escolaridade, renda e que executam, no dia a dia profissional, tarefas que demandam pouca criatividade. Assim, as classes

populares geralmente se inserem no circuito inferior da economia, tendo seu trabalho precarizado.

As classes médias, por sua vez, têm maior compreensão de seus direitos sociais e têm acesso a relativo conforto material. A este grupo pertencem a classe média tradicional e os que ascenderam dos estratos sociais mais baixos e conseguiram formar um patrimônio material que lhes confere autoestima e reconhecimento social. As classes médias superiores, por sua vez, são aquelas em que as atividades profissionais demandam exercício intelectual, com posição de liderança fixa ou transitória, com algum nível de controle e direção das atividades de subordinados. Esses têm vínculos de trabalho mais estáveis e possuem mais escolaridade tendo, como consequência, maior gama de possibilidade de escolha de bens materiais e imateriais.

Em linhas gerais, as expectativas com relação à experiência de cidade se encontram no âmbito da imaginação reprodutiva (RICOEUR, 1986), pois a trajetória e as expectativas de vida estão vinculadas às frustrações, inseguranças e à descrença no Estado enquanto agente que pode modificar a infraestrutura e orientar a vida social. Assim, a imaginação assume características negativas, apontando para a descrença na política.

O que eu penso nisso é o desprezo das pessoas. Por exemplo, uma pessoa que chega ao poder, no caso, chega um vereador, um cara que está ali querendo seu voto e você dá o seu voto de confiança a ele. Aí depois que ele é eleito, aí você espera a retribuição do que ele prometeu, nada mais justo do que ele fazer isso aqui. Aí ele te dá as costas, aí você se pergunta: “pera aí, eu vou cobrar dele”, chega lá e o cara nem te atende. “Ah, não está não”; “Ah, vou marcar um dia” aí você volta um dia e ele nem te atende. E o que ele prometeu está ali, vai passando anos e aí já vem a próxima eleição e vai aparecer outro. Aí você com sua boa-fé de novo dá um voto de confiança, é sempre assim, paliativo. Então o que a gente vê quando eu digo é isso. Eles dão muito paliativo, muitas promessas, e pouco serviço de qualidade. Nem serviço eles dão mais de qualidade. É tipo assim, eles primeiro e depois eles e depois eles. Entrevistado 10.

No entanto, as expectativas e a imaginação negativa sobre a cidade não se constituem sem resistência, já que formas diferentes - não convencionais de habitar a cidade - aparecem nos entremeios das representações hegemônicas de medo e de estereótipo das ruas quando essas são centro das festividades, do encontro com o sagrado e do encontro das pessoas, que mostram que a rua - mesmo diante da

permanência do planejamento urbano voltado para as grandes avenidas - não se restringirá a deslocamentos, posto que fundamenta a paisagem enquanto marca e como matriz (BERQUE, 1998).

O mesmo entrevistado ressalta que a vizinhança se une, em alguns contextos, para poder resolver os problemas do cotidiano da rua, utilizando os dias de folga e lazer para garantir a manutenção da infraestrutura, que deveria ocorrer por parte do poder público, reforçando, por um lado, o “abandono” e, por outro, o potencial da ação do coletivo em prol de uma realidade diferente.

essa rua em que eu morava era toda irregular, não descia um carro para você ter uma ideia, meu pai quem começou. Eu era criança ainda, na época quando eu falei que jogava bola, não tinha condições de jogar bola nesse local. Meu pai ajeitou. O primeiro local onde foi ajeitar nessa rua foi obra de meu pai. Ele ajeitou toda, fez uma canaleta, ficou um negócio organizado. E aí dali em diante que o pessoal gostou do serviço dele, aí foram falando com ele que iam cooperar e que iam começar a fazer. E aí conseguiram as manilhas com um vereador. O vereador prometeu botar a manilha e só deixou a manilha lá, a gente morador mesmo que botou e canalizou. E aí que foi ajeitando de concreto e hoje em dia a rua está lá. E aí qualquer coisa que quebra a gente mesmo vai fazer o serviço, inclusive até hoje eu consigo fazer. Porque se depender de alguns moradores lá que falam: “eu não tenho cano, eu não vou fazer”, então eu perco um dia de domingo, já perdi uns três dias lá para solucionar um vazamento de esgoto. Entrevistado 10.

Já a entrevistada 9 evidencia que, mesmo diante da opressão e do desrespeito cotidianos enfrentados, há lampejos de esperança, cuidado e respeito:

Olha, eu nunca fui parada em canto nenhum, essa resposta é outra, pra uma pergunta que teve lá atrás, mas eu nunca fui parada, graças a Deus. Por polícia, já, mas ele me tratou com todo respeito e com toda sinceridade. Assim, a gente ia arriar um trabalho e nesse tempo eu estava com o marido, aí ele perguntou assim: “é o quê que você está levando aí nesse carro?” porque ele estava procurando alguma coisa de errado, né? Que tava acontecendo, aí a gente tava levando uma abóbora muito bonita e está abóbora tava quente, viu? Aí a abóbora muito bonita, a polícia veio tocar a mão, quando ele tocou a mão, ele viu a queadura. Aí ele pegou e disse: “não, arrei logo aí, faça o que você vai fazer aí, imediatamente. A gente estamos procurando 3 bandidos que põs fogo não sei aonde” e tava naquelas mediações. Aí a gente pegou e fez e eles ainda chegaram e deram uma volta, assim, ficou mais adiante esperando a gente terminar. Então, eu ainda achei que eles ainda tiveram respeito de esperar a gente. Entrevistada 9.

Entre as pesquisas encontradas no banco de teses e dissertações da CAPES sobre a rua, existem aquelas que realçam nuances do possível na cidade, das práticas e formas de habitá-la a partir do seu valor de uso. Masson (2005) mostra o picho como um elemento que constitui a territorialidade de grupos de jovens que eventualmente disputam espaço, gerando adrenalina e funcionando como uma ação de resistência à opressão, de insubmissão.

Já na perspectiva de Miranda (2016), a própria existência de pessoas em situação de rua demonstra uma luta não apenas pela sobrevivência, mas pelo domínio da cidade, porque implica conhecer a fundo “[...] os ritmos da cidade, os limites e as possibilidades que a rua oferece, ou seja, denota apreender que a rua é regulada como espaço de circulação, de passagem, mas pode ser acolhedora das pessoas com diferentes histórias de vida” (MIRANDA, 2016, p. 203). Neste sentido, o fenômeno explicita a negação do direito à cidade e o explicita na medida em que a sobrevivência da população em situação de rua expressa a sua luta para ser com a cidade.

Os artistas de rua aparecem, para Moreaux (2013), como favorecedores do uso e da ocupação do espaço urbano através de momentos de festa, jogos, encontros e lazer que se vinculam a outros tempos sociais que, por sua vez, questionam as normatizações do espaço promovidas pelo ordenamento. A importância da arte na cidade, demonstrada na perspectiva do artista por Brito (2012; 2016), indicam o potencial da ação artística intencional para outras formas de ser com a cidade.

Segundo Souza (2009), a rua e outros espaços livres de edificação permite que os moradores dos bairros de Plataforma, Paripe e Periperi “[...] se liberem das suas obrigações cotidianas, aproveitando o tempo livre para o lazer ou permitindo o surgimento do lúdico” (SOUZA, 2009, p. 126), a partir de brincadeiras, jogos de futebol, encontro com os amigos e também de encontros românticos.

Ramos (2013) indica a ideia da existência de uma forma urbana negra e pressupõe a existência de usos e apropriações distintas daquelas que correspondem aos padrões hegemônicos. Elas são verificadas através da multifuncionalidade e da base sociocultural-histórica que se apresentam enquanto referenciais para essas práticas. O ordenamento dos bairros negros, as práticas espaciais aí vinculadas, como as lavagens de rua, enquanto momentos de encontro, de festejo e de experiência partilhada da vizinhança, fazem com que tais práticas não sirvam à

manutenção do capitalismo, rompendo de forma situada com a lógica predominante do valor de troca na cidade.

Assim, as pesquisas, apesar de não refletirem sobre a rua enquanto fenômeno na Geografia, revelam a pluralidade de possibilidades de habitar a cidade a partir de suas ruas.

8 HABITAR, CAMINHAR: EXPERIÊNCIAS NAS RUAS DA CIDADE

“Caminhar cria beleza”⁴³.
(Lucius Burckhardt)

8.1 CAMINHANDO PELAS RUAS DA CIDADE COMO FORMA DE HABITÁ-LA

Até o fim do século XVIII o ato de caminhar era considerado um ato marginal, “[...] coisa de indigente, vagabundo, ladrão de estrada” (GROS, 2011, p. 209), mas esta perspectiva começa a ser transformada porque o caminhar passa a ser visto como um ato poético de comunhão do homem com a natureza, consigo mesmo. Desde então, inúmeros filósofos e pensadores puseram o caminhar como um elemento central nas suas reflexões sobre o mundo quer seja para pensar nas transformações do mundo até ali, retomando elementos do horizonte de antes, quer seja para romper com a modernidade e seus aprofundamentos no intuito de pensar a constituição de um mundo diferente a partir das utopias.

Inicialmente as meditações sobre caminhada estavam associadas à contemplação da natureza e funcionavam como ferramenta metodológica de investigação sobre o mundo e o processo de produção do conhecimento (GROS, 2011), coadunando com a compreensão de Marandola Jr (2014) acerca do habitar, na medida em que a caminhada permite que a espacialidade humana se expresse revelando mundo. Assim, pensadores e artistas estiveram intrinsecamente relacionados a este processo tendo produzido parte de sua obra como fruto das caminhadas. Este é o caso de Friedrich Nietzsche, Jean-Jacques Rousseau, Arthur Rimbaud, Henry David Thoreau, Immanuel Kant e André Breton.

Ao longo da história é com a *flanerie* de Baudelaire – com quem o tema ganha aumento de popularidade – e as reflexões de Benjamin sobre sua obra que o caminhar invade a cidade como forma de ponderar sobre o mundo e suas transformações, tendo em vista que a obra de Baudelaire é vista por Benjamin como um dos marcos de pensamento sobre a modernidade. Desde então, o caminhar tem sido discutido por diversos autores como possibilidade de criticar e transformar as relações das pessoas

⁴³ Do original em inglês: *taking a walk creates beauty*. (BURCKHARDT, 2015, p. 281)

com a cidade e até como possibilidade de transformação do modo de produção, ainda que seu rebatimento no âmbito da Geografia tenha sido limitada (PIERCE; LAWHON, 2015). Jacques (2012) evidencia que a crítica da cidade capitalista pode ser dividida em três fases principais de processos de caminhada na cidade: o flâneur, as deambulâncias surrealistas e a deriva dos situacionistas.

O primeiro momento, flanâncias, corresponde principalmente à recriação da figura do *flâneur* em Baudelaire, no *Spleen* de Paris ou no *Les fleurs du mal*, tão bem analisada por Walter Benjamin nos anos 1930. Benjamin também praticou a *flânerie*, principalmente em Paris e em suas passagens cobertas, ou seja, as flanâncias urbanas, a investigação do espaço urbano pelo *flâneur*. O segundo momento, deambulações, corresponde às ações dos dadaístas e surrealistas, às excursões urbanas por lugares banais, às deambulações aleatórias organizadas por Aragon, Breton, Picabia e Tzara, entre outros. Desenvolve-se a ideia de *hasard objectif*, também relacionada à experiência da errância no espaço urbano, base dos manifestos surrealistas, do *Nadja*, de Breton, ou ainda do *Paysan de Paris*, de Aragon. Já o terceiro e último momento, derivas, corresponde ao pensamento urbano dos situacionistas, uma crítica radical ao urbanismo moderno, que também desenvolveu a noção de deriva urbana, de errância voluntária pelas ruas, principalmente nos textos e ações de Debord, Vaneigem, Jorn ou Constant (JACQUES, 2012, p. 33).

Na perspectiva de Jacques (2012), o flâneur, as deambulações e a deriva são formas de errâncias urbanas. Para a autora, o flâneur é uma experiência corporal na cidade, dentro da multidão. O objetivo é, de através do anonimato, atingir novos campos de experiência na cidade a partir dos encontros com os desconhecidos, forçando a si mesmo desvios, desorientação, num perder-se voluntário na cidade, num processo de vertiginosa experiência da cidade e do outro. Assim, o flâneur, para a autora é uma forma de “[...] afastamento voluntário do lugar mais familiar e cotidiano, em busca de estranhamento, em busca de uma alteridade radical” (JACQUES, 2012, 72-73).

Já as deambulações surrealistas, por sua vez, são marcadas pela vontade de confrontar a cidade, os passantes, o estabelecido, provocando a todos. São marcadas pelo encantamento com o cotidiano urbano banal e pelas transformações da cidade com ênfase nas mudanças que infringem e se voltam para o futuro.

As derivas como práticas urbanas errantes são construídas no âmbito das críticas de Debord (2015) sobre a sociedade capitalista moderna, da sociedade do espetáculo. Este autor aponta, assim como Benjamin (1994; 2000; 2006a; 2006b;

2006c; 2012a; 2012b), Han (2015), Mbembe (2014), Moreira (2009) Sennett (2015) o avanço da expropriação do capitalismo em diversas esferas da vida, pois a relação das pessoas com a cidade têm sido marcadas pela alienação levada às suas últimas consequências, pois as pessoas além de terem sido separadas dos meios de produção, destituídas do controle do tempo, foram expropriadas da cultura e do espaço e até da tristeza, isto porque o espetáculo, imbricado na vida, se torna condição e produto das formas de produção do capitalismo, responsabilizando o indivíduo de todas as circunstâncias em que ele se encontra. Neste contexto, a caminhada, os trajetos realizados na cidade, também são alienados, pois se restringem à corrida pela economia de tempo numa lógica funcional ou implicam em caminhadas clichês em pontos turísticos como apropriação seletiva das ruas da cidade. Como tática de enfrentamento do instituído, Debord propôs a deriva como forma de insurgência e subversão à lógica do espetáculo (DEBORD, 2003).

Diferente dos surrealistas, a deriva não era intencionalmente uma atividade artística, mas era vista como um comportamento intencional e experimental, “uma técnica de passagem rápida por ambientes variados” (DEBORD, 2003, p. 87) construindo situações a partir das relações de afetividade entre o derivante e a cidade. É uma experiência de andar sem rumo, mapeando os comportamentos afetivos diante dos trajetos realizados. Distinguindo-se de um passeio comum, a deriva tem caráter lúdico-construtivo direcionado pelo acaso.

As derivas seriam então jogos jogados, jogos da vida vivida. se contentavam com a multidão em si, ou seja, com simplesmente fazer a experiência da alteridade já dada. Eles buscavam criar novas condições de possibilidades para a experiência de alteridade, outras vivências urbanas de alteridade, inventar novas situações, criar novos jogos para possibilitar outras experiências: um possível devir-multidão (JACQUES, 2012, p. 229).

O caminhar da alienação, ao qual o flanêur, as deambulações e a deriva fazem a crítica é o caminhar da pressa, de chegar logo ao destino, sem se importar necessariamente com o processo que os levou até ali. Este processo assume as ruas como algo dado do cotidiano e a espacialidade, seja como localização, distribuição, distância, extensão, posição, se torna ferramenta de ser-no-mundo sobre as quais não há consideração a não ser que haja uma pausa no processo, pois nas pausas é possível trazer à tona o motivo das escolhas por uma rua em detrimento da outra,

pensar no que é bom ou ruim no que faz parte dos nossos trajetos cotidianos (MIDDLETON, 2009). Pensamos que as discussões sobre caminhada aparecem como tentativas de compreensão dos processos assim como tentativas de subverter, de trazer à tona outras possibilidades de vida na cidade que não a do espetáculo. Neste sentido, Careri (2009) refletindo sobre a história do caminhar considera-o como forma de intervenção urbana, prática estética e forma de arte. Além disto, o autor vê a errância urbana como possibilidade de construção de uma arquitetura da paisagem. Para o autor, o perder-se na cidade é uma forma de nos deixarmos absorver pelo espaço (CARERI, 2009).

Pensamos que o caminhar da pressa, da alienação, não existe sem o seu par, o caminhar como exercício de deslumbramento e de reencontro do homem com o mundo, marcado pelas pausas. Não podemos considerar, por exemplo, que em meio à um processo alienado de caminhada não haja possibilidades de tomada de consciência, pois no que é inesperado do dia-a-dia podemos ter a chance da subversão, ainda que ocasional. Debord (2003), ponderando sobre as experiências de deriva, menciona que em meio a uma greve de transportes de Paris, ele e seus companheiros pediam caronas aleatoriamente na cidade para aumentar o caos e potencializar os seus resultados contra a sociedade do espetáculo. Assim como as experiências do grupo eram formas de deriva e de enfrentamento do estabelecido, as pessoas que se envolviam aleatoriamente com essas práticas também eram de algum modo afetadas por elas.

Em suma, com o aprofundamento da modernidade a relação do homem com o caminhar muda de modo que o tensionamento dialético entre contemplação e alienação, pressa e lentidão, evidencia a prevalência da rua em suas características de trânsito em detrimento de práticas do demorar-se, ainda que essas possam acontecer no ócio de idosos, de adolescentes, de pessoas em situação de rua entre outros, vistos como negativos pela sociedade capitalista ao mesmo tempo em que explicitam o “fazer nada” como um elemento de ruptura com a correria capitalista (CERTEAU, 1998; SILVA, 2019).

A caminhada enquanto prática automática - alienada, no sentido que toma a cidade enquanto dado sem nada de novo a oferecer senão o que se espera dela em termos de deslocamento, consumo e encontros previsíveis - está intrinsecamente relacionada à possibilidade de ruptura do previamente tido como dado de modo que há o constante tensionamento entre vivência e experiência das ruas e da cidade.

Desse modo, a rua enquanto paisagem, mesmo que habitada no “automático” revela sempre a sua nuance de matriz (BERQUE, 1998). A rua, como parte da paisagem citadina é um dos horizontes da experiência urbana e que assume maior ou menor sentido de lugar pela “[...] capacidade [humana] de apreciar lugares e aprender suas qualidades” (RELPH, 2012, p. 24), posto que lugar se relaciona à conectividade humana com o mundo, sempre particular, ora mais intensa, ora menos intensa, de modo que independentemente da força que o lugar assume, com lugaridade maior ou menor, a espacialidade, enquanto dimensão da experiência de mundo, é inevitável. Portanto, as ruas pelas quais caminhamos fazem parte do estabelecimento de um vínculo entre homem e mundo, expresso individual e socialmente como paisagem e lugar, que pode ou não romper a ordinariade do cotidiano, e com o espetáculo, por meio do inesperado e da afetividade que estabelecemos ao habitá-las (RELPH, 2012).

É importante ressaltar, junto com Sartre (2005), que a forma espetacular de sociedade é uma expressão, uma aparição, do fenômeno e que a vida das pessoas na cidade não pode ser considerada apenas como espetáculo, posto que outras possibilidades de relação entre as pessoas e entre as pessoas e a cidade – não inteiramente marcadas pela alienação do tempo, do espaço e da vida – são possíveis.

Este é o caso, por exemplo, das discussões de Certeau (1998) sobre as táticas dos agentes sociais no cotidiano como forma de enfrentamento das lógicas dominantes nas brechas e nos interstícios do capitalismo, da lógica funcional e econômica, permitindo que a vida se realize a partir de outros valores e outros modos. Assim, mesmo reconhecendo a importância científica de pesquisas de caráter etnográfico e das diversas experiências artísticas e científicas de/na rua, inclusive das Errâncias Urbanas – como Jacques (2012) sistematiza e alcunha as formas reflexivas de caminhar na cidade, entendemos que tais perspectivas não reverberaram em associação entre conjuntura e estrutura da experiência espaço-temporal das ruas e da cidade, trazendo contribuições particulares sobre os processos em curso.

Silva (2019), em trabalho de campo no Subúrbio Ferroviário de Salvador apresenta que a contemplação, o demorar-se sobre a paisagem e sobre o movimento da rua era percebido justamente por aqueles que estavam sem “fazer nada”, majoritariamente aposentados, desempregados e adolescentes. O não fazer nada rompia com o comportamento planejado/normatizado dos passantes, de modo que onde havia “fazedores de nada”, respondentes das enquetes consideravam o ambiente inadequado à frequência. É importante salientar que o “fazer nada” é

diferente do descanso de lazer, na medida em que o lazer envolve a concepção de ação seja a visita à praia, o descanso para pegar um ônibus, o descanso depois de uma atividade física, de modo que sair para “fazer nada” apenas para contemplar o movimento e a paisagem sorvendo a sua atmosfera não é entendido como lazer.

Ademais, é preciso ainda diferenciar os contextos urbanos em que as caminhadas ocorrem, posto que esses envolvem políticas públicas e estratégias de planejamento urbano. Assim, caminhar em contextos urbanos distintos, envolve elementos e fatores distintos a serem considerados, de modo que as práticas de caminhada na Europa, incentivadas como forma de transporte que permite a preservação do meio ambiente e favorece a saúde (MIDDLETON, 2010), não podem ser transpostas sem ressalvas para o contexto latino-americano, haja vista que as práticas de planejamento urbano, especialmente o soteropolitano, estão voltadas para o predomínio do carro, inclusive com ausência de passeios e áreas para pedestres em avenidas e viadutos (C. DIAS, 2016).

No entanto, não se pode deixar de destacar o aspecto de classe social (BOURDIEU, 2011, DIAS, P. 2016; 2021), mais especificamente da exclusão de pessoas com baixo capital cultural, social e econômico da lógica do automóvel propagada no Brasil, pois no contexto soteropolitano há diversas pessoas que se utilizam de deslocamentos diários a pé pela impossibilidade de acesso a veículos particulares e/ou coletivos pela impossibilidade de pagar pela tarifa do transporte urbano (CARIBÉ, 2019). A popularização de serviços de transporte em carros populares com baixas tarifas como o Uber e a sua opção em detrimento do transporte coletivo evidencia o prestígio do carro de passeio na sociedade e a precariedade do transporte público que apresenta tarifas caras para o serviço que oferece.

A questão do transporte, como tratada acima, se relaciona à aspectos de classe e frações de classe, haja vista que as possibilidades de escolha e acesso para as diferentes classes sociais é diferente. Simultaneamente, e contraditoriamente, mas também como parte do processo de diferenciação do *habitus* de diferentes classes sociais, acontece um processo de valorização, nas classes de renda mais alta, especialmente dos mais jovens, da utilização de meios de transportes alternativos, notadamente a bicicleta, como uma possibilidade mais sustentável de habitar a cidade e que está em consonância com as políticas adotadas e valorizadas nos países centrais do capitalismo, os quais muitas vezes fazem parte da vida desses jovens por meio de viagens a lazer com a família e também pelo acesso às notícias e novidades

desses países por meio da mídia e de amigos (DIAS, P., 2016). Diferentemente dos soteropolitanos de renda mais baixa, cuja opção de deslocar-se na cidade é restrita às possibilidades financeiras, as classes de renda mais elevada assumem meios alternativos de transporte como uma escolha por um mundo melhor.

Mesmo assim, o aumento do interesse sobre a caminhada como prática geográfica envolve o reconhecimento de que na rua podemos aprender mais sobre o espaço urbano, os processos em andamento, inclusive como possibilidade de renovação teórica e metodológica como propõe Fleury (2004), Besse (2014b) Burckhardt (2015) e também na dimensão do planejamento urbano visando a cidades mais caminháveis e mais sustentáveis (GEHL, 2014; SPECK, 2015; ONU-HABITAT, 2013). A rua aparece, portanto, como uma oportunidade de avanço nas reflexões geográficas ao mesmo tempo em que possibilita meditar e ultrapassar os limites do mundo tendo o próprio mundo como instrumento de ponderação, favorecendo ao pesquisador uma interseção entre a visão vertical e a visão horizontal da paisagem (CLAVAL, 2004; BESSE, 2014b). Isto porque, se concordamos com Besse (2014b, p. 184), baseado em John Brinckerhoff Jackson, que o próprio “[...] caminho é um elemento que serve para organizar o território, dando-lhe uma medida e uma orientação, isto é, um sentido”, fica patente que esse caminho e essa descoberta da cidade é feita nas ruas.

Para Besse (2014b) a fotografia aérea permite às diferentes ciências a compreensão temporal da paisagem, o que se aproxima da compreensão de rugosidade de M. Santos (2012a), permitindo compreender as transformações sucessivas no tempo e a operacionalização das pesquisas científicas devido ao caráter operacional da paisagem (SERPA, 2007a). Assim, para os três autores importa os caminhos de “leitura” e interpretação dos fenômenos espaciais a partir da paisagem enquanto lente do visível, mas também do invisível.

Ademais, a pesquisa com pessoas sobre a rua manifestam a elaboração dos fenômenos do mundo, sua transformação a partir dessa visão horizontal da paisagem, sendo os próprios fenômenos vínculos entre a estrutura e a conjuntura, fazendo com que o olhar dos entrevistados sobre os fenômenos espaciais esteja vinculado à possibilidade de extrapolar a visão horizontal e relacionar os fenômenos às outras escalas e dimensões do seu aparecer.

Esse habitar a cidade, por meio de suas ruas e as inquietações filosóficas que envolvem a caminhada desde o século XVIII ratificam que a caminhada funciona como

uma ferramenta de abstração para compreender a realidade e que envolve tanto a transescalaridade dos fenômenos geográficos quanto a dimensão temporal reverberada em protensões de antes e de depois, na medida em que favoreceram o surgimento de utopias e reflexões sobre a história da humanidade. Para Ianni (2003) o caminhar, seja numa perspectiva metafórica, seja literal, intrinsecamente relacionado à compreensão de viagens e deslocamentos, envolve um processo de intersubjetivação no qual o “eu” vai em busca dos “outros”, haja vista que a travessia, a viagem e os deslocamentos envolvem uma dimensão coletiva. Para o autor, o indivíduo e o coletivo precisam da viagem, dos deslocamentos, sejam eles reais ou imaginários, pois eles encaminham para o desconhecido ou a redescoberta do que já se conhece, tanto no plano da teoria quanto da vida cotidiana. Isto porque, ao longo do processo de pesquisa, o pesquisador é um viajante, um caminhante entre percursos teóricos, o fenômeno de pesquisa e o mundo.

É nesse processo que Ianni (2003, p. 28) destaca que o caminhante se transforma e direciona sua sociabilidade “[...] no contraponto presente-passado-futuro, no emaranhado dos espaços e tempos ou em tudo isso junto que faz com que o indivíduo e a coletividade estejam sempre se deslocando para o desconhecido, ou rebuscando o que supõem conhecido”, englobando o imaginário de muitas sociedades ao longo do tempo. Neste sentido, a caminhada enquanto processo de vida e movimento do corpo, implica em um tensionamento dos horizontes temporal e espacial da experiência, um tensionamento do que se viveu e do que se espera (IANNI, 2003; KOSELLECK, 2006).

Com o adensamento técnico-informacional, no âmbito do aprofundamento da modernidade e o avançar do capitalismo, a intensidade de dados, de informação, a pressa acabam consumindo o nosso tempo e diminuindo a nossa capacidade de nos demorar nas coisas mesmas. Além disso, é preciso ressaltar que a lentidão da qual Gros (2011) fala não é o oposto da rapidez, pois numa corrida podemos nos demorar sobre algo, mas se refere à entrega que damos de nós aos fenômenos da vida, ou seja, a abertura e a disposição com que queremos ver o nosso entorno no dia a dia, o que cria uma relação entre nós, o espaço e o tempo em termos de alienação ou de reflexão sobre a vida e o mundo.

a ilusão da velocidade é acreditar que ela faz ganhar tempo [...], mas a precipitação e a velocidade aceleram o tempo, que passa mais

ligeiro, e duas horas apressadas encurtam o dia. Cada instante se rompe de tão segmentado e cheio a ponto de explodir, empilha-se dentro de uma hora uma montanha de coisas. Os dias que passamos caminhando com calma são longuíssimos: fazem com que se viva mais tempo, porque se deixou cada hora, cada minuto, cada segundo respirar, aprofundar-se, em vez de abarrotá-los forçando-lhe as partes (GROS, 2011, p. 42-43).

Para além da possibilidade de autoconhecimento e de conhecimento do mundo, caminhar é uma forma de criar/reconhecer referenciais espaciais lugarizando o mundo e territorializando-o; e também se refletindo em práticas de contemplação da paisagem, permitindo que o humano questione e se interrogue sobre o mundo (BERQUE, 1998; BESSE, 2014a; 2014b; CLAVAL, 2010; SERPA, 2017). Assim, a prática da caminhada é frequentemente utilizada por geógrafos como uma estratégia, mas que muitas vezes não aparece refletida nas pesquisas “[...] obscurecendo as relações entre a empiria e os resultados” (PIERCE; LAWHON, 2015, p. 1).

Para Pierce e Lawhon (2015), as pesquisas geográficas do século XX, salvo algumas exceções, quando consideraram a caminhada, o fizeram em termos estatísticos e quantitativos, sem enfatizar sua importância para a pesquisa geográfica. Segundo os autores, a Geografia não se interessou por aprofundar pesquisas vinculadas ao Situacionismo, nem dialogar com as pesquisas urbanas feitas pelos sociólogos da Escola de Chicago, para os quais a observação participante era fundamental, muito menos a fazer pesquisas sobre a proposta lefebvrea de *Rhythmanalysis*, que, até anos recentes, carecia de maior aprofundamento, já que, por um tempo, na geografia brasileira, preponderou a realização de pesquisas sob a perspectiva da produção do espaço baseada na tríade vivido-concebido-percebido e o debate sobre direito à cidade (MOREUX, 2013; PIERCE; LAWHON, 2015; SOUSA, 2020).

De acordo com Pierce e Lawhon (2015), em anos recentes, as pesquisas geográficas têm tido dois encaminhamentos acerca do caminhar: um primeiro, vinculado à preocupação teórico-metodológica, compreendendo a caminhada como uma possibilidade de acessar as experiências e aprender com os participantes da pesquisa, capitaneada por Latham e McCormack e T. Cresswell; e o segundo envolvendo pesquisas sobre o próprio caminhar, entendendo que este mesmo precisa ser objeto de estudo, como afirma Middleton (2009; 2010). Desse modo, Pierce e Lawhon (2015) entendem que a caminhada já é uma prática de muitos geógrafos,

mas cujas análises são acanhadas nos processos de pesquisa, diminuindo o rigor dos estudos realizados. Pierce e Lawhon (2015) enfatizam a importância da consideração da caminhada utilizada como ferramenta de pesquisa nos escritos acadêmicos, não podendo, pois, ficar escamoteada enquanto parte do processo de investigação. Burckhardt (2015), dedicou-se, por sua vez, a tratar a caminhada como uma forma de metodologia específica na Geografia, considerando que qualquer caminhada realizada com finalidade acadêmica tem caráter didático e favorece a busca por conhecimento.

Middleton (2009) ressalta que as caminhadas urbanas envolvem múltiplas temporalidades e que a dimensão temporal das caminhadas no cotidiano aparecem nos momentos de pausa. Para a autora, a compreensão de *rhythmanalysis* permite compreender a relação entre espaço, tempo e identidade no processo de caminhada. No entanto, mesmo refletindo sobre a caminhada e os seus desafios de infraestrutura e política pública, a rua é vista apenas como um dado no contexto urbano.

Lucius Burckhardt (2015), por sua vez, propõe a ciência do passeio (*Die spaziergangwissenschaft*), também conhecida como *Promenadologie* (na tradução para o francês), ou *Strollology* (na tradução para o inglês) que busca uma prática de reflexão e percepção espacial e do entorno. O seu interesse é na caminhada não como meio de representação, mas como uma forma de percepção do mundo mediada por representações e conhecimentos prévios, pois “[...] apenas em casos excepcionais é possível haver percepções que não tenham sido previamente mediadas e visibilizadas para o homem por meios imagéticos e literários”⁴⁴ (BURCKHARDT, 2015, p. 231). Além disso, Burckhardt evidencia uma aproximação da caminhada da ciência do passeio com a *flanerie*, mas sem o caráter nostálgico que se atribui a essa última. No entanto, sua perspectiva é diferente da apresentada pela *flanêrie*, *Deambulações e Deriva* (JACQUES, 2012), assim como das discussões que consideram a caminhada na perspectiva do trânsito e do transporte (MIDDLETON, 2009)

Em uma crítica ferrenha à Geografia, Buckhardt, apoiado em Gerhard Hard, afirma que os geógrafos criam tipificações da paisagem que são passadas para aqueles que não refletem a paisagem cientificamente como os geógrafos. Estes

⁴⁴ Do original em inglês: [...] for only in exceptional cases is man capable of perceiving that which has not already been mediated and made visible to him by pictorial or literary means. (BURCKHARDT, 2015, p. 231)

criam, nas suas análises, “generalizações” de compreensão de mundo, como, por exemplo, a associação da paisagem do Distrito do Ruhr a uma área industrial pelas formas e atividades econômicas ali encontradas, que funcionariam, nesta perspectiva, como uma expressão da cultura, da economia e da história num contexto socioespacial específico. Assim, representações hegemônicas sobre o espaço acabam sendo criadas, o que dificulta a possibilidade de ver o espaço a partir de outras perspectivas, sendo, pois, uma redução da complexidade da paisagem com fins operacionais que é constitutiva de realidade. Assim:

[...] este tipo de mediação cultural é geralmente um guia para selecionar e filtrar certos tipos de impressões. Começa, assim, um círculo vicioso: porque algo é deste ou daquele modo, é chamada desta ou daquela forma e, então, se isto sempre foi chamado deste ou daquele modo, então isso deve ser como isto ou aquilo (BURCKHARDT, 2015, p. 233).

Para o autor cabe à ciência do passeio identificar os modos de percepção e como eles são determinados para poder lançar nova luz ao que já é conhecido há muito tempo. Metodologicamente há uma busca por coletar impressões e colocá-las juntas e relacionando-as, sem renunciar às metáforas tradicionais, haja vista que estas permitem a comunicabilidade da paisagem relatada. A ciência do passeio não visa, no entanto, limitar ao retrato criado aquilo que descreve. Assim, a ciência do passeio pode visibilizar elementos que de outra forma não teriam visibilidade e fazer uma crítica das formas convencionais, mediadas por representações hegemônicas, da percepção. Além disso, a ciência do passeio busca refletir sobre os limites da linguagem na criação de representações de paisagem.

Diferentemente de uma perspectiva metodológica proposta para a Geografia, a ciência do passeio se estabeleceu como uma área de concentração de estudos durante a graduação (*minor subject*), complementando a formação principal (*major subject*) em 1990. Segundo Burckhardt, a preocupação das investigações giram em torno do que torna uma paisagem bonita e o que é beleza, de modo que poderia se chamar também “estética da paisagem”, tendo em vista a ênfase na percepção do entorno no qual as pessoas se encontram. O objetivo de restaurar a paisagem cultural implica em criar caminhos de reflexão transversais no tempo. Segundo o autor, a compreensão da paisagem mudou a partir do século XIX, pois “a experiência de paisagem antes da Era Dourada das ferrovias era algo muito diferente: o caminho era

sempre tão importante quanto o objetivo” (BURCKHARDT, 2015, p. 225). A ciência do passeio é fruto das pesquisas e disciplinas ministradas por Burckhardt ao longo das décadas de 1980 e 1990.

Segundo Bessi (2014b), a hodologia, por sua vez, aparece como um caminho de reflexão sobre o espaço a partir das ideias de Kurt Lewin em 1920, com a proposição da existência de um “[...] ambiente psicológico total (ou campo psicológico) que constitui o espaço da vida [...]”. O termo foi posteriormente utilizado em 1984 por John Brinckerhoff Jackson, que também propõe a hodologia como uma ciência dos caminhos que, diferentemente da proposta de Burckhardt, não se vincula a uma preocupação de estética e percepção da paisagem, mas é mais ampla e vinculada à meditações sobre como os caminhos e viagens se relacionam com as seguintes perguntas:

1) como caminhos e viagens contribuem a estruturar objetivamente, concretamente, as paisagens e os espaços? Mas também: 2) como contribuem a estruturar e orientar a percepção e a representação das paisagens e dos espaços? Enfim: 3) em que uma reflexão séria sobre as estradas e as viagens contribui para estruturar certa forma de pensamento, ou até de pensamento filosófico, a respeito do mundo? Em outras palavras, o que significa pensar o caminho e a viagem não apenas como objetos de estudo, mas como pontos de vista sobre as coisas, as ideias e o mundo em geral? Em que esse ponto de vista que parte do caminho contribui ao pensamento e à ação sobre as paisagens? (BESSE, 2014b, p. 185).

Pensando de acordo com um referencial metodológico baseado na fenomenologia, entendemos que o caminhar é uma das formas elementares com que as pessoas se relacionam com o mundo, marcando nas diferentes possibilidades de caminhar as etapas da vida humana, haja vista que se apresenta como uma forma de reconhecimento do nosso entorno utilizando todos os nossos sentidos (TUAN, 2013a). Primeiro, ao engatinhar e andar descobrimos a casa, à medida que crescemos e ganhamos independência descobrimos a vizinhança, a cidade, a região e, quando envelhecemos, temos a nossa espacialidade reduzida e voltamos à vizinhança e à casa (MOLES; ROHMER, 1972 *apud* FREMONT, 1980; TUAN, 2013a). Assim, caminhar se mostra como uma forma de relacionar-se com o espaço sem outra mediação que não seja o próprio corpo enquanto consciência corporificada (MERLEAU-PONTY, 2006) e como forma de ocupação e habitação do mundo

(HEIDEGGER, 2014; MARANDOLA JR., 2014), pelas experiências na cidade que criam memórias espaciais.

8.2 CAMINHADA E PLANEJAMENTO: VINCULAÇÃO ENTRE EXPERIÊNCIA DE TEMPO E ESPAÇO

A discussão apresentada anteriormente evidencia que o ato de caminhar opera uma “mágica”, pois, permite ponderações sobre si e sobre o mundo, a caminhada se torna uma possibilidade de ruptura e subversão do cotidiano na medida em que possibilita propor reflexões sobre o mundo e romper com processos de alienação característicos da modernidade (JACQUES, 2012; DEBORD, 2003; BENJAMIN, 1994; 2000; 2006a; 2006b; 2006c; 2012a; 2012b; BESSE, 2014b).

Fica patente que os diversos processos de modernização e melhoramentos urbanos buscam favorecer o controle da cidade por parte do Estado e que o planejamento urbano estatal tem motivações funcionais e estéticas, que não estão voltadas para a intensificação da vida urbana, vista, sob a ótica do habitar as ruas, como negativa (VAINER, 2000; SANCHEZ, 2010; KUSTER; PECHMANN, 2014). Priorizou-se no planejamento, por décadas, a visão vertical da paisagem que, ao passo que denuncia os problemas, permite também imaginar possibilidades de resolvê-los (CLAVAL, 2004; BESSE, 2014b).

O habitar as ruas como forma de intensificar a vida urbana foi amplamente discutido por Jacobs (2000), de modo que as investigações da autora demonstraram o vínculo estreito entre a vida das ruas das cidades e as relações sociais, demonstrando que ruas ocupadas e com múltiplos usos são mais seguras e convidativas. Além da obra de Jacobs (2000), as pesquisas de Appleyard (1978), que se baseiam nos estudos de Jacobs, também são um marco para compreendermos a importância da rua para a vida na cidade. O autor ressalta que muitas vezes os residentes não têm o poder de decisão sobre suas ruas, sendo desconsiderados pela esfera do planejamento urbano. Appleyard defende que a rua é o principal centro da vida urbana, pois é nela que desenvolvemos as nossas atividades cotidianas, mas,

mesmo diante de sua importância, as ruas são marginais no processo de planejamento, majoritariamente realizado de forma vertical. Para o autor, essa dissociação entre o planejamento e a comunidade faz com que as ruas se tornem perigosas e hostis ao habitar cotidiano, sendo, portanto, necessário considerá-las como centrais no processo de planejamento.

No entanto, as ideias de Jacobs (2000) e Appleyard não são levadas a termo no planejamento urbano no século XX, apesar de basearem os avanços teóricos, de modo que as cidades permaneceram com um planejamento voltado para questões estéticas e funcionais até os anos 2000 (GEHL, 2014; SPECK, 2015).

Acerca da história do planejamento urbano brasileiro, Villaça (1999) afirma que este apresenta três períodos: até 1930; de 1930 até 1990 e o posterior à 1990. O primeiro período é marcado pelas obras de melhoria e embelezamento das cidades, por ações pontuais que permitem a valorização de áreas da cidade a partir de investimentos públicos em infraestrutura urbana, ocasionando segregação espacial e deslocamento dos menos favorecidos para áreas mais afastadas.

Nas seis décadas seguintes, o planejamento é compreendido como técnica embasada cientificamente e que deve encontrar soluções neutras e eficientes para os problemas urbanos crescentes. Neste momento, o planejamento urbano é compreendido como uma atividade intelectual separada das atividades políticas do Estado, mas que serve de ferramenta para este justificar suas ações.

A partir dos anos 1990, o planejamento urbano brasileiro passa a ter preocupações voltadas para a garantia dos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988, ocasionando a criação de novas legislações e alterando o planejamento urbano. No entanto, para Villaça (1999), esse movimento promove uma mudança discursiva que não se aplicou na íntegra devido à falta de vontade política.

Refletindo sobre os anos 2000, Maricato e Santos Júnior (2007) entendem que é a partir de 2003 que a problemática urbana ganha centralidade no cenário político nacional e que iniciativas voltadas para a participação popular e o atendimento das necessidades básicas dos brasileiros se tornam centrais no debate nacional por meio da implantação de uma política urbana participativa no Brasil sob a ótica do Conselho das Cidades e das conferências das cidades. Isto porque, na perspectiva dos autores, até esse momento, o contexto era permeado, em primeira instância, pela negação do direito à cidade (com perda de direitos, infraestrutura de saneamento, transporte etc. insuficiente/precária) num contexto de inexistência/ inconstância das políticas urbanas

no Brasil. Apesar de reconhecer os limites da política implantada (fragilidade institucional, dificuldade de integração das políticas urbanas, dificuldade de implementação das decisões dirigidas a outros órgãos e ministérios, que não o Ministério das Cidades), os autores enaltecem a elevada participação popular, o apoio do Ministério das cidades, a criação de uma pauta nacional unificada de reivindicação, a elevada participação de movimentos notadamente envolvidos com a luta pela reforma urbana como um momento único e profícuo da democracia brasileira.

Assim, em suma, para compreendermos o planejamento urbano brasileiro é preciso considerar que sua instituição, como ferramenta de gestão, é marcada por sua utilização pelas classes dominantes como ferramenta para “[...] renovar a ideologia dominante e com isso contrabalançar a tendência de enfraquecimento de sua hegemonia, contribuindo assim para sua manutenção no poder e para o exercício da dominação” (VILLAÇA, 1999, p. 182). Ademais, ao longo dos anos, criou-se um abismo entre a prática legislativa e de ordenamento espacial levada à cabo pelas autoridades e os estudos de planejamento urbano, de modo que as demandas sociais foram alijadas ou atendidas mediante organização social e a uma compreensão de cidadania vinculada ao consumo e não à efetividade de acesso aos direitos sociais e civis (SANTOS, 2012b; HOLSTON, 2013).

De mais a mais, o contexto de introdução do direito à cidade no debate do planejamento e a necessidade de revitalização da vida urbana no Brasil encontram um cenário político de disputa entre compreensões de mundo diversas, quer seja visando à perpetuação do *status quo*, quer seja pela busca de superação da primazia do lucro sobre a vida. Neste sentido, há sempre em jogo uma disputa de forças desigual e com interesses distintos que remonta ao processo de formação territorial nacional, à lógica predatória e colonizatória de exploração, o que implica, como afirma Ribeiro (2012), numa cisão entre o planejamento urbano brasileiro, a realidade social e a atuação do Estado, estando, portanto, as iniciativas voltadas para uma aproximação com a sociedade vinda dos pesquisadores tendo ganhado força nos anos 2000 ainda que de forma insuficiente (MARICATO; SANTOS JR, 2007).

Em anos recentes, as discussões sobre urbanismo têm se interessado pela caminhada seja numa perspectiva de compreensão etnográfica da cidade, seja numa perspectiva de intervenção artística ou lúdica com vistas a romper e fazer refletir sobre a cidade como exposto acima. Nota-se, diante de um aprofundamento do debate sobre a participação popular e o direito à cidade, um retorno à caminhada e às pausas

no cotidiano como estratégia de compreender a cidade, mas também com caráter de denúncia das desigualdades e problemas urbanos. No entanto, os estudos realizados no Brasil encaminham discussões pouco propositivas em termos de práticas atuais de planejamento no país, haja vista que tanto a disputa de interesses no âmbito da política quanto a escala de planejamento permanecem e que as classes dominantes têm conseguido criar estratégias de manutenção da lógica do lucro, favorecendo, inclusive, a criação de renda monopolista⁴⁵ nas cidades em detrimento do valor de uso.

Appleyard (1978), reconhecendo que a vida urbana estava se deteriorando pela hostilidade do habitar as ruas, propõe que os planejadores considerem cinco medidas que poderiam favorecer a ocupação das ruas, sempre considerando a preservação da natureza: a) o controle de velocidade; b) volume aceitável de trânsito; c) prioridade para os pedestres; d) níveis aceitáveis de barulho; e) reduzir acidentes com pedestres. Para o autor, tais medidas podem favorecer que os bairros e ruas sejam mais seguros e convidativos para as pessoas na medida em que a rua possa ser vista como segura, habitável, saudável, uma comunidade, um território de vizinhança, um lugar da brincadeira e da aprendizagem, como área verde e agradável, como um lugar histórico particular e de vida e movimento.

É apenas com o esgotamento do modelo de planejamento urbano centrado nos carros que aparece a necessidade de pensar outras formas de cidades prósperas. Assim, a rua se torna centro do debate sobre planejamento e habitação da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do reconhecimento de que as ruas são importantes para a vida urbana, tendo tido sua importância subestimada por anos, pois o planejamento urbano continua em uma escala que mantém as ruas como linhas e conectivos em projetos de urbanismo (ONU-HABITAT, 2013). Assim, criou-se um ambiente favorável para a retomada de textos clássicos, como o de Jacobs (2007), bem como para a proposição de novas pesquisas voltadas para a rua enquanto fundamento da vida urbana.

⁴⁵ Harvey (2006) discute sobre a importância estratégica do espaço para a acumulação de capital do/no espaço urbano, devido às singularidades do espaço que permitem a geração de renda monopolista. O autor associa o processo de globalização às questões locais e à problemática cultural que possibilitam a produção de renda monopolista a partir da criação intencional de escassez, por meio de produtos materiais e imateriais de acesso limitado e restrito. No que se refere à dimensão espacial, notadamente ao lugar e a paisagem, vende-se a ideia de experiências únicas, exclusivas, que dão status a quem a elas tem acesso. Assim, há um tensionamento entre a exploração da exclusividade espacial e o fim da sua exclusividade que demandam o surgimento, cada vez mais rápido, de novas exclusividades espaciais.

Assim, em paralelo à preocupação da ONU com a importância das ruas para fundamento para pensarmos as cidades do futuro, as pesquisas de Gehl (2014) apontam para a necessidade da rua estar no centro do planejamento urbano, evidenciando que a visualização do terreno pela paisagem humana é central para a identificação e adoção de medidas de planejamento que tornem as ruas mais convidativas para as pessoas.

Gehl (2014) defende a caminhada como política pública que, aliada a uma compreensão do espaço público como locus do encontro, seria capaz de favorecer “[...] o desenvolvimento de cidades vitais, sustentáveis, sadias e seguras”⁴⁶. Segundo este autor, para termos uma vida urbana melhor, é preciso aprimorar e favorecer o espaço público a partir das mudanças dos padrões de uso das cidades. Assim, a presença de infraestrutura urbana favorece a diminuição dos deslocamentos longos, melhora a qualidade de vida, permite maior acesso a ela. Ao discorrer sobre os casos de São Francisco, Copenhague e Melbourne faz-se o registro da relação entre as mudanças de padrão de uso da cidade e o aumento da vida pública, desvelando a conexão entre a qualidade do espaço urbano e a concretização do desenvolvimento da cidade, posto que qualidade do espaço urbano implica em mais uso, o que, por sua vez, favorece mais vida urbana e mais segurança.

Na perspectiva de Gehl (2014), o planejamento deve considerar as três escalas: uma escala menor, que permita aos planejadores ver os projetos globais de vista aérea total da cidade, uma escala mediana, de voo de helicóptero, na qual os projetos urbanísticos são alimentados, e a escala da paisagem urbana, a escala das pessoas que a habitam no cotidiano. Para Gehl (2014), é a escala das pessoas que deve servir de ponto de partida para as ações de planejamento, de modo que quando os projetos sejam centro do debate político a dimensão da vida urbana e das pessoas faça parte das decisões políticas.

Para o autor, ao passo que o planejamento urbano se volta para os automóveis e para a velocidade no transporte, em cidades como Dubai, planejada para funcionar a 100km/h, mas também nas grandes avenidas das cidades brasileiras, a experiência sensorial se torna mais pobre, mais espaçada, de modo que a dimensão espacial da experiência diminui e, nesse contexto, a rua perde as suas funções recreativas e sociais, pois impera o planejamento em pequena e média escalas, nas quais as

⁴⁶ Do original em espanhol “[...] desarrollo de ciudades vitales, sostenibles, sanas y seguras.” (GEHL, 2014, p. 6).

pessoas “somem”. Para Gehl (2014), o planejamento urbano contemporâneo deve centrar-se na escala da rua, pois é nela que o planejador pode ter acesso à perspectiva do passante.

Ao refletir sobre a experiência de cidade, o autor evidencia que a distância e a velocidade bem como a forma como percebemos a cidade no dia a dia são diferentes. Segundo Gehl (2014) passamos a distinguir pessoas quando a distância entre nós é de 100m, mas que é nos 10 metros de distância uns dos outros que podemos usufruir plenamente da percepção do espaço urbano a partir de nossos sentidos, de modo que, para o autor, o planejamento urbano precisa se firmar na escala urbana, na caminhada, na baixa velocidade, é assim que se pode experimentar o que ocorre ao nível da planta baixa.

As ideias de Jeff Speck (2015) se aproximam das de Gehl (2014) posto que, para esse autor, a vitalidade da cidade está intimamente ligada à sua caminhabilidade (*walkability*). De acordo com Speck (2015), desde a publicação de *Vida e morte das Grandes cidades*, são indiscutíveis as medidas que devem ser tomadas para trazer mais vida às cidades e essas medidas se encontram no âmbito da restauração do habitar as ruas; mas a disputa teórica em torno do que deveria ser feito para melhorar a vida nas cidades implicou em uma demora de chegada das novas ideias à gestão urbana. Isto porque a maior parte das gestões urbanas tem tomado decisões de planejamento que favorecem um cada vez maior esvaziamento das ruas, seguindo diretrizes ultrapassadas há mais de meio século, que privilegiam uma melhora imediata do trânsito e os carros de passeio ao invés do transporte público e das caminhadas. E, quando havia preocupação com a vida na rua, essa estava, até o início dos anos 2000, vinculada a preocupações estéticas e sociais, mas sem considerar questões de saúde pública. Essas estratégias, há muito aplicadas ao redor do mundo, podem resolver problemas imediatos, mas ocasionam desequilíbrios e desvantagens no longo prazo.

Speck (2015) afirma que para uma cidade ser considerada de boa caminhabilidade ela deve satisfazer ao mesmo tempo quatro condições: a utilidade, a segurança, o conforto e o interesse intrínseco ao que define como “Os dez passos da caminhabilidade”. Para o autor, a satisfação dessas condições está intimamente ligada às respostas de sucesso possíveis para as três principais demandas contemporâneas envolvendo as cidades, a riqueza, a saúde e a sustentabilidade, na

medida em que o desejo de viver na cidade, vinculado à qualidade de vida que ela oferece, favorece a atração de investimentos externos.

Esse autor, ao descrever o processo de mudança na ênfase do planejamento e a forma como diferentes cidades nos EUA têm lidado com o planejamento urbano, enfatiza que as cidades que apresentam melhor qualidade de vida são aquelas que adotaram estratégias de favorecimento do habitar o espaço urbano a pé; e são essas também as que são visitadas pelos turistas nas suas férias haja vista, que sua vida urbana é mais convidativa. Ademais, a preocupação das novas gerações com questões de saúde e sustentabilidade faz com que o apelo ao caminhar como meio de transporte ou ao pedalar ganhe força, especialmente nos países desenvolvidos ou para a população de renda mais elevada nos países da América Latina e Caribe, África e Ásia, haja vista que, em geral, caminhar está associado à impossibilidade de acesso a outros meios de transporte e à pobreza (ONU-HABITAT, 2013; SPECK, 2015).

Portanto, entende-se que, em termos de planejamento, a caminhada pode funcionar não apenas como uma compreensão da perspectiva da cidade pela planta baixa, mas como exercício de imaginação e de recuperação da memória urbana, favorecendo a possibilidade de construção de outras representações e narrativas da cidade e como uma forma de valorizar a rua em suas três principais dimensões: a realização de atividades obrigatórias, de atividades opcionais e de atividades sociais (GEHL, 2014).

Neste sentido, compreendendo as entrevistas como narrativas de vida e de relação com a cidade, não é de espantar que os deslocamentos feitos a pé por muitos entrevistados sejam feitos no âmbito do bairro onde moram, especialmente os bairros populares, em suas ruas principais, nas quais os entrevistados vão resolver suas demandas do dia a dia, ou em áreas da cidade para as quais se deslocam para atividades obrigatórias ou opcionais.

Os relatos corroboram a abundância de estímulos sensoriais apontada por Gehl (2014) nas baixas velocidades, já que que os entrevistados relatam a diferença entre andar pela cidade e andar por ela de ônibus e de carro. A pé aparecem as relações de vizinhança entre conhecidos, enquanto de carro as pessoas se tornam observadoras da cidade, sendo as ruas o fio condutor de delineamento das paisagens observadas. Neste contexto, conforme Relph (1979), a rua assume mais fortemente o caráter instrumental da paisagem, vinculado ao conhecimento de onde estamos e

também ao caráter de “obra de arte”, de espectador diante da paisagem, mas sombreando as características de lugar, que estarão mais fortemente vinculadas ao meio de transporte, funcionando como “barreira” para a relação direta entre pessoas e rua.

É bom porque você vai vendo coisas que você dentro do carro não vê, né? É uma loja diferente que você, se passar no carro, às vezes, você passa despercebido, não vê. Você interagir com pessoas que tá na rua, é um “bom dia”, uma “boa tarde”, que se você tivesse no carro você não tem essa interação, né, com as outras pessoas. E é isso. E andar, mesmo, porque distrai um pouco a mente, aí eu gosto muito de andar por isso. [...] Sim, fica diferente, fica diferente, porque quando você tá andando você vê as coisas, você vê as pessoas. De carro você passa mais despercebido com as coisas. É diferente, é muito diferente. Entrevistada 1.

Ah, porque caminhar é muito melhor. De carro você perde tudo, caminhando não. Caminhando você faz parte daquele contexto, de carro é como se você estivesse assistindo, e caminhando você interage, você tá fazendo parte daquilo tudo ali que tá acontecendo. Entrevistada 2, Rosana Paulo.

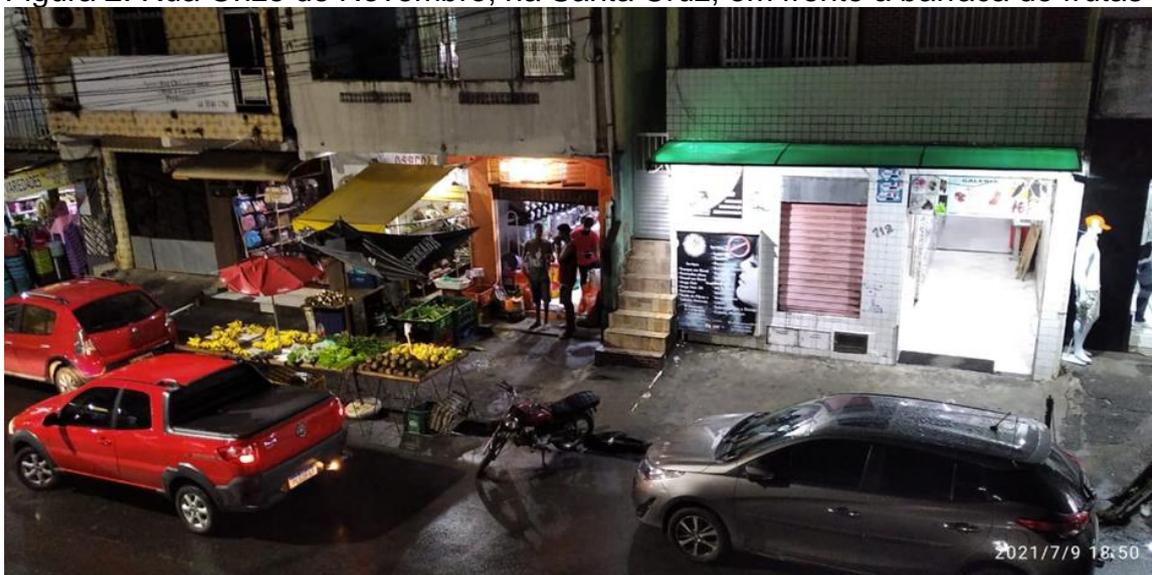
De carro eu vejo um caminho e às vezes eu nem vejo porque o *Waze* que me guia. De ônibus, eu vejo a dinâmica, a vida, só que numa velocidade que não sou eu que tô dizendo, é o motorista do ônibus. E quando eu ando... nossa, quando eu ando, eu paro na praça onde tem as putas, pra saber como elas funcionam. Sabe aquela praça ali, da, da Sé? Cê senta e tem as prostitutas do Pelourinho, aí eu paro ali, depois que eu virei polícia fiquei mais tranquila porque uma vez eu quase apanhei, que achavam que eu tava disputando espaço. Na época que eu era estudante e eu ficava tipo: “porra, como é que de manhã cedo aquelas mulheres ali” e eu paro e eu sento numa praça, olho o vendedor de crepe, o vendedor de pipoca, o vendedor de churrasco, vejo as crianças, eu vejo a igreja, vejo o padre, eu sinto o cheiro do incenso da missa. Então, a pé, a gente vive, sabe? E a gente funciona, nosso corpo funciona, nosso sangue movimenta, nosso... sabe? O corpo vive quando a gente anda, andar é bom. Entrevistada 5.

Neste sentido, é nas baixas velocidades e a pé que se estabelece a possibilidade de encontro com o diferente, já que implica a possibilidade de lidar com o desconhecido e com o inesperado, desde manifestações artísticas e o inusitado do dia a dia, como ludicidade no cotidiano que movimentam a inspiração e fazem olhar o cotidiano, a rua e a cidade com abertura para o diferente. Como comentado anteriormente, isso está vinculado à possibilidade de ócio, à disposição de tempo para ser com a cidade e a rua, estando sensível as coisas que se revelam e como o fazem.

Eu caminhava e tinha uma parte, mesmo, que tinha tipo uma grama e tinha uma cabra, umas duas cabrinhas nesse espaço, nesse terreno, então eu achava aquilo ali muito interessante, né? Aí eu passava, olhava as cabras. Tinha também umas plantas, umas flores, então eu olhava aquelas plantas quando era primavera. Essas flores mesmo, sabe? Que é mato, né? E aí eu achava bacana como mudava tudo isso. Construíram também dois prédios na época que eu tava caminhando, sempre que eu passava eu via os profissionais trabalhando, chegando e como tava evoluindo aquilo como tava mudando a paisagem do lugar que eu passava, porque eu acho feio prédio. Então aqueles prédios enormes, que não existiam ali. Então tudo isso era uma forma de eu observar. Às vezes a roupa que as pessoas [trecho inaudível]. Uma vez eu não escrevi uma poesia, que eu passei, tinha uma moça no ponto de ônibus, era uma moça negra com cabelo *black power*, com a saia curta, né, mini saia. E aí ela tava lá, e aí eu escrevi uma poesia falando sobre essa moça. Então o caminhar, o encontrar pessoas, é também uma forma de você encontrar material para poder escrever. Entrevistada 2, Rosana Paulo.

Os bairros populares, os quais muitas vezes escaparam à lógica de planejamento de vias largas, por sua diversidade de construções e atividades obrigatórias e opcionais a serem realizadas em suas ruas, possibilitam que as ruas favoreçam o encontro entre pessoas. As Figuras 2 e 3 evidenciam duas perspectivas da rua Onze de Novembro em Santa Cruz, bairro do Complexo do Nordeste de Amaralina em Salvador, em um dia chuvoso de final de semana e à noite, durante a pandemia de COVID-19. Nelas é possível identificar, mesmo diante de um contexto adverso, pessoas caminhando e conversando nas proximidades do comércio.

Figura 2. Rua Onze de Novembro, na Santa Cruz, em frente à barraca de frutas



Fonte: Renata Oliveira, 2021

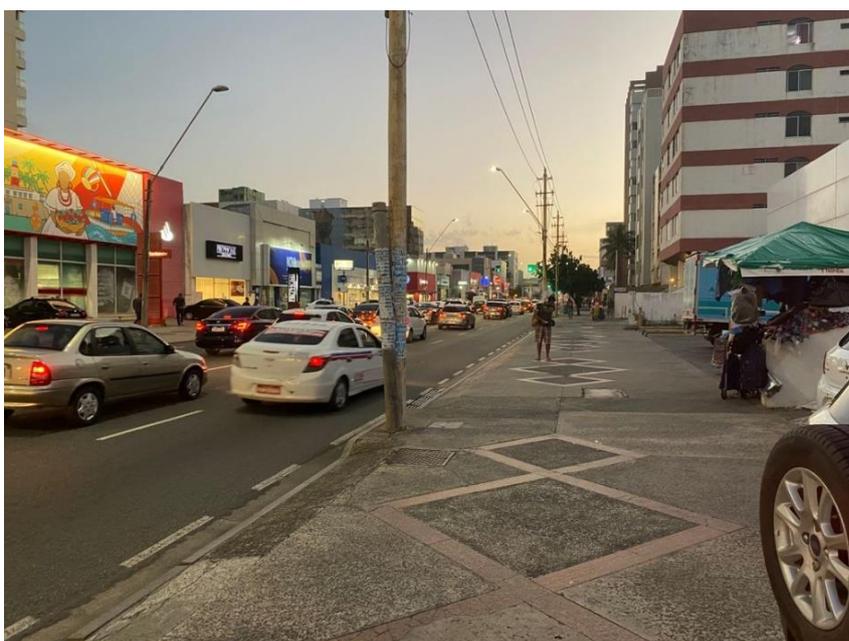
Figura 3. Rua Onze de Novembro, na Santa Cruz, em frente a uma farmácia



Fonte: Renata Oliveira, 2021

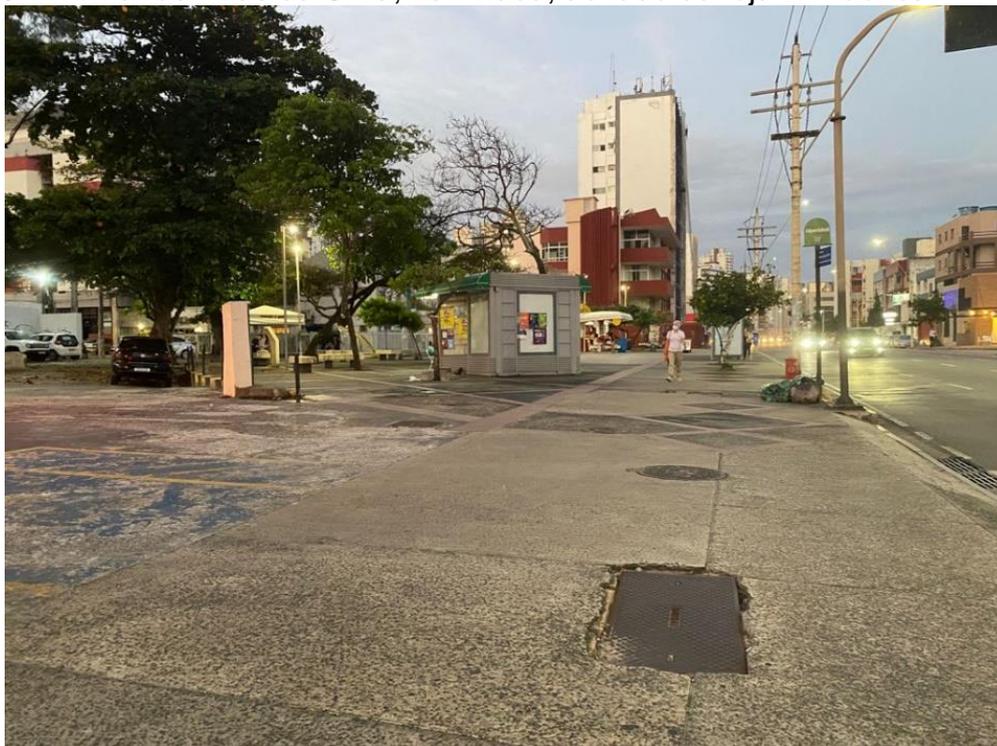
De outro modo, em bairros com as vias largas planejadas e com calçadas largas para pedestres, como a Pituba, nem sempre contam com o mesmo cotidiano. As figuras 4 e 5 corresponde a trechos da Avenida Manoel Dias da Silva, no bairro da Pituba, que foi planejado no início do século XX, em um dia de semana e em horário comercial, constatando a pequena quantidade de pessoas na rua, seja nos pontos comerciais, seja na praça Brasil.

Figura 4. Av. Manoel Dias da Silva, na Pituba, em frente à agência do Banco Santander



Fonte: Caroline Bulhões Nunes Vaz e Mateus Bulhões Nunes Souto, 2021

Figura 5. Av. Manoel Dias da Silva, na Pituba, ao lado da loja Di Fábrica



Fonte: Caroline Bulhões Nunes Vaz e Mateus Bulhões Nunes Souto, 2021

Segundo as reflexões já citadas, apresentadas por Speck (2015) e Gehl (2014), fica nítido que a rua que convida à ocupação é aquela que permite o encontro com o diferente em suas amplas manifestações, desde estímulos arquitetônicos, à diversidade de comércio, entre outras, na paisagem.

O planejamento urbano funciona, portanto, como um construtor seletivo de memórias da cidade, permitindo que áreas sejam valorizadas em detrimento de outras e que ruas sejam vistas como mais importantes que outras. A ausência de planejamento leva à constatação da desigualdade entre bairros e escolhe o que e como deve fazer parte das memórias. Assim, uma cidade que planeja o espaço urbano sem considerar as memórias das pessoas que ocupam as ruas da cidade ocasionou uma ênfase na funcionalidade modernista que, em última instância, implicou na inabitabilidade de áreas da cidade para caminhadas e demais atividades.

De outro modo, a seletividade no planejamento ocasiona a constatação do abandono político, evidenciando o privilégio de algumas áreas da cidade em detrimento de outras, apontando as desigualdades na cidade e levando a expectativas negativas sobre a cidade, vinculadas à descrença na possibilidade de mudança e, portanto, em um futuro diferente. A expectativa é a de aprofundamento das desigualdades entre bairros e ruas da cidade:

Eu percebo pela maneira das pessoas. É – como é que eu digo, como é que eu posso dizer – na maneira de se vestir, na maneira de andar, na maneira de falar. É diferente, é diferente. A depender do bairro é diferente. Entrevistada 3.

A opção do Brasil, explicitada por ONU-habitat (2013), de insistir na funcionalidade e na estética modernistas, nas ruas de trânsito rápido e que denotam a rua como locus do deslocamento destacam o desafio da caminhabilidade urbana. Em Salvador vê-se a construção de um conjunto de obras viárias voltadas para desafogar o trânsito no Iguatemi e Av. ACM que favorecem ainda mais a lógica do trânsito rápido e veloz ao invés de favorecer o habitar as ruas a pé.

Os projetos em execução são antigos e denotam a preponderância de uma imaginação de cidade que reproduz velhos e reconhecidamente superados modelos de cidade; eles mostram que a imaginação da paisagem como propõe Bessi (2014b) está vinculada a planos e projetos de urbanismo que não condizem com as demandas socioespaciais do século XXI, como a diminuição da poluição e o favorecimento da saúde e das relações sociais por meio das caminhadas e da utilização de transportes coletivos ou alternativos (GEHL, 2014; SPECK, 2015; BESSI, 2014b).

Abaixo, apresenta-se diferentes pontos da Avenida Antônio Carlos Magalhães (ACM) cuja implantação das obras de infraestrutura viária ocasionaram mudanças na paisagem, com diminuição das áreas verdes, tamponamento de rios e maiores dificuldades para que os pedestres pudessem atravessar de um lado da via a outro. As imagens antigas foram coletadas na série imagens históricas do Google Earth e podem ser acessadas também via Google Maps. A cada imagem foi dado o crédito do autor. As imagens recentes são todas de 2021 e visavam reproduzir o ângulo das fotografias anteriores para mostrar as transformações na paisagem da avenida. É importante considerar as limitações das fotografias recentes, tendo em vista o trânsito de veículos e as mudanças nas áreas destinadas à pedestres. Assim, foram utilizados, como referência para o direcionamento da objetiva, prédios ou marcos que foram mantidos com a reforma.

As figuras 6 e 7 mostram o antes e depois da Av. ACM na altura do Parque da Cidade, na interseção entre a Av. JuraCy Magalhães e a Av. ACM ACM, antes das transformações ocasionadas pelas obras de infraestrutura. A figura 7, destaca a criação de um viaduto para aumentar o número de faixas e a retirada da cobertura arbórea.

Figura 6. Av.ACM, no Itaigara, antes das obras de infraestrutura, na interseção entre as Av. Juracy Magalhães e Av. ACM, nas proximidades do Parque da Cidade.



Fonte: Google Earth, imagens históricas. Foto de Antonio Lobo, de 2010

Figura 7. AV. ACM, no Itaigara, depois das obras de infraestrutura, na interseção entre as Av. Juracy Magalhães e Av. ACM, nas proximidades do Parque da Cidade



Fonte: Caroline Bulhões Nunes Vaz e Mateus Bulhões Nunes Souto, 2021

As figuras 8 e 9, por sua vez, mostram o trecho da avenida na altura da Ladeira da Cruz da Redenção, que também é abrangida por um viaduto, mas sem impacto na cobertura arbórea que já estava restrita à ladeira.

Figura 8. Av. ACM, no Itaigara, antes das obras de infraestrutura, próximo à Ladeira da Cruz da Redenção.



Fonte: Google Earth, imagens históricas. Foto de Sérgio Trindade, 2017

Figura 9. Av. ACM, no Itaigara, depois das obras de infraestrutura, próximo à Ladeira da Cruz da Redenção



Fonte: Caroline Bulhões Nunes Vaz e Mateus Bulhões Nunes Souto, 2021

A perspectiva da Avenida nas proximidades do Edifício Thomé de Souza e do McDonald's, retiradas de um ponto de vista mais elevado (figuras 10 e 11) demonstram a dificuldade dos pedestres de acessar os dois lados da avenida, praticamente cindidas pelas vias e viadutos, posto que não há passarelas e que as faixas de pedestre das vias do meio foram extintas. Transitar entre os dois lados da avenida envolve, portanto, caminhar por longos trechos até uma faixa de pedestre ou passarela ou arriscar-se por meio dos carros.

Figura 10. Av. ACM, no Iguatemi, antes das obras de infraestrutura, próximo ao Edifício Thomé de Souza



Fonte: Google Earth, imagens históricas, Igor Alves de Oliveira, 2018

Figura 11. Av. ACM, no Iguatemi, depois das obras de infraestrutura, próximo ao Edifício Thomé de Souza



Fonte: Caroline Bulhões Nunes Vaz e Mateus Bulhões Nunes Souto, 2021

Na altura do Sam's Club, pode-se ver o tamponamento de uma parte do Rio Camaragipe, o qual dá lugar à mais vias para carros. A imagem recente apresenta uma área praticamente sem cobertura arbórea (figura 13). Ademais, o rio, mesmo antes das obras, havia ganhado uma representação de “esgoto” e perdido as características originais (figura 12). Vale ressaltar ainda que toda a avenida, no período de chuvas, é afetada por alagamentos que prejudicam o trânsito nessa área da cidade.

Figura 12 Av. ACM, no Iguatemi, antes das obras de infraestrutura, próximo ao Sam's Club



Fonte: Google Earth, imagens históricas, Caio Graco Machado, 2013

Figura 13. Av. ACM, no Iguatemi, depois das obras de infraestrutura, próximo ao Sam's Club

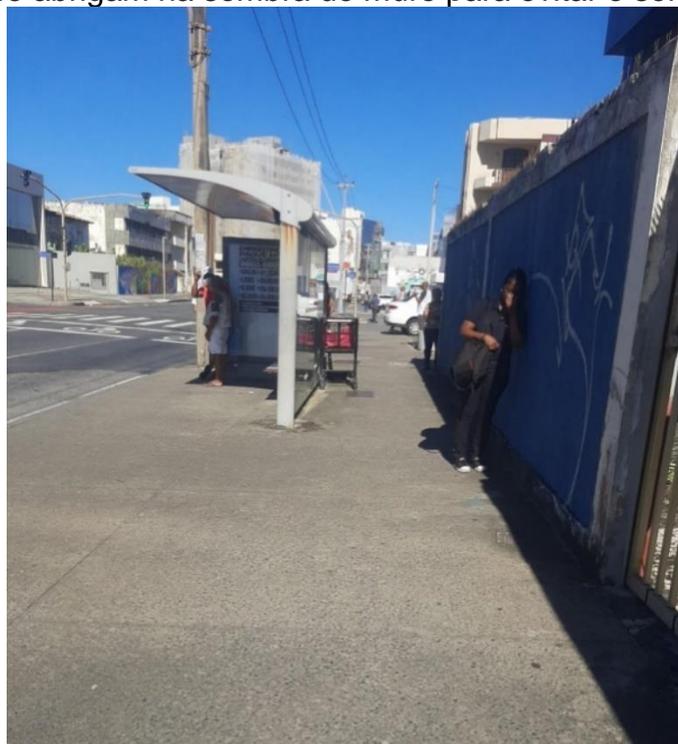


Fonte: Caroline Bulhões Nunes Vaz e Mateus Bulhões Nunes Souto, 2021

Nesse contexto, vê-se que o planejamento da cidade de Salvador opta por ruas de trânsito rápido e veloz, desestimulando a ocupação das ruas e a vida urbana, que acontecem a despeito das dificuldades para os pedestres, incentivando, portanto, a permanência da lógica do automóvel individual e não favorece o uso do transporte público ou de meios alternativos como a bicicleta. Essa lógica, ainda hoje, se perpetua em Salvador, posto que diversas intervenções atuais no sistema viário da cidade não dispõem de espaço para formas alternativas de locomoção ao carro, como, por exemplo, o Complexo Viário do Imbuí, o viaduto de Narandiba, o Complexo Viário da Rota do Abacaxi, onde é comum que pedestres e ciclistas circulem nas vias destinadas para os carros pela ausência de locais adequados de circulação.

É importante ressaltar que as imagens evidenciam para o leitor o processo de consolidação de um planejamento moderno, voltado para os carros, que muitas vezes se esquece dos passantes. As pessoas, por sua vez, encontram formas de resistir e enfrentar a cidade dos carros resignificando formas, expondo desigualdades e falhas no planejamento, mesmo diante dos possíveis riscos. É comum encontrar pedestres buscando refúgios nas sombras de postes e muros pela ausência de árvores ou porque a cobertura do ponto de ônibus não faz sombra adequada (figura 14).

Figura 14. Pessoas se abrigam na sombra do muro para evitar o sol na Pituba



Fonte: Juliana Machado, 2022

Além disso, a falta de faixas de pedestres ou a grande distância entre elas faz com que as pessoas atravessem entre os carros em avenidas movimentadas como a Vasco da Gama. A ausência de calçadas, por sua vez, faz com que pedestres criem trilhas nos canteiros das avenidas, perceptíveis pela ausência de gramado nos locais de maior circulação (figura 15). Todos esses exemplos funcionam como indícios da resistência, da luta das pessoas para habitarem a cidade.

Figura 15. Caminhos formados pelos passos de pessoas no canteiro central da Av. Vasco da Gama.



Fonte: Google Maps, imagem de satélite, janeiro de 2022.

Em *The uses of Disorder* (1970), Richard Sennett evidencia a necessidade de heterogeneidade na rua, justamente porque percebia uma tendência de homogeneização e purificação da experiência urbana, vinculada a processos de idealização da identidade, da cidade e do planejamento urbano que fazem com que a vida urbana seja empobrecida, posto que a diversidade permite o enriquecimento da experiência urbana e o amadurecimento da humanidade. Sennett ressalta que o processo de purificação e homogeneização da cidade tem repercussões sociais e consequências para o comportamento humano. O contato com o diferente, inclusive com eventos negativos, nos obriga a exercitar a empatia, a compreender os limites do eu e do outro, sendo importantes para o que entendemos como vida em sociedade.

Na relação entre planejamento e identidade pessoal, de influência Weberiana, Llorens (1974) apresenta a proposta de Sennett, para a tradução em espanhol da obra, nas seguintes palavras:

No caso de Sennett todas as relações se originam no nível da personalidade e se encontram mediadas pelo processo social. As tendências que aparecem no nível da personalidade se reforçam mutuamente nos processos que se produzem no nível social; uma das consequências dessas interações se manifesta no nível específico da criação da forma urbana (através da personalidade de quem toma decisões neste campo, especialmente os planejadores urbanos), e esta, por sua vez, realimenta os processos que influem na personalidade por meio de uma causa material (mesmo que de pouca importância se se compara com as demais causas que confluem a este nível) pondo ou eliminando obstáculos físicos para as condições de emergência da personalidade (LLORENS, 1974 p. 7-8)⁴⁷.

Neste sentido, fica expressa, nas ideias de Sennett, a relação entre conjuntura e estrutura, os processos de rompimento com essas relações e o impacto do planejamento urbano na vida social. A ênfase na ordem e na homogeneidade na cidade, dificultando o contato com a desordem, faz com que a sociedade tenha mais dificuldade de aprender com os conflitos e lidar com eles, favorecendo a animosidade e a violência bem como estimulando a existência de extremismos vinculados ao senso de pureza (SENNETT, 1970).

Sobre isso, Fyfe e Bannister (2006) enfatizam a contribuição de outros dois autores acerca da relevância do encontro com o diferente na cidade: Mumford (1961) e Robins (1995). Para os autores, Mumford (1961) precede a Sennett nesta discussão e Robins faz coro aos dois autores na ênfase de que a vida cultural na cidade não teve ainda o destaque que deveria nas pesquisas científicas. De acordo com Fyfe e Bannister (2006), Robins também alerta para a necessidade de as pessoas lidarem com situações desafiadoras ou negativas na cidade, posto que as tentativas de evitar completamente tais situações podem negar a complexidade da vida urbana e os estímulos e provocações necessários para a transformação social. O desafio proposto por Robins para regenerar a cidade seria o de preparar as pessoas para estarem fora de controle, mas também terem maturidade para lidar com as consequências da liberdade, fortalecendo a política e o espaço público.

⁴⁷ Do original em espanhol: *En el caso de Sennett, todas las relaciones se originan en el nivel de la personalidad y se encuentran mediadas por el proceso social. Las tendencias que aparecen en el nivel de la personalidad se refuerzan mutuamente en los procesos que se producen en el nivel social; na de las consecuencias de estas interacciones se manifiesta en el nivel específico de la creación de la forma urbana (a través de la personalidad de quienes toman decisiones en este campo, especialmente los diseñadores urbanos), y ésta, a su vez, realimenta los procesos que influyen en la personalidad por medio de una causación material (aunque de poca importancia si se la compara con las demás causas que confluyen a este nivel), poniendo o eliminando obstáculos físicos para las condiciones de emergencia de la personalidad* (LLORENS, 1974, p. 7-8)

O rompimento com as estratégias modernas pode ser feito tanto intencionalmente por parte dos planejadores a partir do reconhecimento da importância da caminhada como elemento fundante da visão horizontal da paisagem bem como pela ocorrência de catástrofes e outros eventos que forçam mudanças no funcionamento da cidade (BESSI, 2014b; GEHL, 2014).

Considerando o contexto brasileiro, é importante enfatizar que as cidades muitas vezes são associadas à desordem, como se não houvesse a elaboração e/ou efetivação de políticas voltadas para a segurança, o ordenamento do circuito inferior da economia, especialmente em centralidades de comércio de bairros populares. Tal imagem de cidade, vinculada à falta de ação do Estado, faz com que a desordem à qual Sennett (1970) se refere faça parte do cotidiano das ruas da cidade; é o contraponto à ideia de “ordem” e planejamento urbano dos bairros onde moram pessoas de renda mais elevada e cujas ruas são pouco ocupadas no dia a dia devido à preferência das classes médias pelo transporte individual. As classes médias superiores criam ambientes “purificados” para sua frequência, de modo que não tenham contato constante ou frequente com a diversidade da cidade, como os shopping centers (DIAS, P, 2016; 2021).

Décadas antes do aumento da preocupação explícita de pesquisadores com as ruas, Lynch (2008) já afirmava que as pessoas são tão parte da paisagem urbana quanto sua materialidade, sendo a imagem do entorno fundamental para o processo de orientação. Segundo o autor, essa imagem é produto tanto da percepção imediata quanto da memória utilizada para interpretar informações de direcionamento e orientar decisões e ações no espaço urbano. É importante ressaltar que o autor se interessa pela compreensão de uma imagem ampla de cidade que abarcaria as transversalidades do aparecer da cidade sem se deter sobre as particularidades e nuances da experiência das pessoas. Ademais, Lynch reconhece que a imagem da cidade é sempre fragmentada e tem importância emocional e para a vida prática das pessoas. Isto porque estar perdido na cidade traz insegurança e evidencia dificuldades de deslocamento, reforçando, por outro lado, a importância do perder-se na cidade, como prática de ruptura com a reprodução de um cotidiano mecânico. Diferentemente desse autor, a tese não se propôs a compreender uma imagem transversal de Salvador, que representasse as qualidades e estruturas dessa para o leitor, mas sim apresentar as nuances e particularidades da experiência cotidiana da

cidade, por meio de suas ruas, enquanto partes integrantes de um espaço urbano simultaneamente fragmentado e articulado (CORRÊA, 1989).

A compreensão de Lynch (2008) de uma imagem da cidade fragmentada se aproxima das reflexões de Corrêa (1989), para quem o espaço urbano é reflexo e condicionante social; fragmentado e articulado, de modo que as percepções da cidade, mesmo que fragmentadas, pois nem todos vivem a cidade da mesma forma, são articuladas para formar uma compreensão unificada, totalizante, da cidade.

Segundo Lynch, a imagem da cidade é composta por cinco elementos estruturantes que são os limites, bairros, marcos, caminhos e pontos nodais. Os primeiros se referem às discontinuidades na paisagem da cidade, sendo mais percebidos os mais proeminentes, contínuos e que impedem a circulação, podendo ser naturais como rios e reservas de matas ou montes, mas também criados, como elevados de metrô, favorecendo também o processo de orientação na cidade. Os bairros, por sua vez, não correspondem às divisões administrativas da cidade, mas a partes da cidade as quais podem ser compreendidas como uma unidade a partir de uma característica comum que as unifica. Ao pensar na cidade, ou se deslocar por ela, o habitante tem a percepção de entrar ou sair de um núcleo coeso da cidade que seria o bairro, cujo centro é mais bem definido que suas bordas. Os bairros podem ser muito integrados à cidade, ao que Lynch chama de extroversão, ou voltados para “dentro”, ao que o autor alcunha de introversão.

Os marcos correspondem a pontos singulares da paisagem, são únicos e marcantes no contexto e externos às pessoas, posto que não há a possibilidade de “entrar” ou “sair” deles, como no caso dos bairros. A singularidade dos marcos pode ser estabelecida pelo contraste que estabelecem com o entorno ou por sua visibilidade a partir de diferentes pontos da cidade. Podem ter diversos tamanhos desde esculturas pequenas a grandes edifícios. Os marcos menos proeminentes são mais utilizados por habitantes da cidade, enquanto os marcos mais proeminentes são utilizados tanto por turistas quanto por residentes.

Já os caminhos são descritos por Lynch como canais nos quais as pessoas seguem normalmente ou potencialmente, compostos pelas ruas, passeios, trilhas, linhas de tráfego, canais etc., e são os elementos predominantes na criação da imagem da cidade, já que: “as pessoas observam a cidade enquanto a atravessam e conforme esses caminhos se organizam e conectam os demais elementos

ambientais”⁴⁸ (LYNCH, 2008, p. 62). Assim, os caminhos são “[...] os elementos urbanos predominantes, com importância variável de acordo com o grau de familiaridade com a cidade”⁴⁹ (LYNCH, 2008, p. 64). De acordo com o autor, quanto maior a familiaridade, maior a referência a ruas específicas e suas interações e, quanto menor a familiaridade, as referências se voltam para elementos mais amplos e menos específicos relacionados a representações de cidade. Nesta perspectiva, o fortalecimento de imagens sobre a cidade está associado à sua importância para o trânsito, à existência de especialização de comércio e serviços em determinadas ruas bem como a características espaciais específicas como a sua largura ou estreiteza.

Os pontos nodais, ou nós, são locais estratégicos da cidade, nos quais as pessoas também podem entrar e sair, pois são referências de localização, de idas e vindas na cidade, ou por se configurarem em confluência ou concentração de atividades e serviços. Os nós podem apresentar escalas diferentes, desde esquinas, praças, estações de transporte público até a própria cidade se a análise estiver sendo feita em escala regional.

No caso soteropolitano, destacam-se as avenidas de Vale e a Avenida Paralela como ruas largas e planejadas, assim como as ruas principais dos bairros populares e os becos e vielas do centro da cidade, posto que, em muitos bairros populares, os becos e vielas são a norma das ruas do bairro, diferenciando tanto no valor dos imóveis quanto em infraestrutura as casas da rua principal do bairro daquelas mais interiorizadas, já que nas ruas principais os imóveis geralmente são regulares, enquanto nas partes mais interiorizadas há tanto imóveis regulares quanto irregulares. Geralmente, as ruas principais de alguns bairros populares são aquelas onde o transporte público chega, denominando os “fins de linha” dos ônibus do transporte municipal. Os fins de linha funcionam como nós, nos termos de Lynch, exercendo centralidade nos bairros. Neste sentido, a prefeitura, tendo em vista tanto a arrecadação quanto a sucessão e o planejamento urbano, tem buscado a estratégia de regularização de imóveis na cidade por meio da Lei Nº. 9.281/2017 (SALVADOR, 2017a; SALVADOR, 2018; SALVADOR, 2019).

⁴⁸ Do original em espanhol: *La gente observa la ciudad mientras va a través de ella y conforme a estas sendas se organizan y conectan los demás elementos ambientales.*(LYNCH, 2008, p. 62)

⁴⁹ Do original em espanhol: *[...] los elementos urbanos predominantes, si bien su importancia variaba de acuerdo con el grado de familiaridad con la ciudad* (LYNCH, 2008, p. 64)

As fotografias da figura 16 evidenciam a forma urbana de partes menos valorizadas do bairro de Pernambués, nas quais as ruas se apresentam como escadas (a), travessas (b), e ladeiras que continuam em escadas para dar acesso à outras ruas (c).

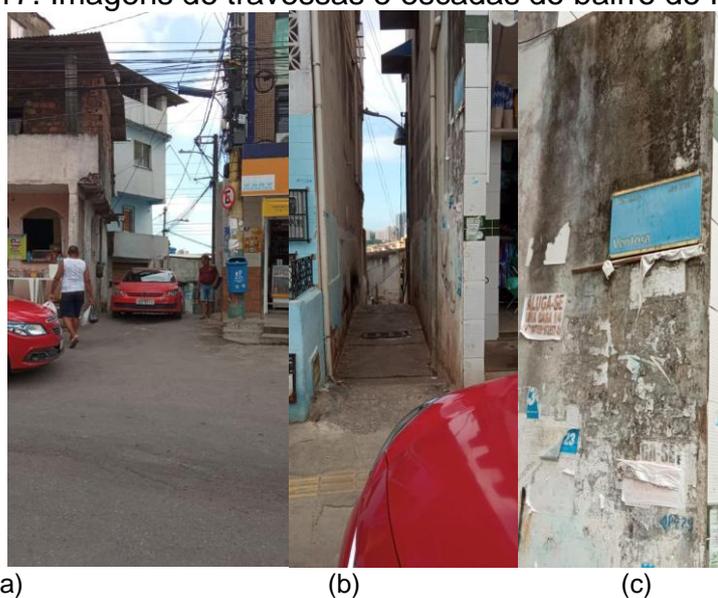
Figura 16. Imagens de travessas e escadas do bairro de Pernambués



Fonte: Alexandre Contreiras, 2021.

As fotografias da figura 17, por sua vez, apresentam mais imagens de ruas estreitas cujo acesso a carros é parcial ou inexistente (a) e (b). Em (c) encontra-se em destaque o nome de uma travessa.

Figura 17. Imagens de travessas e escadas do bairro de Pernambués



Fonte: Alexandre Contreiras, 2021

Figura 18. Fotografia do final da rua Escritor Edison Carneiro e do Largo da Ventosa, no final de linha de Pernambués.



Fonte: Alexandre Contreiras, 2021

A figura 18, acima, evidencia uma das ruas principais do bairro, com mais infraestrutura, presença de calçadas e alguns estabelecimentos de comércio e serviços.

Lynch (2008) destaca a importância de imagens claras dos caminhos como fundamentais para a clareza das imagens da cidade de modo que “quando os caminhos principais careciam de identidade ou eram facilmente confundidos entre si, toda a imagem da cidade apresentava dificuldades”⁵⁰. Os caminhos que detêm continuidade de pavimentação, largura, nomenclatura e ordenamento, como arborização, fachadas e passeios, são considerados mais confiáveis pelas pessoas do que aqueles com descontinuidades. Isto porque os caminhantes desejam saber de onde saíram e para onde estão indo, dando ao observador a sensação de conhecer a cidade, bem como as distâncias percorridas. A separação dos caminhos em relação aos elementos circundantes e a presença de curvas abruptas favorecem a sensação de separação entre os caminhantes e o espaço urbano e um desalinho na percepção da imagem da cidade que aparece como ruptura ou cisão.

Em termos de direcionamento, Lynch (2008) afirma que a ausência de sinalizações claras dificulta a movimentação na cidade, pois cria uma pressão de identificar muito abruptamente as curvas e alterações do caminho durante os

⁵⁰ Do original em espanhol: *Quando las sendas principales carecian de identidad o eran confundidas facilmente entre si, toda la imagen de la ciudad presentaba dificultades.* (LYNCH, 2008, p. 68)

deslocamentos. Na falta de orientação, até mesmo motoristas experientes têm conhecimento fraco das vias urbanas.

No caso soteropolitano, soma-se às placas mal localizadas ou inexistentes as inúmeras curvas nas avenidas da cidade, que fazem a direção exigir experiência do motorista. Salvador aparece, muitas vezes, como um labirinto de ruas e curvas cuja orientação está vinculada às vias principais, como as avenidas de vale e as principais ruas dos bairros. Para o imigrante, a caminhada funciona como descoberta da cidade. Os referenciais do transporte público podem garantir, por outro lado, a segurança para conseguir re-situar-se na cidade e obter informações sobre ela. A entrevistada 8 explicita o processo de localização na cidade por meio das estações de transporte:

Não, não. Andei, porque inicialmente eu era uma pessoa desempregada e só tinha dinheiro para andar de ônibus e voltar de ônibus. Então todas as minhas recorridas eram andando. Fui na cidade alta, baixa, do Pelourinho para o terminal da Lapa, tudo isso andando. E eu estou vendo, olhando, admirando tudo. [...] Eu me sentia bem, eu me sentia em descoberta. Meus neurônios e meu cérebro estão totalmente abertos descobrindo tudo, lendo tudo, olhando para cá, olhando para lá. Inclusive quando chegou a vacina, Val pegou ônibus para a Lapa, sempre vai para a Lapa [risos], eu vou vendo o trajeto pela janela. Entrevistada 8.

I Interlúdio: Entre ruas e nós

Encontrar um migrante em Salvador é também me encontrar. Soteropolitana migrante, pensar em me locomover em Salvador sempre foi um mistério. Na infância, vivida entre idas e vindas e inúmeras mudanças, a cidade era um charada: um labirinto por onde entrava em portais misteriosos que me ligavam enigmaticamente do Vale do Canela para Ondina ou Graça, com curvas e caminhos desconhecidos que me apresentavam uma cidade imensa e indomável. Um porto de chegada para a Bahia e a família, um porto de mudança para alhures.

Mudança.

...

Mudança.

...

Mudança? De novo, não.

De volta, aos dezessete, decidi ficar até completar a formação e até quando... quem sabe? Até ser com Salvador e construir vínculos de amor e amizade fortes na cidade, até ser parte dela e ter histórias para contar, até entender... quem eu sou e quem sou eu com a cidade? Daí vem uma tese com a rua?

Perdida em Salvador vou para a Lapa, perdida em Salvador vou para a Estação Pirajá, perdida em Salvador vou para Orla, para os shoppings, pois de lá sei me reencontrar, a ansiedade e o medo de me perder sozinha, mulher, adolescente na cidade, vivido junto ao anseio de domar a cidade.

Mudança.

Lynch (2008) identifica os elementos estruturantes da cidade a partir da experiência urbana das pessoas e, nesse processo de criação da imagem da cidade, o caminhar é uma das ferramentas que revelam a relação entre “eu” e a cidade nas suas múltiplas perspectivas. Seja ela de orientação e locomoção, formando a imagem da cidade, seja pelas experiências cotidianas que perpassam tanto as táticas de contemplação e subversão do cotidiano quanto as alienações da vida e do espetáculo, desvelando as possibilidades de habitar a cidade em diferentes contextos e circunstâncias. A caminhada, como parte da vida urbana, pode nos mostrar nuances da relação espacial mais fundamental entre as pessoas e o mundo e, além disso, a caminhada permite que sejamos parte da cidade porque é na perspectiva da rua que a compreendemos e elaboramos imagens desta.

É importante destacar que o planejamento urbano e as diversas transformações pelas quais passam as cidades envolvem a coletividade dos habitantes, de modo que projetos que envolvem mudanças implicam em “tocar” o horizonte de antes das pessoas, as suas memórias e histórias, posto que quando um prédio ou uma árvore é demolido ou arrancada isso envolve a criação de cicatrizes na memória da cidade, porquanto na medida em que a memória, vinculada à dimensão espacial e temporal da experiência, é deslocada, perdendo parte de sua materialidade e se tornando parte da trajetória, da história e da narrativa de vida dos entrevistados, mas cujo rebatimento espacial se localiza em registros e representações.

O planejamento urbano, quando favorece a criação de marcos na paisagem, o planejamento de caminhos e a orientação na cidade, tem rebatimento direto na vida

das pessoas. Ademais, deixa de ser uma abstração teórica para se tornar referência para a construção de memórias, influenciando na forma como as pessoas lidam e elaboram a sua experiência de cidade e de rua.

Assim, o planejamento urbano deve estar voltado não apenas para a caminhabilidade, mas também para a qualidade de vida e a sustentabilidade das cidades, favorecendo uma diversidade de possibilidades para habitá-las. O debate sobre a qualidade de vida e a sustentabilidade das cidades, centrado na possibilidade de habitar as ruas com segurança, vinculado à diversidade, ao encontro com o diferente e à heterogeneidade (ONU-HABITAT, 2013, SENNETT, 1970, SPECK, 2015; GEHL, 2014; JACOBS, 2007), se destaca em termos de planejamento a partir da possibilidade de utilização da ideia de habitabilidade (*liveability*) por parte da gestão (STOUGAARD, 2016). De acordo com Stougaard (2016), o conceito de habitabilidade não é um consenso, e, muitas vezes, é desconhecido, por isso a autora busca aclarar o conceito e torná-lo operacional para o planejamento urbano, ainda que como um pontapé inicial que deve ser aprimorado e revisitado.

Stougaard (2016) parte das ideias de Appleyard e Lintel (1972 *apud* STOUGAARD, 2016) e dos rebatimentos que as pesquisas desses autores têm para os estudos de habitabilidade, notadamente as pesquisas de Bosselmann, Macdonald e Kronmeyer (1999 *apud* STOUGAARD, 2016). O autor parte, no âmbito da Geografia, das ideias de Pacione (2001 *apud* STOUGAARD, 2016) e, com relação à base de aplicabilidade do conceito, se baseia na obra de Van Dorst (2012 *apud* STOUGAARD, 2016).

Para Van Dorst (2012 *apud* STOUGAARD, 2016), a habitabilidade apresenta três aspectos: a habitabilidade percebida, “a apreciação do indivíduo do seu ambiente”⁵¹ (VAN DORST, 2012, p. 225 *apud* STOUGAARD, 2016, p. 25), cujo método de pesquisa seria “[...] o de conduzir uma pesquisa e perguntar aos cidadãos o que eles apreciam no seu bairro” (STOUGAARD, 2016, p. 25)⁵²; a habitabilidade presumida, por sua vez, corresponde à série de elementos ou requisitos considerados basilares para o bem estar da população, mas cuja efetividade ainda não pode ser provada; e a habitabilidade aparente, que está relacionada a uma compreensão ótima

⁵¹ Do original em inglês ‘the individual’s appreciation of his or her environment’ (van Dorst 2012, 225 *apud* STOUGAARD, 2016, p. 25).

⁵² Do original em inglês: *The method used, is to conduct a survey and ask the citizens what they appreciate in their neighbourhood* (STOUGAARD, 2016, p. 25).

de ambiente para a vida das demais espécies animais, mas cuja definição para a humanidade é difícil, e estaria relacionada ao “[...] equilíbrio perfeito entre a habitabilidade percebida e a habitabilidade presumida” (STOUGAARD, 2016, p. 25)⁵³.

A perspectiva da habitabilidade permite uma reflexão sobre a cidade a partir da perspectiva das pessoas, não estando fundada na perspectiva modernista das grandes obras, mas, sim, nas pequenas mudanças necessárias para tornar o espaço urbano seguro e vivo, contemplando as necessidades básicas para uma habitabilidade das cidades de acordo com a perspectiva de Van Dorst (2012 *apud* STOUGAARD, 2016) e Appleyard e Lintel (1972 *apud* STOUGAARD, 2016): saúde e segurança, prosperidade material (atacando a desigualdade de renda e desigualdade de felicidade), relações sociais, controle (vinculado à percepção de liberdade), contato com a natureza. Esses critérios, por sua vez, coadunam com a perspectiva da caminhabilidade vinculada a cidades sustentáveis, segundo Speck (2015), Gehl (2014) e ONU-habitat (2013).

Além da caminhada se configurar como uma possibilidade de habitar as cidades tornando-as mais vivas, ela muitas vezes se torna indispensável pela falta de opção para acessar outros meios de transporte, como já mencionado, na discussão sobre a lógica do automóvel. De acordo com dados da prefeitura de Salvador, de pesquisa realizada em 2012, mas publicada em 2017 no Plano de Mobilidade Urbana de Salvador, mesmo diante da precariedade de calçadas, faixas de pedestres e o privilégio historicamente dado ao automóvel no planejamento da cidade, 38% das pessoas realizam seus deslocamentos exclusivamente a pé na Região Metropolitana de Salvador (RMS) (SALVADOR, 2017b).

Os relatos das entrevistas, especialmente o do entrevistado 6, evidenciam a importância da caminhada e de observar a rua para compreendermos momentos distintos da vida cotidiana, revelando contextos nos quais predominam a vivência e a reprodução do cotidiano, bem como momentos nos quais prevalecem a vivência e o inusitado no dia a dia.

Eu lembro que uma vez eu fiz uma reflexão, não sei se eu tava ouvindo uma música e tal, e eu passei a observar as pessoas com pressa, enfim. Fiz uma reflexão sobre isso, uma palavra até que eu, depois, vi

⁵³ Do original em inglês: It is essentially the perfect balance between perceived liveability and presumed liveability (STOUGAARD, 2016, p. 25).

na igreja, mas como muitas vezes, as pessoas tão ali, né? Tão nas suas vidas, tão com pressa, as pessoas cansadas, agoniadas, isso eu já observei e acho que é assim mesmo. Eu sou muito, no sentido de observar, tipo, de olhar, assim, na passagem. Enfim, as pessoas trabalham, né? Trabalham bastante, os vendedores ambulantes, as histórias, talvez, era uma das coisas de ônibus que me chamavam atenção, né? As histórias que sobem nos coletivos, isso me chamava bastante a atenção, as de talentos que subiam, as histórias de vidas que subiam, enfim. Entrevistado 6.

Aparecem ainda nas entrevistas, a pausa nas caminhadas ou na rotina de observação da cidade vinculadas ao consumo e à observação do inusitado, como resposta à pergunta “o que está acontecendo aqui?”, de modo que é a situação que define a pausa ou o despertar para a percepção de mudanças na paisagem, como a identificação de pixos e grafites, a demolição de edifícios, o corte de árvores, a passagem de um carro de vendas na rua, os gritos de um vendedor em uma loja.

Eu contei a história muito animada para meu marido [trecho inaudível], aí ele falou assim pra mim, como quem diz “não tô entendendo isso”. E uma vez foi que eu tava de ônibus, eu fui para a parada gay. Chamei todo mundo pra ir, ninguém quis ir comigo. Eu digo “Ah, então tá, eu vou só”. E aí eu fui de ônibus, só que quando chegou lá, tinha alguma coisa assim que eu queria, e aí eu comprei essa coisa. Eu não me lembro direito o que era, acho que era algum enfeite, lá, que tava vendendo e eu comprei. E aí eu fiquei com o dinheiro certinho do ônibus, mas aqui o dinheiro do ônibus eu deixei, né? Aí eu peguei o ônibus, o ônibus ia pela orla. Quando eu estou passando ali pelo Costa Azul, tô vendo todo mundo, assim, olhando, “é o que?”. É uma baleia. Tinha uma baleia ali no Costa Azul, eu nunca tinha visto uma baleia. Eu peguei e não contei conversa, desci do ônibus e fui ver a baleia, eu vi a baleia, só que eu não tinha dinheiro para voltar para casa porque eu tinha gastado o dinheiro, acabou [risos]. Aí eu digo “Ai, meu Deus, o que é que eu faço?”. Aí o que foi que eu fiz? Eu peguei, entrei e falei para o cobrador que eu não tinha dinheiro [risos]. E aí ele fez “Não, entre pela frente”, aí eu entrei pela frente. Aí meu marido fez assim: “Eu não acredito que você fez isso. Como é que você faz isso? Isso não existe!”. Aí, é uma forma diferente, né, de você pensar. Pra mim, era uma oportunidade de ver aquela baleia, então eu fui. Como é que eu voltava para casa, depois eu ia ver como é que eu ia fazer isso. Então tem muito isso. Eu acho que tem muita riqueza nesse caminhar. Entrevistada 2, Rosana Paulo.

Aí por exemplo, quando eu tô andando, que fica aquelas pessoas na porta da loja chamando “Entra!”, batendo palma, para gente entrar na loja e aquilo ali me chama atenção, também, entendeu? Acho legal. Às vezes ficam algumas com microfone, outras botam aquelas roupas com aquelas perucas, né, meio maluco para chamar atenção. Aí isso chama atenção, realmente. Entrevistada 1.

Cê viu, aí tipo, eu vivia conversando com uma pessoa que eu tenho muita estima, aí eu passei por um lugar e pensei, acredite, eu pensei:

“porra, tiraram minha árvore favorita”, eu tenho dessas, viu? Árvore favorita, banco favorito, geralmente com coisas da natureza. “Aquela pedra ali é a minha pedra favorita, que é a pedra mais bonita que quando a maré bate, a maré faz um negócio diferente que parece um... [trecho inaudível].” Eu tava passando, foi até com minha companheira atual e aí ela fez assim: “porra, tiraram minha árvore favorita dali velho, todas as vezes que eu passava por aquela árvore eu sorria e ficava imaginando não sei quantos gnomos e ‘bararara’”. Olhei pra cara dela: “você tá de sacanagem?”, ela fez assim: “não tô de sacanagem, tô falando sério” e eu pensei exatamente a mesma coisa, fiz: “porra velho, como é que puderam arrancar aquela árvore ali velho? Porra, todas as vezes que eu passava por aquela árvore eu achava aquela árvore massa, cheio de espinhozinho assim e tal, arrancaram a árvore, maluco”. E talvez tivessem arrancado aquela árvore ali há um milhão de anos, mas eu só notei porque eu parei, na rua, andando e vi que a árvore não tava ali, mas nem todo mundo tem essa sintonia, tem gente que tá mais apressado com o ponto de chegada: “porra vei, quando a gente chegar lá na Barra, vou dar um 50 mergulhos, não sei o que”, às vezes vai estar uma porcaria, um milhão de pessoas ali mergulhando e você não vai ter tempo e vai ser horrível. Quando no meio da rua você vai notar que tem uma árvore que abdicou, tem aquele pé de Flamboyant que, não é janeiro, Flamboyant deu flor, é amarelo, então parece um tapete amarelo e você nem nota, cê tá preocupado com o ponto de chegada. Por isso que, as vezes é bom ficar sozinha e fazer essas reflexões. Entrevistada 5.

Para mim psicologicamente. Eu vejo pessoas, os vizinhos. Se tiver que falar eu falo com um, falo com outro. Para mim é importante para a minha mente, para a minha cabeça. Eu fico super bem. Eu só não fico bem se eu ficar isolada sem me comunicar com ninguém, aí me bate uma angústia. Conversar com uma pessoa, falar um “tudo bem? Como é que vai?” é bom. Ver pessoas, falar com pessoas faz muito bem para mim. Entrevistada 3.

Assim, tanto o inusitado quanto a maior familiaridade, como apontado pela entrevistada 3 (aposentada), indicam que a pausa, as relações estabelecidas com a cidade estão ligadas à pausa, a disposição de ser com a cidade, de ver e reparar o que está acontecendo, como menciona a entrevistada 2, Rosana Paulo, citando Saramago “se podes ver, repara”.

As citações acima evidenciam também a construção de paisagens sonoras na cidade que, de acordo com Kozel e Torres (2010), são fundamentais para dar identidade ao lugar. Isto porque os sons da cidade, que podem ser, de acordo com os autores, de animais, de fenômenos da natureza, de objetos técnicos feitos pelos humanos e os sons dos próprios humanos, permitem a criação de memórias afetivas, conferindo familiaridade e força de lugar à rua e à cidade pela atmosfera criada a partir da conjunção entre o visível e o invisível na paisagem:

Eu acho, assim, sensacional os vendedores, esses vendedores que passam pela rua. Aqui a gente não vê tanto isso, mas [trecho inaudível] eu me lembro que tinha uma mulher que ela passava todo sábado mercando, né? “Olha aí, o molhadinho de coco! Tem beijuzinho e tem lelê!”. Não sei isso aí ainda existe, né? E ela passava mercando os produtos dela, e era todo sábado. Tinha beiju, tinha lelê, e minha mãe sempre comprava para mim, um molhadinho de coco, beiju, lelê, mas eu nunca via a mulher, nunca via a mulher, porque eu tava sempre dormindo. Eu tava na cama e via ela cantando. Eu disse “Um dia eu vou levantar e vou ver essa mulher, eu quero ver a cara dessa mulher”. Eu era muito jovem, nem escrevia ainda, mas eu queria ver, mas nunca vi. Aí depois de um tempão, eu já estava com os meninos, já estava escrevendo, passei um dia na casa de minha mãe, né, dormi na casa de minha mãe de sexta para sábado, e aí eu vi a mulher cantando. “Olha aí o molhadinho de coco, tem beiju...” eu digo “Não é possível! Minha mãe, essa mulher ainda tá vendendo?”. Aí minha mãe pegou... “Ah, eu quero ver a mulher”. Aí minha mãe chamou a mulher e tal para poder comprar, e aí eu fiz “Ah!”, mas quando eu olhei para mulher, eu digo “Oxente, a mulher é jovem, assim, né, pra aquele tempo todo?”. E aí a mulher falou que ela era filha daquela outra. A outra já tava velhinha, e ela agora que tava fazendo isso. Entrevistada 2, Rosana Paulo.

Fica patente que, mesmo as relações estabelecidas com a rua voltadas para o consumo não se esgotam em consumir quando há tempo para demorar-se, de modo que uma caminhada para comprar pode ser uma justificativa irrefletida para também refletir sobre si, sobre o mundo. Nas atividades mercantes de rua há a oportunidade de nos voltamos para o horizonte de antes, para as protensões de passado-presente, com as marcas da colonialidade que anunciam permanências e elementos estruturantes da cidade da Bahia.

Para fazer parte da atmosfera da rua, sendo um com ela, o que traz à baila a atualidade das reflexões sobre a caminhada e o seu potencial de subverter o estabelecido e dar nova cor ao dia a dia na cidade:

E é uma maneira também que tem, que você que tá ali na rua, às vezes você sai angustiada, aí chega uma pessoa “Venha cá! Venha para ver isso, ver aquilo e tal, entra aqui”. Aí eu acho que é uma maneira que eles têm de chamar sua atenção, porque se eles não fizerem a gente passa andando e nem para dentro da loja a gente olha. E quando eles chamam a atenção da gente já para aquilo, aí eu acho que é uma maneira que tem deles venderem um produto deles, chamar atenção para que a gente vá lá e olhe, né, para a loja dele. Entrevistada 1.

A rua, mais do que voltada para o comércio e para as atividades cotidianas, assume papel central para pensar o planejamento urbano do século XXI, como apontam ONU-Habitat (2013), Gehl (2014) e Speck (2015). No entanto, no contexto de cidades que fazem parte da periferia do capitalismo, como Salvador, a possibilidade de tornar as ruas mais caminháveis se vê ameaçada pela violência, como explicitado pelos dados do Atlas da Violência, publicado em 2019 (CERQUEIRA, et. al. 2019) e pela Secretaria de Segurança pública da Bahia (SSP-BA, 2020a; 2020b). O medo faz com que as entrevistadas 1, 2 e 3 optem por deixar de sair de casa ou diminuam e até mudem a forma como caminham na cidade. Os relatos de assaltos e a própria experiência de episódios de violência em ônibus, com mais de mil e quinhentas ocorrências de roubos a ônibus registradas em 2020 (SSP-BA, 2020a; 2020b) se tornam empecilhos para o habitar livremente a cidade.

Considerando a relação entre memória e imaginação, a distância entre um mundo seguro e a escalada da violência levam a entrevistada 7 a imaginar a cidade que lhe apraz como uma cidade mais rural, com menos infraestrutura, mas com mais segurança e com relações de vizinhança mais fortes, nas quais a expropriação do tempo e do espaço estejam menos marcadas. Nesse sentido, o habitar as ruas em Salvador aparece como uma resistência e também como estratégia de sobrevivência:

E: Ah, eu queria que fosse tranquila. Que fosse uma rua tranquila como era antes. Apesar de ser mato, ser tudo parecendo uma roça, era bem melhor. Mudou bastante, bastante, bastante.

C: E você vê alguma diferença, por exemplo, antes da gente começar você tinha me falado que andava muito para resolver as coisas, que, tipo assim, você tinha que resolver umas coisas e você dava aquelas “paletadas”. Por que é que você dava as “paletadas”?

E: [...] Para poder alimentar minhas filhas. Como eu trabalhava e ganhava pouco, eu tinha que pagar aluguel, quando o pai delas foi embora, uma tinha 10 anos e a outra estava com 8 anos, aí eu não podia largar assim. Quando não tinha às vezes comida, aí eu tinha que trazer comida do trabalho, quando não era assim eu pegava meus valesinhos – porque eram os vales, os *tickets* – aí comprava pão, comprava farinha, comprava ovo, comprava umas besteirinhas e cada dia comprava uma coisa. Só não passavam fome as minhas filhas, mas era uma paletada⁵⁴. Porque eu trabalhava no Arraial do Retiro e ia até o Tancredo Neves. Entrevistada 7

⁵⁴ “Paletada” é uma gíria baiana que se refere a uma caminhada de longa duração e grande distância com ou sem motivação aparente.

A caminhada e o habitar as ruas da cidade, suscitam o tempo inteiro a dialética entre memória e imaginação, isso porque muitas vezes imaginar uma cidade acessível ou inteligente, como faz a entrevistada 8, é também uma forma de recuperar a memória urbana, especialmente a partir da compreensão de que a cidade conta com uma infraestrutura deficitária de acessibilidade para crianças, idosos, deficientes físicos e cegos, que faz cadeirantes competirem com carros no centro da cidade e cegos dependerem da ajuda de terceiros para se locomoverem (VAZ; FREIRE, 2021):

E: Eu vejo uma cidade mais tecnológica, mais avançada, mais inteligente. Que podemos resolver com um clique no celular, pedir alguma coisa e tudo chega em casa. Você precisa ter o endereço e muitas vezes não está lá. Porque eu falava porque não tinha o crédito no celular, mas você pode descarregar um aplicativo ver qual ônibus passa, qual é a rota, tudo está mais certinho. Então o contato com as pessoas fica um pouco mais desligado, porque se sente mais conectado a esse mundo virtual.

C: E como é que seria para você a cidade dos sonhos? Tipo assim, se fosse uma cidade que fosse para ser a cidade dos meus sonhos ou a rua dos meus sonhos, como é que seria isso?

E: A cidade inteligente onde tudo seja com tecnologia. Tipo – não sei se aqui fala – supersônico. Digital, toda tecnológica, seria as ruas dos meus sonhos. [risos]. Entrevistada 8.

A falta de estrutura urbana que facilite o habitar a cidade pelos idosos é uma forma de negação da memória e de dificultar o acesso dos mais velhos e de pessoas com deficiência à rua e aos espaços públicos. Ao mesmo tempo em que essa negação da memória é também uma negação da criação de novas memórias e da imaginação de cidade pela diminuição da quantidade de crianças na rua, devido à sensação de insegurança ou à falta de tempo/interesse de estar nas ruas com as crianças por parte dos responsáveis. Assim, a falta da dialética entre memória e imaginação no planejamento urbano dificulta o exercício de uma imaginação produtiva da cidade (RICOEUR, 1975 *apud* TAYLOR, 2006; 1986), tendo em vista uma cidade obra (LEFEBVRE, 2011).

Pensar a cidade e a rua sem a memória eleva ao ápice a cidade funcional e dificulta a vontade de ocupar/habitar o espaço urbano. A cidade se torna inabitável (negação existencial) – a ocupação ou não ocupação revela o anti-urbano como prenúncio de uma distopia evidenciada pelos entrevistados:

Poxa, eu acho que Salvador também é um caso perdido, viu, filha? Porque depende de um prefeito, depende de um governador, depende

das pessoas maiores. Agora, só Deus pra dar jeito neles todos e eu acho que o jeito que Deus vai dar não é mais com a calma, uma cidade ótima. Eu acho que Salvador, também, não tem mais uma segurança, não posso nem mais ir em lugar nenhum, tudo que se procura em Salvador não encontra. A gente procura saúde não encontra, nada da parte da saúde não se encontra, a gente só encontra só particular, particular a gente não pode. Como é que fica? Salvador vai ficar bom quando? Nunca. Entrevistada 9.

Appleyard, na década de 1970, já destacava que, no geral, as expectativas das pessoas estão voltadas para os pequenos resultados, assim, muitos entrevistados destacam mudanças que favoreçam a segurança, a vida urbana, o verde. As entrevistas corroboram as conclusões do autor e mostram que a expectativa das pessoas com relação a ruas habitáveis não é relacionada a intervenções de monta que transformem completamente a paisagem urbana, mas sim, a pequenas intervenções que favoreçam o encontro.

Certo. Eu queria que tivesse um parque, né? Um parque para que as crianças pudessem brincar e se divertir. Eu queria que tivesse um jardim, né, para que a gente pudesse colocar uma esteira e sentar para bater papo, né? Queria que tivesse uma praça com tudo isso. Um parquinho para criança, um lugar onde a gente pudesse colocar uma esteira, ou um banco pra gente sentar, bater papo. Isso aí seria a cidade dos sonhos, que não tivesse violência. Entrevistada 1.

Desse modo, o habitar, a caminhabilidade e a caminhada na cidade ganham um triplo horizonte de investigação sobre a rua:

a) um sentido vinculado ao planejamento: que favoreça o habitar, a memória e a diversidade na cidade; tanto em termos de respeito aos idosos como detentores de um conhecimento situado e contextual, quanto em termos de preservação e reconhecimento das diferentes influências e origens da cidade. Assim, respeitando-se a memória, se torna possível imaginar os futuros possíveis;

b) um sentido vinculado à experiência urbana: à possibilidade de habitar as ruas e a cidade de forma ampla, refletindo sobre quem eu sou e como sou com a cidade, possível a partir de um demorar-se nas ruas, de perder-se e encontrar-se nelas;

c) um sentido vinculado à possibilidade de romper e ultrapassar o espetáculo: favorecendo o estabelecimento de outras formas mais solidárias de ser com a cidade e os outros.

9 OS SENTIDOS DA RUA: NARRATIVAS DA RUA E DA CIDADE

As ruas permanecem lugares de desejo e pavor, prazer e dor, fantasia e medo, sua história é repleta desses paradoxos e tensões.⁵⁵

(Peter Jackson)

A narrativa exerce um papel de articulação entre indivíduo e coletividade, transmutando eventos, a memória destes enquanto presente-passado e a compreensão destes no presente-presente, haja vista que se transmuta situadamente no aqui e no agora, de modo que a compreensão das ruas e da cidade se dá no tensionamento entre narrativas e trajetórias de vida individuais, mediadas por suas circunstâncias particulares e de rebatimentos no coletivo (BACHELARD, 2012; BENJAMIN, 2012a; LOWENTHAL, 1961; ORTEGA Y GASSET, 2010; RICOEUR, 1994).

A narrativa se dá sobre a matéria-prima da experiência e essa é preservada por meio da narrativa, por contar algo que de fato aconteceu, sem, no entanto, espelhar o acontecido. Com o aprofundamento da modernidade e da narrativa, a necessidade de comunicar a experiência de mundo assume outras dimensões como o registro fotográfico como “prova” da presença, prova da experiência e do registro diante da fluidez do mundo. Assim, evidencia-se a atualidade das ideias de Benjamin, já que não é a experiência *per se* que importa, “[...] mas o tecido de sua lembrança, o trabalho de penélope da reminiscência” (BENJAMIN, 2012a, p. 38).

Benjamin, ciente da impossibilidade de permanência da narrativa tradicional como método de narrar a vida no âmbito da modernidade, anuncia a crise de representação das experiências de mundo que passam a assumir outros contornos na modernidade, especialmente pela possibilidade de reprodutibilidade técnica. Assim, o autor ressalta a importância do romance, na medida em que o centro do compartilhar dos eventos deixa de ser a comunidade e se torna o sujeito, sublinhando a perda da aura como possibilidade de outro futuro e outras formas de compartilhar a experiência de mundo. E, com o aprofundamento da modernidade, as formas de compartilhar se tornam mais instantâneas e menos elaboradas, pois passam a pulular imagens do mundo que querem tudo dizer e até o mundo vender (com se vê com a

⁵⁵ Do original em inglês: *The streets remain places of desire and dread, pleasure and pain, fantasy and fear, their history is full of such paradoxes and tensions.* (JACKSON, 2006, p. 173)

criação de índices como a *instagramabilidade*⁵⁶), mas estas formas não implicam necessariamente em reflexão e elaboração de mundo, pois como, aponta o autor, “a fala conquista o pensamento, mas a escrita o domina” (BENJAMIN, 2012b, p. 30).

No entanto, muitas vezes o mundo compartilhado pelas pessoas nas redes sociais dispensa, inclusive, a legenda, estando a cargo da imagem uma representação totalizante da experiência humana. Assim, mais uma vez, manifestam-se outras nuances do espetáculo e da expropriação do homem no mundo, trazendo o pêndulo da dialética entre vivência e experiência para muito próximo da primeira, preenchendo o tédio com imagens de mundo e de consumo tão intensamente que “fecham” uma das portas heideggerianas de encontro com o ser, o tédio. Esse mesmo tédio, entendido por Benjamin 2012a como “[...] o pássaro onírico que choca os ovos da experiência. O menor sussurro o assusta” (BENJAMIN, 2012a, p. 221). E, no contexto da modernidade, para o autor, as situações que possibilitam o tédio estão entrando em extinção na cidade e no campo.

Mas, dialeticamente, o processo implica também, muitas vezes, em um aumento da angústia que, segundo Heidegger (2014), é outra das portas de abertura para o ser. Portanto, qualquer abertura só se torna possível diante do demorar-se sobre o mundo e si mesmo, o que muitas vezes é limitado pelas redes sociais que funcionam como anestésicos. Assim, a dialética entre vivência e experiência, entre compartilhar as experiências como troca e compartilhar como satisfação egóica individual, marca as possibilidades do contar e compartilhar as experiências de rua e de cidade (BENJAMIN, 1994; 2000; 2006a; 2006b; 2006c; 2012a; 2012b; LIMA; BAPTISTA, 2013).

Neste contexto, as ruas são uma das escalas que permitem recontar a história da cidade e a história das pessoas, sendo uma das possíveis ferramentas para abocanhar o tigre e interrelacionar presente e passado, tempo e espaço, enquanto dimensões fundamentais da experiência humana. Nas narrativas e representações sobre a cidade, tanto as ruas quanto as pessoas e a própria cidade se renovam e se transmutam no processo de constituição, validação e/ou negação de experiências

⁵⁶ A *instagramabilidade* é um fenômeno relacionado à influência das redes sociais na escolha de destinos, comércios e atividades, por meio das imagens postadas na rede social *Instagram*. Silva (2020) evidencia a escolha de destinos de férias pela possibilidade de visitar lugares que tenham a possibilidade de fazer boas fotos para serem compartilhadas nessa rede social. Ademais, a autora aponta que digital influencers no *Instagram* influenciam efetivamente seus seguidores a querer visitar os lugares aos quais eles já visitaram, movimentando o interesse por diferentes destinos turísticos.

urbanas compartilhadas (BENJAMIN, 1994; 2000; 2006a; 2006b; 2006c; 2012a; 2012b; RICOEUR, 1994).

A rua aparece como ruas que marcam trajetórias de vida na cidade, caminhos percorridos, eventos topofílicos e topofóbicos, que são marcas do habitar cotidiano e que lugarizam com mais ou menos força partes da cidade para as pessoas que nela vivem. As ruas são também significadas pelas narrativas compartilhadas entre pessoas, sendo paisagem das histórias de amigos e familiares, tanto para situações positivas quanto negativas (BACHELARD, 2012; MARANDOLA JR., 2014; RELPH, 1976; SERPA, 2013; TUAN, 2012).

Inegavelmente, compreensões das ruas estão intrinsecamente relacionadas às representações feitas delas, criando imagens, enquanto descrições, características de partes da cidade, com sons, cheiros e cores que, no processo de habitar, favorecem a identificação das ruas e a sensação de familiaridade, pertencimento e também de risco (LEFEBVRE, 2006; LYNCH, 2008; MARANDOLA JR, 2014, SOUSA, 2010; TORRES; KOZEL, 2010).

De mais a mais, a compreensão do que é rua e seus sentidos e significados para as pessoas depende de uma negociação feita no dia a dia da vida na cidade, das experiências compartilhadas, das narrativas construídas, seja pelos habitantes que, na convivência cotidiana, criam, validam e negam os códigos de convivência, seja por instituições de Estado ou pela mídia, que apresentam formas de ver as ruas e, por vezes, alinhavam narrativas específicas sobre elas, tanto para evocar a memória da cidade, quanto para demarcar zonas de risco ou para normatizar comportamentos de uso e apropriação (BACHELARD, 2012; BENJAMIN, 2012a; ORTEGA Y GASSET, 2010; RICOEUR, 1994; SILVA, 2019) .

Considerando as ruas como parte da cidade, é importante apontar, junto à Corrêa (1989), que a rua explicita os quatro elementos constituintes do urbano: é fragmentado e articulado, reflexo e produto social. As ruas, como parte do espaço urbano, são, portanto, fragmentos da cidade, sempre articulados para constituir caminhos a seguir, para orientar a constituição de uma memória individual e coletiva da cidade, para evidenciar problemas urbanos do cotidiano, para ressaltar potencialidades e momentos de esperança no dia a dia. Assim, as ruas orientam a constituição da dialética entre memória e imaginação da cidade porque possibilitam habitá-las numa perspectiva de tensionamento entre público e privado, sendo a rua algumas vezes uma extensão da casa, outras vezes a casa e outras vezes ainda o

mais distante e exterior dos lugares um quase sem-sentido do habitar o urbano (BACHELARD, 2012; BENJAMIN, 2012a; MARANDOLA JR, 2014).

As ruas também são reflexo e produção social porque revelam o processo de formação socioespacial da cidade, sendo frutos do próprio processo do habitar humano e dos tensionamentos entre as distintas relações e dimensões do poder de decisão, deixando palpáveis as diversas disputas, opressões e resistências sociais na cidade (COMPANS, 2005; JACOBS, 2007; HOLSTON, 2013; RAMOS, 2013; SÁNCHEZ, 2010; SANTOS, C., 2012).

São essas facetas da rua como elemento constituinte do urbano que permitem que ela se deixe vislumbrar como uma escala de pesquisa por Fleury (2004) e ser tratada por Carlos (2007) como algo que nos permite compreender a dimensão do vivido, materializando as contradições do modo de produção capitalista e da tensão entre a tecnologia, a técnica e a vida urbana, apresentando sentidos próprios que, longe de se esgotar em si mesmos, abrem para as infinitas possibilidades de aparição da rua por parte dos habitantes da cidade e daqueles que a estudam.

Os sentidos elencados por Carlos (2007) (a rua como passagem, a rua *per se*, mercado, reivindicação, moradia, territorialização e disputas de poder, segregação, encontro) se complementam na busca de metodologia empreendida por Fleury (2004) e com as perspectivas que compreendem a rua como *lócus* da descoberta do urbano por meio das caminhadas, de habitabilidade na cidade e planejamento urbano e também os estudos de arte urbana e percepção individual da cidade (BRITO; 2017; DIAS, C., 2016; GEHL, 2014; RAMOS, 2013, SANTOS, C. 2012).

O próprio sentido da rua é conquistado ao longo das entrevistas que funcionam como um processo de reflexão e descoberta por parte dos entrevistados de sua própria experiência de rua e de cidade na medida em que compartilhá-las e narrá-las reavivam as memórias dos eventos marcantes e criam um nexo de articulação entre os fragmentos da experiência de cidade

Cada entrevistado ofereceu perspectivas diferentes sobre a rua de modo que as entrevistas foram norteadas pelas três primeiras palavras que viessem à sua mente sobre o que é a rua. Essas palavras foram consideradas o fio norteador das entrevistas e tornaram determinados elementos e características da rua mais visíveis que outros ao longo das entrevistas.

Quadro 2. Palavras-chave sobre a rua escolhidas pelos participantes

Ordem de entrevista	O que é isso a rua para	Três primeiras palavras que vem à mente sobre rua
0	Grafitreiro?	Casa abandonada. Sujeira. Buraco
1	D. de casa?	Sair para descontrair
2	Artista de rua? Contadora de histórias infantis. Rosana Moreira Silva Paulo	Gente. Arte. Trânsito
3	Aposentada?	Violência. Medo. Incerteza
4	Desempregada, pessoa que já viveu em situação de rua?	Medo. Solidão. Tristezas
5	Policial?	Liberdade. Medo. Memória
6	missionário evangélico?	Empatia. Solidariedade. Oportunidade
7	Empregada doméstica?	Covid-19. Assalto. Acidente de carro
8	Imigrante?	Movimento. Solidariedade. Descoberta
9	Candomblecista?	Assalto. Falta de segurança. Falta de confiança
10	Porteiro?	Segurança, imprudência, falta de atenção
11	Audiovisual? Pedro Mota Viana	Arte (de rua), gente (expressões da existência) e possibilidades

Fonte: Trabalho de Campo, 2021
Elaboração própria

As palavras-chave evidenciam que o habitar a cidade é envolto em riscos e potencialidades no cotidiano, seja para abertura do vir a ser da cidade. por meio da imaginação do presente-futuro baseada na esperança e no otimismo de transformações positivas da cidade (no caso da percepção da rua como solidariedade, empatia, descoberta, arte e possibilidade), seja pelo entendimento e pela frustração

de que qualquer mudança que venha a acontecer nas ruas e na cidade serão negativas e, neste sentido, orientadas para um presente-futuro distópico, no qual as pessoas estarão ainda menos livres e abertas para ser-com a cidade (violência, medo, incerteza, sujeira, solidão, assalto, falta de segurança, falta de confiança, falta de atenção, imprudência, casa abandonada).

Além das palavras-chave, cada entrevistado apresentou imagens da rua que compõem uma razão de série, favorecendo a compreensão dos sentidos da rua e de suas perspectivas de estudo como apontados por outros autores como Carlos (2007), Fleury (2004), Gehl (2014) e Lynch (2008). Os fragmentos das entrevistas abaixo apresentam a rua como singularidade para as pessoas, mas também como mediação e como compreensão coletiva.

Os fragmentos que revelam apareceres da rua para as pessoas, revelam-na fugidamente, em imagens de situações, conjunturas e contextos que dialogam com inúmeros temas de pesquisas que se debruçam sobre a cidade (FERREIRA, 1999; HENRIQUE, 2005; BRUGGER, 2014; BENJAMIN, 2006; PALOMBINI, 2015; RIBEIRO, 2015; ROBAINA, 2015; ARAUJO, 2017; SKULNI, 2018). Assim, não visamos trazer compreensões e aprofundamentos para cada um desses apareceres, mas apresentar como eles aparecem para os entrevistados no contexto da tese, articulando, ainda que por meio de fragmentos e de forma incompleta, esses múltiplos apareceres, como o caleidoscópio que é a rua.

I. Uma possibilidade de sair da rotina

Entrevistada I: Rua, pra mim, se torna também um lazer, né? Pra mim se torna também um lazer. Quando eu vou pra comprar alguma coisa, então, é uma maneira de eu ir e ter um lazer, onde eu possa andar um pouco, ver gente, sair um pouco da rotina.

[...]

Entrevistada I: Para passear, você vai mesmo “ah, eu vou sair sem compromisso”, entendeu? “Vou sair sem compromisso”. Então eu posso ir e entrar em várias lojas ou ir mesmo só andar, sem entrar em loja, sem comprar nada, certo? Agora paletar com um compromisso, que aí você vai resolver as coisas, e se sobrar um tempinho aí você anda mais pra fazer a paletada, aí você estende mais a andada. (Risos). Mas quando vai para resolver mesmo, você vai diretamente naquela loja, resolve e depois você vai sair pra paletar. Eu, pelo menos, eu faço isso. Quando eu vou sair para andar “não, vou de ônibus”, porque de ônibus eu não me estresso no trânsito, ou para estacionar também, aqui em Salvador tá terrível, você não acha estacionamento. E aí eu vou de ônibus, salto em tal lugar, e aí vou andar para resolver minhas coisas. Aí quando é para descontrair a mente, aí eu ando, ando, ando, e aí só vou vendo gente, às vezes não entro nem em loja, só mesmo pra andar, mesmo.

II. Sair para respirar, inspirar e reconectar

Entrevistada II: A rua para mim, principalmente hoje na pandemia, para mim é liberdade.

[...]

Entrevistada II: Eu gosto muito de sair. Eu gosto de passear e eu gosto também de andar a pé. Uma das coisas que eu mais gostei foi quando eu comecei a trabalhar praticamente do lado da minha casa. Eu trabalhei durante dez anos perto de casa na antiga EBDA, e eu gostava de ir caminhando e voltar caminhando, e sempre observando, né, a paisagem, encontrando pessoas e isso para mim era bem importante. Eu sempre gostava de dar bom dia, sabe? E eu conhecia, às vezes, pessoas, quando eu caminhava.

III. Ir e vir, ver e encontrar pessoas

Entrevistada III: É dar uma saidinha [risos] para passear, para relaxar. Porque a gente em casa fica muito com a cabeça fixada só para dentro de casa. E quando a gente está na rua vê pessoas, fala com pessoas, a gente relaxa um pouco (inaudível). É diferente, é bem diferente.

[...]

Entrevistada III: Foi, liberdade de ir e vir. Rua para mim é a liberdade de a gente ir e vir.

IV. Medo da solidão, da violência, de ser para sempre.

Entrevistada IV: Medo, pra mim, porque eu tinha medo de ser violentada, eu tinha medo de eu perder meus filho, medo de não conseguir... me entregar as drogas, me entregar a tudo porque era o que mais me chamava. O que mais tinha na rua era amigos que, até pra você conseguir dormir, você tem que usar droga, pra você conseguir manter essa rotina, você tem que usar droga. Então, eu tinha medo da solidão, medo dos louco, medo da violência, porque presenciava isso muito, né? As filhas que apanham na minha frente, as crianças, os pais batendo e eu tinha medo de ser igual, de acontecer o mesmo comigo.

[...]

Entrevistada IV: Eu fico pensando assim: “foi um passado ruim, né?” A rua, pra mim, é virar da página, né? Eu acho que acabou, descanse em paz. Como se tivesse morrido, né? A pessoa, Entrevistada, morreu e renasceu.

V. Como instrumento e como vida

Entrevistada V: Olha só... sendo bem objetiva. (3 segundos de silêncio). Passar pela rua, é usar a rua como um instrumento para chegar a um final, a um ponto, a um objetivo. Viver a rua é reconhecer que o que mais importa é o trajeto que você faz, não o ponto final, não o objetivo e esse trajeto pode ser inclusive por quatro rodas.

VI. A rua é meio

Entrevistado VI: Eu penso, assim, que é o destino mais a finalidade. Finalidade das atividades de evangelismo não é, necessariamente, as ruas, são as pessoas que estão porventura, na rua. E atividades de deslocamento, o destino é aquilo, sabe? Ela como meio, ela como destino pra chegar em outros lugares, pra fazer uma outra atividade e já as atividades de evangelismo é isso que eu falei, entendeu?

VII. Eu não gosto de rua.

Entrevistada VII: Ah, eu gosto. Mesmo assim eu gosto dela. Eu gosto muito. Já tem muitos anos que eu moro lá. [...] Porque lá tem tudo. Só é bastante você subir, lá em cima, lá na rua, porque eu moro numa ladeira. Aí quando eu vou na rua tem mercado, tem farmácia, tem tudo o que você queira. Não precisa sair para outro bairro, para outro lugar, para comprar as coisas. Lá para mim é muito por isso.

[...]

C: Por que você não gosta de rua? O que significa você dizer assim: “eu não gosto de rua”?

Entrevistada VII: Eu não gosto, não. Nunca gostei. Porque eu acho muito perigoso. A rua é muito perigosa, principalmente de noite.

C: Quando você está falando assim “eu não gosto de rua”. O que é que tem na rua que você não gosta?

Entrevistada VII: Dos movimentos que passa lá naquela rua. Eu vou assim quando eu vou para uma praia com as meninas, quando eu vou para Camaçari com meu genro. Aí eu gosto, mas o resto eu não gosto não. A rua para mim não é boa não.

VIII. *Eu não sou parte da minha rua*

Entrevistada VIII: Eu não tenho contato nenhum. Eu só chego, entro em casa, vou trabalhar, vou chegar. Só falar agonia, fantasmas. Eu não tenho contato assim com os vizinhos.

IX. *A rua é axé, é o sagrado, é tudo.*

Entrevistada IX: A rua, no geral, pra mim, na parte da minha profissão, né? Da parte do axé. [...] fica eu ir pra rua é porque tem que levar as coisas pra rua, que a rua é que vai orientar o tempo. Ali o tempo tá ali, então vai destruir aquilo que se faz, viu? E é ele que vai nos ajudar, a rua é quem nos ajuda no axé. Se deixar dentro de casa, se pegar, terminar de fazer, de trabalhar, viu? E pegar e jogar no balde do lixo, é a mesma coisa de não fazer nada. Então, a rua, pra mim, é tudo.

X. *Necessidade*

Entrevistado X: O significado de eu sair na rua é a necessidade, porque hoje em dia eu não tenho vontade de sair na rua para ficar na rua de conversa com os amigos. “Ah, vou sair na rua para estar no barzinho”. Sair na rua para mim é uma necessidade, sair na rua com o objetivo do que eu vou fazer.

XI. *Entre forma e entidade, espaço público e poesia*

Entrevistado XI: Primeiro é batalha, né? Sempre que você bota uma roupa e pega a chave, bota a carteira no bolso e vai pra rua é pra lutar, então, a primeira coisa que me vem à cabeça, assim, o que é que você vai fazer na rua é lutar e aí na rua as coisas acontecem, né?

[...]

É, pra mim, tem todas as características de uma rua, assim, né? Eu não posso dizer que rua é só onde passa o asfalto, se você tem moradias de um lado, moradias do outro e um espaço de circulação no meio eu entendo como rua. O pessoal chama de avenida, não sei como é que fala nos logradouros assim né? “Avenida não sei o que”, você entende que ou pode ser uma avenida, como a avenida Paralela ou pode ser um beco que liga um lugar ao outro e isso chama-se avenida também, sabe? Então, pelas nomenclaturas da Embasa esses lugares de escadinha seriam, às vezes são chamadas de avenidas ou chamadas de ruas ou chamadas de travessas, que são essas ruazinhas com espaços menores, sabe? Mas eu não sei se existe uma classificação pra cada tipo específico.

C: Não, eu tô menos interessada na classificação e mais interessada no sentimento, entendeu? Quando a gente tá passando por esses lugares é rua?

E: Vejo rua, com certeza.

C: O que é rua? Diga aí. Tipo assim, você tá me dizendo que isso é rua, entendeu? Uma das minhas inquietações é, justamente, o que é rua? Então, se a gente tá pensando nessa cidade toda diferente, toda assim, então, o quê que é rua?

E: Olhe, posso lhe dar 2 respostas.

C: Até 1.000.

E: O que eu acho, que a gente pode pensar por um sentido mais amplo, que rua seja esse lugar das manifestações, né? A gente tem a casa e a rua, tudo que não for dentro de casa, tudo o que não for particular, privado é a rua. Então, é o espaço público de maneira geral. Eu vejo assim, como eu digo, a rua me criou, também é uma entidade a rua, né? Que você sai dali como uma entidade do Candomblé, como um Orixá ou como um espírito mentor ou como... Enfim, existe a entidade rua que também lhe traz informações ou lhe traz ensinamentos, lhe pune e lhe cria. Existe essa concepção pra mim também. E a rua de um modo do sentido estrito, né? Como a gente tava discutindo aqui se moradias de um lado, do outro e um espaço de circulação no meio também entendo como rua. Enfim, eu acho que, pra mim, a definição mais bonita, mais poética é essa da entidade que te cria.

Como é possível vislumbrar nos fragmentos acima, a rua aparece como *lócus* da experiência urbana, evidenciando diferentes desafios e possibilidades que estão vinculados à trajetória de vida e às circunstâncias das pessoas. Os excertos apresentam perspectivas da rua a partir dos acontecimentos inesperados e esperados no cotidiano urbano, muitas vezes tensionados entre a memória das ruas e da cidade, porque narrativas compartilhadas da cidade e, também em outra perspectiva, mostram os anseios e expectativas com relação ao vir a ser da cidade por meio da imaginação.

Acerca dos lugares da memória que são citados nas entrevistas, ressalta-se que eles reforçam as conclusões de Lynch (2008), justamente porque esse autor indica que a imagem da cidade é sempre fragmentária. A imagem da cidade é constituída por meio das memórias, que estão, por sua vez, vinculadas às experiências urbanas topofílicas e topofóbicas, com maior ou menor força de lugar. Assim, ao narrar a nossa experiência de cidade, narramos lugares com distintos graus de lugaridade e paisagens que marcam a experiência narrada (RELPH, 1976; 2014).

De acordo com Gagnebin (1999), Benjamin dá elevada importância às memórias da infância para a compreensão da narrativa e da história. Isso porque é pelas lentes da infância, enquanto período da vida em que estamos mais conectados e abertos para o mundo e suas novidades, abertos para o deslumbramento, que o passado se presentifica, permitindo a elaboração dos acontecimentos e uma revisão crítica da vida adulta. Assim, na perspectiva de muitos entrevistados, a infância aparece como um contexto diferente, de tempo do demorar-se sobre os fenômenos, de formas de ser-com a cidade que beiram a ingenuidade pueril, que, mesmo que não seja a nossa, nos remete, de algum modo, a outras formas de relações espaciais e temporais entre as pessoas.

I. Modernidade em constituição

Entrevistada I: Ai, as lembranças, né? Que sente falta da minha avó que já é falecida, a minha mãe também que é falecida, e às vezes bate aquela saudade, aí você fica lembrando do tempo de infância. Aí é isso, a saudade mesmo aí fica lembrando do tempo que fazia os buracos. Que não era pavimentada lá, ainda, a rua da minha vó, e aí a gente faz os buracos com o pé para poder jogar gude. E à noite a luz só funcionava, à noite, até dez horas da noite. Quando dava dez para as dez, aí a luz desligava. E aí ia todo mundo para dentro de casa para dormir. E aí são essas lembranças né, que fica aqui hoje, não tem mais.

II. Ludicidade e diversão

Entrevistada II: Sim. Eu achava que hoje, você vê, as crianças não podem mais brincar na rua, e eu não tô falando nem da questão da pandemia, mas a questão mesmo da violência. Quando eu era criança, a rua para mim era brincadeira, era diversão. “Mãe, posso brincar na rua?”, sabe? Você ia para rua brincar, você só tinha que voltar no horário que a mãe mandou, mas você brincava na rua. Hoje você vê que as crianças ficaram muito presas ou no computador, no celular e às vezes é medo mesmo, né? Que o pai, a mãe têm medo que eles vão brincar na rua. Então a rua podia ser bem ocupada, né? Com poesia, praças com poesias, com arte, com contação de história, sabe? Com cor.

[...]

Entrevistada II: Eu morava num lugar que era tipo uma Avenida de barro e não entrava carro, era fechada, não tinha saída. E no final da rua tinha uma ladeirinha assim pequena, e tinha uma horta, né? Então a gente brincava de pegar piaba, a gente subia no pé de araçá, tinha um negócio de um sino que a gente subia também. Então a gente brincava de fura-pé, esconde-esconde, de roda, aquelas brincadeiras de anel, de melancia. “Eu sou pobre, pobre, pobre, de marré, marré, marré”...

C: “Eu sou pobre, pobre, pobre de marré descí”.

[trecho inaudível]

Entrevistada II: A gente brincava. Então tinha aquela turminha. Eu lembro também que eu saía. A gente assim, sabe? Tipo adolescente, ia pra outro bairro [trecho inaudível], ia pra outro bairro andando. Eu estudava no Barbalho e eu ia pra escola andando e voltava andando. Quando eu fiquei maiorzinha, com onze anos, eu já tava voltando sozinha, com onze ou doze anos.

III. Nas três fases da vida

Entrevistada III: Vou falar o passo a passo. Na infância a criança podia jogar na rua, de pular corda, macaquinho, de esconde esconde, tranquilo. Sem problemas e todo mundo entrava em suas casas sãs e salvos. Na minha fase adulta já que trabalhei muito e não tinha tempo de estar. A minha rua na minha fase adulta era trabalho e vir do trabalho. Era sair de manhã e pegar de noite, muitas vezes sair de noite e chegar de manhã, porque sou profissional da área da saúde. E então chegou a fase de eu me... porque o tempo que eu tinha para estar em casa era para dar assistência aos meus filhos e à minha família. Aposentei e as chances de ir na rua começaram a ficar poucas, a diminuir.

IV. De fora da rua para a rua como morada

Entrevistado IV: Não, porque lá [no orfanato] é um portão grandão, eu nunca vi a rua, nunca. Eu olhava a rua pelos buraquinhos.

C: É mesmo?

Entrevistado IV: É, eu nunca vi a rua, nunca vi praia, eu só via quando a gente assistia televisão, que a gente ficava: “olha!”. Pense numa pessoa tabaroa, era eu e meus colegas.

C: Por que não podia ver a rua, não podia ir pra praia, não saía?

Entrevistado IV: Não, tinha algumas vezes que tinha esses passeio, mas infelizmente, dizem que eu, lá no colégio, era um pouquinho traquina, aí sempre ficava de castigo, aí eu não ia, né? Pros passeios. Mas até então, eu nunca fui pra praia, eu nunca fui pro cinema, tanto é que eu fui pro cinema pela primeira vez, eu fiquei parecendo uma tabaroa assim, porque nunca vi um lugar tão escuro e eu não achei a cadeira pra sentar, foi muito hilário nesse dia. Então, não via a rua de jeito nenhum. Eu via pelos buraquinhos, na parede, como um que tinha no quarto, aí a gente subia na cama, um lugar bem alto e ficava olhando a rua.

C: Aí via as pessoas passando?

Entrevistado IV: Isso, eu via umas pessoas passando achando que: “olha, será que vem pra cá? Será que vai pra onde?” e aí muitas vezes quando o portão abria, assim, a gente saía correndo pra pode sentir a rua. Meu Deus, será que não foi muita vontade de ir pra rua que eu fui parar na rua? Será?

V. As lembranças da infância

Entrevistada V: Tudo isso, a rua me permite, lembranças incríveis da minha infância, lembranças do que sou eu, do que eu quero ser. Então assim... e várias outras, outras caminhadas, né? É tem uma coisa que eu faço desde criança, que tem a ver com a minha religiosidade, que eu aprendi com a minha bisá que era mãe de santo. Eu não passo por uma encruzilhada sem pedir licença, às vezes a pessoa que tá comigo não entende, porque vou lá e passo: “licença”; “não, pode passar”; “não tô falando com você, tô falando com o encruzilhado”.

VI. As mudanças na vizinhança, mudanças nas ruas

Entrevistado VI: Quase era a nossa principal diversão mesmo, assim, sabe? Tinham os meninos, também, aqui da rua. Iam desde bola a pega-pega, enfim, brincadeiras. Sábado que era um dia tradicional e à noite, a gente tinha uma liberdade, assim, muito grande que hoje não se vê. Praticamente, assim, tem 1, 2 crianças aqui na rua e tipo, às vezes eu vejo uma só brincando ali, sozinha, de bicicleta e tal, com o pai ali próximo, mas não como na minha época, sabe? Que tinha vários meninos, assim, aqui da vizinhança e a gente, de fato, sabe? Tinha o horário da rua, tinha horário do sábado de brincar mesmo, de correr, de esconde-esconde, de subir, descer e tal, que não existe mais hoje, praticamente, de noite então.

C: O que foi que você acha que mudou?

Entrevistado VI: Eu acho que, assim, os fatores externos. IAPI teve muitas situações, a gente costuma dizer que o IAPI, ele acabou ficando no meio, sabe? De algumas regiões e tal, e questão de violência e tal, foi chegando, foi chegando. Eu também acho que eu não vejo muito bem as crianças, nem nas casas, não sei. Eu acho que, também, por ter muitos moradores, assim, sabe? Algumas dessas crianças cresceram, viraram adulto, não saíram daqui, outros foram morar em outro lugar e eu acho que além desses fatores de violência e tal, há uma mudança muito do perfil mesmo, sabe? Até do próprio bairro, de ser uma coisa mais comunitária, digamos assim. O bairro ainda tem dentro, por exemplo, se chegar na Divinéia você encontra muita criança, muita criança na rua brincando e tal, mas aqui na Fernando Leal, realmente, houve uma transformação do perfil da rua. Eu não sei na Floresta, que é uma rua aqui do lado, que era, tipo, semelhante aqui, se lá ainda persiste, mas aqui houve uma mudança total mesmo, assim, do perfil.

[...]

Eu sinto saudade, mas ao mesmo tempo, eu digo, assim, que foi bem vivido, sabe? Eu não tenho muito o que reclamar e dizer assim: “poxa, eu poderia, era pra eu brincar na rua mais”, eu gastei mesmo, assim, sabe? Foi uma fase da minha vida que, inclusive, eu sei que outras pessoas, talvez, não tenham essa oportunidade. Tipo assim, era tudo diferente, sabe? Ficar na rua até tarde da noite e entrar sem nenhum problema, sabe? Aquele grupo que se reunia na rua... [trecho inaudível]. Enfim, foi bem vivido, então assim, eu lembro com saudade, mas

ao mesmo tempo, sem arrependimentos de, assim: “poxa, eu poderia ter aproveitado mais”. Eu entendo, quando eu puxo, assim, a memória que eu aproveitei bastante assim, sabe?

C: E hoje, quando você vê a relação das crianças com a rua, o quê que você acha disso?

Entrevistado VI: Eu acho assim, se for pela experiência da minha rua, eu acho extremamente problemático, assim, porque, de fato, as crianças foram tiradas da rua, sabe? Desse contato “deve sair ou não”, desse cumprimento, acho que, justamente, por fatores como a violência, principalmente. Um comando assim, sabe? E como eu falei, em outras comunidades por aqui [trecho inaudível] você possa encontrar. Por conhecer, eu digo assim, de uma vez, lá na Divinéia, na Galícia ali, você encontra crianças ali, brincando ali, ainda na rua, mas eu acho que ainda assim, não como antes, não da forma que poderia se aproveitar há 10 anos, 15 anos atrás.

C: Por que você acha que a saída das crianças da rua é problemática?

Entrevistado VI: É porque eu acho que é importante, sabe? Eu acho que é importante, justamente, para o desenvolvimento de várias coisas assim, sabe? Pela aproveitar a instância, pra desenvolver laços, pra entender, de fato, o que é diversão e não, simplesmente, hoje, entender [trecho inaudível] aparelhos tecnológicos e ficarem ali criados e formados somente com a tecnologia e com tudo o que isso traz de distanciamento, dessa questão virtual, que nem sempre é real e na rua tudo é real, a rua, eu digo assim, tudo real, sabe? As brigas, o senso, aquela coisa de todos, todos vamos, todos nós vamos, vamos fazer juntos, não vamos. Isso sim eu acho que se perde muito quando você vira adulto.

VII. Quando eu cheguei, era tudo mato (e que tudo continuasse assim)

(C): E deixa eu te perguntar. Quando vocês chegaram lá [Em Tancredo Neves] você tinha medo de sair na rua?

Entrevistada VII: Não. Não que era mato. A gente ficava na porta até tarde conversando. Painho, mãe, botando banco na porta, ficava na porta até tarde. Depois que começaram a construir, pronto, não tem mais direito a nada disso.

(C): Mas logo que começou a construir vocês já não ficavam mais na porta?

Entrevistada VII: Não, eu não. Demorou um tempo. Quando começou a chegar gente estranha aí a gente ficava mais resguardada com medo.

(C): E você brincava na rua?

Entrevistada VII: Antes de fazer isso, brincava. Todo mundo ficava na rua o tempo todo até [...], quando painho estava em casa. Se painho não estivesse a gente ficava até umas 22h por aí e voltava para casa.

(C): E vocês brincavam de quê?

Entrevistada VII: Picula, de roda, de corda. Tudo assim a gente brincava. Fura pé, guiador.

(C): Fura pega?

Entrevistada VII: Fura pé.

(C): Ah, fura pé.

Entrevistada VII: Aquele negócio que jogava pedra. Você já fez isso?

(C): Já.

Entrevistada VII: Não é bom?

(C): É [risos].

Entrevistada VII: Gude. Já joguei gude.

(C): E quando você morava em Plataforma, você brincava na rua?

Entrevistada VII: Brincava. Lá também era normal. Lá a gente brincava até certo horário, mas quando dava 20h voltava todo mundo para dentro de casa.

(C): E vem cá, qual é a diferença do momento em que você brincava na rua para as crianças brincando hoje na rua? O que é que mudou?

Entrevistada VII: Porque agora é mais perigoso, primeiro que não tinha nada do que a gente está vendo agora. Esses negócios desses corre-corre, tiroteio, não tinha nada disso não. A gente brincava até altas horas lá.

(C): Você sente falta de poder, por exemplo, deixar [nome suprimido], seu neto, brincar na rua tranquila?

Entrevistada VII: Sinto. Nem ele e nem [nome suprimido] nunca fizeram isso.

(C): [nome suprimido] tem quantos anos?

Entrevistada VII: 21.

(C): Então desde que [nome suprimido] nasceu, há mais de 20 anos, é que os meninos não veem rua?

Entrevistada VII: Não. Lá em casa não.

(C): Brincando só dentro de casa?

Entrevistada VII: É. Lá em casa todo mundo brinca dentro de casa.

(C): Por causa do medo?

Entrevistada VII: Do medo. [nome suprimido] não bota nem a cara na rua.

(C): Você acha que essas mudanças foram para melhor ou para pior?

Entrevistada VII: Para pior, bem pior. Porque antes você tinha alegria, tinha coisa para ficar na rua, brincava. As crianças ficavam tudo na porta brincando, as mães tudo olhando. E hoje em dia não, você não pode nem deixar um filho na rua um minuto, porque está correndo perigo.

(C): Quando você pensa nessas memórias de infância da rua, como você se sente?

Entrevistada VII: Me sinto triste, porque de primeiro para mim era uma felicidade, era tão bom. Hoje em dia eu vejo meu neto, as crianças tudo na rua, e não podem ter essa regalia de brincar.

VIII. Infância em telas

Entrevistada VIII: Tem uma mudança grande que é as novas tecnologias. Eu quando era criança não tinha tanta tecnologia, não existia nem sequer um telefone celular. Então você ficava na rua por um tempo. Você brincava com seus colegas, com suas amigas, na rua. Você fazia um troço da sua vida na rua e você sabia que nove horas você tinha que voltar em casa. Porque você estava muito perto, mas estava brincando e fazendo uma vida na rua. Mas quando você é grande, você se ocupa de muitas coisas, é trabalho e a rua fica em segundo plano. A rua fica só para suprir às necessidades como vestir, comer, um pouquinho para lazer, mas a rua perdeu o significado de quando você era criança que era tudo para você, só estava esperando a hora de ir correndo para a rua [risos].

IX. Eu não tive infância

C: A senhora acha que a vida da senhora, com relação à rua, mudou da infância pra cá? Aqui em Salvador?

Entrevistada IX: Muito, lá onde eu morava não existe nem infância para as crianças.

C: Como foi a infância da senhora, essa adolescência aqui em Salvador? Na rua, a senhora brincava na rua?

Entrevistada IX: Não, mas eu morava com meus irmãos e na casa dos meus irmãos tinha espaço à vontade. Então, eu me acostumei ali, fiz muito crochê, aprendi muita coisa com as colegas daqui de Salvador, daqui mesmo do bairro, viu? E crochê, tricô, muitas coisas, sonho de valsa, tudo. Muitas coisas eu aprendi de costura, de artesanato com elas e por isso, pra mim, minha infância aqui era melhor. Apesar que não tava com meu pai e nem minha mãe.

C: A senhora sente falta desses momentos?

Entrevistada IX: Não, porque eu era muito mandada, eu era muito maltratada, hoje que eu sei que era maltrato. Do jeito que eu achava que era bom, não era, era um maltrato. Jamais eu ia criar uma garota e criar do jeito que me tomaram pra me criar.

C: E quando a senhora pensa nisso, a senhora não fazia muita atividade de rua, por exemplo, brincar na rua, por causa disso ou a senhora não gostava mesmo?

Entrevistada IX: Eu não brincava porque eu não gostava. Eu tinha meus 2 sobrinhos e eu me dedicava muito a eles e meus irmãos, também, eram muito rígidos, eles não deixavam.

X. Brincando e gingando

Entrevistado X: Não. Medo não. Eu cresci numa área, essas áreas assim que a gente cresce de bairro periférico, sempre tem facção e a gente via muita coisa. Só que eu não me envolvia, meu pai também não deixava eu me envolver, eu não gostava também, e eu brincava no meio dos meninos lá e graças a Deus nunca tive desavença com ninguém. Não tinha medo porque eu já fui criado numa área que você tem que saber viver. Deixa ele lá que ele não vai mexer com você. Jogava bola, jogava a minha gude o dia todo ali e pronto.

XI. A infância é viver o mundo

Entrevistado XI: Assim, eu acho bonito quando vejo, gosto. É uma coisa que sempre fotografo, apesar de toda as ressalvas com imagem e tal, mas eu gosto muito de ver criança na rua, criança só de cueca na rua com um pedaço de pau, correndo, sabe? Brincando..., mas criança é criança, criança não sente essa diferença porque, pra ela, ela só tá vivendo o mundo, ela não sabe que aquilo ali é perigoso ainda, ela não sabe que aquilo ali pode levar ela pra própria morte ainda. Então, ela tá sendo ingênua como qualquer criança, vivendo, mas essas coisas a gente só nota depois que passa, né? Às vezes a gente não sabe o dia seguinte daquela coisa bonita que a gente tá vendo acontecer, que é uma criança brincando na rua, né? Às vezes pode ser um acidente por ela tá ali descuidada e vai atravessar uma rua e não sabe que carro mata e pega e morre, às vezes é influência do tráfico, às vezes é o amiguinho que é perverso também, tudo isso acontece.

A vida adulta, por outro lado, está muitas vezes marcada pela desilusão, por um desencantamento de ser-com a cidade que está vinculado às diversas expropriações do tempo e do espaço a que as pessoas estão submetidas. As expropriações, além de evidenciar a dificuldade de ser com a rua sublinham uma expectativa de futuro da vida com a cidade norteadas pela piora de problemas já existentes. Em outros momentos, a rua aparece como centro da solidariedade, de esperanças de um futuro distante, porém possível:

C: Quando você fala que a rua é empatia e solidariedade, o quê que você quer me dizer com isso?

E: É se colocar mesmo no lugar do outro, sabe? E solidariedade é ter oportunidade de estender a mão, de ajudar. E esses dois conceitos, tanto um, quanto o outro, eu entendo que, justamente, tá ligado com isso, com dar sem você ter pretensão alguma de receber em troca porque você não vai receber, você não tá intencionado a receber nada em troca, você não espera receber nada em troca. Se você receber um obrigado, um abraço, qualquer coisa mínima já é muito, já é surpreendente. Tem lugar que você só dá, você faz, o retorno você tem, óbvio, você tem um retorno, mas você não tem um retorno, digamos assim, direto. Então, por isso que eu acho que essas duas palavras que chega a ser a sua raiz, cumprir a essência do que ela significa, sabe? Porque, tipo assim, empatia você não consegue dizer assim: “estou fazendo porque estou tendo empatia”. São palavras práticas, solidariedade não é teórico, solidariedade é prático, é praticidade, é, simplesmente, fazer, é dar, é oferecer. Entrevistado 6.

E: Na rua não tem mais futuro. O futuro está nas crianças, nos jovens e, também, nas pessoas que têm uma mente melhor, mas só que as pessoas não estão mais assim. Hoje, a gente não pode dar freio em um filho, em um neto, em um sobrinho, não pode falar com um filho de uma vizinha, não pode falar mais nada. A gente tem que viver de boca lacrada, já deu graças a Deus mesmo de entrar aqui de máscara, mas eu espero que a rua, a partir de agora, não vai ter mais bondade pra rua. Eu acho que jeito não tem mais não, já é daí pra pior.

C: E se a gente fosse pensar numa rua dos sonhos, como é que seria?

E: A rua dos sonhos era ainda o pessoal com aquelas cadeiras do lado de fora, de tardezinha, todo mundo sentado com seus filhos do lado, a esposa esperando o marido chegar, as outras aconselhando, uma com a outra, conversando. Eu acho que a rua dos sonhos era essa, a gente sair pra ir comprar sem medo, a gente chegar, conversar com alguém sem medo de receber uma resposta mal. A rua dos sonhos era essa, se eu fosse pensar era essa, mas eu acho que essa não vai ter mais não, viu? Entrevistada 9.

Analisar todos os sentidos e perspectivas da rua apresentados nas entrevistas seria uma tarefa interminável tendo em vista as inúmeras possibilidades que se abriram ao longo dos compartilhamentos de experiências sobre a rua e a cidade. Afora as respostas sobre o que é a rua e as possibilidades de compreendê-la entre a memória e a imaginação, tensionamento que, como nos lembram Benjamin, Ricoeur e Bachelard, se alimentam mutuamente, construindo diferentes narrativas de cidade, elencamos em lista a seguir trechos de entrevista que destacam os sentidos da rua elencados ao longo da tese:

1. A rua é passagem

C: O quê que significa sair à rua pra você?

Entrevistado 6: Sair à rua, meio, meio.

2. A rua é paisagem e lugar

Entrevistada 5: Viver a rua é tipo, eu sinto que faço parte daquilo, minha caminhada precisa estar ali, eu tô vivendo junto com aquilo, eu tô vendo aquela árvore, claro que tem um lugar no Rio Vermelho que é um ponto de táxi [4 segundos de silêncio]. E alguém plantou um pé de seriguela, foi aqui, o caminho que alguém plantou um pé de seriguela e eu vi aquele pé de seriguela ali e isso foi um pouco antes da pandemia e já era, como se fosse um enxerto, já tinha até uma seriguela pequenininha, o pé não deveria ter nem 1 metro e eu passava por aquilo ali e eu tinha um sentimento por aquele bendito pé de seriguela, quando eu tinha um copinho de água, eu ia lá jogava. 2 semanas depois, tinha um galho seco e o pé quebrado e eu fiquei pensando como é ruim a convivência com os seres humanos. O pé de seriguela não tava fazendo mal a ninguém, pelo contrário, quando crescesse era sombra pra todo mundo e seriguela à mão cheia, e estar naquele ambiente e dizer: “porra velho, que merda, pô, não fui eu que plantei, mas eu jogava água”, eu tô vivendo aquilo ali, tô fazendo parte daquilo. Veja, eu não tô dizendo que é um lugar que eu entrei, que é uma estrada e não é a rua, é um meio de um parque de preservação ambiental. Eu tô falando que do lado do asfalto você tem dois

metros de grama e um pé de seriguela, é rua, né? Caminho. É... bom preço, grama, Amaralina, Rio Vermelho, Nordeste de Amaralina, Vale das Pedrinhas, sabe? A parada lá da marinha, do exército, sei lá o que é aquilo e você vivencia e você fica pensando assim: "cara, isso aqui faz parte de mim", ou aquela rua que era de pedra e que remontava caminhos feitos há 200 anos atrás, foi asfaltada. Tá fazendo mais calor, tá causando, talvez, até mais dano ao ambiente, não sei, não entendo muito disso, mas assim, não me dá uma boa impressão, né? É asfalto, parece que tira... é como se você tirasse a história daquele lugar e você vai vivendo isso e cê vai dizendo assim: "ó, não é a rua que tá sendo descaracterizada, não é aquele ambiente que tá sendo descaracterizado, sou eu, porque eu faço parte disso" e é de uma insensibilidade, uma brutalidade absurda, por isso que eu...

3. A rua é encontro com o inesperado

Entrevistada 5: A base móvel era um pouquinho diferente, as pessoas nos buscavam, às vezes, só pra falar mal do marido ou falar mal da esposa ou trocar ideias, as vezes pra pedir um conselho, é fácil de ouvi-lo etc. e tal. E por vezes, também, pra resolver problemas relacionados a determinadas desinteligências penais.

4. A rua é distração

Entrevistada 1: Não! Não, às vezes três horas. Assim, pra andar mesmo deve gastar uma hora e dez, uma hora e vinte minutos, do percurso, né? Tudo, deve gastar isso tudo. Mas é uma andada, Carol, muito boa, porque você entra numa loja, aí olha uma coisa, aí na outra loja você vê mais barato, aí você volta mais um pouquinho para comprar aquela coisa que você viu atrás [risos], entendeu? E aí conversa com a vendedora, conversa com o dono da loja que tá ali, vê preço, vê as coisas diferentes que tem, né, que a gente não vê no shopping, entendeu? E isso é bom, é bom para cabeça.

5. A rua é intolerância

Entrevistada 9: Mas na rua a gente [do Candomblé] é discriminado, pessoal para, os carros param, xingam, falam muitas coisas e estamos fazendo o que a gente sabe fazer, o que a gente é mandado fazer, o que a gente é escolhido pra fazer. Eu sou escolhida pra isso, então, nesse escolhiment, eu gosto de fazer e gosto de trabalhar, eu gosto de ver as pessoas felizes, eu amo ver a felicidade das pessoas chegar assim e dizer: "poxa, eu fui na sua casa" ou "eu fui em uma casa e eu me dei bem" isso, pra mim, é um abrir o coração, mas o povo não quer isso, né?

6. A rua é forma de conhecer a cidade

Entrevistada 8: Não, não. Andei, porque inicialmente eu era uma pessoa desempregada e só tinha dinheiro para andar de ônibus e voltar de ônibus. Então todas as minhas recorridas eram andando. Fui na cidade alta, baixa, do Pelourinho para o terminal da Lapa, tudo isso andando. E eu estou vendo, olhando, admirando tudo.

C: Como é que você se sentia andando pela cidade? Assim, numa cidade desconhecida, numa grande.

Entrevistada 8: Eu me sentia bem, eu me sentia em descoberta. Meus neurônios e meu cérebro estão totalmente abertos descobrindo tudo, lendo tudo, olhando para cá, olhando para lá. Inclusive quando chegou a vacina, Val pegou ônibus para a Lapa, sempre vai para a Lapa [risos], eu vou vendo o trajeto pela janela.

7. A rua é escala geográfica para compreender a cidade

Entrevistado 10: Primeiramente, como a gente trabalha em vários bairros, a gente costuma ver que agora esses bairros periféricos têm as facções: Comando Vermelho, C.V, e por aí vai. É Bonde do Maluco, B.D.M, as facções deles lá. Então quando a gente já sabe que é uma área de risco a gente nem entra

8. A rua é arte na rua e de rua

Entrevistado 11: Posso. Porque a rua é o lugar dos desabrigados, né? De quem não tem uma casa, de quem não tem um teto, apesar de, assim, os muros são os maiores outdoors da cidade, né? Todo mundo passa e nota um muro, às vezes, não nota o outdoor, mas nota o grafite que tá ali na rua [ruídos] com uma frase de protesto ali escrita. Então, a rua é o grande *outdoor*, onde tem a comunicação, isso é sabidamente notado pelos artistas de rua, sabe? Se ele quer se expressar, ele não pode gritar de dentro de uma caixa, ele tem que botar a boca no mundo e, visualmente, a boca no mundo é um muro, eu falo assim, pelo grafite, né? Que como... esqueci a palavra, mas como “Ás” da arte de rua.

9. A rua é solidariedade

Entrevistada 4: Tinha dias felizes, como? É porque, quando eu me juntava com os pessoal, os moradores de rua mesmo. Mesmo eles drogados, mesmo eles embriagados, eles eram muito engraçados e alguns deles, algumas vezes, se apresentavam muito solidários e quantas vezes eu tava morrendo de frio, com meus filhos, tremendo, eles mesmo me davam lençóis, cobertores, me cobriam. E quando não conseguia, não tinha condição, tinha vezes, eu achava até que já tava doente, na rua, que o frio que eu sentia era um frio, vamos se dizer, Carol, insuportável. Eu me sentia muito fraca. [...] Isso, o frio que chegava no osso e que o sol tá tinindo e eu tava com aqueles blusão, calça, uma completa mendiga mesmo, mas com frio por dentro, com sol quente, com tanta roupa e o frio corroendo. Eu não tinha força nem pra pegar, quando aparecia aquelas equipe no Campo Grande, na Piedade, eu não tinha força mais pra pegar alimento, Carol, não tinha como mais pegar alimento. Aí aparecia os próprios amigos de rua, os moradores de rua que pegavam e chegava lá: “tome”. Pegava pra mim, pegava pra meus filhinho e aí eu agradecia. Então quer dizer, aí quando a gente tava ali, sentado, reunido era aquela alegria, gastação, cada um falando de sua vida, falando como era. Como eu não tinha o que falar, eu só ficava sorrindo, né? Não tinha muita coisa pra contar e aí eu ficava sorrindo. Então são esses momentos bons, que eu via a alegria do povo e gostava dessa alegria.

10. A rua é risco

Entrevistada 3: Aposentei e as chances de ir na rua começaram a ficar poucas, a diminuir. Por quê? Por causa da violência. E os assaltos? Os assaltos a ônibus são aterrorizantes, já não tem nem mais graça se pegar um transporte, para sair de um ônibus, por exemplo, para ir num determinado lugar. E se você vai de carro, você vai com medo de ser assaltada do mesmo jeito. Porque a insegurança é grande. O que fez as pessoas recuarem de estar na rua foi a insegurança. A insegurança total, o medo de tudo.

11. A rua é abrigo

Entrevistada 4: Depois, acabou que ele não sabia fazer nada e piorou eu e a gente foi, a primeira noite, o rapaz pediu a casa, depois de passar alguns meses sem pagar o aluguel, ele mandou a gente sair. E como a gente não tinha pra onde ir, eu fui parar, a primeira noite na rua, na Piedade, a gente ficou perambulando pra lá e pra cá, sem saber o que fazer e acabou dormindo na rua. Desde essa primeira noite, não teve mais solução pra gente, a gente olhou de um lado, olhou de outro e não tinha, foi parar na rua com uma filhinha pequena.

12. A rua é fetiche da mercadoria

Entrevistada 1: Bater perna é quando você não tem o que fazer e você tá com dinheiro pouco, e aí você vai para rua para olhar a vitrine. Entra no shopping, olha a vitrine e vai na sorveteria tomar sorvete. E aí entra numa loja, sai de outra. Bater perna para mim é isso, sair mesmo para bater perna. Às vezes compra, às vezes não compra, entendeu? Aí para mim é bater perna.

Entrevistada 7: As lojas, assim, de roupa, móveis. Eu fico olhando essas coisas assim. Fico distraído minhas ideias quando eu estou passando [risos].

13. A rua é inspiração

C: A senhora quer declamar essa poesia?

Entrevistada 2: Chama “Espectros noturnos”. [...]

*“Vagos notívagos vagam
manchando a paisagem
da noite escura
O que estão à procura,
a cura da mente obscura?
A segura na boca é sede
De quê? Não sabem mais
eles falam, mas não escutam
e divagam nos versos
perversos daquela hora sombria
o reverso do dia
Sonâmbulos não repousam...
nas sombras pousam
as mariposas perdidas
esposas da melancolia
com sua falsa alegria
O fogo acende o cigarro
desafogo da vida vazia e vadia
A fumaça sobe
espectadora dos espectros noturnos
Espelho sozinha
diante da expectativa
absurda dos descaminhos
Hão de se encontrar
consigo mesmo
em algum amanhecer?”*

14. A rua é mediação local-global

Entrevistado 11: Assim, porque é uma rua turística, de um lugar turístico da cidade, então, com a quarentena, o movimento turístico mudou e, com o movimento turístico, algumas pessoas que ganhavam com isso precisaram buscar outras formas de sobreviver.

15. A rua é disputa

Entrevistada 2: Ah, ói, ia ser uma cidade, ou ia ser uma rua, uma cidade, né, onde as pessoas pudessem ser respeitadas, a forma dela ser, sabe? Dela querer se vestir. Que uma pessoa que é do Candomblé, que ela pudesse caminhar com suas roupas, com seus torsos, sabe? E as pessoas que são homossexuais, que gostam de usar roupas coloridas. Se o homem quiser usar saia, que use, aquela coisa de você respeitar o outro, ou você poder caminhar sem se preocupar com a forma de estar vestido, você pode ser violentado, você pode ser agredido pela forma que você tá se vestindo. E eu senti isso na pele, sabe?

16. A rua é ludicidade

Entrevistada 2: Ave, Maria! Era uma hora e pouca. Eu gostava da parte da praia, né? Ali perto do Costa Verde, né, que tem aquele rio, ali aparecia uns pássaros, sabe? Uns pássaros brancos. Eu gostava de ficar observando aqueles pássaros, eu sabia que eles estavam ali quando eu passava, e isso era bom. Gostava também dos artistas de rua, às vezes os poetas de busu⁵⁷, ou então alguém que tocava, que entrava, eu gostava de ficar escutando.

17. A rua é a memória das pessoas e da cidade

Entrevistada 5: Reconstituir-se ou reconstituir-me, tem a ver com saber de onde eu venho pra justificar onde eu preciso chegar e porquê que eu preciso honrar o lugar de onde eu venho e não é honrar naquela perspectiva de ter algo que me remete ao passado, mas dizer ao passado que eu rompi com o que estabeleceram pra gente, pra que eu continuasse naquele caminho, pra que continuassem a nos subjugar. Eu recorro à memória pra dizer: “vó, o seu olho cego, pela quentura da tina de azeite de dendê, pra me nutrir, pra nutrir minha mãe, pra nutrir a minha família, está sendo pago com anel de ouro, com uma pedra de rubi e o diploma de turista formada pela Universidade Federal da Bahia”. E é muito pouco quando eu volto as memórias de minha vó e lembro que minha mãe estudou num dos melhores colégios da Bahia fazendo faxina pra coordenadora desse colégio. Eu volto: “mãe, eu preciso lembrar o que foi que a senhora fez, pra que eu sustentasse esse anel. O quanto eu preciso fazer pra honrar a sua memória e a memória de minha avó”. [3 segundos de silêncio]. E a rua, agora sim, é um instrumento pra eu chegar a essas memórias, porque quando nada faz sentido, porque quando a minha caminhada pra ver o ir e voltar das ondas no Porto da Barra, nada mais é do que apenas apagar aquilo que eu sinto, o desespero que eu sinto, que eu preciso respirar e contemplar a beleza de qualquer praia, né? Poderia ser qualquer floresta do mundo. [4 segundos de silêncio]. Agora sim, a rua... [zoada de carro de som]. É mamão, manga, melancia e 30 ovos, vai rolar, assim. Essa rua, né? Aí sim ela vai ser um instrumento pra que eu rememore o passado e pra que eu honre essas pessoas. Não é só [ela fala cita o nome da vó], minha vó, não é só [ela cita o nome da mãe], minha mãe. É [nome suprimido], é Dona [nome suprimido] que tinha um pé de pitanga que é uma das minhas frutas favoritas e todas as vezes que eu provo, que eu coloco uma pitanga na minha boca, eu lembro da doçura que era a minha infância, que embora fosse uma infância difícil, em um lugar pobre. Eu nunca deixei de escutar: “eu te amo”; “você é forte”; “você vai ser uma mulher grande”; “eu acredito em você”. Eu vou lembrar de Ditinha, vou lembrar de Aloísio cantor do Olodum. Isso aí é quando eu provo a pitanga, que eu lembro que tem uma pitanga próxima à minha casa, naquela rua. A rua, esse espaço que você me mostrou, aí sim se constitui num instrumento pra que eu acesse determinadas memórias. Às vezes eu até esqueço de como era a cor do... [inaudível, 3h15min22s, 0-1 segundo]. Se eu chegar na Baixa dos Sapateiros eu consigo sentir cheiro do... [inaudível, 3h15min29s, 1-2 segundos]. Eu consigo lembrar que dona Olga pegava o cabelinho dela e passava um ferro no cabelo e eu consigo sentir o cheiro do ferro queimando no cabelo. [inaudível, 3h15min43s, 1-5 segundos]. A rua é esse instrumento, sacou? Não é mais a passagem, não é mais eu, é instrumento de acesso a memórias afetivas ou não [3 segundos de silêncio]. Que eu não sei se falar de memória afetiva é falar de coisas

⁵⁷ Busu é uma gíria baiana que significa ônibus.

famosas, assim, mas também é saber que minha mãe presenciou um crime e por conta disso adoeceu a vida toda. É saber que nunca na minha vida, quando um trio tiver descendo o prédio da... a rua da Sulacap, eu devo estar na frente desse trio. É saber que eu não posso andar atrás de um caminhão e de um trio quando ele estiver subindo a ladeira que dá acesso ao edifício Arthemis, porque foi naquela rua que o trio do Comanches se descontrolou e matou mais de 11 pessoas, isso é acessar a memória através da rua e todas as vezes que eu passo naquela ladeira, instintivamente, eu ando na calçada. Eu acho que eu não era nem nascida, deve ter sido em 88 ou eu tive... era 89, eu era criança, eu não lembro a data, mas todas as vezes que eu passava naquela rua, minha mãe dizia: “foi aqui que aconteceu isso, isso e isso” e meu tio saía no Comanche e meu tio só não morreu naquele dia porque minha avó obrigou a voltar pra casa pra tomar o banho de folha que todo mundo da minha família deve tomar antes de ir pro carnaval. Porque o carnaval é uma festa que mexe com muitas energias. Olha quanta coisa eu acesso passando por esse caminho... é memória. Subir a Ladeira do Ferrão, aquela que você apontou no seu mapa, é lembrar que padre Hélio era chato, feio, careca, mas que eu ia até o salão paroquial com meus doces finos que eram só pros padres, mas como minha vó era ‘brother’ do padre, de vez em quando eu roubava a hóstia pra ver “colé dimerma” daquele negócio que todo mundo podia comer, menos eu podia comer. Ou quando serviam mingau na igreja, eu consigo sentir o cheiro da Rosário dos Pretos hoje e eu frequento. Quando tá muito ruim, que eu acho que o diabo tá desejando ou tá... [inaudível, 3h18min31s, 0-1 segundo] ... que Bethânia fala que a pessoa é... parafraseando, né? “Da forma que ela falou: “Você é tão seca, mas tão seca que nem o diabo ambiciona a sua alma”. Quando eu estou sentindo que a ambição do diabo está para a minha alma, a dor, a tristeza, a depressão, sabe? Eu sigo até a ladeira... eu subo pela Ladeira do Ferrão, que é perigosa nos dias atuais ou subo pela Baixa dos Sapateiros e acesso a igreja Rosário dos Pretos por aquelas pedras. O primeiro degrau da igreja Rosário dos Pretos é extremamente machucado de tantas pessoas pisarem. Cara, é uma pedra e a pedra é amassada de tanto alguém meter o pé no meio do lugar durante 200 anos. Eu subo aquilo ali, entro na igreja e vou direto pra onde está o túmulo de Anastácia, não sei se você já ouviu falar nessa mulher aí. Na mulher escravizada que tem os olhos azuis, que foi cegada, furado pela sinhá e eu vou até o túmulo de Anastácia, acendo uma vela e peço à Anastácia resiliência e aquilo ali é memória...

18. A rua é manifestação do sagrado

Entrevistada 9: Agora, na hora do meu trabalho, do meu trabalho do axé eu trabalho mesmo e a rua muda, o axé muda a gente pro jeito de ver a rua.

Entrevistado 6: A igreja de Cristo, por tudo que ela representa pra Terra, por todos os princípios e valores que estão sobre ela, ela precisa ter um compromisso com justiça social, ela precisa se incomodar com os vulneráveis, ela precisa se incomodar com os órfãos, com as viúvas, ela precisa se incomodar com desigualdades, com pessoas em condições de ruas. Ela precisa ter um compromisso porque isso faz parte da sua missão aqui na Terra, de ser farol, de ser luz, de resplandecer. Então, ela não pode, simplesmente, se prender em 4 paredes e ficar ali na sua liturgia, sabe? Justiça social é um compromisso que a igreja precisa ter, justamente, porque ela compõe a sua missão aqui na Terra.

19. A rua é cultura

Entrevistada 8: Eu olho tudo. [risos]. E leio tudo e vou. Tenho, assim, os olhos abertos para [...]. Eu aprendo no dia a dia. A “calle” [rua]. para mim, também me dá muito ensinamento. É um processo de aprendizado também.

C: Como é que funciona esse processo de aprendizado de conhecer pela rua que você está falando? Como é isso para você?

Entrevistada 8: Eu vejo o que eles comem na rua, como são as suas maneiras de falar e aí eu vou imitando e vou tomando também. Por exemplo, alguma comida que eu não sei, eu

falo: “Mas o que ele está comendo agora, vou experimentar”. É isso. É um processo também de imitação que eu estou fazendo para me adaptar.

20. A rua é professora

Entrevistada 4: A rua ensina que, como me ensinou que a gente não deve confiar em tanta gente, em todo mundo, que eu fui enganada. A rua me ensinou que a gente tem que respeitar o próximo, independente das condições dele, seja pobre, seja rico, a gente tem que respeitar o próximo, né? Amar, respeitar o próximo e é isso aí. Me ensinou isso, a amar, a respeitar o próximo e não confiar em todo mundo.

21. A rua é desigualdade

Entrevistada 2: As ruas de Salvador têm essa questão que eu falei da [trecho inaudível]. Eu fui outro dia, mesmo... outro dia, que eu digo, antes da pandemia, né? A última vez que eu saí, foi pra um evento de poesia na praça da Piedade, né? Menina, era inacreditável a quantidade de ambulantes que tinha ali na Joana Angélica. Você não conseguia nem caminhar, era muita gente, era muita fruta, era produto de supermercado, era tanta coisa sendo vendida. E aí você percebe: por que é que aquelas pessoas estão ali na rua, vendendo aquilo? Porque elas precisam sobreviver. Então você vê muito essa desigualdade que existe em Salvador, você percebe muito quando você anda na rua. Tem bairros que é diferente, né? Quando você vai na Pituba é diferente. Então você percebe isso, porque a periferia também é diferente. Então cada lugar você vê que é de uma forma, e isso eu acho que é o que mostra, né, a desigualdade que a gente vive aqui em Salvador.

Além dessas sínteses, o entrevistado 11, Pedro Mota Viana, confeccionou dois mosaicos a partir de sua compreensão de rua (figuras 19 e 20), que ele disponibilizou para ilustrar sua compreensão das ruas de Salvador e foi cedido por ele para publicação.

figura 19. Primeiro Mosaico síntese da rua elaborado pelo entrevistado 11, Pedro Mota Viana.



Fonte: Pedro Mota Viana, 2021

figura 20. Segundo Mosaico síntese da rua elaborado pelo entrevistado 11, Pedro Mota Viana.



Fonte: Pedro Mota Viana, 2021

Ademais, é importante ressaltar que os mapas elaborados evidenciam o processo de visibilização e invisibilização seletivo das ruas durante o habitar cotidiano, pois, durante as entrevistas, ruas e trajetos são mencionados fazendo aparecer uma imagem de uma cidade habitada pelos entrevistados, mas também uma cidade distante, não necessariamente porque desconhecida, mas porque não fez parte do compartilhar das experiências de cidade trocadas durante as entrevistas.

Neste sentido, os trajetos apresentados nos mapas são narrativas e trajetórias individuais da cidade evocadas, transformadas e significadas pelo compartilhar dos trajetos e pontos da cidade considerados importantes no momento da entrevista. Assim, longe de representar “as” ruas e “a” Salvador dos entrevistados, os mapas revelam ruas e “Salvadores” situadas, contextualizadas e que fazem parte do jogo de descobrir e encobrir a cidade a partir dos eventos e memórias considerados importantes no momento da entrevista.

Essa relação entre visibilidade e invisibilidade de ruas da cidade é sempre contextual e pontual quando se considera a relação dos habitantes com elas, pois a entrevista e, no cotidiano, o compartilhar experiências da cidade com conhecidos e pessoas próximas é sempre situado, fazendo com que, enquanto fenômenos e partes da vida urbana, diferentes partes da rua e da cidade apareçam em conjunturas e contextos diversos, que dependem da intimidade, da confiança e do assunto partilhado entre as pessoas, já que a visibilidade e a pertinência dos fenômenos é sempre situada e contextual.

Assim, a rua e a cidade dialeticamente aparecem sempre totalmente nos fragmentos trocados, mas sem nunca se esgotar, podendo ser sempre *lócus* da novidade, do diferente, porque a cidade e as ruas enquanto totalidade são sempre abertas e estão sempre em transformação. Mas também, de outro modo, as ruas e a cidade podem também ser centro de representações hegemônicas que valorizam áreas específicas da cidade, ao mesmo tempo em que estigmatizam e desvalorizam outras partes dela.

Os mapas a seguir, fazem transparecer, no âmbito individual, de cada entrevistado, uma imagem da razão de série do que é, para eles, Salvador, ao mesmo tempo em que, apreciados coletivamente, apresentam também uma razão de série das ruas da cidade, vistas pela perspectiva de pessoas com os mais diferentes relacionamentos com as ruas soteropolitanas (figuras 21-31).

Os mapas de destaques dos trajetos tiveram o objetivo de tornar marcos e referenciais espaciais utilizados na descrição dos trajetos compreensíveis para o leitor, seja ele soteropolitano ou não, permitindo, desse modo, um vislumbrar da cidade descrita e narrada pelos entrevistados, constituindo as paisagens soteropolitanas evocadas nas narrativas.

Consideramos, no processo de criação dos mapas, que, no contexto das entrevistas, as ruas e os locais descritos têm mais características de lugar do que aqueles que foram, no contexto da entrevista, invisibilizados, pois essas ruas e locais descritos são, justamente, as partes da cidade evocadas pela memória dos entrevistados para mostrar sua relação com Salvador e com suas ruas. Por isso, optou-se por preencher os mapas com as ruas da cidade, colorindo apenas aquelas que são mencionadas pelas entrevistas. Assim, as áreas coloridas são mais lugarizadas, considerando-se a situação da entrevista que aquelas que não foram mencionadas, pois não são evocadas nas memórias das experiências de cidade na pesquisa. Considerando-se os destaques, optou-se por acrescentar a imagem da cidade com transparência, para destacar os marcos da cidade que fazem parte da paisagem soteropolitana habitada nas caminhadas.

Já os mapas que correspondem às figuras 32 a 34 evidenciam o habitar a cidade relacionado às mudanças de escala e alcance de lugar, quando comparados com os mapas dos trajetos gerais, haja vista que alguns entrevistados, ao descreverem o que consideram importante sobre o seu habitar das ruas da cidade, têm alcance muito distinto. Tais diferenças no habitar a cidade evidenciam que não apenas ruas distintas apresentam maior ou menor força de lugar, mas também que a própria paisagem urbana de Salvador se constitui com alcance diferente que varia conforme gênero, idade, classe social e raça.

São exemplos da diferença de alcance de lugar e da paisagem soteropolitana habitada pelos entrevistados os mapas que destacam o trajeto realizado a pé, no centro, pela entrevistada 1 (figuras 21 e 32), dona de casa, que vai à rua para resolver demandas domésticas, mas também para ter um tempo consigo e espairecer dos problemas cotidianos. O seu trajeto a pé corresponde a um trecho de mais de 4km.

Já a entrevistada 3 (figuras 23 e 33), aposentada, percorre a maior parte dos caminhos na cidade de carro, fazendo trajetos a pé apenas nas proximidades da sua residência e de curtas distâncias, que não ultrapassam os 500m.

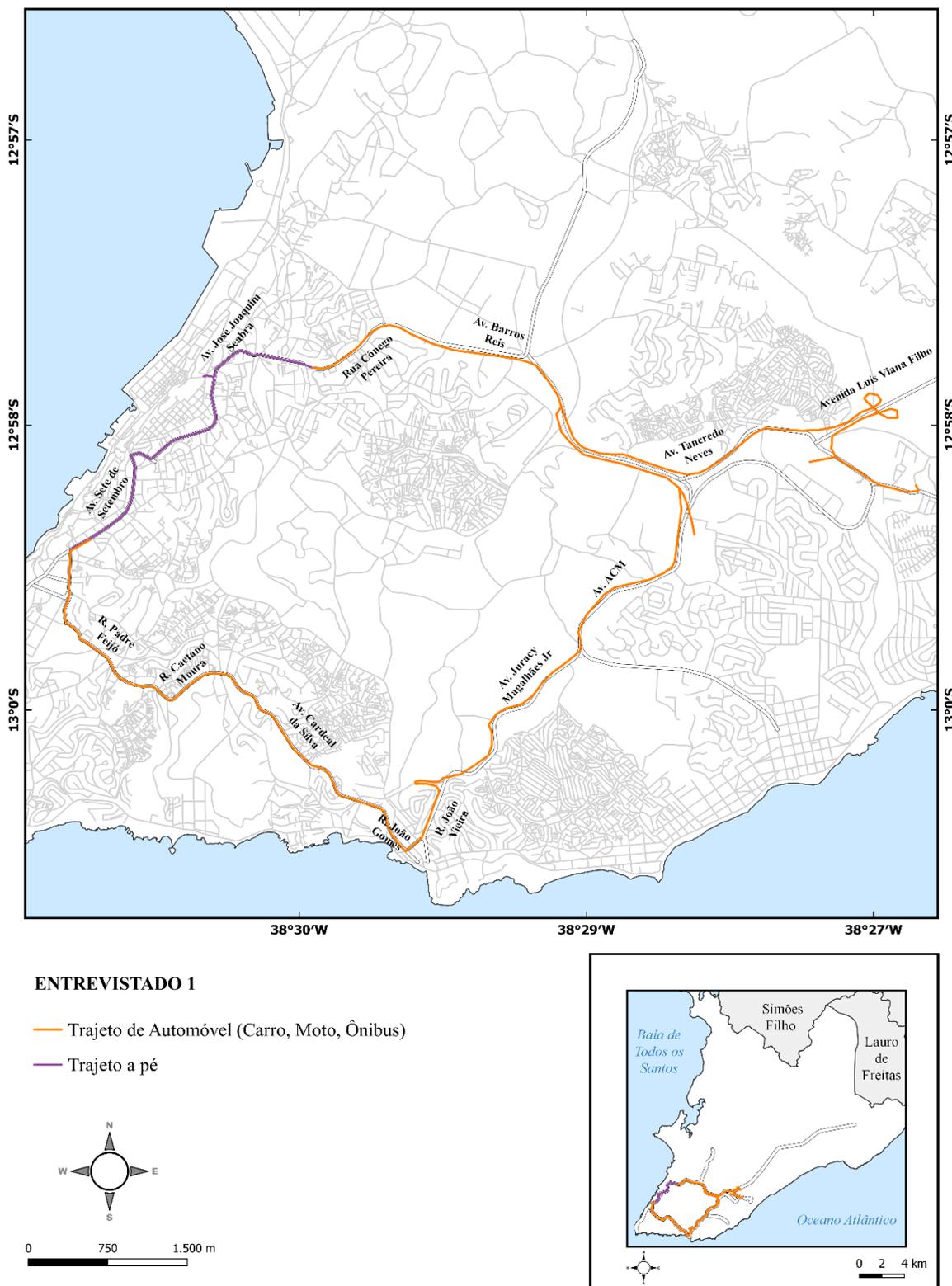
As figuras 24 e 34 evidenciam as longas distancias percorridas a pé e de carro pela entrevistada 4, que viveu em situação de rua. Considerando que ela afirmou fazer os trajetos do centro, de mais de 3 km, várias vezes por dia. Ressalta-se o trajeto a pé da Boca do Rio até a praça da Piedade, de mais de 19km percorridos a pé na ida e na volta.

Ao observar cada um dos mapas, fica patente que o acesso a meios de transporte particulares modifica as porções da cidade percorridas a pé, de modo que, em geral, apenas trajetos curtos são realizados. A figura 22, por exemplo, apresenta trajetos em veículos que perpassam as principais vias da cidade. No entanto, os trajetos percorridos a pé são feitos ou no centro da cidade, ou nas proximidades de casa. Ao representar todos os trajetos em um único mapa, os trajetos realizados a pé no centro tornam-se minoritários e compreendidos até como curtos, quando, de fato, envolvem mais de 10km.

A necessidade de ajuste da base da cidade e de suas ruas para apresentar os trajetos evidencia a impossibilidade de apresentar cada uma dessas ruas ou trajetos de forma única, haja vista que os trajetos são visibilizados ou invisibilizados a depender das opções de apresentação destes em forma de mapas. Ademais, mesmo que todos os entrevistados se refiram a Salvador, apenas umas poucas ruas da cidade fazem parte do cotidiano dos entrevistados e compõem as suas memórias da cidade, tendo esses sido mencionados nas entrevistas.

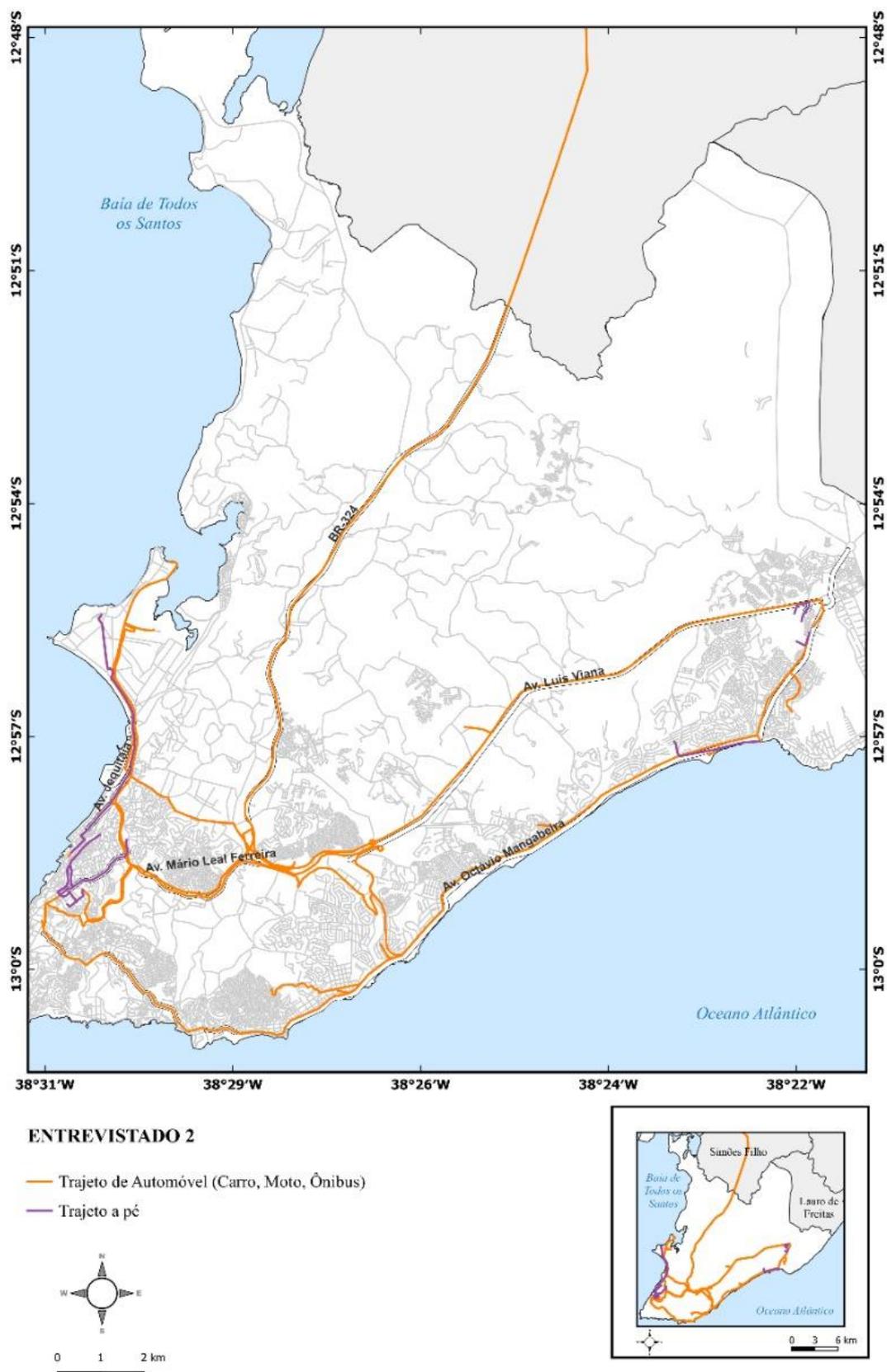
A caminhada na cidade, especialmente para os entrevistados que relataram maiores percursos a pé com destino à residência, refere-se a momentos específicos da sua trajetória de vida. Vale notar os trajetos mencionados pela entrevistada 2, 5 e 11, que mostram longas jornadas a pé feitas nas ruas da cidade por escolha. A entrevistada 4, por sua vez, quando vivia em situação de rua, chegava a realizar o mesmo trajeto inúmeras vezes por dia por questões de sobrevivência, mas, ao ter casa própria, no entanto, vê a possibilidade de estar em casa e de dela desfrutar como algo positivo.

Figura 21. Mapa de todos os trajetos mencionados pela entrevistada 1



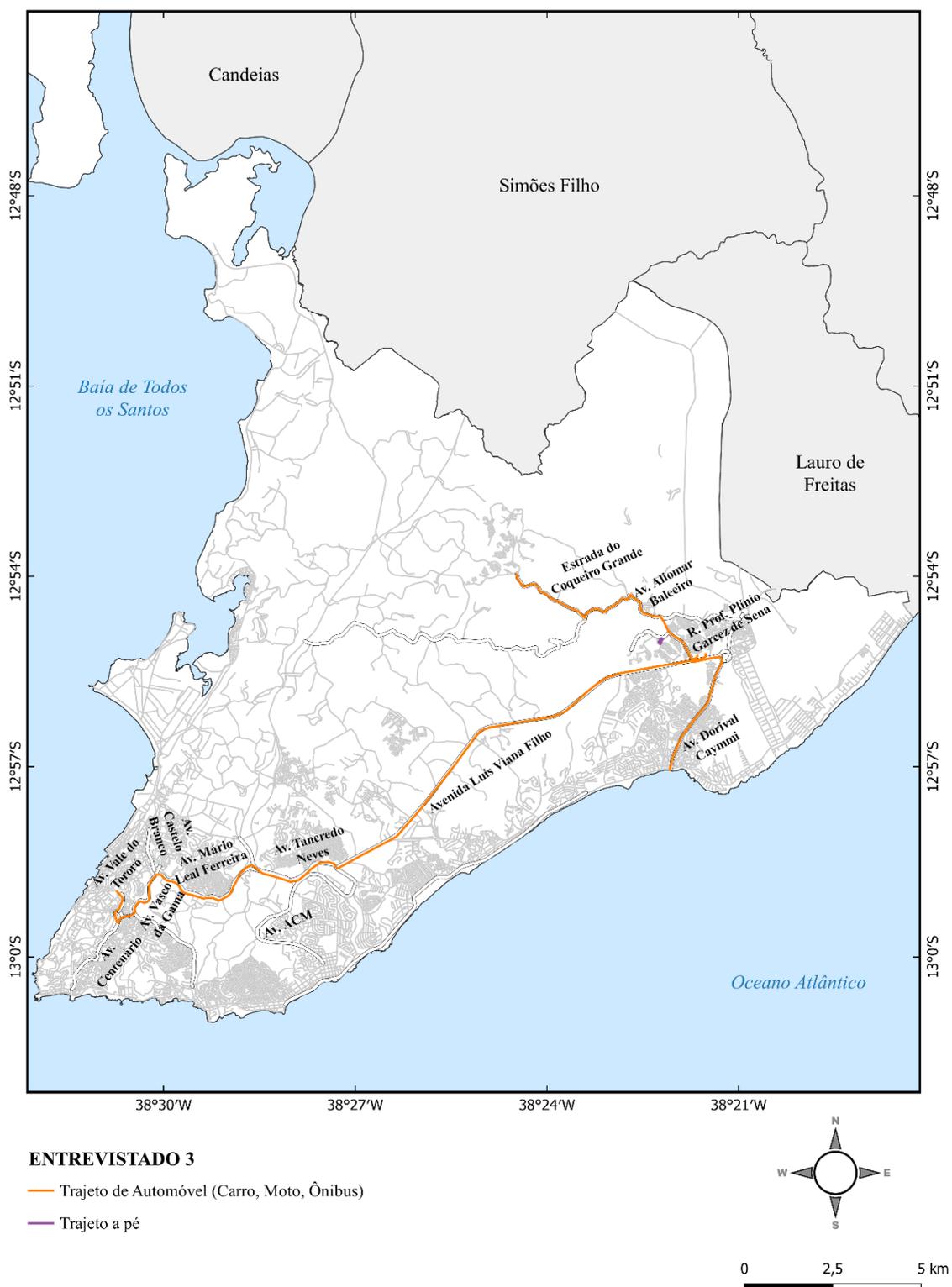
Elaboração: Caroline Bulhões Nunes Vaz e Alexandre Matos Contreiras Pereira

Figura 22. Mapa de todos os trajetos mencionados pela entrevistada 2



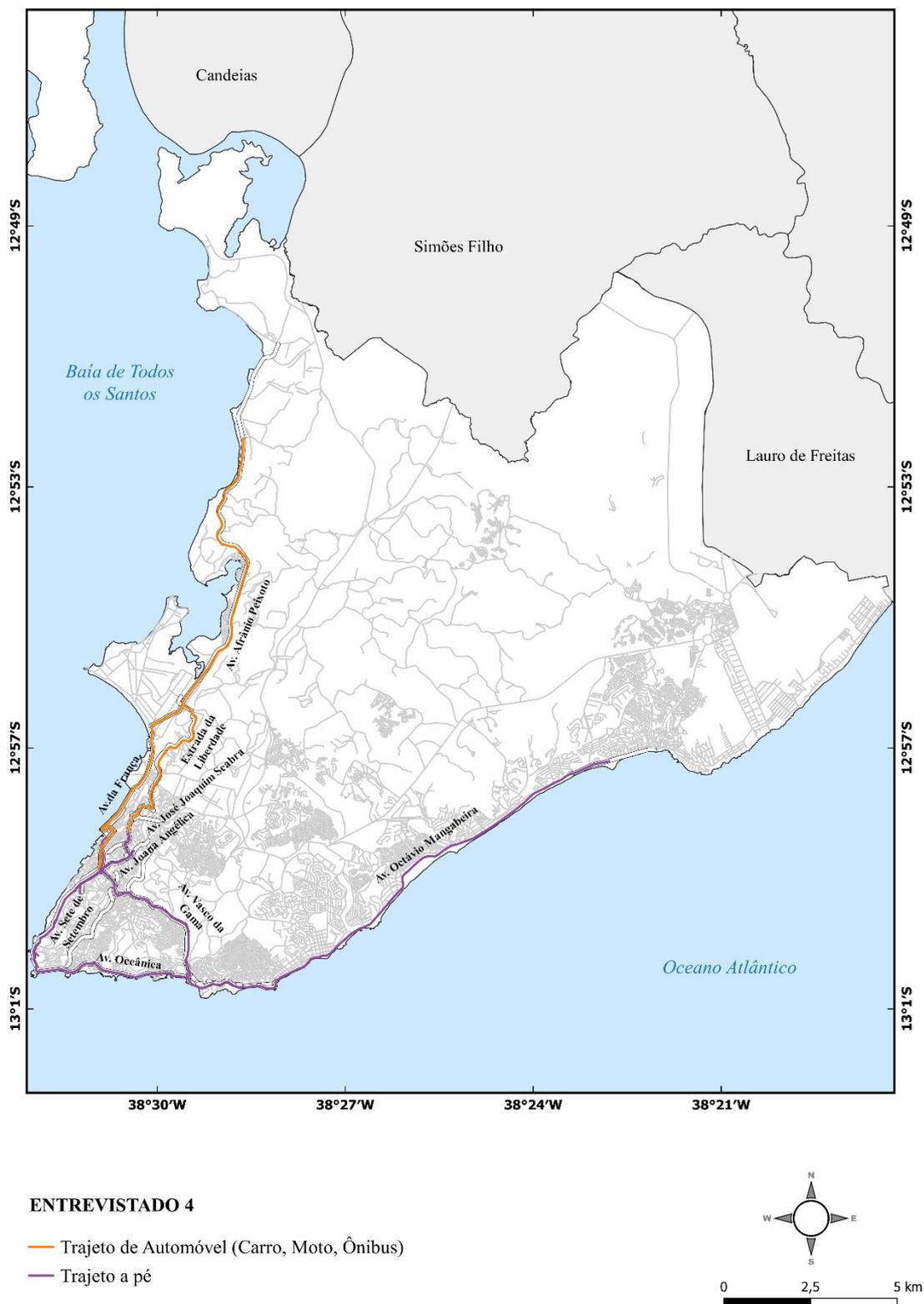
Elaboração: Caroline Bulhões Nunes Vaz e Alexandre Matos Contreiras Pereira

Figura 23. Mapa de todos os trajetos mencionados pela entrevistada 3



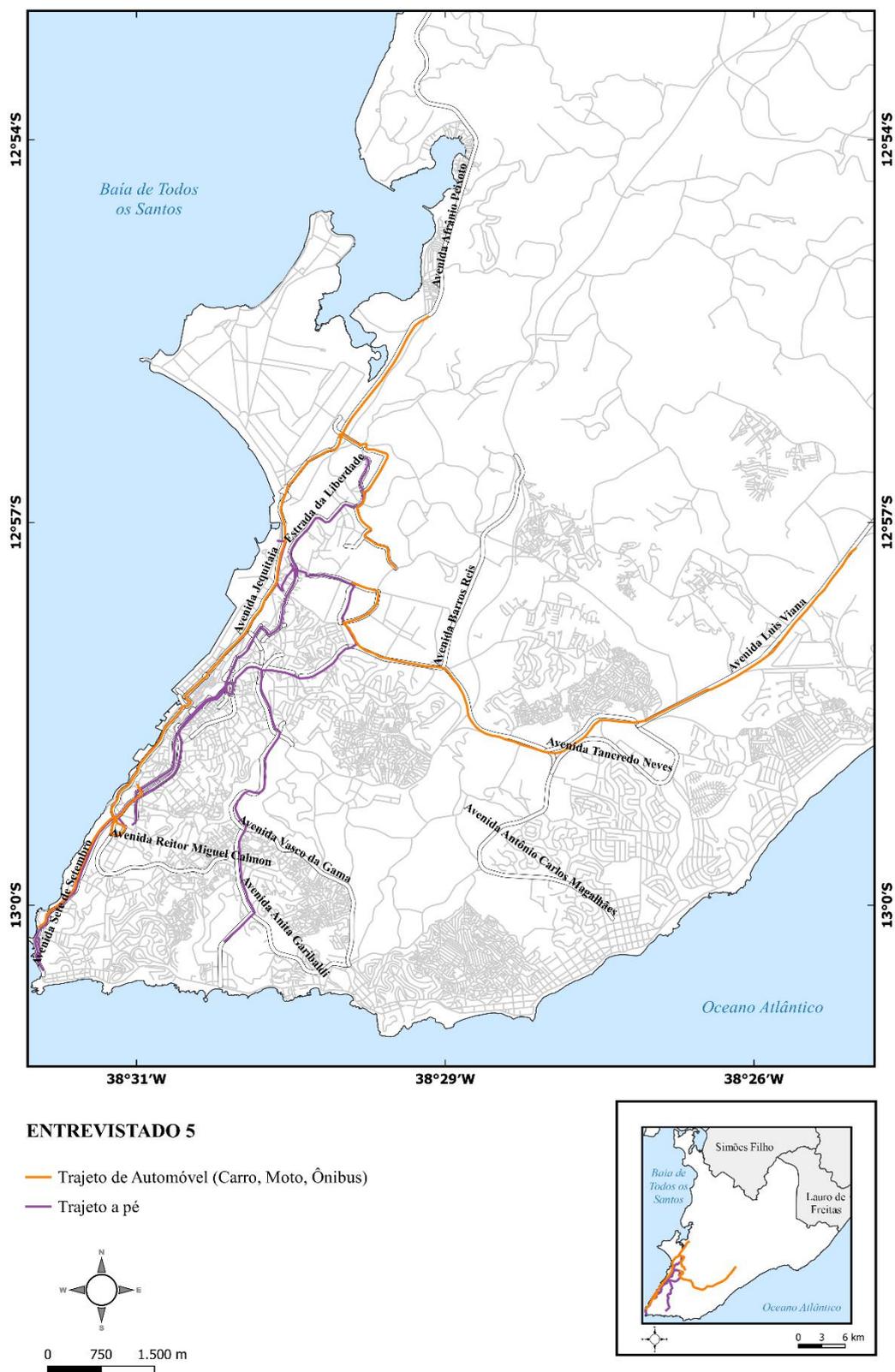
Elaboração: Caroline Bulhões Nunes Vaz e Alexandre Matos Contreiras Pereira

Figura 24. Mapa de todos os trajetos mencionados pela entrevistada 4.



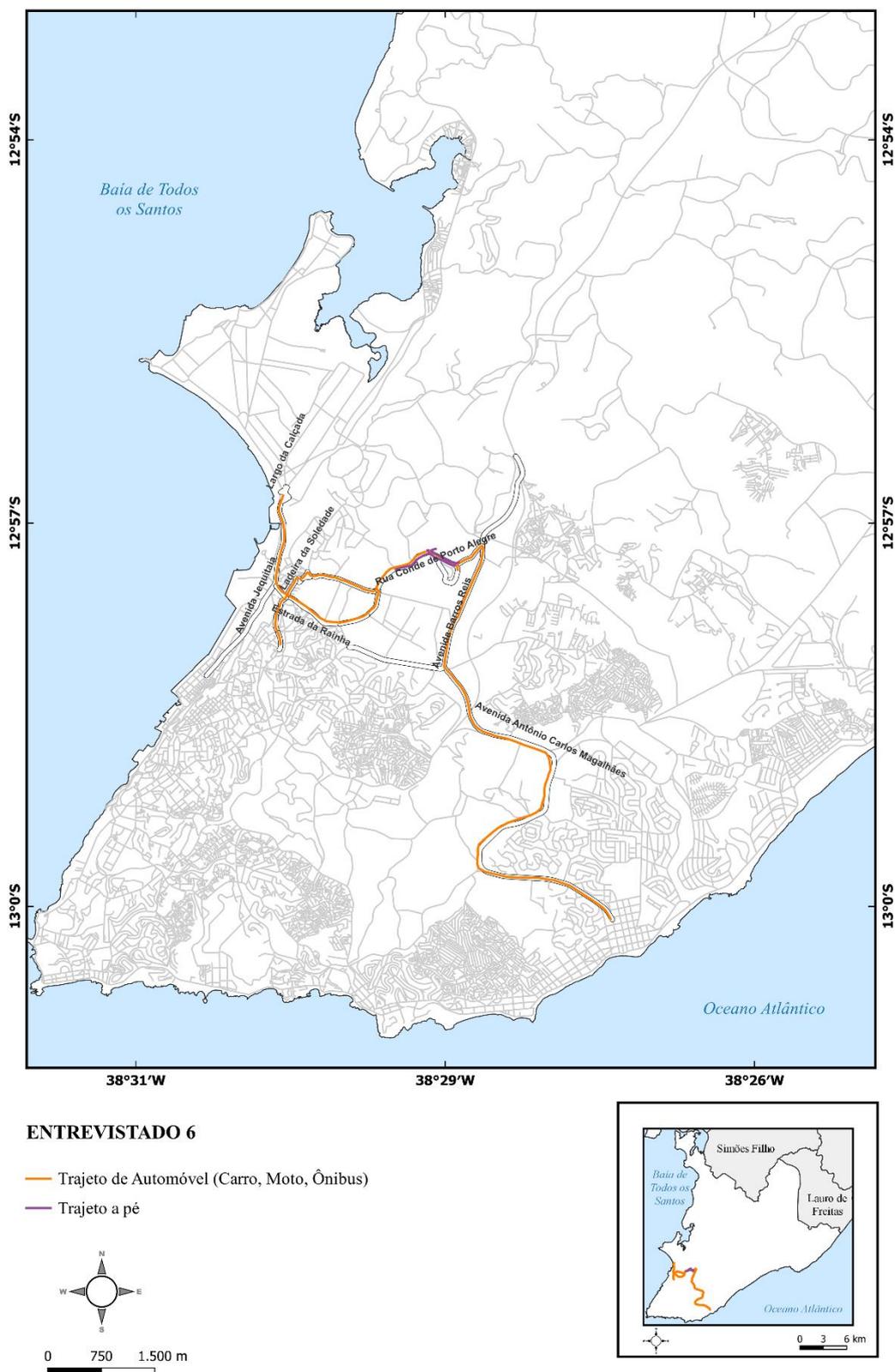
Elaboração: Caroline Bulhões Nunes Vaz e Alexandre Matos Contreiras Pereira

Figura 25. Mapa de todos os trajetos mencionados pela entrevistada 5



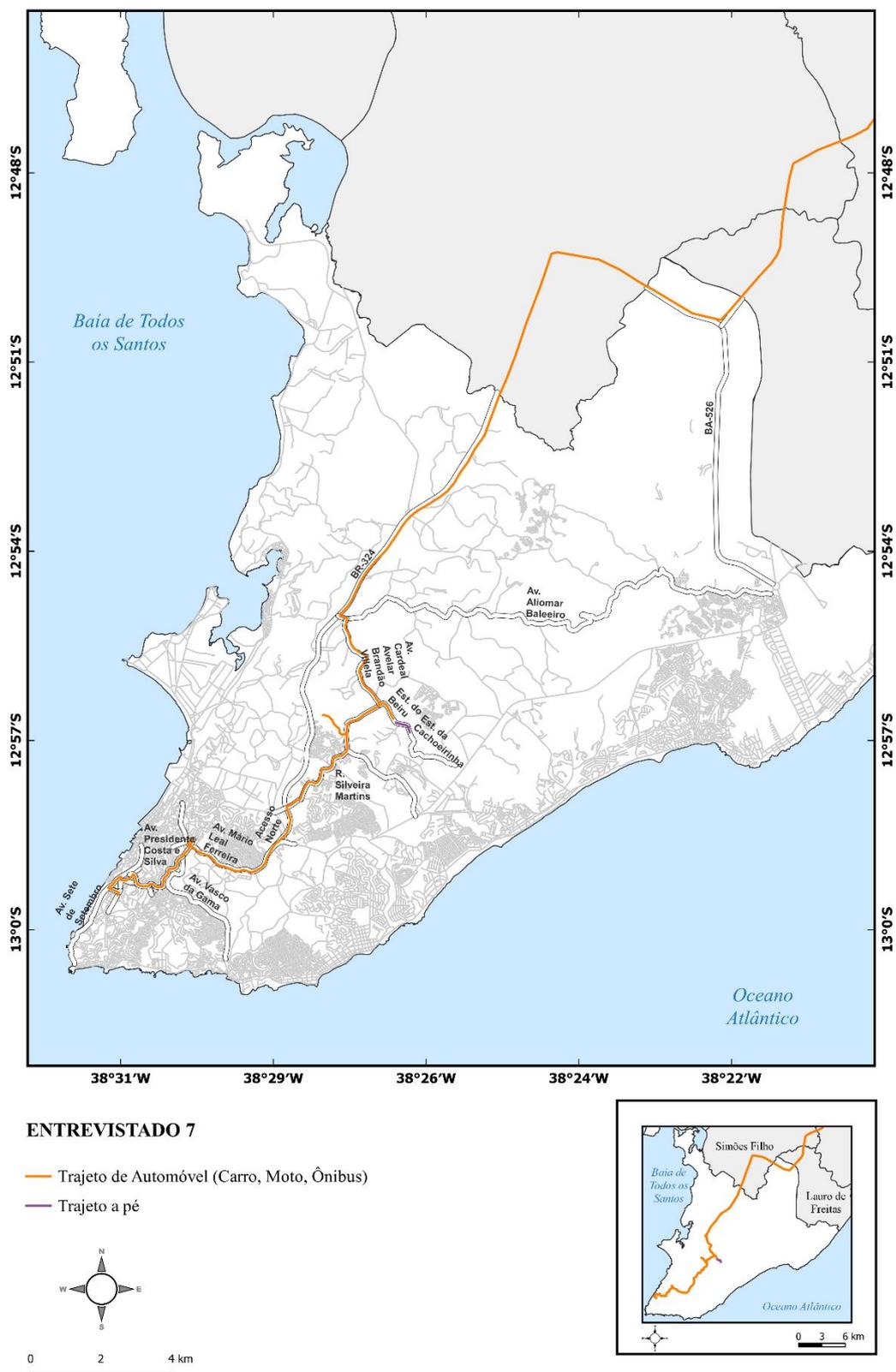
Elaboração: Caroline Bulhões Nunes Vaz e Alexandre Matos Contreiras Pereira

Figura 26. Mapas de todos os trajetos mencionados pelo entrevistado 6



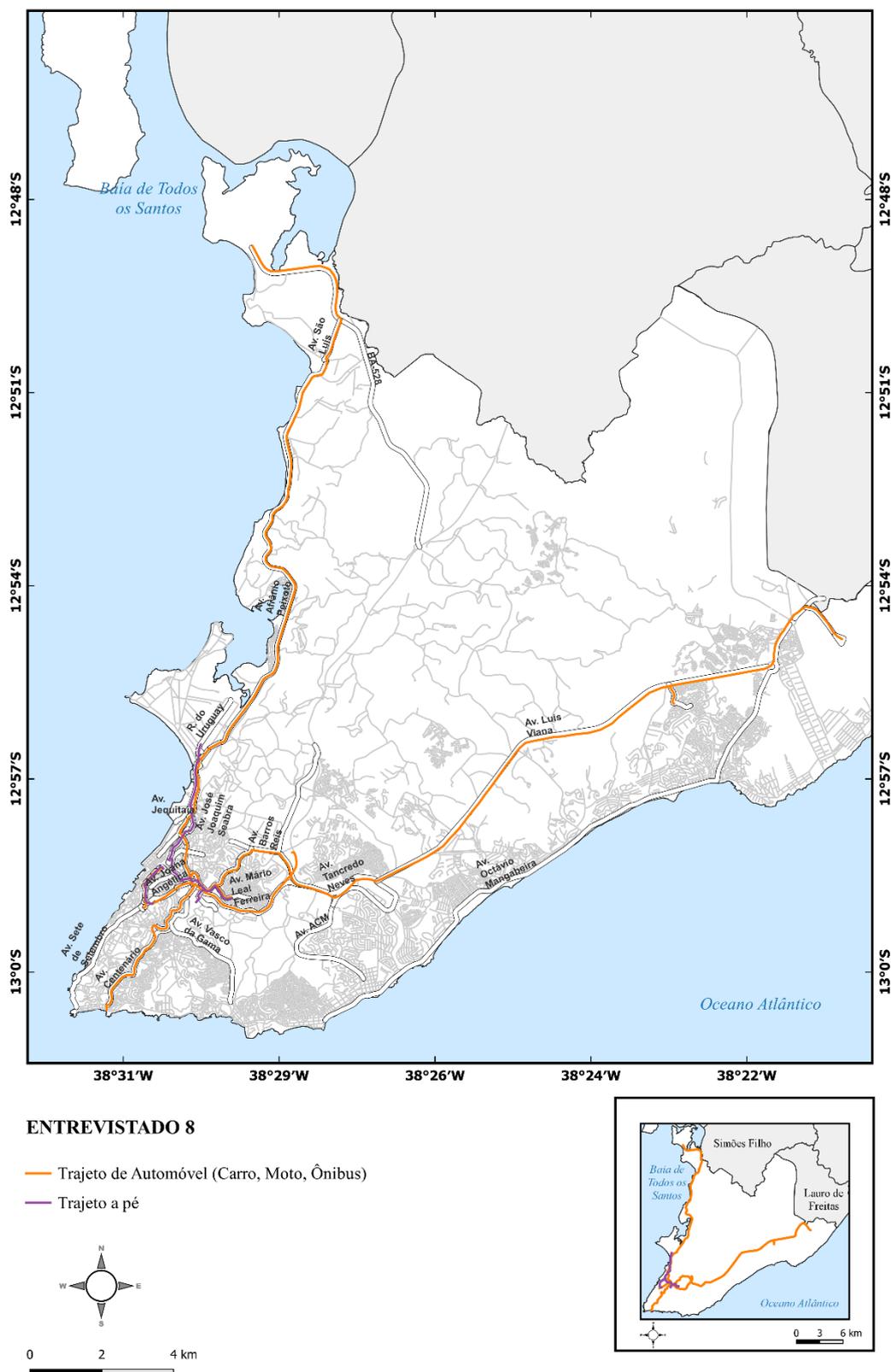
Elaboração: Caroline Bulhões Nunes Vaz e Alexandre Matos Contreiras Pereira

Figura 27. Mapas de todos os trajetos mencionados pela entrevistada 7



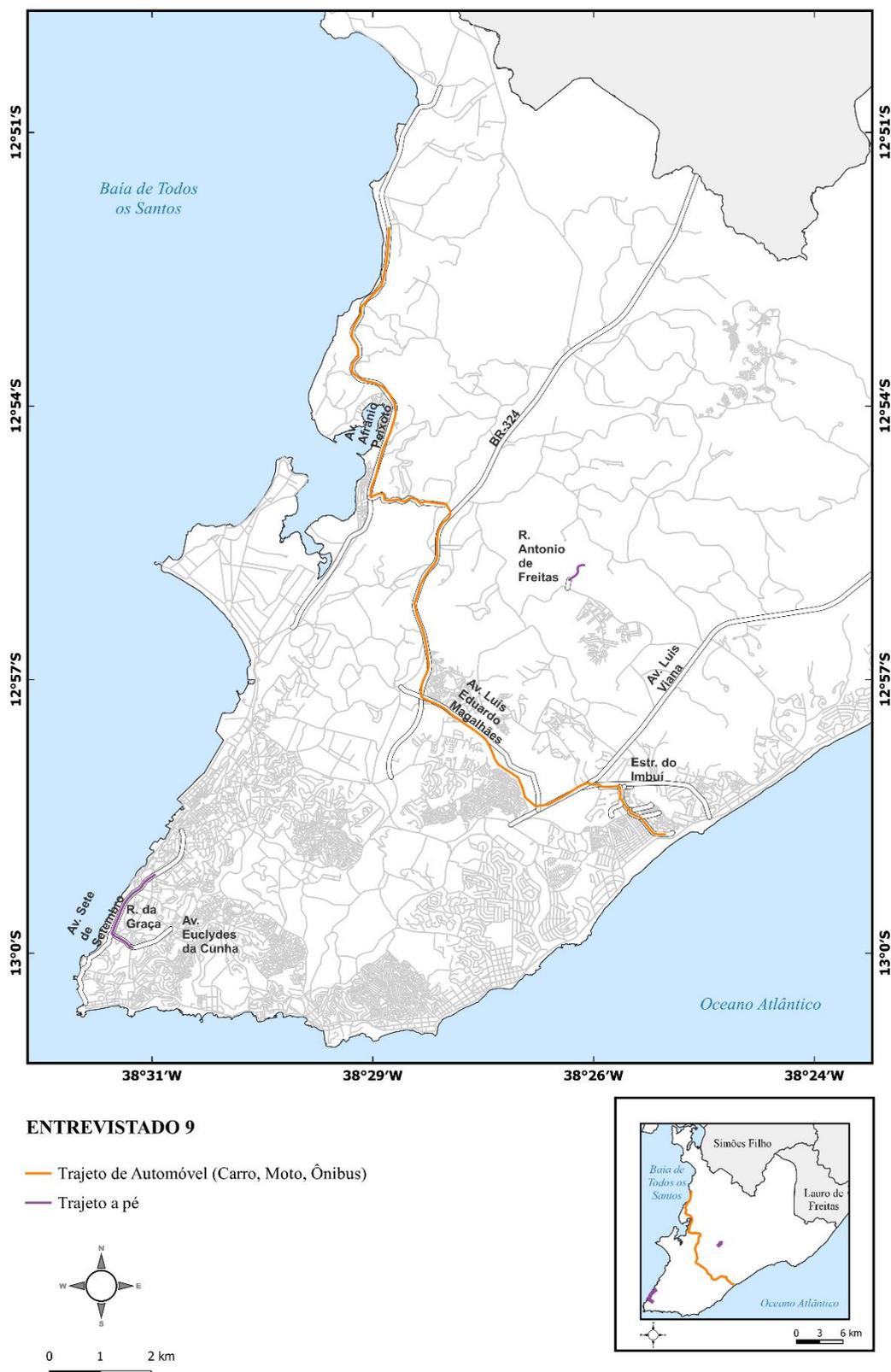
Elaboração: Caroline Bulhões Nunes Vaz e Alexandre Matos Contreiras Pereira

Figura 28. Mapas de todos os trajetos mencionados pela entrevistada 8



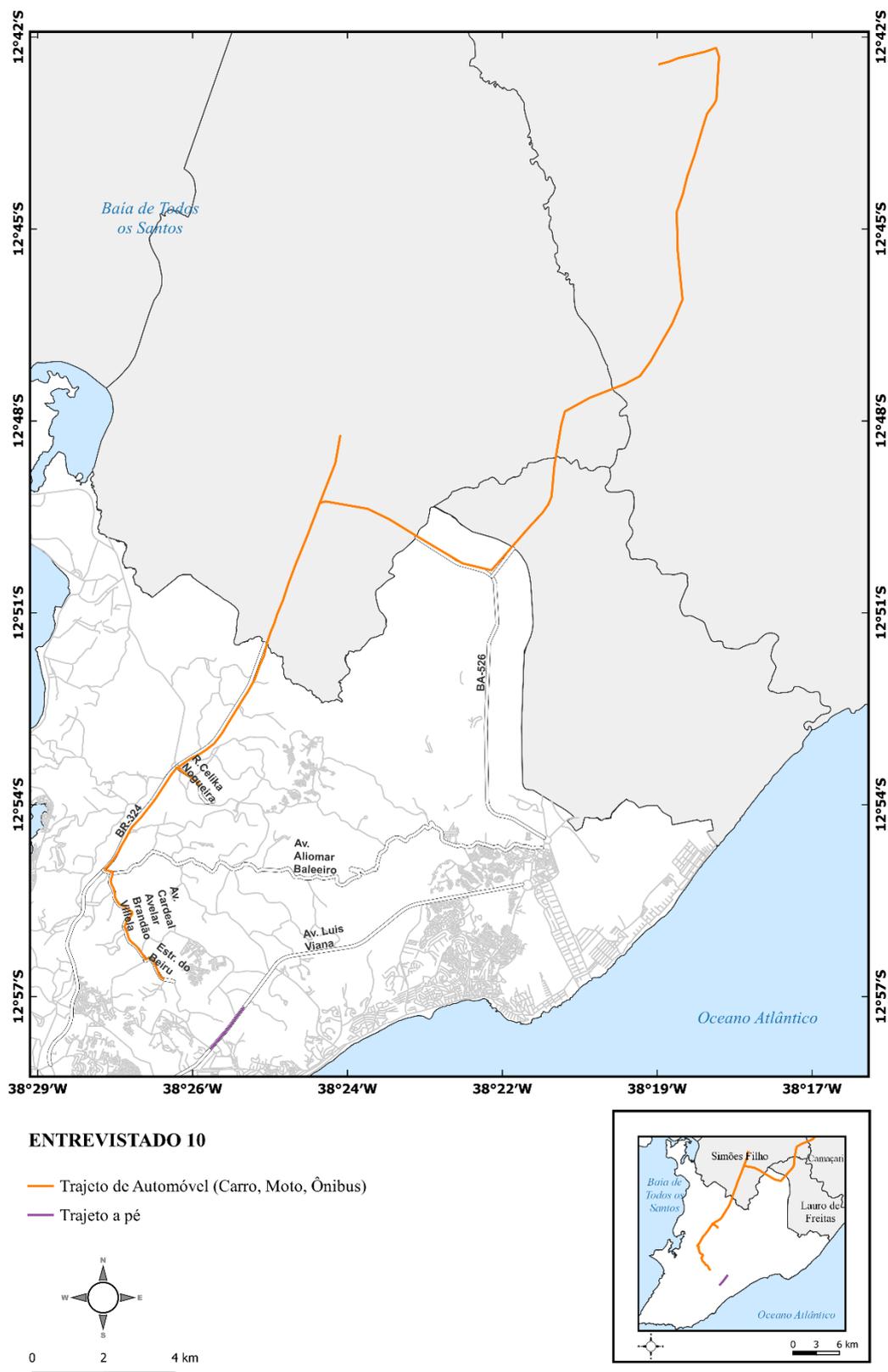
Elaboração: Caroline Bulhões Nunes Vaz e Alexandre Matos Contreiras Pereira

Figura 29. Mapas de todos os trajetos mencionados pela entrevistada 9



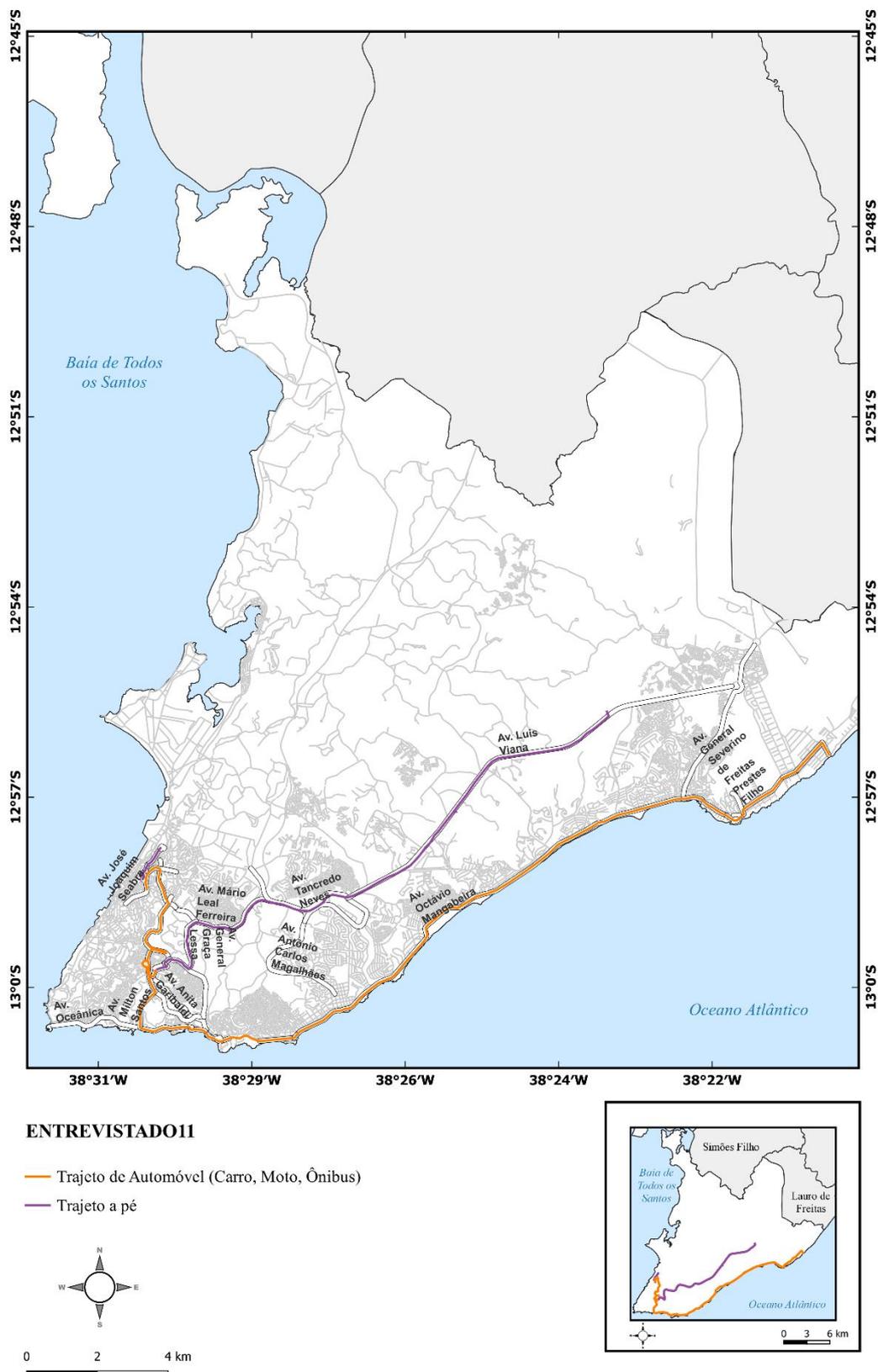
Elaboração: Caroline Bulhões Nunes Vaz e Alexandre Matos Contreiras Pereira

Figura 30. Mapas de todos os trajetos mencionados pelo entrevistado 10



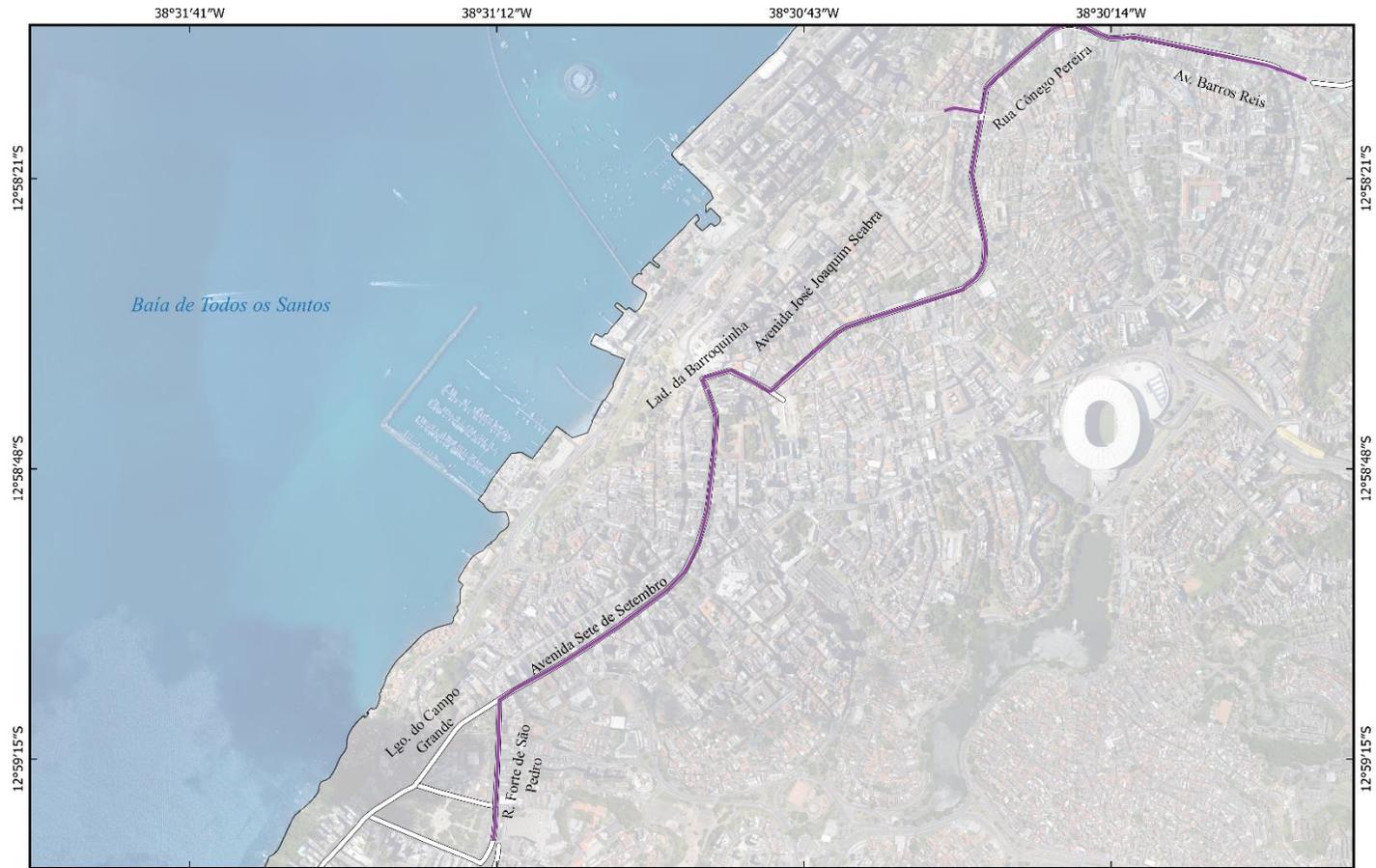
Elaboração: Caroline Bulhões Nunes Vaz e Alexandre Matos Contreiras Pereira

Figura 31. Mapas de todos os trajetos mencionados pelo entrevistado 11



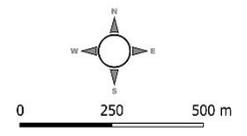
Elaboração: Caroline Bulhões Nunes Vaz e Alexandre Matos Contreiras Pereira

Figura 32. Mapa de destaque do trajeto a pé mencionado pela entrevistada 1



Trajeto Detalhado do Entrevistado 1

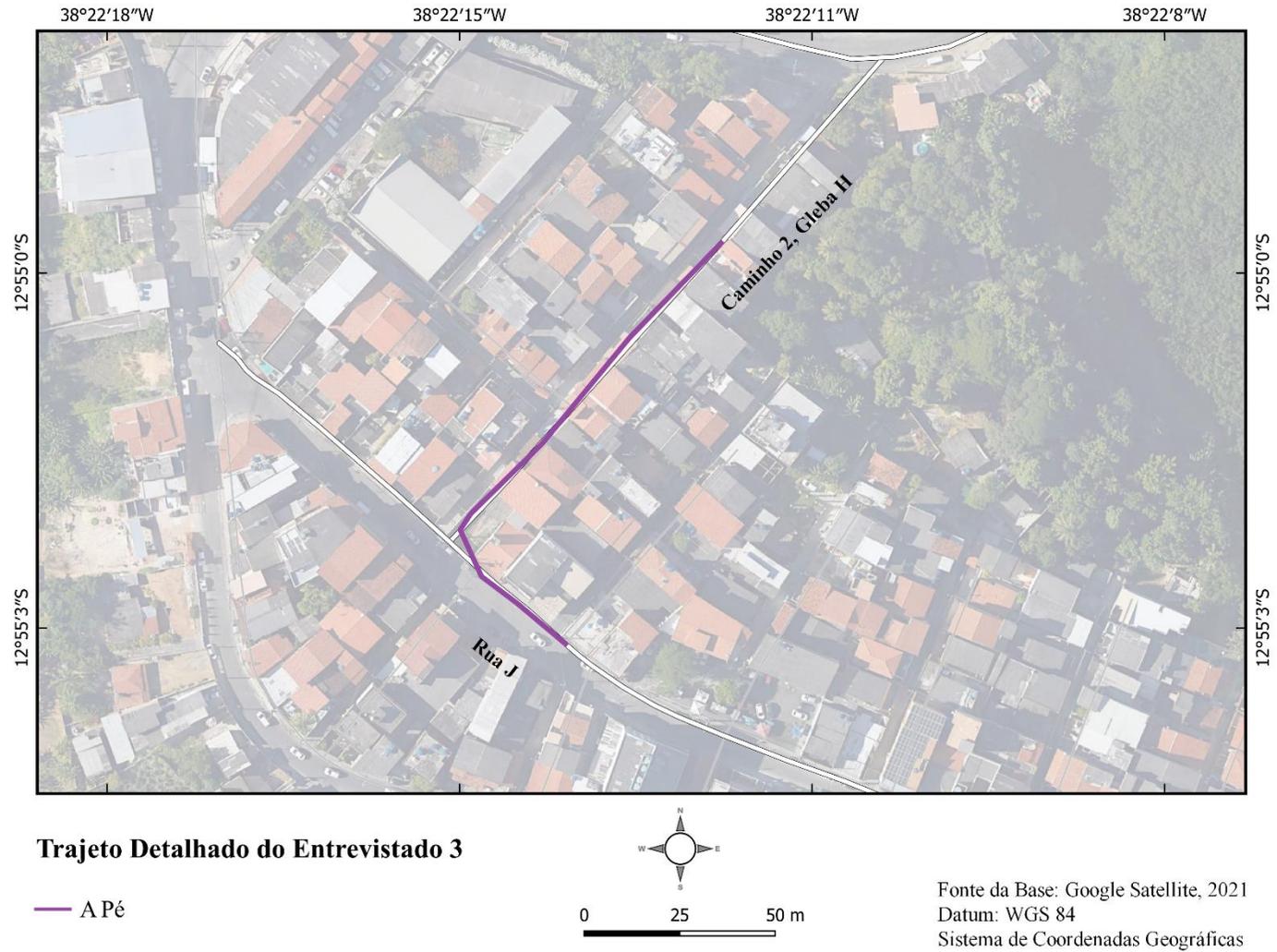
— A Pé



Fonte da Base: Google Satellite, 2021
Datum: WGS 84
Sistema de Coordenadas Geográficas

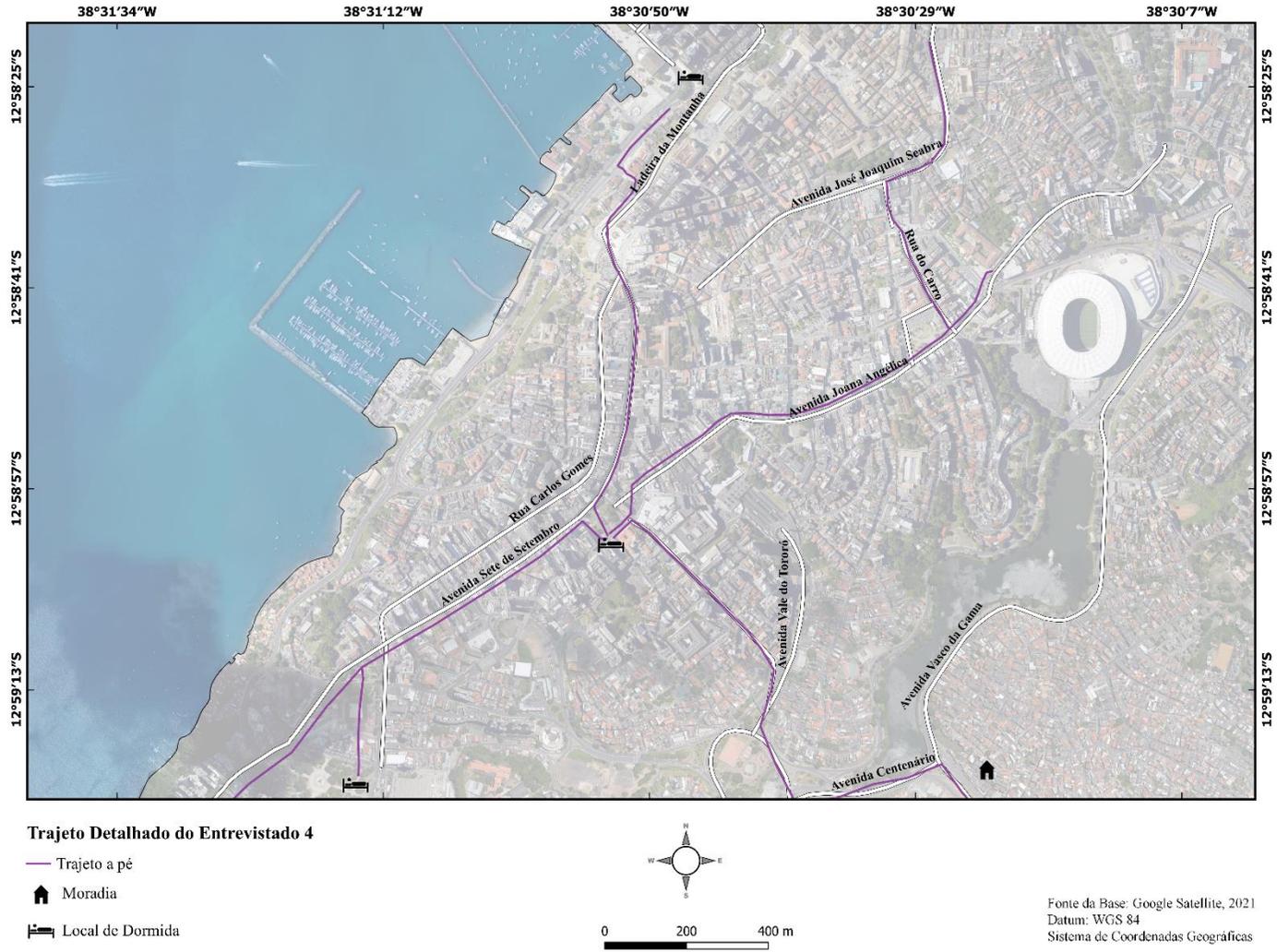
Elaboração: Caroline Bulhões Nunes Vaz e Alexandre Matos Contreiras Pereira

Figura 33. Mapa de destaque do trajeto a pé mencionado pela entrevistada 3



Elaboração: Caroline Bulhões Nunes Vaz e Alexandre Matos Contreiras Pereira

Figura 34. Mapa de destaque do trajeto a pé mencionado pela entrevistada 4



Elaboração: Caroline Bulhões Nunes Vaz e Alexandre Matos Contreiras Pereira

10 A CIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA

A pandemia confere à realidade uma liberdade caótica, e qualquer tentativa de a aprisionar analiticamente está condenada ao fracasso, dado que a realidade vai sempre adiante do que pensamos ou sentimos sobre ela. Teorizar ou escrever sobre ela é pôr as nossas categorias e a nossa linguagem à beira do abismo.

(Boaventura de Sousa Santos)

10.1 TRANSFORMAÇÕES PANDÊMICAS: CRISE, POLÍTICA E O URBANO

Durante os últimos meses do ano de 2019, casos de pneumonia viral foram registrados na cidade de Wuhan, situada na República Popular da China. Após investigações feitas por especialistas, as autoridades chinesas confirmaram em 7 de janeiro de 2020 que esses casos eram de um novo tipo de coronavírus, o SARS-CoV-2, responsável pela doença COVID-19 (OMS-PAHO, 2020).

Os coronavírus estão entre as principais causas dos resfriados comuns e são encontrados por todas as partes e raramente os casos registrados se desenvolviam em doenças mais graves. No entanto, com a emergência dos surtos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), com fatalidades girando em torno de 3%, descobertos inicialmente na China em 2003 e de Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS), identificados originalmente na Arábia Saudita em 2012, que implicou na morte de 35% dos doentes, essa certeza foi desacreditada. Assim, a ciência, em seu desenvolvimento ao longo do século XX, já havia identificado ao menos sete tipos de coronavírus humanos (HCoVs) que causavam doenças com riscos diferentes à vida humana: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV, MERS-COV e o, mais novo coronavírus, o SARS-CoV-2 (BRASIL, 2014; OMS-PAHO, 2020).

A descoberta do novo coronavírus criou um alerta global visando a favorecer a comunicação e a colaboração entre os países em prol de refrear o espalhamento do vírus e de suas mutações, bem como favorecer a colaboração política e científica entre os países para diminuir os impactos na saúde pública e na economia global.

O rápido espalhamento do vírus entre países e continentes, seguido pelo aumento elevado no número de casos e internações oriundos da doença, implicaram

na caracterização de uma nova pandemia em 11 de março de 2020. Nesse mês, a Itália já era o epicentro da pandemia, registrando mais de quinhentas mortes diárias e chegando a mil mortes diárias pela doença no fim do mês (G1, 2020a; ITALIA, 2020).

O surgimento do SARS-CoV-2 e o desconhecimento da sintomatologia e evolução da doença, assim como seu rápido espalhamento trouxeram preocupação a diversos países do mundo sobre os impactos que o novo coronavírus e a doença a ele relacionada causariam à população e à economia. Assim, ainda no início de 2020, diversos países promoveram o fechamento de fronteiras, *lockdown* e quarentena de viajantes e doentes com o intuito de frear o avanço da doença nos seus territórios.

No Brasil, o primeiro caso confirmado do novo coronavírus aconteceu em 26/02/2020, em São Paulo, e implicou na ampliação dos critérios para determinar casos suspeitos da doença, aumentando o monitoramento de voos destinados ao país, além de implicar na adoção de estratégias de rastreamento de contatos deste primeiro caso confirmado, mas sem adotar medidas de fechamento de fronteiras e testagem em massa como feito por outros países (BRASIL, 2020).

Ademais, foram feitas recomendações de medidas de distanciamento social pelo governo federal e pelos demais entes federativos. O executivo nacional propôs a Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, para que apenas a gestão federal pudesse adotar certas medidas de isolamento social de combate ao novo coronavírus. No entanto, foi assegurado aos estados, municípios e Distrito Federal o direito e dever de adotar medidas de prevenção e combate à disseminação do vírus pelas decisões proferidas pelos ministros Marco Aurélio Mendes de Farias Mello em 24/03/2020 na avaliação da Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.341 Distrito Federal (proposta pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT)), posteriormente referendada por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal, e pelo ministro Alexandre de Moraes, em 08/04/2020, de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 672 Distrito Federal (proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil), evidenciando o caráter concorrente e colaborativo dos diversos entes federativos (BRASIL-STF, 2020a; BRASIL-STF, 2020b; BRASIL-STF, 2020c).

Fica, portanto, patente, por meio dos imbrólios jurídicos, que, desde o início da crise do novo coronavírus no Brasil, houve respostas diferentes à crise por parte dos entes federativos, não havendo uma coordenação nacional de gestão da pandemia que articulasse o enfrentamento à COVID-19. Rodrigues e Azevedo (2020) apontam que o combate à pandemia da COVID-19, para ser eficaz, deveria ser feito por meio

da articulação entre estados, municípios e governo federal, cabendo à União nortear as ações dos demais entes federativos, a partir de planos de atuação e implementação por parte das gestões das demais esferas. No entanto, os autores afirmam que a pandemia trouxe à baila os problemas do federalismo brasileiro, especialmente por fazer sobressair as questões político-institucionais que têm se agravado nos últimos anos.

As reflexões de Rossi e Silva (2020) sobre o consórcio Nordeste também evidenciam as disputas políticas e institucionais em curso no Brasil, especialmente entre os estados nordestinos e o governo federal a partir das eleições de 2018, o que mobilizou as gestões estaduais a se fortalecerem por meio dessa ferramenta jurídica. Ademais, os autores indicam que a falta de coordenação nacional ocasionou em medidas restritivas distintas por parte dos Estados. Além disso, passou a negociar diretamente com a China os equipamentos hospitalares, como respiradores e máscaras e a criação do Comitê Científico do Consórcio Nordeste para o enfrentamento da crise.

O contexto do início da pandemia no país foi marcado por notícias que explicitaram a piora da crise na Europa e a adoção de medidas restritivas e de rastreamento de casos por parte de diversos países, tendo ocasionado uma corrida por suprimentos nos mercados por parte da população e pânico por medo de desabastecimento e de perda da vida. Em 18 de março de 2020, o portal de notícias UOL divulgou, por exemplo, uma notícia informando que redes varejistas de mercado passariam a limitar a venda de produtos considerados essenciais e racionar o estoque para evitar desabastecimento no Reino Unido (UOL, 2020).

Neste sentido, diante do imbróglio jurídico e da falta de coordenação nacional da pandemia, os estados passaram a adotar medidas restritivas semelhantes às aquelas adotadas por países que já tinham vivenciado uma crise nos sistemas de saúde como Itália, Reino Unido e Espanha. Mello-Théry e Théry (2020) apontam que a pandemia é fruto da globalização e como tal deve ser gerida, tendo-se em consideração as diferentes escalas geográficas, num esforço político e científico de enfrentamento à pandemia. No entanto, no contexto brasileiro “o governo federal tem protagonizado idas e vindas, enviando MPs ao Congresso e as anulando no dia seguinte, criticam governadores e prefeitos, e continua, ainda, negando o problema tratando a pandemia como uma doença passageira” (MELLO-THÉRY; THÉRY, 2020, p. 6); e, portanto, insistido na continuidade das atividades econômicas e dificultado que tais ações

preventivas tenham a eficácia que tiveram em países como a Nova Zelândia, pela dificuldade de articular as ações nas diferentes esferas (CNN, 2020). As discussões de Mello-Théry e Théry (2020), de Rodrigues e Azevedo (2020) e Rossi e Silva (2020) são corroboradas por pesquisadores de outras áreas do conhecimento, como a medicina (CAMPOS, 2020), a sociologia (CAPONI, 2020) e a psicologia (SPINK, 2020), explicitando uma disputa discursiva sobre a pandemia entre agentes políticos, pesquisadores e agências de mídia.

Afora as notícias apresentadas pela mídia, a troca de correspondências virtuais com pessoas ao redor do mundo, como familiares, amigos e colegas de trabalho também mostraram a adoção de medidas restritivas em outros países. Assim, as notícias transitavam entre o sucesso chinês de controlar a pandemia, haja vista que o país em sete de abril de 2020 já não registrou nenhuma morte por COVID-19 (AGÊNCIA BRASIL, 2020), e a propagação da doença com o surgimento de outros epicentros da pandemia ao redor do mundo, naquele momento afetando especialmente o continente europeu (G1, 2020b).

No intuito de agrupar trabalhos artísticos em formato de contos, crônicas e poesias sobre essa pandemia e sobre as pandemias anteriores e seus efeitos na humanidade, bem como para incentivar a produção e a publicação de trabalhos artísticos literários no estado de Roraima, a Editora da Universidade Federal de Roraima (EdUFRR), junto ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Roraima (PPGL/UFRR) e o Coletivo Caimbé de Autores de Roraima, se propôs a organizar semestralmente a Coleção Literatura de Circunstância, cujos dois primeiros volumes versam, como mencionado anteriormente, sobre o contexto de pandemia no Brasil. Os dois volumes, organizados por Fábio Almeida de Carvalho (diretor da EdUFRR), Roberto Mibielli (Coordenador do PPGL/UFRR) e Edgard Borges (Coletivo Caimbé de Autores de Roraima), contam com textos de variadas partes do país e do exterior, compartilhando o contexto de quarentena, de medo do contágio e sobre os desafios impostos no momento.

Os dois volumes contam com textos da escritora baiana Lorena Grisi, que reflete sobre o contexto soteropolitano. No primeiro Volume, a autora escreve uma crônica sobre a chegada do vírus em Salvador⁵⁸ e o dilema ético e moral de ir a uma feira de

⁵⁸ Em troca de correspondências com Lorena Grisi a autora fez a ressalva de que a crônica presente no volume I da coleção Literatura de Circunstância foi escrita no dia do registro do primeiro caso de COVID-19, momento no qual a OMS e o Ministério da Saúde não recomendavam a utilização de

literatura e ilustrações na cidade no dia da chegada do vírus. A autora traz a dúvida e a angústia entre a aparente necessidade de isolamento e a necessidade e vontade de continuar fazendo as atividades cotidianas, bem como sobre a dificuldade de, tão subitamente, passar a adotar medidas de isolamento social, como não abraçar ou tocar conhecidos, apontando que a cultura muito gestual e de contatos físicos na cidade seria um elemento dificultador para o combate ao vírus (GRISI, 2020a).

No segundo volume, as reflexões de Grisi (2020b) evidenciam as diferenças de rotinas de vizinhos nas primeiras semanas de isolamento social, entre aqueles que se mantiveram conformados, e até confortáveis com o “fique em casa” da quarentena, e aqueles que já não suportavam mais a imperiosidade de permanecer sem sair de casa. No contexto dos dois vizinhos mencionados pela autora são os sons das ruas, de batidas ritmadas em painéis (seriam, painéis contra o governo? Há mais de um ano de pandemia, já não sei), que permitem uma comunhão entre os dois vizinhos tão próximos, mas tão distantes, não apenas um do outro, mas de toda a vizinhança envolvida no processo.

Situações como as relatadas por Grisi (2020) também fizeram parte de muitos noticiários que divulgaram atividades culturais promovidas por vizinhos e homenagens aos profissionais da linha de frente, assim também como os dilemas de gestores ao redor do mundo em adotar ou não medidas de isolamento social, como os casos do Brasil, do Reino Unido e da Suécia (BBC, 2020)

Ademais, as medidas sanitárias consideradas eficientes para barrar o avanço da COVID-19 no mundo fizeram mudar as paisagens urbanas. Ao invés de imagens de pontos turísticos lotados e movimento cotidiano nas ruas do Brasil e do mundo, a mídia passou a noticiar justamente a restrição de movimentação nas ruas, já que o desrespeito ao isolamento social e às regras de distanciamento social passou a ser punido por multa e com responsabilização criminal.

De acordo com Brito e Serpa (2020), o corpo é a dimensão que permite a aproximação entre reflexões feitas no âmbito das pesquisas em Teatro e em Geografia. Isto porque o corpo permite compreender o vivido e o viver, fundamentando a possibilidade de vida coletiva e urbana, de modo que o corpo é humanização do lugar, haja vista que permite e fundamenta a experiência humana do

máscaras tanto para preservar o material para os profissionais de saúde, como por desconhecer a dinâmica de contaminação do vírus. Neste sentido, a autora ressaltou que, tendo a oportunidade, retificaria o texto, fazendo referência à necessidade do uso de máscaras.

espaço. Os autores afirmam que o corpo tensiona três pares dialéticos: o público e o privado; o interior e o exterior; o movimento e o repouso, que se relacionam ao contexto da pandemia por fazerem sobressair as mudanças sofridas pelas pessoas no cotidiano. Brito e Serpa ressaltam que a dialética público-privado é trasladada para o espaço privado, demandando novas formas de viver a casa e novas formas de negociar e lidar com as diferenças mediados pelo distanciamento. O encontro com outras pessoas implicou na compreensão do corpo como bolha, seguro apenas em casa e se tomadas as medidas de prevenção ao coronavírus de modo que se precisou aprender “[...] a existir com menos espaço que no período anterior à eclosão da pandemia”, obrigando a uma retração das conchas de experiências, propostas por Moles e Rhomer, que se ampliam para conquistar o mundo até o advento da velhice e das limitações impostas pela idade (BRITO; SERPA, 2020, p. 56).

Em outra perspectiva, a pandemia de COVID-19 escancara para a humanidade as crises vividas, o provável colapso para o qual a humanidade se encaminha, pois “em virtude de um grande paradoxo, o que comumente é entendido por progresso acarreta em um formidável exercício de destruição do meio natural⁵⁹” (TAIBO, 2020, p. 6). Isto porque a ciência moderna se conformou em torno da compreensão mecânica da natureza, a serviço do homem, que dela pode dispor sem ressalvas, de tal modo que o aprofundamento da modernidade e os avanços produtivos e técnicos implicaram no risco iminente de esgotamento das matérias primas energéticas e de mudanças climáticas globais, envolvendo a transformação de áreas ecúmenas e produtivas em anecúmenas e improdutivas, o que, por sua vez, implica em processos migratórios massivos de populações que podem perder seus lares e territórios. Além disso, muitas vezes o discurso do desenvolvimento sustentável serve de justificativa para continuar a exploração e outras formas de lucro, sem necessariamente, modificar a lógica por trás da relação homem e natureza (ROSSI, 1992; PORTO-GONÇALVES, 2013, TAIBO, 2020).

Fica patente, portanto, a preocupação de longa data de cientistas de humanidades e da natureza com as consequências da associação entre as inúmeras crises que vivemos simultaneamente: a crise ambiental, o esgotamento dos recursos naturais, os problemas demográficos, as epidemias e pandemias e as crises sociais e financeiras que têm se aprofundado mais intensamente entre os séculos XX e XXI,

⁵⁹ Do original em espanhol: “*En virtud de una excelsa paradoja, lo que comúnmente se entiende por progreso acarrea un formidable ejercicio de destrucción del medio natural*” (TAIBO, 2020, p. 6)

indicando até a impossibilidade de um novo grande e amplo ciclo de retomada de crescimento econômico no pós-pandemia (AGAMBEN, 2020; MARQUES, 2020; SANTOS, B., 2020; SANTOS, B., 2021; TAIBO, 2020; ŽIŽEK, 2020). Ademais, é importante frisar que a identificação e a compreensão da crise por parcela da comunidade científica não implica necessariamente em reconhecimento de riscos e vulnerabilidades que daí advêm para a população em geral, haja vista que o reconhecimento de tal contexto depende da forma como as diferentes sociedades e indivíduos percebem tais fenômenos e da adoção de políticas públicas voltadas para educação e desenvolvimento territorial (MARANDOLA JR. 2014; GLEIZER, 2018) .

Diante do cenário que se desenhava com a pandemia, com a novidade de, pela primeira vez na história, o registro e o acompanhamento dos eventos poder se dar praticamente em tempo real, assim como pelo processo de aprofundamento do capitalismo e das desigualdades nas últimas décadas, a pandemia se tornou centro de reflexão sobre o futuro do capitalismo, dos ecossistemas e da própria humanidade (AGAMBEN, 2020; MARQUES, 2020; SANTOS, 2020; SANTOS, 2021; TAIBO, 2020; ŽIŽEK, 2020). A pandemia tensionou, em outra escala, a memória - neste caso, retomando estudos sobre outras pandemias, de como a humanidade lidou com elas, dos resultados do modo de produção e das transformações do mundo com a modernidade e seu aprofundamento - e a imaginação, seja no seu horizonte produtivo, fazendo vislumbrar as utopias e distopias de mundo ou a imaginação reprodutiva, ou em termos de projetar cenários a partir do que se conhece (RICOEUR, 1975 *apud* TAYLOR, 2006; RICOEUR, 1986 BACHELARD, 1997).

Ao avaliar a pandemia de COVID-19, Santos (2020), que em muitos aspectos aproxima-se das ideias de Taibo (2020), aponta para o seu contexto de emergência: a normalidade da exceção, tendo em vista o contexto de crise a partir de 1980 em todo o mundo; comprova a elasticidade do social e a possibilidade de vivermos de outra forma, diferente da que vivemos; evidencia a fragilidade da vida humana, lançando por terra o sentimento de segurança evidente pelas estratégias de cuidado com a saúde mental e física; permite o questionamento dos meios de produção e a relação que estabelecem com o meio ambiente; a disputa pelo domínio de influência política, econômica e tecnológica entre China e EUA; e, ainda, a marginalização de problemas de saúde pública e sociais, no centro do capitalismo, invisibilizados e para os quais não se dá a mesma importância como para as questões sanitárias e políticas em torno das crises de refugiados na Europa.

Acerca da necessidade de ponderar sobre a pandemia, Santos (2020) evidencia que a ciência, assim como a política, tem perdido seu caráter de mediação entre os avanços científicos, as reflexões sobre os anseios em relação ao mundo e a população em geral, indicando os riscos de se pensar sobre a pandemia, por parte dos cientistas sociais. Isto porque, na situação de excepcionalidade em que nos encontramos, a realidade e o desenrolar dos fatos se sobrepõem muito rapidamente às ponderações feitas. Neste sentido, o autor aponta para dois riscos: o primeiro, relacionado ao autoritarismo e ao aumento do controle e da vigilância por parte dos Estados, oportunistizados pela pandemia, fruto das meditações de Agamben (2020); e o segundo vinculado à compreensão de Žižek (2020), de que o comunismo global seria a solução futura para o problema. Nos dois casos, de acordo com Santos (2020), os autores tiveram que reconsiderar seus posicionamentos sobre o mundo e relativizá-los, posto que a proposta de ambos estava associada às suas reflexões feitas em contexto pré-pandêmico. Assim, o autor reivindica para os cientistas e intelectuais um papel de retaguarda, de partir da realidade, dos anseios e demandas sociais para teorizar, devendo-se aumentar o esforço para aproximar a relação entre ciência e comunidade.

É importante destacar que os escritos de Agamben (2020) e Žižek (2020) sinalizam para elementos distintos do processo. O filósofo italiano está cercado de pessimismo, pois entende que a pandemia coloca a humanidade em uma polarização entre viver e sobreviver, entre humanidade e barbárie, entre o que se pode ou não renunciar enquanto sociedade, diante dos riscos a que estamos expostos com a COVID-19. Agamben destaca que, diferente do que se assume, a vida é utilizada como fundamento da política e a crise da COVID-19 explicita o predomínio da sobrevivência sobre a vida, de modo que a “vida nua” orienta as ações e faz prevalecer o indivíduo sobre o coletivo, posto que as pessoas se habituaram a viver na “crise perene” que permeia o Estado de Exceção e não percebem “[...] que a vida deles foi reduzida a uma condição puramente biológica e perdeu qualquer dimensão não apenas social e política, mas até mesmo humana e afetiva” (AGAMBEN, 2020, p. 11). Assim, favorece-se o ambiente de limitação das liberdades, de rompimento entre vida biológica e vida afetiva e cultural e de aumento de passividade das massas frente à diminuição de direitos.

Žižek (2020), por sua vez, reconhece as possibilidades de uso político da pandemia, mas ressalta que essa também tem o potencial de unir as pessoas, o que

não é apontado por Agamben. Para o filósofo esloveno, a COVID-19 lançou uma tripla crise: médica, econômica e de saúde mental, apresentando uma nova relação entre homem e natureza, pois se, historicamente, o homem lutou para dominar e prescindir da natureza, a pandemia mostra que, independentemente do avanço técnico-científico, a natureza encontra outros caminhos de nos mostrar que somos parte dela. Assim, o desafio é compreender que a pandemia é um evento natural, não místico ou divino detentor de um significado profundo ou oculto, e, enquanto evento natural, a pandemia mostra que somos mais uma espécie no planeta em meio a tantas outras.

De acordo com Žižek, longe do que se espera de retorno ao normal e à vida como ela era antes da crise sanitária em curso, o que se avizinha é “[...] que ela irá estilhaçar os próprios fundamentos de nossas vidas, provocando não apenas uma imensa quantidade de sofrimento, mas também um caos econômico possivelmente pior que o da Grande Recessão” (ŽIŽEK, 2020, p. 35). O autor vislumbra que apenas a confiança e a ajuda mútua - numa solidariedade incondicional (que é a outra possibilidade de aceitação da pandemia), capazes de romper as limitações impostas pela economia - nos permitem evitar outras barbáries que se anunciam, especialmente aquelas que apresentam um rosto humano, validadas por especialistas e aplicadas com tristeza e compaixão.

No entanto, Santos (2020), apesar de reconhecer os limites dessas reflexões e os desafios que estão à frente das pesquisas sobre os impactos da pandemia, aponta que esta não afeta a todos de forma igual, contendo sempre características díspares e afetando mais aqueles que de alguma maneira fazem parte de grupos mais vulneráveis: as mulheres, por assumirem profissões diretamente ligadas ao cuidado, seja doméstico, social ou hospitalar, sendo ainda vítimas do machismo e patriarcado nos lares; os trabalhadores informais, autônomos e de rua, que não têm seus direitos assegurados durante a crise; a população em situação de rua, sem condições mínimas de realizar quarentena; os moradores de periferias, que, muitas vezes, não contam com a infraestrutura urbana e/ou doméstica para manter as recomendações da OMS, sendo ainda, muitas vezes, trabalhadores sem seus direitos assegurados; os refugiados e imigrantes sem documentos que, em muitos países e situações, não têm acesso a serviços de saúde e infraestrutura urbana e/ou doméstica para precaver-se do contágio; os deficientes e idosos, muitas vezes discriminados e relegados a uma quarentena anterior, sem a infraestrutura e os cuidados necessários para habitar a cidade.

O autor aponta ainda que, preliminarmente, a pandemia permite que já tenhamos seis lições a aprender com o processo em curso. Listamos, junto às seis lições, pesquisas realizadas no Brasil já no início da pandemia e que corroboram com as ideias de Santos: 1) a mídia e a política têm papel central na percepção de risco e vulnerabilidade aos quais a população está sujeita (SPINK, 2020); 2) a pandemia afeta as pessoas e sociedades de forma desigual, o que pode ser visto pela disponibilização de vacina, testes, tratamentos, medicamentos e pela própria possibilidade de fazer quarentena (HAESBAERT, 2020; RAMOS, 2020; ROXO, 2020); 3) o capitalismo, enquanto modelo social, não tem futuro, por perpetuar as crises ecológica e financeira bem como a desigualdade social (PORTO-GONÇALVES, 2020a); 4) a extrema direita e o hiper-neoliberalismo ficam desacreditados pela necessidade de medidas estatais de tratamento de doentes, auxílio ao comércio e para a população (PORTO-GONÇALVES, 2020b; ZANOTELLI; DOTA, 2020); 5) O colonialismo e o patriarcado se reforçam em momentos de crise, como pode ser visto no afetar desigual da pandemia aos diferentes países, classes sociais e gêneros (ESTRELA, 2020); 6) a importância do Estado e da comunidade são reasseguradas frente ao mercado, evidenciando-se que o último não tem condições, *per se*, de sustentar a humanidade e a civilização (PORTO-GONÇALVES, 2020b; ZANOTELLI; DOTA, 2020).

Passado um ano da emergência da pandemia de COVID-19, Santos (2021) indica que ela é um marco na história da humanidade, fazendo surgir um novo século, que tem o potencial para nos levar quer seja para um futuro de esperança para a humanidade, enfrentando as múltiplas crises e a possibilidade de colapso que se avizinha, por meio de outras formas de habitar o planeta enquanto sociedade e civilização, quer seja para um crepúsculo da humanidade e do planeta como os conhecemos. Este processo implica em repensar o papel da ciência, do Estado e da própria organização da sociedade.

Afora as discussões mencionadas anteriormente, que recorrem à escalas temporais longas, evocando, por um lado, pandemias anteriores, extinção em massa das espécies e a própria história do planeta e da humanidade como a conhecemos e, por outro, compreensões de um futuro que aqui se anuncia, as pesquisas desenvolvidas ao longo do primeiro ano da pandemia de COVID-19 apontam para o aprofundamento das desigualdades nas cidades, assim como também para a organização e a criação de estratégias de enfrentamento da pandemia baseadas na ajuda mútua e na solidariedade entre as pessoas (PÁDUA, 2020).

Oliveira (2020) destaca a importância da Geografia para a compreensão da pandemia de COVID-19 a partir da realização de análises em seis eixos principais: a globalização, como fenômeno que permite o rápido espalhamento do vírus; o processamento de dados e informações a partir da cartografia; as consequências demográficas da pandemia para migrantes e a mobilidade da população; a análise dos rebatimentos nas cidades e na vida urbana da pandemia; reflexões sobre os impactos da pandemia nos diferentes circuitos da economia; aspectos políticos normativos e seus rebatimentos territoriais. Acrescente-se, ainda, a importância da Geografia enquanto disciplina do ensino básico, para a pensar os processos em curso, nas diferentes esferas elencadas por Oliveira (2020). Acerca disso, é importante destacar as contribuições de Richter e Nascimento (2021), que organizaram extenso material didático com orientação para busca e sistematização de dados confiáveis acerca da COVID-19, apresentando um passo a passo e possibilidades de sequências didáticas para utilização em aulas de Geografia que também foram objeto de debate pelos organizadores em artigo acadêmico publicado em 2020 (RICHTER; NASCIMENTO, 2020).

As redes de solidariedade atuantes na pandemia orbitam em torno de ONGs, instituições religiosas e em demais organizações da sociedade civil que já atuavam junto à luta por direitos e pela cidadania. No entanto, no contexto atual, o movimento se volta para a esfera da sobrevivência dos mais vulneráveis, especialmente trabalhadores do circuito inferior da economia e residentes de bairros periféricos que se veem abandonados à própria sorte sem a segurança de renda (à exceção do auxílio emergencial para aqueles que puderam recebê-lo) e sem a possibilidade de trabalhar devido às medidas restritivas contra a COVID-19, além de verem o direito à moradia e à saúde também ameaçado. Pádua (2020) indica que os movimentos e organizações esperam poder fortalecer e recompor os laços sociais e até o reconhecimento de classe social, desgastados pelas opressões e violências cotidianas, pois, no contexto da pandemia, a solidariedade e a ajuda mútua se tornam fundamentos de sobrevivência e superação das adversidades impostas e/ou agravadas pela pandemia (PÁDUA, 2020). As investigações sobre solidariedade e ajuda mútua na pandemia também ganham força, orientando a realização de projetos de pesquisa e estudos sobre as atividades desenvolvidas por ONGs e demais instituições da sociedade civil organizada.

De acordo com Carlos (2020), a pandemia aprofunda elementos da crise urbana, especialmente o minguar da democracia, com o aumento do patrimonialismo devido à falta de clareza dos limites entre público e privado. Além disso, a pandemia subverte o cotidiano da vida urbana levando para casa todas as atividades da vida cotidiana, a residência perdendo sua característica de nó articulador da vida e dos acontecimentos para se tornar centro da produção e do trabalho, que já não se encontra mais, no contexto de trabalho virtual, fora da casa.

Segundo a autora, a cidade, com a quarentena, se torna inalcançável e distante, favorecendo uma sobreposição entre as hierarquias social e espacial, em termos de luta de classes e acesso à infraestrutura urbana, assim como ratificando a desigualdade social na cidade, haja vista que nem todos têm direitos e condições de fazer quarentena. Trabalhadores informais e algumas outras profissões têm a rua como fundamento da sobrevivência não podendo prescindir de atividades no espaço público (CARLOS, 2020).

Complementando as reflexões de Carlos (2020), Simoni (2020) considera que a pandemia de COVID-19 carrega em si as marcas da vida urbana, pois o encontro, as aglomerações e a proximidade são marcas das cidades e da modernidade. Simoni aponta que a vida urbana tornou-se subserviente à acumulação de riquezas, de modo que a cidade se tornou um paradoxo: lócus da concentração de riqueza e pobreza, e, enquanto reunião e encontro, favorece também exclusão e segregação socioespacial. Para Simoni (2020) é a própria vida urbana moderna que é posta em questão, potencializando a crise urbana.

Acerca da impossibilidade de fazer quarentena e das desigualdades na cidade, Santana, Marchi e Porciúncula (2020) destacam, no caso soteropolitano, que, entre os catadores de resíduos sólidos, 15% das pessoas envolvidas com as atividades foram afastadas do trabalho no início da pandemia e permaneceram afastados por cinco meses ou mais, por fazerem parte do grupo de risco, notadamente por serem idosos. Os autores ressaltam que o afastamento desses trabalhadores implicou em uma queda de 50% nos rendimentos dos cooperados e que as cooperativas passaram a contar com apoio de outras instituições e pessoas físicas para doação de alimentos, material de higiene pessoal e até de recursos financeiros.

Além das questões elencadas, acerca da desigualdade de possibilidades de fazer a quarentena, Medeiros e Rajs (2020) evidenciam os dilemas de acessibilidade e mobilidade na cidade, enfatizando o movimento como um dos fundamentos da vida

urbana. As autoras afirmam que, contraditoriamente ao tempo em que se solicita distanciamento social como uma das medidas de controle do vírus, nas metrópoles brasileiras houve piora no transporte público, com diminuição da frota, o que ocasionou a ocorrência de aglomerações nas estações e nos pontos de parada do transporte público, bem como nos veículos, haja vista que as medidas adotadas para coibir as aglomerações foram ineficientes.

Medeiros e Rajs (2020) destacam que a pandemia dificultou ainda mais o direito à cidade por parte de pessoas com deficiência, tornando-as mais vulneráveis à exposição ao vírus, como a impossibilidade de leitura labial por parte de surdos, não saber se o acompanhante/ajudante de cegos na rua estão de máscara e a maior exposição de cadeirantes a aerossóis e gotículas por ficarem mais baixos que não cadeirantes. De acordo com as autoras, a pandemia é uma oportunidade para se pensar a forma urbana e a possibilidade de um planejamento urbano voltado para a criação de comunidades autossuficientes, menores, nas quais as distâncias a serem percorridas sejam também menores, favorecendo a descentralização dos empregos e infraestruturas urbanas bem como a acessibilidade na cidade.

Uma das formas de saber o que está acontecendo é o contato com o outro e com o coletivo, ainda que virtual, de modo que as notícias e postagens em redes sociais ganharam centralidade no processo de compreensão do que estava acontecendo no mundo, no país e na cidade. Por outro lado, houve também uma disputa discursiva sobre a pandemia, explicitada por Spink (2020), Caponi (2020) e Campos (2020), e que teve no cerne a disputa entre o isolamento social e a consideração da pandemia como um surto passageiro e sem relevância.

Longe de propor a criação uma narrativa acabada e definitiva sobre a pandemia de COVID-19, o desafio intentado foi o de mergulhar no turbilhão dos processos em curso e colecionar perspectivas sobre a pandemia, para pensar como ela impactou a vida urbana e a vida dos entrevistados, lançando luz, em reflexões futuras, sobre como vivemos e compreendemos a pandemia. Isto porque entendemos, junto a Benjamin (2012a), que, mesmo que estejamos buscando uma aproximação com as coisas mesmas, isso se dá também num processo de distanciamento do fenômeno, impossível neste momento, já que a pandemia não acabou (BENJAMIN, 2012a; HUSSERL, 2000).

As notícias são relatos, representações de acontecimentos, eventos no mundo, de caráter fragmentado, geralmente imediato, total (porque fechadas em si mesmas),

mas também abertas para transformações. Neste sentido, as notícias permitem a construção de narrativas e sentidos da realidade, porque permitem uma articulação entre o acontecimento e seus agentes e o leitor que se abre para compreender os eventos a partir do que lhe chega de fora. Assim, as notícias permitem uma articulação entre a conjuntura em que me encontro com outras conjunturas diferentes das minhas, me apresentando mundos e situações que podem me parecer próximos ou distantes, aproximando ou distanciando mundos e perspectivas de compreendê-lo. Ademais, as notícias enquanto representações do mundo favorecem, no contexto de isolamento social, a possibilidade de uma dimensão compartilhada das situações, permitindo a construção e a validação de diversas representações sobre os fenômenos, bem como de narrativas, enquanto mediação social, dos eventos compartilhados, e como representações nos termos lefebvrianos (SAMPAIO, 2014; LEFEBVRE, 2006; RICOEUR, 1994; BENJAMIN, 1984; 2012a; GAGNEBIN, 1999).

Longe de intentar um debate sobre a confiabilidade das notícias e a produção de conteúdos falsos, mas que, em sua própria lógica constitutiva têm alguma relação com a realidade daqueles que neles acreditam, a tese buscou considerar as notícias como fontes, fragmentos que, em certa medida, permitem a criação de uma razão de série dos acontecimentos na cidade, ainda que não contem com o distanciamento temporal necessário para refletir sobre eles sem estar influenciada pela atmosfera de permanência da pandemia (SAMPAIO, 2014).

No entanto, ainda que de modo preliminar, os jornais são ferramentas centrais para compreendermos a produção e a disseminação de informações, permitindo a criação da dimensão compartilhada de conjunturas e situações individuais e favorecendo um senso de pertencimento espacial e social. Ademais, os jornais, como fonte e assunto de pesquisa, podem permitir a compreensão de atitudes e eventos (REYES, 2020). A Geografia tem se beneficiado sobremaneira com a produção de pesquisas que consideram a influência da mídia na criação de representações do espaço, especialmente criando narrativas sobre certos lugares e paisagens e chamando a atenção do público de forma seletiva para determinados locais. Baseado nas reflexões de Adams (2011), Reyes evidencia as contribuições de autores como Tuan em *Topofilia*, Barnes e Duncan na obra *Writing worlds: discourse, text and metaphor in representation of landscape* e Burgess e Gold em *Geography, Media and Popular Culture*.

Assim como essas obras que não têm o jornal como objeto central de estudo (o que poderia levar a contribuições sobre as relações estabelecidas entre o contexto de circulação desses jornais, seu alcance e seu conteúdo), os jornais, nessa tese, são fonte de informação para compreender como a rua e a pandemia aparecem nas notícias, revelando, por meio da seleção de notícias, o impacto da pandemia nas ruas através da forma como ela aparece ou de sua não aparição, considerando, neste sentido, a supressão da vida na rua mediante as restrições e o seu impacto na vida cotidiana.

Para Reyes (2011), a pesquisa de Burgess (1985) aponta o papel da mídia em estereotipar e marginalizar os participantes dos protestos em Londres e suas geografias, no ano de 1981, de forma que os jornais eram ferramentas da disputa entre discursos e percepções dos protestos em curso, relacionando questões econômicas, sociais e políticas. Enfatiza-se também a importância dos jornais como fontes para a compreensão de disputas envolvendo raça, classe e gênero.

Burgess (1985) afirma que os jornais podem ser utilizados como ferramentas de compreensão de mundo, posto que apresentam um pano de fundo daquilo que está acontecendo. A mídia apresenta um papel ideológico por meio das imagens de mundo, repercutindo, validando e relacionando-se com a classe e a vida urbana dos lugares. Ou seja, ao realizar as suas atividades cotidianas, editores e jornalistas se envolvem com a produção da notícia que, nos seus encaminhamentos, valoriza determinados discursos e agentes ao invés de outros. Assim, ao apresentar os fatos através de uma perspectiva, direcionam, portanto, comportamentos e ações, naturalizando práticas e contestando outras por meio da forma como as informações são apresentadas.

Neste sentido, a mídia funciona como um importante instrumento de controle social, apesar de sua relativa autonomia em relação ao Estado, exercendo um papel complementar ao deste (BURGESS, 1985). Assim, as notícias de jornal no período da pandemia podem evidenciar o sucesso das ações de combate à COVID-19, especialmente em termos de restrição de circulação e uso e ocupação do espaço urbano.

No âmbito da construção de uma dimensão compartilhada dos eventos, Burgess (1985) ressalta que as diferentes classes sociais e grupos vivem cada vez mais fragmentados e separados. Desse modo, a mídia assume como uma de suas principais funções favorecer a construção seletiva do conhecimento e de imagens

sociais através das quais percebemos mundos e realidades distintas das nossas, permitindo-nos construir uma imagem inteligível de realidade e mundo. Vale ressaltar, também que o acesso a determinadas informações depende do repertório cultural, vinculado, por sua vez, às questões de classe e fração de classe (DIAS, P. 2016).

Optou-se por coletar notícias oriundas de jornais de respaldo e ampla circulação na cena baiana, especialmente o *Correio da Bahia* e o *A Tarde*, como fontes de consulta dos acontecimentos e eventos da cidade no contexto de privação da rua (tendo em vista a necessidade de continuarmos adotando medidas de isolamento social pela baixa disponibilidade de vacinas e pelo consequentemente moroso processo de vacinação).

O jornal *A Tarde* foi fundado em 15 de outubro de 1912 por Ernesto Simões Filho, uma figura emblemática do cenário político baiano. Em poucas décadas, esse jornal revolucionou o jornalismo baiano ao romper com os padrões tradicionais com inovações na estrutura e na linha editorial, devido à presença de Jorge Calmon, que assumiu a função de redator-chefe no final da década de 1940.

O *A Tarde* se comportou, desde sua fundação, assumindo uma política supostamente imparcial em relação ao conteúdo das notícias e dos artigos publicados, apesar do seu fundador ter uma atuação política ativa. Tornou-se um dos jornais mais importantes da Bahia, quiçá do Nordeste, devido à qualidade das suas publicações e a sua atuação ao fazer críticas duras aos gestores tanto da administração municipal, quanto do governo baiano. Pode-se, então, destacar a postura sempre combativa do jornal, que não deixava de abordar os problemas nacionais e internacionais. Ademais, seu grande destaque se fazia na escala local, trazendo consigo elementos da postura política de Simões Filho frente às alternâncias de gestão e aos eventos políticos que ocorriam tanto na Bahia, quanto no Brasil (Dicionário de verbetes temáticos-FGV, 2022; SPANNENBERG, 2015).

Atualmente, o *A Tarde* tem uma versão online na qual publica as principais notícias do cenário internacional e nacional. O jornal que tradicionalmente publicava mais de 70 mil exemplares durante a semana, chegando a 130 mil aos domingos, teve que se modernizar e acompanhar o desenvolvimento tecnológico proposto pelo aprofundamento da modernidade com a expansão da rede de internet ao redor do mundo. Além disso, ganhou, no final da década de 1970, um forte concorrente na disputa pela atenção do público, o *Correio da Bahia*.

É importante ressaltar que outros veículos jornalísticos já circulavam na Bahia e em Salvador desde o século XIX. Porém, desde a fundação em 1912, o jornal *A Tarde* havia se tornado um meio hegemônico no noticiário baiano, devido à revolução da qualidade das informações e dos artigos publicados em suas páginas e à novidade no formato. Se tornou, assim, ao longo do tempo, o mais antigo e o mais lido do estado (OLIVEIRA, 2009a).

O *Correio da Bahia* foi fundado em 1979, com um objetivo claro de atender aos interesses políticos e econômicos do seu fundador, Antônio Carlos Magalhães (ACM). Segundo Oliveira (2009b), esse jornal é partidário e político. Afinal, ACM o havia criado com a finalidade de divulgar os seus ideais políticos para a população baiana mediante o uso de um veículo de imprensa. Oliveira (2009a) demonstra que uma das posturas adotadas pelo jornal supracitado foi realizar um culto à "baianidade", seguindo, assim, os mesmos parâmetros que jornais cariocas e paulistas já executavam, construindo um estilo mais moderno.

Durante a década de 1990, com o governo do estado baiano sob as mãos de Antônio Carlos Magalhães, o *Correio* começou a ganhar crescente importância na divulgação de anúncios governamentais tanto na esfera estadual, quanto municipal, no caso de Salvador. No entanto, mesmo com essa fonte de financiamento e o aumento considerável do número de assinantes, o jornal não conseguiu assumir a liderança ocupada pelo *A Tarde* (OLIVEIRA, 2009a).

Ressalta-se que, após a morte de ACM, o jornal perdeu um pouco do seu foco político de vinculação aos Magalhães, mas integra o conglomerado de comunicação da Rede Bahia, que se configura um dos mais importantes da Bahia e do Nordeste do país.

É importante ressaltar que o debate sobre a confiabilidade das notícias e informações é altamente relevante no atual contexto do mundo e que aponta para as ideias miltonianas sobre o período popular da história e a transição do Meio-técnico-científico-informacional para um novo meio, o Meio-técnico-científico-informacional-comunicacional-popular, cujo centro se dá na forma como a comunicação horizontal, de baixo para cima e que passa a fazer parte da guerra de informações, que está em aberto para debate e se faz fundamental para uma ampla compreensão da contemporaneidade (ARAÚJO, 2019). Assim como não se pode deixar de comentar que, desde meados do século XX, a mídia tem servido como ferramenta de moldagem da opinião pública em torno de certos temas (BURGESS, 1985; CHOMSKY, 2014).

É premente enfatizar que as notícias não são imparciais, na medida em que estão vinculadas aos pontos de vista e leituras de mundo de quem as escreve, assim como aos interesses de empresas de comunicação (BURGESS, 1985). No entanto, também é possível que diversas fontes de notícias permitam uma compreensão abrangente dos eventos em curso.

Em suma, é preciso considerar que as notícias são uma forma de apresentação de fenômenos sobre o mundo e, como tal, constituem-se em representações que podem ter maior ou menor força e legitimação, impactando na forma como vemos o que está acontecendo no mundo e formando opinião e moldando comportamentos (BURGESS, 1985; LEFEBVRE, 2006; CHOMSKY, 2014).

Assim, é premente ressaltar a importância das notícias no contexto da pandemia para compreender a dinâmica social em torno da rua, haja vista que a peste tornou a ocupação ou esvaziamento da rua como um dos elementos centrais para compreendermos a adesão da população às medidas de prevenção ao contágio da COVID-19, posto que a mídia é um dos principais responsáveis pela divulgação de informações e decisões técnicas e científicas para parcelas mais amplas da população.

É importante considerar que o posicionamento das pessoas diante das notícias envolve sua circunstância e possibilidades, na medida em que classes médias inferiores e baixas não têm a mesma possibilidade de realização de trabalho remoto e distanciamento social das classes médias superiores, devido à natureza das atividades profissionais que desenvolvem e às condições de moradia (DIAS, P. 2016).

Em suma, as notícias coletadas de ambos veículos de comunicação apresentam a perspectiva da elite baiana e, ainda que sejam jornais distintos, a trajetória e a linha editorial deles se cruzam e apresentam ora o comportamento que se espera das pessoas, ora os dissensos, divergências entre o que se espera e o que é efetivado.

É importante ressaltar que, mesmo os jornais surgindo com posturas políticas distintas devido aos contextos de suas fundações e os interesses a eles associados, em algum momento as representações criadas sobre o fenômeno da pandemia se cruzam e acabam por expressar o discurso vinculado às elites baianas e as suas formas de ver e ler o mundo.

A preocupação com o comércio, com as atividades econômicas etc. é uma preocupação com os pares da própria elite e acerca dos rebatimentos das crises sanitária e política agora.

Assim, uma das limitações das reflexões aqui pretendidas está associada à impossibilidade de fazer um amplo levantamento das diversas fontes de notícias soteropolitanas que dialoguem com públicos que têm *habitus* de classe distinto, fontes que, por vezes, evidenciam nuances e distinções nas representações dos eventos e fenômenos que acontecem na cidade. Mídias consideradas mais sensacionalistas, por exemplo, geralmente têm alcance maior nas frações de classes médias, enquanto mídias mais tradicionais, impressas e que requerem assinaturas estão mais relacionadas às classes médias superiores devido às diferenças de *habitus* de classe. É importante mencionar ainda que os veículos mais populares de informação geralmente apresentam notícias mais curtas, enquanto os veículos tradicionais tendem a conter textos mais longos e que, por vezes, contam com a análise conjuntural de especialistas (BOURDIEU, 2011; DIAS, P, 2016).

Outrossim, mesmo diante das limitações elencadas acima, destaca-se ainda que a seleção de notícias favorecem a atividade de coleção o que permite aproximar os fragmentos de notícias com a proposta metodológica benjaminiana, pois para o autor, narrar as histórias possíveis está estreitamente vinculado à possibilidade de colecionar informações sobre algo em diferentes perspectivas (BENJAMIN, 1984; 2012a; GAGNEBIN, 1999). Neste contexto, é possível fazer uma aproximação entre o colecionador de fragmentos e a busca por uma razão de série dos fenômenos proposta por Sartre (2005), haja vista que, ambos, buscam perspectivas não lineares sobre os eventos e fenômenos.

Portanto, é premente destacar que qualquer recorte escolhido para fazer a seleção das notícias é necessariamente limitado, fechado em si mesmo, formando uma totalidade de representações de rua e cidade articuladas entre si, mas também aberta para articulações com outros recortes de consideração da pandemia de Covid-19 e das ruas, na relação entre global e local, entre estruturas e conjunturas, seja pela ciência, seja pela experiência de tempo e espaço, seja pela arte.

Ao todo, foram coletadas 433 notícias no período de março de 2020 a maio de 2021 dos dois veículos de comunicação. A sistematização das notícias teve por base Bardin (2011) para organização, leitura e análise das reportagens. Em seu livro *Análise do conteúdo*, a autora aponta um dos caminhos para análise de conteúdos

presentes em diversos tipos de documentos que aqui é feita apenas de forma preliminar. Bardin evidencia que esse processo se estrutura em três fases: 1) a pré-análise, com levantamento e escolha de documentos por leitura prévia (para que seja possível, a partir de algumas regras, filtrar o material a ser analisado) e com formulação dos objetivos a serem perseguidos durante a investigação; 2) a exploração do material, que consiste na aplicação sistemática das decisões que foram tomadas sobre a forma do tratamento das informações, no caso, a identificação da rua por meio das notícias; por fim, 3) procede-se ao tratamento dos resultados obtidos e a sua interpretação, que se configura como a etapa em que os dados coletados vão ter uma atribuição de sentido com os objetivos formulados, corroborando ou não com as premissas de investigação.

Procedemos às três fases selecionando, organizando e sistematizando reportagens sobre a rua durante o período da pandemia. Esse processo revelou também a rua no seu não aparecer, ou seja, na adaptação de atividades à ausência da rua, mostrando, assim, as contradições envolvendo o período abarcado. Buscou-se identificar quais os contextos e situações escolhidos pelos jornais para representar a rua, dando um sentido para ela durante o andamento da pandemia de COVID-19.

No âmbito da Geografia, nos inspiramos também na proposta de Sousa (2010) para a orla Oceânica de Salvador, tendo em vista que esse autor também se debruçou sobre a temática das representações espaciais feitas por veículos de notícias, como jornais televisivos e jornais impressos. Entretanto, diferentemente do que Sousa (2010) realizou para a orla oceânica, não buscamos identificar em quais porções da cidade as ruas ganham mais visibilidade, processo que cria, dialeticamente, um vazio de representações sobre determinadas áreas.

Fica patente, pela ausência de notícias sobre ruas específicas e pela imprecisão de localização dos eventos, acontecimentos e generalizações sobre fenômenos na cidade, que a dimensão espacial é vista como algo secundário, havendo uma imagem homogênea da cidade, como uma só Salvador, dividida entre a Salvador do turismo e a Salvador das periferias. Afora a questão de invisibilidade espacial, que pressupõe um conhecimento de nuances da cidade e representações prévias como a cidade da alegria, das festas e da cultura, as notícias de jornal permitiram a criação de eixos temáticos relacionados às aparições da cidade na mídia que são apresentados no quadro 3.

Quadro 3. Notícias da cidade e da rua em tempos de pandemia

Categorias de Notícias	Quantidade
Abandono de crianças	1
Abandono de animais	5
Adaptação de atividades religiosas e culturais de rua para o virtual ou para formas que evitem aglomerações	57
Adaptação de atividades físicas e de lazer em contexto de distanciamento social	22
Adaptação de trabalho em contexto de distanciamento social	15
Aglomeração	21
Arte na rua em tempo de pandemia	6
Descumprimento da norma imposta para o novo normal	44
Eleições como "hiato" na pandemia	10
Economia e pandemia	10
Expectativa de consumo pós-restrições	4
Incertezas sobre realização de festas populares	8
Medidas das gestões municipal e estadual para controlar o vírus	40
Medidas das gestões para diminuir a vulnerabilidade social na pandemia	9
Medidas de gestão para liberar atividades educacionais	2
Medidas das gestões para liberação de comércio e serviços	8
Migração na pandemia	1
Planejamento urbano e melhorias na cidade	27
Questões ambientais	2
Poluição sonora	1
Projeções da Pandemia	6
Protestos por direitos	6
Retorno de atividades comerciais formais e informais	16
Retorno de atividades educacionais	4
Saúde mental	9
Perspectivas da rua e da cidade	9
Solidariedade na pandemia	15
Trânsito	14
Transporte alternativo	3
Transporte por aplicativo	1
Transporte público	5
Violência e risco para taxistas	3
Violência urbana	29
Vulnerabilidade socioespacial	6
Turismo	14
Total	433

Fonte: Notícias do Jornal Correio da Bahia e A Tarde sistematizadas entre março de 2020 e maio de 2021.

Elaboração: Caroline Bulhões Nunes Vaz e Mateus Barbosa Santos da Silva

Em suma, ao analisar as notícias, a rua aparece como: a) *lócus* da normatização e controle dos usos e ocupações do espaço por parte do Estado; b) adoção e adequação social às medidas de isolamento e distanciamento social; c) dialeticamente, a rua aparece como centro da contravenção e desobediência, neste caso, às estratégias de prevenção à COVID-19, por meio da realização de aglomerações; d) a rua aparece como ausência, por meio da adequação de atividades religiosas e culturais para o ambiente virtual, demonstrando um esvaziamento da rua como centro de atividades lúdicas e de lazer de determinados grupos; e) a ocupação da rua por parte de artistas para a realização de atividades respeitando o isolamento social; e f) além de tudo, como centro da manifestação da vida cotidiana da gestão, por meio das atividades de planejamento, normatização e melhorias do espaço urbano, e da população, por meio de relatos de acontecimentos cotidianos e do impacto das decisões da gestão no dia a dia.

Destarte, o uso e a ocupação da rua na pandemia evidenciam as contradições do projeto moderno e de sua incompletude, haja vista que apontam para a desigualdade social, para os problemas da economia e para o fracasso na universalização de direitos e o insucesso da ciência como solucionador dos problemas socioespaciais. As notícias apresentam a rua como paisagem urbana de Salvador a ser acessada pelas imagens e pelos textos que criam um horizonte compartilhado por todos.

Ressalta-se que as imagens da cidade elencadas pelas notícias, ao passo em que pressupõem o conhecimento da cidade, são sempre feitas pela perspectiva da rua, ruas que, quando não são objeto de melhoramento e planejamento urbano, ou são palcos de vulnerabilidades socioespaciais e violência urbana, sequer são mencionadas nas notícias e entendidas como dados do urbano. Muitas vezes, ao invés de fazer referência às ruas, homogeneiza-se a compreensão do bairro, tornando-o o centro da notícia e a localização precisa dos eventos são informações tácitas, subentendidas, favorecendo valorização ou estigmatização de bairros inteiros a depender do teor das notícias publicadas.

Algumas ruas são evocadas nas notícias como sendo capazes de provocar memórias da cidade, fragmentos do presente-passado que, na perspectiva dos editores de jornal, dialogam e articulam diferentes experiências da cidade compartilhadas por seus leitores.

São ruas consideradas marcantes, como aquelas que marcam o trajeto entre a Igreja da Conceição da Praia e a Colina do Senhor do Bonfim⁶⁰, mas que, mesmo com a importância histórica e cultural, o trajeto e as ruas como dados do percurso não são mencionadas pelo jornal; outras vezes, a rua aparece subentendida como um dos dados da cidade na qual se localizam pontos de referência importantes como “a rótula da feirinha em Cajazeiras”, mas, mesmo assim, sem ser objeto de referência ou consideração direta. Por outro lado, as mudanças no trânsito ou obras da gestão geralmente trazem a localização específica das reformas nas ruas em que estão acontecendo, para situar os habitantes da “altura” em que podem encontrar possíveis inconvenientes.

Fica patente, portanto, que as ruas importam como parte do cotidiano da cidade, mas muitas vezes sua relevância para a habitabilidade é escamoteada e escondida, aparecendo eventualmente por meio de problemas de planejamento e gestão urbanos a serem resolvidos ou como *lócus* de atividades culturais como o carnaval e as lavagens. Assim, as ruas são fundamentais para a compreensão da experiência urbana contemporânea, mas são também, de certa forma, invisíveis, a não ser que estejam vinculadas a representações da cidade, a experiências marcantes de deslumbramento e contemplação e também a eventos traumáticos e repulsivos para sua compreensão enquanto paisagem e lugar.

Tanto Carlos (2020) quanto Brito e Serpa (2020) apontam para os desafios do tensionamento entre a vida pública e a vida privada na pandemia, mostrando as dificuldades ainda maiores do que as já constatadas com o aprofundamento da modernidade entre público e privado e interior e exterior. Isto porque o limite entre público e privado que, antes, tinha uma dimensão física bem delimitada, estando a casa no centro da compreensão da vida privada, é subvertido, especialmente para os profissionais que adotaram o trabalho remoto, tornando a separação praticamente inexistente. A relação entre público e privado e sua dialética são elementos fundantes da sociabilidade ocidental, de modo que as alterações na compreensão do que é da

⁶⁰ De acordo com Nunes Neto (2014), a origem dos festejos do Senhor do Bonfim em Salvador remontam ao século XVIII. O início dessa tradição está relacionada à sobrevivência de um capitão do mar e guerra da Marinha portuguesa que conseguiu aportar em Lisboa durante uma grande tempestade. No retorno a Salvador, esse capitão trouxe uma imagem do Senhor Bom Jesus do Bonfim e levou-a até a Igreja Penha em Itapagipe, posteriormente, encarregou-se de fundar uma irmandade para cultuar ao Senhor do Bonfim. Ademais, Nunes Neto (2014) demonstra que a partir de 1930 o ponto de encontro e partida do cortejo passou a ser na frente da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia com uma peregrinação a Colina onde se situa a Igreja de Senhor do Bonfim.

esfera do privado e da esfera do público e como as pessoas lidam com isso influenciam mudanças na relação entre as pessoas e entre essas e o lugar que habitam (SENNETT, 1998).

As notícias evidenciam a todo tempo o tensionamento entre o público e o privado, pois mostram a “adaptação” de atividades culturais, afetivas, religiosas e de trabalho, notadamente coletivas, e do espaço público para ambientes remotos ou carreatas. No primeiro caso, a dimensão espacial, restrita à casa e ao corpo, rompe os limites entre as duas esferas e faz com que a memória espacial ganhe força e delimite a permanência da força do lugar e da topofilia na cidade. Já no caso das carreatas culturais, religiosas e afetivas, a experiência com a cidade é ressignificada e redelineada para o extravasar coletivo, mas também solitário, porque mediado por uma “jaula”: o carro ou a moto.

As notícias sobre adesão ao trabalho remoto remetem a um afastamento da rua e da inseparabilidade da vida profissional da vida doméstica, suprimindo, para as classes médias superiores, a rua enquanto fundamento da transição entre privado e o público e vice-versa, de modo que a sua supressão a faz aparecer apresentando as dificuldades de não estar na rua. Diante do trabalho remoto, a rua que não aparece, está sempre em suspensão, sem permitir a separação e a fruição da rua e da cidade nos deslocamentos e demais atividades diárias.

Dunker (2020) afirma que a dialética entre público e privado tem “[...] uma função subjetiva fundamental: ela nos diz que tipo de gozo podemos nos autorizar e que tipo deverá permanecer interdito” (DUNKER, 2020, p. 7). Ao passo em que antes da pandemia pequenos prazeres cotidianos como ir à praia, ou fazer uma caminhada eram inquestionados, a pandemia altera a relação com o prazer de habitar a cidade, pois restringiu e proibiu atividades tidas como dadas em contexto normal.

O autor enfatiza que o usufruto pleno do prazer se dá em alteridade, pois o prazer que sentimos se relaciona ao prazer que vemos e imaginamos do outro, de modo que o limite de insatisfação que estamos dispostos a suportar e a compreensão de excesso no gozo do outro se remetem à nossa própria compreensão de prazer. Assim, as notícias sobre a pandemia, sobre o habitar a cidade em risco, são importantes para delimitar o quão coletivo é o comprometimento de combate à proliferação do SARS-Cov-2 permitindo um senso de unidade, de privação coletiva, mais tolerável porque conjunta, e que dão vez a ações solidárias (DUNKER, 2020; ZIZEK, 2020).

É importante fazer um adendo, ressaltando que, ainda que haja uma responsabilidade individual, não se pode escamotear os problemas de lidar com uma perspectiva tão coletiva e solidária sem questionar os limites do modo de produção e da sociedade do consumo e do espetáculo, que se baseia no fetiche da mercadoria; este, compreendido de forma ampla, abarca inclusive o espaço através da comercialização de singularidades pelo turismo (SANCHEZ, 2010). Além disso, as notícias mostram a ocorrência de filas e pressões para reabertura de atividades comerciais, de lazer e educacionais, tendo em vista preservar pequenos prazeres do cotidiano a despeito da crise sanitária.

Ao longo da pandemia as notícias apresentaram uma transmutação de comportamento das pessoas que passaram de apoio às medidas de isolamento social - tendo em vista a vontade de combater a disseminação do vírus e o rápido retorno à vida normal, estratégia que teve sucesso em outros países, seja para conter o avanço de casos ou para lidar com o colapso do sistema de saúde como na Nova Zelândia e na Itália (CNN, 2020; FOLHA DE SÃO PAULO, 2020) - para mostrar o desrespeito ao isolamento e a ocorrência de aglomerações, coadunadas pela prevalência de notícias explicitando o descumprimento das medidas de restrição, a ocorrência de aglomerações e o gozo despudorado, amplamente difundido e validado por setores da população, seja em festas clandestinas, seja pelo fetiche da mercadoria.

O caso brasileiro englobou diversos tensionamentos entre a adoção ou não de medidas de isolamento social por parte de diversos entes federativos e a negação da gravidade da doença, vista, inicialmente, como uma virose leve com sintomas gripais. Jorge, Mello e Nunes (2020) indicam que na prática psicanalítica três elementos, mediados pelo medo (seja da contaminação, da morte e de perda dos entes queridos), foram centrais para compreender a relação que as pessoas estão estabelecendo com a pandemia: perplexidade (pelo irreal, ficcional que se torna o horizonte do real), negacionismo (como forma de escapar da verdade) e aturdimento (uma perturbação e uma confusão diante de todo o turbilhão de crises vivido no Brasil: política, sanitária, ambiental, social).

Os autores enfatizam que o negacionismo assume duas facetas: uma primeira vinculada à negação da realidade, como fuga da crise sanitária, e a segunda à disseminação de notícias falsas sobre a pandemia, como um negacionismo instituído que favorece a banalização da pandemia e a dificuldade de combate ao vírus.

Slack (1992) afirma que epidemias desencadeiam respostas semelhantes em diferentes contextos geográficos e históricos, isso porque impõem dilemas comuns a todas as sociedades, como a necessidade de uma explicação para o problema e também uma forma de combatê-lo. O autor deixa claro que as respostas sociais, por mais que fossem próximas, ganhavam diferentes contornos a depender do contexto político, social e cultural no qual se alastraram. O autor aponta ainda que a adesão da população às normas impostas pelas autoridades variava pela confiança e pelo sistema de crenças e valores, de modo que muitas vezes foram adotados comportamentos que favoreciam o espalhamento da doença.

No caso brasileiro, a negação ou diminuição do problema da COVID-19 favoreceu uma forma de antecipação dessa adaptação por parte da população, especialmente aqueles que não consideravam sérios os riscos da doença, que, mesmo matando muitas pessoas por dia, foi vista como mais uma causa de morte, tendo em vista a “epidemia” de homicídios e as adversidades já enfrentadas pela população no acesso a serviços de saúde (CERQUEIRA *et al.*, 2019; CANABRAVA, 2021).

Ab’Sáber (2020), em entrevista, aponta que uma das dificuldades para a realização do isolamento social por parte dos jovens está relacionada à sua inserção num mundo que convida à ação e que, muitas vezes, não abre espaço para o recolhimento e a introspecção, isso associado aos desafios de início da vida sexual e romântica. Além disso, o autor enfatiza que no Brasil o cenário é de apego à “vida como ela é”, aos pequenos prazeres do cotidiano criados pelo mercado, seja em festas, restaurantes ou no consumo de paisagens que, para se validar, precisam ser compartilhados nas redes sociais, reflexo da espetacularização da sociedade.

O psicanalista nos relembra que a opção por eventos musicais por jovens está vinculada à história do país, na medida em que a música era um espaço de representação, de resistência dos oprimidos, especialmente dos escravizados. A música e, especialmente, o samba, é uma das manifestações que surgem no meio da violência e do terror favorecendo que, ainda hoje, em meio à tragédia, a música e as aglomerações coletivas sirvam como escape, elaboração e enfrentamento da realidade, como contraponto à cidade normatizada.

Para os entrevistados, a pandemia amplificou o medo da morte, cerceou prazeres cotidianos, trouxe espanto com relação à indiferença à pandemia e ao risco de morte e contaminação das pessoas queridas. Ao mesmo tempo, apontou a

possibilidade também de lidar com pendências não resolvidas pela falta de tempo livre no cotidiano pré-pandêmico.

Ademais, ressalta-se o acesso desigual às notícias e à mídia, haja vista que, muitas vezes, o acesso às reportagens é limitado a assinantes. Assim, há uma desigualdade no acesso às informações e na possibilidade de ter acesso a diferentes pontos de vista, o que mina a própria democracia que a mídia deveria promover. Ainda que os entrevistados tenham tido diferentes possibilidades de acesso às notícias, o que não foi questionado expressamente nas entrevistas, todos sabiam quais as formas de combate ao novo coronavírus. Ressalta-se ainda que um mesmo artigo pode apresentar conotações distintas a depender do repertório de decodificação dos leitores, o que se reflete nas limitações e oportunidades que pessoas de diferentes classes sociais e frações de classe têm (DIAS, P., 2016).

Não se pretendeu aqui fazer uma análise do comportamento dos entrevistados sobre a pandemia, mas sim apresentar diferentes formas de lidar com o contexto de restrição de circulação, compreensão da cidade, das ruas e da vizinhança a partir dos fragmentos de entrevista que permitiram fazer a articulação entre a pandemia, as notícias e a cidade, ao longo do processo de pesquisa, entre os anos de 2020 e 2021. A estratégia dos fragmentos reafirma a importância das ideias benjaminianas sobre o colecionar como atividade relacionada àquela de narrar (BENJAMIN, 1984; 2012a; GAGNEBIN, 1999).

10.1.1 Pandemia entre aspas: relatos da mudança no cotidiano, do Outro, das ruas e da cidade

I. Entrevistada 1: Restrições de horário de realização das atividades cotidianas, ações de limpeza das ruas

Entrevistada 1: Mudou em função das pessoas, né? Menos gente na rua e, assim, as ruas também eles limpam também mais, né? Que davam aquele banho desinfectando, né, as ruas. Então eu acho que em termos de limpeza melhorou.

C: E o que é que a senhora sente por estar fora da rua, né, sem poder bater perna?

Entrevistada 1: Ai, angústia. Tem dia que bate angústia, entendeu? E você só andar de máscara, essa máscara também causa angústia, eu não gosto, sufoca. Você não poder ir nos horários que deve ir. Por exemplo, o mercado que tem uma restrição de horário. Às vezes

you want to resolve things quickly and only can enter starting from nine o'clock, did you understand? Because from seven to nine are the elderly, did you understand? Then you restrict a little the hours of you wanting to resolve things. Then you don't always have to be as you wish, you have to wait for the authorities' wish.

II. Entrevistada 2: Máscaras que colorem a rua e afirmam identidades e pontos de vista, reconhecimento do outro, restrição

Entrevistada 2: Então, quando vinha o “Olha o milhão” os meninos enlouqueciam, porque eles queriam milho. Então você vê que isso aí torna a rua viva, a rua fica pulsante, sabe? É como se fosse um teatro, que cada qual tem seu papel, e você se sente segura porque você tá dentro daquele contexto, sabe? Hoje, logo no início da pandemia, não tava passando nada, não tava passando nada, não tava passando ninguém vendendo nada. Isso é anormal, não é normal. Eu só saí uma vez, naquela época que não tava podendo sair eu saí uma vez só de carro, era muito esquisito ver as ruas vazias, né, sem pessoas. Então eu acho que é isso, você sente que o mundo tá girando nessa rua, as coisas estão acontecendo.

Entrevistada 2: Sim, eu vejo né, assim. Eu acredito que algumas pessoas estão, assim, mais assustadas, menos espontâneas, e às vezes também você fica meio com medo do outro. Tipo assim, eu acho que agora existe como se fosse uma mensagem que o outro passa. Porque quando eu tou na rua e vejo uma pessoa de máscara, eu penso “Poxa, você tá cuidando de você e de mim. Eu tou cuidando de você e de mim, também”. Quando você vê uma pessoa sem máscara, eu penso o seguinte “Poxa, ele não tá nem aí pro outro”, sabe? “Não respeita”. Porque é importante tudo isso. Então às vezes eu não gosto de estar em um ambiente que as pessoas estão sem máscara, sabe? Então por isso que eu não voltei a caminhar na rua, ainda. Porque eu acho que a rua tá diferente. E também você vê aquele colorido de máscaras, porque quando você vê na China, é todo mundo com aquela máscara branca, e aqui é máscara de tudo quanto é cor, é de time. E eu acho que com essas máscaras as pessoas também estão mandando o seu recado. Tão mostrando quem são, né? Uma máscara colorida, uma máscara de Frida Kahlo. Eu tenho uma máscara que tem um poema meu, do Projeto Oxe. Então tudo isso é uma forma de você dizer quem você é, é uma forma de comunicação, sem palavras.

III. Entrevistada 3: Restringir para preservar, caminhar para desanuviar

Entrevistada 3: Mas a dificuldade [de se locomover para longe de casa] surgiu depois da pandemia. Porque, por causa da pandemia, a gente teve que se resguardar mais. Eu, em parte, me resguardei mais. Porque a gente se desacostuma de estar na rua. Eu antigamente andava mais, subia, descia, resolvia minhas coisas. Entendeu? Mas hoje eu estou procurando os lugares mais próximos exatamente para não sair. Eu tenho evitado sair por causa de tudo o que tem acontecido atualmente.

[...]

Entrevistada 3: Para sair aqui no bairro não mudou nada não [trecho inaudível]. Eu faço minhas caminhadas. Agora, eu faço dentro de uma limitação, porque surgiu restrições e para a minha proteção eu não saio em ambientes, assim, muito cheios. Eu me guardo em cima disso. Por exemplo, vou lhe dar um exemplo da minha rotina. Pela manhã: pela manhã eu tenho o hábito de jogar o lixo fora. Por que eu faço isso? Porque no momento em que eu acordo, pego meu lixo que eu vou jogar fora, eu caminho. O meu objetivo é esse, caminhar. É um momento que não tem muita gente na rua. Eu posso andar mais despreocupada. Vou na padaria, aproveito que já estou com o dinheiro do pão na mão, já atravesso a rua, vou na padaria e compro o pão. Se eu tiver de comprar alguma coisa nos mercadinhos aqui de perto, eu já faço tudo isso pela manhã. Pronto, eu volto para casa para fazer as minhas coisas, mas

eu já volto bem. É aquele voltar com aquela sensação de dever cumprido de estar bem. E é assim minha rotina. Pela manhã eu faço isso praticamente todos os dias de manhã e continuo fazendo. Você está entendendo?

IV. Entrevistada 4: Solidariedade, empatia e alento de estar em casa

Entrevistada 4: Poxa, eu pude perceber que eu fiquei mais solidária, eu fiquei mais emotiva. Assim, vamos dizer, eu não sei como explicar isso, Carol, o medo de perder, entendeu? Então, ficar mais unida, ficar presente na vida dos meus filho, a chegar mais, entendeu? Chamar ele mais pra mim porque tenho medo de perder. Vou aproveitar cada momento, cada momentinho ali, né? Aproveitar.

C: Você sente falta, assim, com relação às restrições, né? Que teve um tempo que não podia sair na rua. O quê que você sentiu por não poder sair na rua, nesse período da pandemia?

Entrevistada 4: Olhe, pra mim foi ótimo porque eu pude curtir minha casa. Pra mim foi ótimo, que eu já conheço a rua, que eu já vivi na rua, então eu já sei o que é rua, entendeu? Um momento desse foi bom pra mim porque eu pude curtir mais, foi um momento até propício, foi um momento que uniu o útil ao agradável. Eu ganhei a casa, veio a pandemia e me botou pra ficar dentro de casa. Então, eu gostei muito, não tive problema nenhum com esse negócio de me prendendo dentro de casa pra não sair. Foi bom pra mim.

V. Entrevistada 5: “Se podes ver, repara”: pequenas mudanças na rua, memórias e aventuras no centro da cidade

Entrevistada 5: Vou ser muito feia na resposta, mas muito feia, mas muito, muito, muito feia. Mas eu não posso ser incoerente comigo, mentirosa com sua pesquisa. [4 segundos de silêncio]. Nos primeiros momentos, pelo menos, porque agora minha filha, tá um inferno. Bendita quarentena [3 segundos de silêncio]. Cara [3 segundos de silêncio]. Se você viu a rua no período de lockdown, se foi, se é que existiu *lockdown* na cidade de Salvador, que as ruas estavam vazias e que a tartaruga no Porto da Barra, que a maré tava plena sem uma barreira, né? Lógico que sem vida as pessoas justificam aquele espaço, democratiza aquele espaço, mas, uau, eu consegui notar que o comércio da cidade Salvador tinha pintura nas faixas, tinha fitas coloridas pintadas na faixa. Cara, tinha *pac-man* pintado nas praças do comércio da cidade de Salvador, pô. Cara tinha cavalos de madeiras esculpidos no comércio da cidade de Salvador. Sabe o palácio dos pisos, o prédio dos pisos? Ele tá reformado [3 segundos de silêncio]. E aí cê fica assim: “é sério isso? Eu não tinha notado que isso aqui existia”. Tem uma determinada cidade, é... faculdade que eu não vou falar, até citei o nome, mas não vou fazer propaganda porque não tá me patrocinando. Aquela praça ali, que sempre, sempre ando pelo Comércio, paro compro um crepe com um casal que é incrível, me chamava muita atenção. Eu parava ali naquela praça e comprava... quando eu parei ali eu fiz assim: “gente”, eu olhei assim pro lado, Ladeira da Montanha: “gente, a Ladeira da Montanha tá reformada, eu não vi”. Eu subia a Ladeira da montanha ,falava com mãe preta: “e aí mãe preta, beleza, minha véia?”, mãe preta, infelizmente, não existe mais na Ladeira da montanha, pra nós, desapareceu. A Ladeira da Montanha tá reformada véi. Gente, o centro da cidade tá completamente diferente, com aquele milhão de gente rodando, caminhando, gritando, você não percebe nada, você não olha nada, de carro cê não olha nada. Durante a quarentena, quase numa perspectiva de *The Walking Dead*, eu saí do carro: “minha nossa Senhora, Coronavírus tá em todo lugar, mas eu preciso fazer...”, tipo, eu fiz uma caminhada de 200 metros, lá pro... fiz: “porra, que isso aqui velho? Que massa a cidade mudou”, né? Infelizmente, e aí eu não posso também deixar de levar em consideração toda coisa ruim que veio com isso, todas as mortes, todas as dores, todas as famílias destruídas por conta da pandemia, mas eu não tô falando disso, né? Que fique bem claro, eu não tô feliz por conta disso, estou dizendo que a ausência de pessoas na rua faz com que a gente perceba as mudanças, a calçada foi pintada com algo diferente, olha o que é que é isso. Gente, a praça da mãozinha existe, eu particularmente não gostei do desenho, mas tudo bem, tá diferente,

rememoraram os pontos antigos que é todo feito de madeira, fizeram uma ciclofaixa que não faz sentido nenhum, mas tem lá e eu tive a oportunidade de fazer isso correndo riscos, de ser atacada, assaltada, enfim, mas, assim, se não fosse a quarentena não ia rolar isso, porque não ia ver e aí também, tem aquela coisa da quarentena te restringir, né? Tipo, eu fiz isso uma vez durante a noite, não tinha ninguém e tal, com álcool gel na mão e pedindo a Deus misericórdia pra ninguém me assaltar, mas deu pra perceber assim, fisicamente, esteticamente, como está o centro da cidade, como está a Ladeira da barra, como está a periferia. Tive a oportunidade de seguir sentido Subúrbio e ver que nada mudou, que ainda não tem árvores, que ainda não tem estrutura básica e pintam a faixa no meio da pista, é meu cachorro, viu? Que tá chorando. E pintar uma faixa no meio da pista de vermelho e dizer que ali é ciclofaixa é maluquice, não é? A quarentena me fez pensar sobre como nós utilizamos aquele espaço, como é antidemocrático, desfazendo do que eu disse antes, que é democrático, mas como é antidemocrático, porque, dependendo da rua, você vive a rua ou você passa pela rua [5 segundos de silêncio].

VI. *Adeus ônibus! Adaptando hábitos, observando o bairro.*

Entrevistado 6: Assim, grande parte [da vizinhança] cumpriu, ele tá ali, mas, infelizmente, sempre tem aquelas pessoas ali, que como eu falei, na esquina, tal, tem um bar que funciona, justamente, aos finais de semana. Fechou durante um tempo, depois reabriu na quarentena, mas, no geral, tinham respeito. O IAPI sim, foi um bairro que descumpriu muito a quarentena, descumpriu muito o isolamento, descumpra até hoje o uso de máscara e isso era extremamente, sabe? Eu me irritava bastante com isso e todas as vezes que eu precisei sair de alguma forma, assim, isso me incomodava bastante. Eu só saí depois de muito tempo, depois que as coisas começaram a reabrir, melhorar, eu tava fazendo exercício físico, né? E acho até que não mencionei isso ainda e aí, tipo, eu queria caminhar três vezes na semana e aqui tem um lugar tradicional, no IAPI, que é onde se faz caminhada, que é o Eldorado porque é como se fosse um círculo, digamos assim, né? É uma rua que ela dá uma volta, digamos assim e aí, tipo, se institucionalizou como um lugar, assim, das pessoas fazerem exercício físico, fazerem caminhada, correr e aí, quando eu precisava, depois já de muito tempo, né? Já tinha aberto, eu queria poder caminhar, só que lá começou a ficar muito cheio, principalmente, porque as academias tavam fechadas. Então, tipo, 5, 6 tava muito entupido de gente e nem todo mundo respeitando, não só o distanciamento como o uso de máscara, mas principalmente, correndo, fazendo ali por mais problemático que seja, mas tem que ser, né? Aí eu escolhi, tipo assim, um horário bem tarde, tipo, 8 horas da noite. Não era muito seguro, não era, mas era uma hora que tava deserto, ninguém iria esse horário, era meu horário de caminhada, tipo 8 horas. (Inaudível) eu ia até um pouquinho mais cedo porque já tava aquele vazio [trecho inaudível], mas...

[...]

Entrevistado 6: A pandemia foi o motivo principal, hoje, pra eu não pegar, não se deslocar de ônibus, até porque não se tem cumprimento de nenhuma norma ali, todo mundo aglomerado, ônibus cheio, enfim.

VII. *Mais um medo: encontro de riscos na cidade.*

Entrevistada 7: A minha preocupação é com essa doença, a COVID. Porque quando eu estou na rua eu estou preocupada por causa da minha família que eu deixo em casa. Para vir trabalhar todos os dias de manhã cedo, 5h da manhã. Quando chega a tarde eu vou nesses ônibus cheios. É isso o que me preocupa. E também com as pessoas que eu trabalho, me preocupo com eles.

VIII. *Entre desconhecidos: cidade e vírus como novidade*

Entrevistada 8: Dificultou, porque tudo parou. Hoje ainda tem pandemia, mas não tem esse isolamento bárbaro que fizeram. Eu não podia comprar nem num restaurante que uma amiga tinha que me mandar dinheiro. Então para mim foi um pouco traumática a pandemia. E quando eu consegui saber os bancos também estavam recebendo depósitos internacionais eu “aahn” [onomatopeia de surpresa/alívio] me senti um pouco aliviada, porque não estava nem conseguindo comprar minha comida. Então a pandemia foi brutal, foi um espancamento para tudo, inclusive encontrar trabalho com tudo muito parado.

C: E isso mudou a forma como você via a cidade? Eu digo assim, antes da pandemia e depois da pandemia? Quer dizer, não é depois, mas fim do isolamento mais duro. Mudou a forma como você vê a cidade?

Entrevistada 8: Eu não conhecia muito Salvador. Nós chegamos num dia de domingo, segunda fui no Pelourinho e terça já estávamos na ilha. Então não conheci essa Salvador movimentada, não conheci essa Salvador com praias abertas. Eu fui no Farol, mas a praia estava fechada. Não dava para tomar banho e as pessoas que tomavam banho a polícia falava: “tem que sair, tem que sair!”. Mas não conheci essa Salvador mais aberta. Mas cheguei aqui para ir ao banco e com a pandemia tudo era mais parado. Hoje que o isolamento “se levantó” [interrompeu] um pouquinho, vejo que Salvador é muito mais movimentada, que Salvador é muito alegre. E me falam: “isto não és nada”, as pessoas falam: “isto não és nada, Salvador é pura festa!” [risos].

IX. Para sair na rua “tá tudo errado”, virtualizações do sagrado

Entrevistada 9: Em termos de lazer, eu não sou pessoa de passear, eu não sou pessoa de viajar muito, assim, pra um lazer. Eu sou uma pessoa muito de casa, sou uma pessoa muito de arrumar minhas coisas. Eu já sou muito ocupada, não posso entrar muito em bebedeira e a quarentena, pra rua, pra mim, fechou porque a gente não pode sair pra canto nenhum, eu não posso sair, tudo tá errado. Não gosto muito de máscara, uso, mas eu não gosto, não me sinto bem com aquilo.

C: Sim. E com relação ao sagrado? Mudou alguma coisa ou a senhora continua saindo na rua do mesmo jeito?

Entrevistada 9: Mudou. Mudou porque muita gente deixou de vir, viu? E eu tive que começar a trabalhar virtual porque eu já trabalhava pela internet, mas era assim, uma pessoa que tivesse de longe, que não pudesse, tal e tal, mas só que agora é uma coisa forçada pela situação.

X. De casa para casa e a rotina da vizinhança inalterada

Entrevistado 10: Na quarentena é casa, Camaçari – no caso, fico lá que a gente tem uma areazinha que a gente está construindo e tem uma areazinha para poder entrar – e de vez em quando na praia. Só fui na praia ultimamente duas vezes no mês, eu saí de férias agora em dezembro e só fui duas vezes no mês.

[...]

C: Diminuiu a quantidade de gente na rua?

Entrevistado 10: Não. No início até que teve um controle. Como a prefeitura estava fazendo uns testes lá, então, o bairro ficou quatro semanas seguidas fechado, porque disse que o índice estava alto. Mas depois falaram que várias pessoas de outros bairros estavam indo para lá fazer os testes. Então vários bairros próximos era equivalente a Tancredo Neves. Mas a rotina não mudou não.

C: Mas o comércio chegou a fechar?

Entrevistado 10: Fechou por quatro semanas seguidas.

C: Aí quando o comércio fechou diminuiu o movimento?

Entrevistado 10: Diminuiu porque não tinha como o pessoal estar transitando porque os comércios estavam fechados. Eles iam para fora, para mercado grande, Atacadão, essas coisas, porque lá no bairro todos fechados. Foi o período que ficou mais tempo de gente afastado do lado do povo, mas depois que abriu voltou tudo ao normal. Num dia de domingo lá, num dia de semana lá é gente “como quê” na rua.

XI. “Menos comércio, mesma vizinhança”, “O susto passou”, “A rua é a rua e a rua é as ruas” e “Há males que vêm para bem”

Entrevistado 11: Mudou. Assim, porque é uma rua turística, de um lugar turístico da cidade, então, com a quarentena o movimento turístico mudou e com o movimento turístico, algumas pessoas que ganhavam com isso precisaram buscar outras formas de sobreviver. Então, o cotidiano da rua mudou, sabe? Então, lá tem uma casa de show, casa de Castro Alves, que fazem casamentos, eventos e tal, ali do lado da Igreja do Passo, já deixou de ter, alguns eventos que o pessoal fazia na escadaria também, eventos artísticos assim, sabe? De saraus e apresentações musicais e tal não tão acontecendo. Então, todos esses eventos culturais que movimentavam lá não tão acontecendo. Tá só acontecendo no grupo de moradores, sentam na porta, não deixam de tomar sua cervejinha ali na porta de casa, batendo papo, de conversar com os vizinhos, esse movimento não mudou. Agora, o movimento, o fluxo comercial da rua mudou com a pandemia.

C: E você podia falar um pouco mais sobre esse seu cotidiano na sua rua? Cotidiano pré-pandêmico e cotidiano pandêmico, vamos dizer assim, os dois cotidianos.

Entrevistado 11: O meu cotidiano era rodar e trabalhar, quando chegava em casa ouvia um pouco da briga da vizinha [risos] que fala bem alto e é bem uma senhorinha, sabe? Essa senhorinha que gosta de reclamar e ela reclamava muito, às vezes ouvia, ouvia tudo o que ela tinha pra dizer, ela é dona de um bar, saía pra tomar uma cerveja com ela, comia um kibe dela que é muito gostoso também. Então, era essa relação assim, saía, batia um papo ali de noite, conversava com o pessoal, entrava e ia esperar outro dia. Agora, final de semana era a gente na porta de casa, batendo papo, ouvindo música, às vezes eu fazia uma feijoada ali, sentava todo mundo na rua pra comer e é assim, a nossa praça é a rua, sabe? Não tem ponto específico da reunião.

C: E nos tempos de pandemia?

Entrevistado 11: Esse movimento das pessoas, sim. Agora, assim, eu também tenho ficado muito pouco, participado muito pouco dessas reuniões ali do pessoal, mas isso continua acontecendo. O que muda é só o fluxo turístico e o movimento comercial, assim.

C: Mudou a forma como você via a rua antes e depois da pandemia?

Entrevistado 11: Não, pra mim é a mesma coisa.

C: Pra você é a mesma rua, a mesma coisa em toda Salvador? O mesmo processo?

Entrevistado 11: Não, vou lhe dizer, aqui na Federação, eu acho que as aglomerações e as reuniões e os festejos são maiores do que antes da pandemia. Na Federação, na Muriçoca. Tá de se impressionar, dia de sábado, se você passa é clima de festa total, assim, que antes não tinha. Agora, eu não sei se era por uma questão da violência, né? Que tinha muita violência nesses lugares, aí sábado era sempre tenso estar e hoje, talvez, já não esteja, não sei se é uma questão dos tempos ou se é uma questão da vontade das pessoas de tá na rua também, não sei.

C: Você se sentiu privado de estar na rua em algum momento?

Entrevistado 11: Passei 2020 todo sentindo essa sensação, de querer sair, de querer fazer as coisas que eu fazia antigamente.

C: Mudou em 2021 essa sensação?

Entrevistado 11: Mudou porque a minha rotina no trabalho mudou, em 2020 eu estava mais em home office, na verdade, no final de 2020 pra cá, eu tenho trabalhando mais presencialmente. Mudou nesse aspecto, né? Eu tô saindo mais e talvez saindo porque, assim, quando eu saio mais, eu resolvo mais minhas coisas da rua, né? Tem coisas que eu tentava me virar pra resolver dentro de casa pra não precisar sair, mas já que eu vou estar na rua, já que eu vou estar trabalhando, resolvo tudo de rua com muito mais facilidade.

C: Vou voltar um pouco porque eu queria ouvir um pouco mais sobre isso, sobre essa sua relação com... sobre essa relação não porque não é uma relação, mas sobre essa sua observação. Ao longo do trabalho, né? Agora, que você tá indo pra a rua trabalhar, você acha que, no trecho que você trabalha de Salvador, as pessoas ainda tão fazendo isolamento social? Assim, pela percepção de rua, entendeu? Você tá entendendo o que eu tô dizendo? Eu não tô perguntando se você tá sabendo de indivíduos específicos, eu tô falando dessa sensação de estar na rua fazendo as demandas e o que tá acontecendo ali, entendeu?

Entrevistado 11: Eu acho que o susto passou, que as pessoas já estão mais acostumadas com esse clima de doença e morte ou menos preocupadas consigo nessa realidade, porque eu vejo muita gente sem máscara, muita gente junta, muita gente querendo encostar também e você precisa, sabe? Situar as pessoas. Indivíduos com máscara no queixo, com máscara pendurada, sabe? É um pouco mais de descuido que antigamente eu não via, naquele momento da tensão, da gente não saber o quê que tava acontecendo e como lidar com isso.

C: Como é que você acha que a quarentena afetou sua vida?

Entrevistado 11: Eu não queria ser egoísta de dizer isso, mas afetou positivamente, assim, me trouxe o tempo que eu precisava pra organizar minha vida que a rotina não deixava, me trouxe novas perspectivas, como trouxe pro mundo, mas eu acho que me colocou num lugar de busca também, sabe? De inquietação com a zona do conforto e isso foi muito positivo, eu tô buscando outras coisas, sabe? Sair daquela rotina de: trabalho, casa, trabalho, casa, trabalho, casa. Pensar em outras possibilidades foi importante, enfim, coisas de relação pessoal, assim também, proximidade com minha mãe que aumentou muito, tive tempo pra mim, essa é a verdade. Não queria ser egoísta em dizer que foi positivo porque, né? O mundo tá sofrendo, mas, pra mim, pra minha realidade específica, minha comigo mesmo foi muito positivo.

10.2 DIGRESSÕES: UNS DIAS OBSERVANDO A RUA

[...] Deixamos nosso olhar livre e buscamos um vazio. Não um vazio em sua totalidade, mas um vazio nos sentidos, para estar aberto e transcender o próprio pensamento. Se deixar levar sem controle, sem preconceito. Só quando nos disponibilizamos a experimentar essa relação é que podem surgir os fenômenos.

(Marcelo Brito)

Durante os quatro anos de doutoramento eu me esforcei para articular e organizar memórias, imagens da rua que são importantes para mim e que de alguma forma nortearam a construção da tese. No entanto, o processo de investigação da rua enquanto fenômeno situado, dialeticamente, não favoreceu que eu mesma

organizasse as minhas experiências com a rua de modo que eu pudesse narrá-las e relacioná-las com aquelas dos entrevistados. A busca pela rua, querendo elaborar essas experiências, de algum modo, me afastou da “minha rua”, a qual tive acesso apenas em lampejos, nos momentos em que havia uma conexão entre as experiências dos entrevistados e as minhas próprias.

Assim, a rua, durante o processo de investigação, tornou-se parte de mim de forma tão intensa que o afastar-me dela para compreendê-la implicou em vê-la e compreendê-la diante de como os outros a habitam. Diante da dificuldade de descrever as minhas experiências com a rua, as quais poderia resumir em frases, mas cuja imagem e as cenas da mente não fui capaz de descrever aqui, optei por fazer algumas observações para poder delinear as sensações e imagens que se apresentavam para mim ao longo desse processo e que descrevem o que são aquelas ruas para mim.

São descritos aqui dois dias de observação, em período anterior à pandemia, feitos na Praça da Piedade, no centro da cidade de Salvador, um dos pontos inicialmente escolhidos para abordagem de pessoas para participar da pesquisa, devido ao elevado fluxo de passantes e que concentra serviços e comércio os mais diversos no seu entorno, permitindo a observação de pessoas de diversas classes e frações de classe.

Outros dias de observação do tipo, pensados para serem executados no ano de 2020 junto às entrevistas e demais etapas de campo, com o intuito de servirem de inspiração para a escrita, na medida em que as imagens do movimento e do cotidiano da cidade trazem fôlego ao processo de pesquisa, foram suspensos devido à pandemia de COVID-19. Ao longo da pandemia, busquei sair para observar a rua, mas ver a rua se tornou mais difícil pela incerteza e inseguranças do contágio por COVID-19. Assim, as tentativas de observação foram marcadas pelo medo que, funcionando como um sinal de alerta, direcionou o olhar para o risco de estar na rua, de contaminar pessoas e/ou de ser contaminada.

A intenção, durante a observação na Praça da Piedade, era a de observar a rua até a exaustão, levando o corpo e os sentidos ao limite para poder transcendê-los, inspirada pelas indicações de Benjamin (2012b), sobre a importância de nos permitir sonhar acordados, trazendo o sonho para a vida.

A longa duração da observação objetivava acompanhar, além da diversidade de pessoas, o alvorecer e o declínio do movimento nas ruas do entorno, presenciando a

chegada dos ambulantes, dos estudantes, a abertura do comércio e dos cursos. Ainda que nosso ponto de abordagem fosse a praça, onde nos localizávamos, nossa intenção era a de virar as costas para a praça enquanto espaço público ocupado, para visualizar as ruas no seu entorno.

Ciente do cansaço que me acometeria por escolher passar tantas horas sozinha observando a rua e das limitações de apreendê-la em seu movimento, devido às minhas limitações como ser humano, pedi a companhia de três estudantes de graduação em Geografia (Juliana, Wellington e Roberta), que me acompanhariam nas observações. Deste modo, cada um ficaria em um “canto” da praça observando a rua por um dia. As duas principais instruções para a observação foram que ficássemos afastados uns dos outros e sem conversar entre nós. As conversas e o compartilhar das observações deveriam ser feitos nos dois horários estabelecidos para refeição.

OBSERVANDO EM UM DIA DE SEMANA

Chegamos à Praça da Piedade às 7:30 da manhã e, diante das previsões de sol, encontrei um dia nublado e com pancadas de chuva que geraram ansiedade pela incerteza da vinda dos meninos e, também, pela vontade de ver e me defrontar consciente da necessidade de afastamento da rua, com ela.

O tempo, nesta manhã, parecia uma eternidade. As lojas pareciam nunca abrir. Sentia-me invadindo a casa dos moradores da Praça da Piedade, e invadindo sua privacidade, pois, pelo que pareceu um longo período de tempo, eles dormiam e eu lhes dava as costas. Parecia, no entanto, que eles me olhavam e sabiam que eu estava invadindo o seu território. À medida que o incômodo crescia, crescia a vontade de andar pela praça e mudar de local, de me afastar desses olhares. Ao andar pela praça e escolher novos locais, no entanto, a sua presença não saía de mim, pois, por onde ia, os via ou reconhecia rastros da sua ocupação: cheiro e embalagem de comidas espalhadas, cheiro de excrementos e o silêncio que vinha daqueles corpos deitados.

Ao tempo em que me desconcertava, via os ambulantes montarem suas bancas e as lojas abrindo, algumas pessoas já passavam, mas o movimento, para minha surpresa, era muito menor do que eu imaginava. Para mim, às 8hs da manhã, o movimento já seria enorme. Caminhando, observo que oito ruas se abrem da praça.

Antes de observá-las, só imaginava duas longas ruas: a Rua Direita da Piedade e a Av. Sete, longas e paralelas.

Na rua, ora o fluxo das pessoas se opunha ao fluxo de carros, ora eram concomitantes. Os caminhantes e os carros dividem as ruas, cadeirantes seguem junto aos carros, como se a própria cadeira de rodas fosse um automóvel. Cegos caminham sozinhos e acompanhados em direção ao Instituto de Cegos. Homens passam pelas ruas com muitos carrinhos de mão e carregando muito peso.

A insegurança aparece nas fisionomias das pessoas pelos olhares inquietos e apreensivos, as mochilas estão seguradas na frente do corpo, mas, mesmo assim, muitos usam celulares para mandar mensagens e ouvir música.

Os cachorros fazem parte da paisagem e desafiam os carros que passam.

O cansaço já é tão grande que a vontade é de ir embora, mas quando olho o relógio tenho ciência de que são 9hs. É agora que começa a aumentar o movimento e a rua começa a ficar repleta de sons, os mais distintos: vendedores gritam de fora das lojas, mulheres gritam com crianças, que choram, as lojas passam a tocar música, ambulantes ligam suas caixas de som e seus microfones para oferecer seus produtos.

Pessoas passam a sentar na praça e a conversar com ambulantes, especialmente idosos e adultos, provavelmente moradores do entorno, pois estavam sempre com chaves nas mãos, e pareciam estar ali cotidianamente. Tento espreitar suas conversas, são diálogos de pessoas que se conhecem e que têm entre si alguma familiaridade.

Aumentam os passantes com sacolinhas plásticas. É muito raro encontrar pessoas sem carregar qualquer sacola plástica. Aparentemente, o principal motivo de parada é consumo, as pessoas compram e enchem sacolinhas. As sacolas, brancas, verdes, amarelas e laranjas ajudam a colorir ainda mais a rua, pois se somam às variadas cores das camisas usadas pelos passantes.

As pessoas que parecem ter tempo andam lentamente, conversam e geralmente estão acompanhadas. As apressadas andam a passos largos desviando dos outros e geralmente de cara fechada, pouco ou nada dispostas a encontros fortuitos.

Panfletagem de empréstimos pessoais.

Panfletagem de políticos.

Panfletagem de serviços médicos.

Panfletagem de lojas.

Pan-fle-ta-gem. Muita panfletagem.

Inesperado:

I. O morador de rua que caminha elegantemente com sua mala entreaberta (pela falta de zíper);

II. Um homem corre em direção aos carros com um carrinho de mão;

III. Um autônomo vendendo plano de saúde para um ambulante;

IV. O barbeiro que usa a energia do poste e que tem freguesia fixa ao lado do Shopping Center Lapa;

V. O homem-sanduíche anunciando que compra e vende ouro;

VI. A Igreja de Nossa Senhora da Piedade tem um enorme fluxo de entra e sai: serão turistas? Ou será que são devotos?

Às 11:30 os carrinhos de mingau e café vão embora, satisfeitos com a vendagem do dia. Às 14hs, o comércio já parece declinar e, por cansaço, nos retiramos, depois das três, ao ver os ambulantes e algumas lojas se preparando para fechar.

OBSERVANDO EM UM DIA DE FINAL DE SEMANA

Surpreendentemente, o movimento não era muito diferente daquele durante a semana. Chegamos mais ou menos no mesmo horário e sem expectativas de encontrar um cenário muito diferente do anterior. No entanto, o ritmo parece muito mais acelerado. Estudantes se encaminham para o curso pré-vestibular que se encontra na frente da praça. Outros estudantes, vestindo camisas da UFBA, se encaminham para o ponto de ônibus.

Há menos moradores de rua, os pontos de ônibus estão mais cheios, há mais barulho, mais pressa, menos gente dormindo na praça. Acrescidos aos sons do outro dia começam novos sons, como o de cortar grama, já que um funcionário da prefeitura estava fazendo este serviço.

Às 9:30 as barracas terminam de ficar montadas na frente do shopping, Campanha de Daniel do PCB 6565 com 10 pessoas, vendas de *topperware*, muitas mulheres passando, muitos homens trabalhando, muita gente passando com sacolinhas. A novidade são os carros-forte chegando para abastecer o banco, idosos arrumados caminham, a Igreja de Nossa Senhora da Piedade está lotada de fiéis vendo a missa.

Há mais jovens e adultos na rua sozinhos do que acompanhados de crianças. A rua está mais engarrafada, os passantes mais atentos ao relógio.

Inesperado:

- I. Muitas freiras indo e vindo;
- II. A mulher cega orientando passantes: “é em frente, minha filha”;
- III. Moradores de rua passeiam pela praça de mãos dadas, namorando;
- IV. Muitos deficientes andam de um lado para outro.

DIA A DIA NA CIDADE, OBSERVAÇÕES DESPRETENSIOSAS

É estranho para quem se mudou tanto, falar da “minha rua”.

Antes da pandemia, minha rua era marcada pelo bom dia do passante desconhecido que gritava “Glória a Deus” e que por mais que eu buscasse me esforçar para vê-lo, não conseguia. Eram os gritos que incomodavam alguns, mas que marcavam o começo do meu dia junto ao canto dos passarinhos.

Era no meio da manhã a corrida pelo carro do ovo com a oportunidade de comprar ovos mais baratos, norteadas pela voz esganiçada ao alto falante gritando “Trinta ovos é dez reais”. Eram as idas à barraca de frutas e verduras que me faziam praticamente não ir ao mercado, mesmo antes da pandemia. Era o silêncio da tarde e da noite, interrompidos, às vezes, pelo alarme do Banco do Brasil, meu ex-vizinho.

Era o homem rodando o ferro das placas de anúncio perto da reitoria da UFBA, as pessoas caminhando para resolver suas demandas, os ambulantes vendendo perto do Hospital das Clínicas, a barraca de livros usados, as barraquinhas de comida e lanches, a espera nos pontos de ônibus lotados.

Era ver o poste como sombra para o ponto de ônibus da Reitoria e ficar chateada quando não conseguia uma sombra nele, por já estar ocupado, vinculado à surpresa e indignação de quantos pontos de ônibus na cidade têm cobertura, mas não fazem sombra no sol de meio de dia, era olhar a babilônia que era atravessar a rua, mesmo com faixa de pedestre e semáforo, numa constante disputa entre motoristas de ônibus, carros, motos e pedestres.

Era a indignação com a sujeira da rua, misturada com o cheiro de suor meu e das pessoas, com o cheiro das comidas, de combustível queimando. Eram os vozeirões de pessoas conversando, as buzinas indignadas e os sorrisos e caras feias de pessoas com diferentes tipos de humor na rua.

Era também sentar na Reitoria, para esperar um ônibus até ele passar (e aí, ficar olhando o movimento), ou desistir de esperar e ir fazer o trajeto andando (também

olhando o movimento), era encontrar familiares e amigos nas suas atividades cotidianas. Era parar para tirar pitangas de uma pitangueira da Reitoria, era reclamar do calor para andar “daqui até ali” e também era medo de assédio e assalto.

Era a surpresa com protestos e atividades inesperadas parando o trânsito ou disputando espaço com os veículos e sendo motivo de conversa para todo mundo que estava na rua. Era a surpresa de uma árvore cortada, a mudança de um pedinte que não está mais onde ficava e gerava preocupação. Era o compartilhar das demandas do dia com a estranha que estava ao lado, ambas compartilhando da situação em que nos encontrávamos e do curto tempo para cumprir as demandas do dia.

Agora, em meio a duas mudanças de rua no meio da pandemia, os dias são mais ou menos iguais. Já não há o contato com os estranhos, ou a ida à barraquinha, ou a compra de livros usados para servir de inspiração para pensar na tese e num futuro melhor. Com o isolamento social, a rua virou o movimento visto pela janela, o som dos ônibus e carros e alguns passantes. Sons mais intensos e constantes quando as medidas de restrição ao isolamento são menores e, portanto, há mais gente na rua. Em oposição, nos períodos de medidas mais duras de isolamento social, a rua ficava silenciosa e deserta, como nas noites de final de semana.

Em alguns momentos, passando de carro e vendo as barraquinhas e pessoas na rua cheguei a me perguntar “existe pandemia mesmo ou será que é coisa da minha cabeça?”, e, nessas situações, quis sair e viver aquele cotidiano que hoje me parece tão distante. Por que não o fiz? Porque ver pessoas de máscara me lembrava de que o perigo era real e que eu agir como se nada estivesse acontecendo colocaria não só a mim, mas também as outras pessoas em risco.

E a compreensão desse risco aparecia muito forte quando a prefeitura ou o governo do estado anunciavam que havia um aumento na demanda por leitos. O risco se fazia evidente também quando eu tentava sair na rua e encontrava pessoas sem máscara, em negação da pandemia, me fazendo ver que estaria em risco ali. E assim, minha vontade de estar na rua se aquietava e o ânimo de observar o movimento da rua no dia a dia ia se arrefecendo.

Era o encontro com um dos “mal invisível” descrito pela peça homônima, dirigida por Marcelo Sousa Brito, em 2019, no Teatro Vila Velha em Salvador, e que apresentava um contexto de radiação e fim do mundo, no qual a individualidade e os interesses individuais apareciam junto à radiação como “mal invisível”, pois não se importar com o problema de todos era fazer perdurar meus próprios problemas.

Assim, o vírus e a falta de solidariedade e humanidade diante da pandemia compunham o mal invisível que me afastava da rua e da metodologia inicialmente proposta para a tese.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando comecei a pesquisa, não imaginava que a tese passaria por diversas mudanças, algumas leves, devido à certeza de estar seguindo e aprofundando os caminhos escolhidos, outras pesadas, seja pelo contexto pessoal, seja pelo contexto histórico e social que vivi ao longo dos quatro anos de pesquisa. Entre os desafios enfrentados, resalto a variedade de literatura filosófica com a qual tive que me deparar para proceder às reflexões sobre memória e imaginação. Além, é claro, das mudanças do trabalho de campo devido à pandemia que me fizeram revisitar toda a pesquisa em curto intervalo de tempo, repensando estratégias e caminhos para continuar uma investigação sobre a rua, mesmo estando em alguns momentos fora dela. As sucessivas mudanças pelas quais fui obrigada a passar durante o processo evidenciaram os desafios de fazer pesquisa em situação e em ato, o potencial e os obstáculos de lançar-se por inteiro em uma pesquisa de caráter fenomenológico e dialético, tendo em vista as constantes necessidades de se afastar e aproximar para ver os fenômenos como eles se apresentam e não necessariamente como eu gostaria de vê-los. Esses desafios são postos nas reflexões sobre a *Cidade em tempos de Pandemia* em que tive que me debruçar sobre a pandemia de COVID-19 e relacionar a forma como eu, os entrevistados e as representações da pandemia na mídia impactaram o relacionamento que temos com a rua.

Afora tal contexto de reiteradas transmutações, é importante destacar que a entrega às entrevistas também foi radical, de modo que essas mudaram a tese, a mim e o processo de pesquisa, pois requereram não apenas empatia e reconhecimento da humanidade do outro como da minha própria, mas também a elaboração, de minha parte, dos eventos de minha vida pessoal, ao tempo em que também ofereceram oportunidades de reflexão para os entrevistados sobre sua própria vida, seu cotidiano e sua compreensão de rua e de cidade. Essas reflexões fazem parte de *O mundo e minha experiência*

Nesse sentido, vejo que a tese que apresento é orientada por três eixos reflexivos:

(i) O primeiro, permeia um debate sobre tempo e as possibilidades de recorte temporal na pesquisa geográfica, baseado nas ideias de Santos (2012), Bachelard (2013; 2016), Heidegger (2014), Husserl (2006) e Ricoeur (1994; 1997), discussão encontrada em *tempo reflexões filosóficas e geográficas*. Neste sentido, a tese recorre à modernidade como origem, no sentido benjaminiano, como recurso de delimitação do horizonte de antes do fenômeno, o presente-passado que, de certo modo, norteia e repercute na compreensão do presente-presente e do presente-futuro que se encontra em *Modernidade entranhada na vida*.

(ii) Assim, manifesta-se o segundo eixo de discussão: a memória e a imaginação são categorias centrais para compreender a experiência de mundo, considerado nas suas dimensões espaciais e temporais. A memória possibilita a narrativa, o compartilhar das histórias e as experiências de cidade pelas pessoas, bem como direciona ações de resoluções de problemas de infraestrutura, saúde pública e habitabilidade vinculadas ao planejamento urbano. A imaginação, por sua vez, não apenas encaminha sonhos e possibilidades de futuro, mas altera a própria constituição da memória, reverberando no planejamento urbano por meio das utopias e dos desejos de um urbano voltado para o valor de uso e não para o valor de troca. As reflexões sobre esse eixo permeiam toda a tese, sendo basilares nos capítulos apresentados.

(iii) Essa compreensão da dialética temporal dos fenômenos e da necessidade de circunscrevê-los na pesquisa aponta para o terceiro eixo reflexivo, vinculado à compreensão da importância dos fragmentos para compreender os fenômenos, considerando que estes sempre são alinhavados pelas circunstâncias, pelo mundo das pessoas e pelas representações sobre o mundo que, de certa forma, dialogam com as experiências de rua e cidade das pessoas. Esses fragmentos aparecem em *Os sentidos da rua*, em que os recortes de entrevista, organizados por temas, evidenciam a coesão em retalhos da compreensão da rua no âmbito do aprofundamento da modernidade.

Vale ressaltar que esses três pilares de reflexão apareceram na pesquisa em momentos diferentes da minha trajetória. Aquela sobre tempo, baseada na obra de Castro (2010), Santos (2012) e Serpa (2008), apareceu ainda na graduação, mas sem a maturidade e as ferramentas para discutir e desenvolver as ideias que foram se

desenhando ao longo do mestrado, seja no âmbito das disciplinas de Teoria e Método e Fenomenologia da Paisagem, seja por meio das inquietações expressas pela professora Dra. Maria Geralda de Almeida na primeira qualificação da dissertação. O interesse de compreender a rua a partir de suas múltiplas aparições começou nos debates do grupo Espaço Livre de Pesquisa-Ação, coordenados pelo professor Angelo Serpa, vinculados a debates sobre as transformações da modernidade e da cidade com base na obra de Walter Benjamin e Richard Sennett. Ao longo dos primeiros anos de doutorado, o trabalho de pesquisa com o professor André Nunes de Sousa no IFBA, na pesquisa sobre História da Geografia na Bahia, apontaram para a necessidade de pensar memória e imaginação dialeticamente, como caminho para orientar a reflexão sobre tempo, cujas primeiras anotações em caderno de pesquisa datam de 2013. Tais informações, apesar de parecerem desconectadas da própria tese, demonstram que essa é, ao mesmo tempo, o resultado de quatro anos de pesquisa, mas extrapola tal delimitação, pois envolve todo meu processo formativo, com *insights*, leituras e debates com colegas desde a graduação e que acompanham minhas inquietações de pesquisa direta ou indiretamente desde então.

Ademais, é importante frisar que essas discussões aparecem para mim como frações de leitura da dimensão espacial do mundo que, muitas vezes, careciam de nexos e articulações, o que tentei fazer ao longo da tese para os pares conjuntura e estrutura; espaço e tempo; memória e imaginação; experiência individual de cidade e planejamento urbano; indivíduo e coletivo; que foram organizados a partir da tentativa de compreender o que é a rua contextualmente para os diversos agentes de pesquisa por meio da metodologia benjaminiana de pesquisa em fragmentos, articulada com a compreensão lefebvrea de representação (LEFEBVRE, 2006) e com a ideia de narrativa, que, por sua vez, aproxima as ideias de Benjamin (2012a) e Ricoeur (1994).

Isso se deu porque os caminhos percorridos na tese em busca de compreensão da rua, embora pareçam distintos e até tangenciais à temática, lhes são caros, na medida em que pensar a rua nesta pesquisa perpassa necessariamente por um percurso de análise sobre as categorias que norteiam a reflexão. Esses pensamentos orientaram a pesquisa e foram buscados como estratégias para favorecer a complexidade com a qual o fenômeno se revelava. Assim, compreender os sentidos da rua significa lidar com visões de mundo, com a dimensão da experiência espacial e temporal dos entrevistados, bem como com a relação entre memória e imaginação na criação desses significados sobre a rua.

Tal esforço, empreendido com muita ênfase ao longo do terceiro e quarto anos de pesquisa, foi pensado para ser efetivado em paralelo à pesquisa de campo, de modo que eu estaria imersa na rua e poderia, a partir das minhas anotações, movimentar o pensamento, alternando entre momentos de introspecção e discussão teórica e os momentos de extroversão e prática de pesquisa, por meio de entrevistas e observações da rua. Esse movimento foi impossibilitado, em parte, por um contexto pessoal e, posteriormente, pela pandemia de COVID-19, que, ao passo que me tirou da rua, forçou o exercício de “desfazer” e “deixar ser”, mas que não permitiram o intentado tensionamento entre as experiências de campo e a teorização. Ademais, a necessidade de avançar nos escritos da tese, afastada da rua, implicou, a meu ver, em uma estrutura de tese que dificultou a interação entre teoria e empiria.

Ao refletir sobre a memória e a imaginação como par dialético em constante tensão, perpassando por uma retomada filosófica de aproximação entre as duas categorias como dimensões fundamentais para a dimensão espacial e temporal da experiência humana, a tese faz aparecer elementos da experiência espacial das pessoas, mas aponta para o diálogo entre memória e imaginação como centrais para um planejamento urbano que valorize a história da cidade e das pessoas, ao mesmo tempo em que se ancora nos seus anseios de futuro para poder apontar estratégias de formas de envolvimento das pessoas com a cidade e, portanto, de um futuro urbano baseado na equidade entre pessoas. Assim, as experiências das pessoas descritas em *Os sentidos da rua* apresentam sempre rebatimentos na memória e imaginação, pois são mais que imagens individuais sobre a rua e a cidade, já que apontam caminhos, elementos que podem ser utilizados pelo poder público, associações, escolas e outras organizações com vistas à construção de uma cidade em que podemos ser uns com os outros e com a cidade, valorizando o ócio, o demorar-se e o tempo em comum. Essas reflexões estão reverberadas também na escrita de *Habitar, caminhar: experiências nas ruas da cidade*.

Nesse sentido, no âmbito do planejamento urbano, o lugar e a paisagem se constroem por meio das memórias e da expectativa do devir, mobilizando ou não as pessoas para uma postura ativa direcionada para o futuro da sociedade, da rua e da cidade. Neste íterim, a tese considera a memória e a imaginação ferramentas fundamentais para se pensar um planejamento urbano que favoreça o revelar de formas não hegemônicas de habitar a cidade que resistem às expropriações impostas pelo aprofundamento da modernidade.

A consideração da memória e da imaginação na pesquisa geográfica permite também a operacionalização do tempo na pesquisa geográfica de forma não linear, considerando o recorte temporal do fenômeno e suas protensões de antes e de depois. Ao se vincular ao presente-passado, a memória pode funcionar como uma categoria de desvelar esquecimentos intencionais e manutenção e validação de representações hegemônicas sobre as ruas e a cidade. Ao apontar para o presente futuro, a imaginação indica anseios e preocupações das pessoas de modo que ações voltadas para potencializar o que há de positivo podem resultar em minimização de riscos e sensação de insegurança, considerada pelos entrevistados como principal problema a ser enfrentado para maior uso e ocupação das ruas. De mais a mais, tanto a potencialização de aspectos positivos quanto a mitigação daquilo que apresenta caráter repelente para habitar a rua estão intrinsecamente relacionados à forma como as ruas são representadas e apresentadas, seja na mídia, seja em compartilhamentos entre conhecidos, haja vista que formam um horizonte compartilhado da experiência. As reflexões sobre memória e imaginação enquanto categorias para pensar a operacionalização do tempo na Geografia podem ser encontradas em *Memória e imaginação para pensar a cidade e as ruas*, e o caráter mediador da experiência nesse processo está aprofundado em *Experiência: relação entre conjuntura e estrutura, na fissura entre tempo e espaço*.

Entre os apareceres da rua, fica patente o seu potencial de explicitar a dialética entre público e privado e as dinâmicas da cidade, pois é justamente nas ruas que as imagens da cidade são criadas e negociadas entre indivíduos e pessoas. São as narrativas, os compartilhamentos entre pessoas sobre as ruas que lhes tornam paisagem da cidade e lhes dão sentido e força de lugar. Em suma, a rua apresenta o sentido de passagem, de fim em si mesma, de paisagem do cotidiano, de encontro, de lazer e distração, de intolerância e conflitos, uma forma de conhecer a cidade, de escala geográfica para compreender a cidade, inspiração para arte e lócus da arte e da solidariedade, abrigo, fetiche da mercadoria, mediação local-global, é brincadeira, é memória individual e da cidade, manifestação do sagrado, é cultura, é professora e expressão da desigualdade. Em tempos de pandemia fica patente a importância dos veículos de comunicação como articuladores das narrativas em fragmentos da cidade, construindo representações hegemônicas sobre bairros e ruas que podem ter caráter negativo ou positivo. Tais reflexões não seriam possíveis sem as leituras geográficas que culminaram com os escritos de *Paisagem e Lugar* no capítulo 5.

Ressaltamos, portanto, que as circunstâncias da pesquisa evidenciaram diferentes possibilidades de mostrar-se do fenômeno, na medida em que a rua, enquanto instrumento sempre à mão e acessível, tem sua disponibilidade, mesmo que momentânea, posta em xeque, já que sair à rua, em determinados momentos da pandemia, significou aplicação de penalidades. Assim, as perguntas inicialmente feitas sobre a imaginação do futuro da cidade e da rua ganharam novos contornos ao se contextualizarem diante da pandemia, que revela tanto elementos da solidariedade e empatia humanas, quanto da compreensão de um descolamento entre indivíduo e sociedade.

A tese, se constitui, portanto, em uma narrativa, enquanto representação, nos termos lefebvreanos, construída por mim e que busca alinhar três caminhos de reflexão: (i) um primeiro, vinculado às minhas meditações íntimas e pessoais, no qual as memórias sobre a rua e a minha própria experiência estão em jogo; (ii) um segundo relacionado à minha forma de fazer e pensar Geografia, às leituras e debates sobre o mundo que me fizeram sopesar as minhas próprias experiências de pesquisa, por identificar caminhos de aproximação entre as análises teóricas e como me acheço aos fenômenos; (iii) e, por fim, o caminho de intersubjetivação e negociação das minhas experiências de vida e as dos entrevistados, entendendo a sua abertura e/ou fechamento como oportunidades de compreender as relações entre as pessoas e o mundo.

Longe de se pretender conclusiva e definitiva, a tese é a busca por uma abertura de caminhos de compreender o que é a rua e também a cidade, sendo ela mesma um fragmento, um aparecer da rua e da cidade diante da inesgotabilidade dos fenômenos (SARTRE, 2005) e da necessidade de pensar o planejamento urbano a partir do habitar, do ser-com o mundo e do caminhar (GEHL, 2014; HEIDEGGER, 2014; MARANDOLA JR, 2014; SPECK, 2015), compreendendo a cidade e a rua pelas lentes da Geografia de lugar e paisagem (BERQUE, 1998; BESSE, 2014a; 2014b; BURCKHARDT, 2015; CASEY, 2001; CLAVAL, 2004; DARDEL, 2011; HOLZER, 2012; MALPAS, 2015; MARANDOLA JR, 2012; 2013; 2014; 2016; 2017; RELPH, 1976; 1979; 2014; SEAMON, 2017; SERPA, 2007a; 2012; 2013; 2017).

Destarte, as notícias e as entrevistas foram sistematizadas num segundo volume da tese para fornecer aos leitores e pesquisadores um panorama de confronto e questionamento da presente pesquisa bem como para permitir que essas fundamentem novas reflexões sobre a rua e a cidade.

REFERÊNCIAS

A TARDE. In: Dicionário de verbetes temáticos. Rio de Janeiro: FGV, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/tarde-a> Acesso em 10/01/2022

AB'SÁBER, Tales Afonso Muxfeldt. **'No Brasil, diante da ruína iminente, vamos sambar', diz Tales Ab'Sáber**. Entrevista à Mônica Manir. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/07/no-brasil-diante-da-ruina-iminente-vamos-sambar-diz-tales-absaber.htm> Acesso em 07/09/2020.

AGAMBEN. Giorgio. **Reflexões sobre a peste**: ensaios em tempos de pandemia. São Paulo: Boitempo, 2020

AGÊNCIA BRASIL. **Pela 1ª vez desde janeiro, China não registra mortes por covid-19**: Foram notificados nesta terça-feira 32 novos casos, todos importados. Publicado em 07/04/2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-04/pela-1a-vez-desde-janeiro-china-nao-registra-mortes-por-covid-19> Acesso em: 11/06/2021

ALMEIDA, Maria Geralda de Almeida. Parecer de projeto de dissertação da mestranda Caroline Bulhões Nunes Vaz com título O Sertão pelos Sertanejos: Identidade, Representação e Regionalização nos Territórios de Identidade Sertão Produtivo e Sertão do São Francisco. 2014, 7p.

ALVARENGA, André. Lugar e memória: cenários. Niterói, **GEOgraphia**, vol. 19, n. 41, set./dez., 2017.

ANDERSON, Kay; DOMOSH, Mona; PILE, Steve; THRIFT, Nigel. Preface. In: **Handbook of Cultural Geography**. ANDERSON, Kay; DOMOSH, Mona; PILE, Steve; THRIFT, Nigel (Orgs.). Londres: Sage Publications, 2003. p. xviii-xix

ANDRADE, João Gabriel Nascimento de. **Trabalho informal e território: aportes sobre o comércio ambulante na área central do Recife-PE**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

APPLEYARD, Donald. Livable streets: protected neighborhoods. **Ekistics** Vol. 45, No. 273, nov/dec, 1978, pp. 412-417

ARAUJO, Jean Marcel Oliveira. **Bahia**: Negra, mas limpinha. 2006, 280f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2006.

ARAUJO, Alessandra Oliveira. **O comércio informal em Feira De Santana (BA) – permanências e mudanças**. 2017. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

ARAÚJO, Markelly Fonseca. **A revolução do lugar**: contextos da guerra de informação na megalópole. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 2020

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10 Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ATKINSON, David. otalitarianism and the street in fascist Rome In: FYFE, Nicholas (Ed.) **Images of the street**: Planning, identity and control in public space. New York: Routledge, 2006

AUGUSTO, Maria Helena Oliva; BRUNI, José Carlos; GLEZER, Raquel; SANTOS, Milton. **Estudos Sobre o tempo**: o tempo na Filosofia e na História. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/estudos-sobre-o-tempo-o-tempo-na-filosofia-e-na-historia>>. Acesso em: 13 de Julho de 2020 às 15:13.

BACHELARD, Gaston. **A filosofia do não; O novo espírito científico; A poética do espaço**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **A poética do Devaneio**. 1 Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. **A psicanálise do fogo**. 1 Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994

_____. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Intuition of the instant**. Illinois: Northwestern University Press, 2013.

_____. **A poética do espaço**. 2. Ed. 1 reimp. São Paulo: Martins Editora Livraria LTDA, 2012. 242p.

_____. **The dialectic of duration**. London/New York: Rowman Littlefield International, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARTHE-DELOIZY, Francine. **O corpo**: obscuro objeto do saber geográfico. Ciclo de palestras proferido em 8, 9 e 10 de outubro de 2018. [anotações]. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Universidade Paris IV, 2018.

BBC NEWS. **Coronavírus: a Suécia acertou ao não adotar uma quarentena?**. 26 abril 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52428807>.

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

_____. **Obras Escolhidas III**. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Editora brasiliense, 1994.

_____. **A Modernidade e os Modernos**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000. 103 p.

_____. **Passagens**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2006a.

_____. Paris, capital do século XIX, exposé de 1935. In: Benjamin, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2006b. p. 39-51.

_____. Paris, capital do século XIX, exposé de 1939. In: Benjamin, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2006c. p. 53-67.

_____. **Obras escolhidas I**: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8. Ed. Revista. São Paulo: Brasiliense, 2012a. 271p.

_____. **Obras escolhidas II**: Rua de mão única. 6. Ed. Revista. São Paulo: Brasiliense, 2012b. 285p.

BERGSON, Henri. **Memória e Vida**. 1. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p. 84-91.

_____. **Thinking through landscape**. New York: Routledge, 2013

BESSE, Jean-Marc. Geografia e existência a partir da obra de Eric Dardel. In: DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra (Anexos)**. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 111-139.

_____. **Ver a Terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a Geografia. São Paulo: Perspectiva, 2014a.

_____. **O gosto do mundo**: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014b.

BETTONI, Rogério. Dialética e Sartre: uma possibilidade de se pensar a realidade. **Revista Metavnoia**. São João del-Rei, n. 3, p. 61-70, jul, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: Crítica Social do Julgamento. 2. ed. Porto Alegre: Zouk Editora, 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Informe Técnico - MERS-CoV (Novo Coronavírus). 2014**. Disponível em: <https://portalquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/junho/10/Informe-Tecnico-para-Profissionais-da-Saude-sobre-MERS-CoV-09-06-2014.pdf>. Acesso em 10/06/2021

_____. **Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus:** Homem de 61 anos deu entrada no Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo, com histórico de viagem para Itália. Ministério da Saúde incluiu 15 países em alerta para vigilância epidemiológica. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus> Acesso em 10/06/2021

_____. Supremo Tribunal Federal. **MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.341 DISTRITO FEDERAL.** Partido Democrático Trabalhista versus Presidente da República. Relator: Ministro Marco Aurélio de Mello. Brasília, 24/03/2020a. 6p. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI6341.pdf> Acesso em 10/06/2021

_____. Supremo Tribunal Federal. **ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 672 DISTRITO FEDERAL.** CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB versus Presidente da República Federativa do Brasil e Ministro da Economia do Brasil. Relator: Ministro Alexandre de Moraes. Brasília, 08 de abril de 2020b 10p. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF672liminar.pdf> Acesso em 10/06/2021

_____. Supremo Tribunal Federal. **STF reconhece competência concorrente de estados, DF, municípios e União no combate à Covid-19:** em sessão realizada por videoconferência, o Plenário, por unanimidade, referendou medida cautelar deferida em março pelo relator, ministro Marco Aurélio. Disponível em: 15/04/2020. <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441447&ori=1> Acesso em 10/06/2021

BRETAS, Aléxia. Träume: Os sonhos de Walter Benjamin. **Cadernos Walter Benjamin**, v. 2, p. 1-1, 2009.

BRITO, Marcelo Sousa. **O teatro invadindo a cidade.** 1º Ed. Salvador: EDUFBA, 2012. 187 p.

_____. **O teatro que corre nas vias.** 1ªEd. Salvador: EDUFBA, 2017. 208p.

BRITO, Marcelo Sousa; SERPA, Angelo. Corpo-lugar e as “conchas do homem”: geografia e arte no cotidiano. In: DOZENA, Alessandro. **Geografia e Arte.** Natal: Caule de Papiro, 2020, p. 29-60.

BRUGGER, Aline Pandeló. **Comércio, Feira e um Lugar de Obsolescência em Juiz de Fora-MG:** a feira informal da Avenida Brasil. 2014. 110f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Juiz de Fora, 2014.

BULCÃO, Marly. BACHELARD: A NOÇÃO DE IMAGINAÇÃO. **Revista Reflexão**, Campinas, nos 83/84, p. 11-14, jan./dez., 2003.

BURCKHARDT, Lucius. **Why is landscape beautiful?** The Science of Strollology. Basel: Birkhäuser, 2015.

BURGUESS, Jacquelin. News from Nowhere: The Press, the Riots and the Myth of the Inner City. In: GOLD, John R.; BURGUESS, Jacquelin (Orgs.). **Geography: the media e popular culture**. Sydney: Croom Helm, p. 192-228, 1985.

BUTTNER, Anne. Grasping the Dynamism of Lifeworld. **Annals of the Association of American Geographers**, Vol. 66, No. 2 (Jun., 1976), pp.277-292.

_____. Lar, horizontes de alcance e sentido de lugar. *Geograficidade*, v. 5, n.1, p. 4-19, 2015.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020, e00279111. DOI 10.1590/1981-7746-sol00279

CANABRAVA, Cláudia Marques. O acesso à atenção especializada hospitalar no SUS na Pandemia de COVID-19: ampliação, insuficiências e iniquidade. In: SANTOS, Alethele de Oliveira; LOPES, Luciana Toledo (ORGs.). **Acesso e cuidados especializados**. Coleção Covid-19, volume 5. Brasília, DF: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2021

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados** (ONLINE), v. 34, p. 209-224, 2020.

CARERI, Francesco. **Walkscapes: walking as an aesthetic practice**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2009.

CARIBÉ, Daniel Andrade. **Tarifa zero: mobilidade urbana, produção do espaço e direito à cidade**. 380f. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar do/no mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85 p.

_____. A “revolução” no cotidiano invadido pela pandemia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Coord.). **COVID -19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. 3.484Kb; PDF. p. 10-17

CASEY, Edward S. Between Geography and Philosophy: What Does It Mean to Be in the Place-World?. **Annals of the Association of American Geographers**, Vol. 91, No. 4, pp. 683-693, Dec., 2001.

_____. The Difference an Instant Makes: Bachelard's Brilliant Breakthrough. In: RIZO-PATRON, Eileen; CASEY, Edward; WIRTH, Jason M. (orgs.). **Adventures In Phenomenology: Gaston Bachelard**. 1. Ed. New York: Suny Press, 2017.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 117-140.

CASTRO, Jânio Roque Barros de. **Da casa à praça pública: a espetacularização das festas juninas no espaço urbano**. Salvador: EDUFBA, 2012. 340p.

CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; ALVES, Paloma Palmieri; REIS, Milena; CYPRIANO, Otávio; ARMSTRONG, Karolina. Atlas da violência: retratos dos municípios brasileiros. IPEA, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Rio de Janeiro, julho de 2019.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagens, Textos e Identidades**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. p. 13-74.

_____. **Terra dos homens: a Geografia**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Geografia Cultural: um balanço. **Geografia**, Londrina, v.20, n.3, p.05-24, set/dez. 2011.

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo Urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 94p.

COSTA, Everaldo Batista da; OLIVEIRA, Rafael Fabrício de; BOSCARIOL, Renan Amabile; SOUZA, Carolina Starling; RÚBIO, Rúbia de Paula. Lógica Formal, Lógica Dialética: questão de método em Geografia. **Geo UERJ**. Rio de Janeiro, Ano 16, nº. 25, v. 1, 1º sem., pp.276-285 2014.

COUTO, Edvaldo Souza. Fisiognomias do intérieur: aproximações entre Benjamin e Bachelard. IN: SANT'ANNA, Catarina (org.) **Para ler Gaston Bachelard**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 199-214.

CNN, **Nova Zelândia tem sucesso no combate à Covid-19 mesmo sem priorizar máscaras**: País completou a marca de 100 dias sem transmissão local de coronavírus; lockdown antecipado é apontado como uma das estratégias de destaque.10/08/2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/08/10/nova-zelandia-alcanca-100-dias-sem-covid-19-mesmo-sem-adotar-rigor-com-mascaras>. Acesso em 01/06/2020.

DAL GALLO, P. M. "A Influência Do Pensamento Oriental Na Geografia De Augustin Berque: a Filosofia De Watsuji Tetsurô / The Oriental Influence in the Thought of Augustin Berque: The Philosophy of Watsuji Tetsurô". **Geograficidade**, vol. 4, nº 2, junho de 2014, p. 32-47, doi:10.22409/geograficidade2014.42.a12898.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANOWSKI, Déborah; CASTRO, Eduardo Viveiros. **Há mundos por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Florianópolis: Cultura e Barbárie; Instituto Socioambiental, 2014.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Comércio ambulante no centro de Fortaleza/CE (1975 a 1995)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto. fevereiro de 2015.

_____. **Apologia da deriva**. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2003

DELGADO, Juan Pedro Moreno. Organização social do território e mobilidade urbana. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; PEREIRA, Gilberto Corso (Orgs.). **Salvador: transformações na ordem urbana**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2014.

DE PAULA, Fernanda Cristina. **Resiliência encarnada do lugar: vivência do desmonte na Linha (Brasil) e em Mourenx (França)**. 2017. 157f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

DIAS, Clímaco César Siqueira. **Carnaval de Salvador: mercantilização e produção de espaços de segregação, exclusão e conflito**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

_____. **Práticas socioespaciais e processos de resistência na grande cidade: relações de solidariedade nos bairros populares de Salvador**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

DIAS, Patricia Chame. **Trabalho e lazer na metrópole: lugares e fluxos das diferentes classes sociais na região metropolitana de Salvador**. 2019. 358f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

_____. Um percurso para operacionalização da categoria classe social numa pesquisa em Geografia. *GeoTextos*, [S. l.], v. 17, n. 1, 2021. p. 229-255. Disponível em: [//periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/43242](http://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/43242). Acesso em: 3 set. 2021.

DONIZETE, Luciano. Sartre e o Marxismo: humanismo radical e materialismo dialético. **Revista DoisPontos:**, Curitiba, São Carlos, volume 13, número 1, p. 129-149, abril de 2016.

DOREA, Luiz Eduardo. **Histórias de Salvador nos nomes das suas ruas**. Salvador, BA: EDUFBA, 2006. 448 p.

DOVEY, Kimberly. The quest for authenticity and the replication of environmental meaning In: SEAMON, David; MUGERAUER, robert (Orgs). **Dwelling, place and environment towards a phenomenology of person and world**. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1985.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Prefácio à Edição brasileira. In: ŽIŽEK, Slavoj. **Pandemia: Covid-19 e a reinvenção do comunismo**. São Paulo: Boitempo, 2020

ELLIOT, Brian. **Phenomenology and Imagination in Husserl and Heidegger**. New York: Routledge, 2005.

ENTRIKIN, Nicholas. Geographer as humanist. In: HOELSCHER, Steven; TILL, Karen E. (Eds.) **Textures of place: exploring humanist geographies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994. p.426-440.

ESTRELA, Fernanda Matheus et al. Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 25, n. 9 [Acessado 17 Junho 2021] , pp. 3431-3436. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.14052020>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.14052020>.

FERNANDES, Ana. O EPUCS e a Cidade do Salvador nos anos 40: urbanismo e interesse público. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPARQ. 1., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (ANPARQ), 2010.

FEYERABEND, Paul. **Contra o Método**. 2. Ed. São Paulo: EDUNESP, 2011. 376 p.

FERREIRA, Luiz Felipe. Iluminando o lugar: três abordagens. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, Vol. 22, N. 1, p. 43-72, 2002.

FERREIRA, William Rodrigues. **O espaço público nas áreas centrais: a RUA como referência - um estudo de caso em Uberlândia-MG**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERRETTI, Federico. Between Radical Geography and Humanism: Anne Buttimer and the International Dialogue Project. **Antipode: A Radical Journal of Geography**, Worcester. Vol. 0, N. 0. pp. 1-23, 2019. doi:10.1111/anti.12536

FERRETTI, Federico; JONES, Alun. Anne Buttimer. 1938-2017. Geography and Biography. Geographers. **Biobibliographical Studies**, 37 (37), pp.13-40, 2018.
FERRO, Carolina Chaves. Terremoto em Lisboa, tremor na Bahia: um protesto contra o donativo para a reconstrução de Lisboa. **Dissertação** (Mestrado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 200. 2009.

FLEURY, Antoine. La rue: un objet géographique?. **Tracés. Revue de Sciences humaines**, 5, p, 33-44, 2004.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. J.J. Seabra e a reforma urbana de Salvador. In. BATISTA, Marta Rossetti; CRAF, Maria Elisa de Campos (Orgs.) **Cidades brasileiras II: práticas urbanas e dimensão cultural**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1999. v. 2. p. 110-111.

_____. A mudança no desenho urbano de Salvador: principais agentes no século XIX e princípios do XX. In. BATISTA, Marta Rossetti (Coord.) **Cidades brasileiras II: práticas urbanas e dimensão cultural**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1998. v. 1. p. 109.

FOLHA DE SÃO PAULO, **Países adotaram 'lockdown' muito antes de colapso de seus sistemas de saúde**: nações como Argentina e Nova Zelândia agiram rápido no início da pandemia do novo coronavírus. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/05/paises-adotaram-lockdown-muito-antes-de-colapso-de-seus-sistemas-de-saude.shtml?origin=folha> Acesso em 18/05/2020.

FRATTOLILLO, Oliviero. **Interwar Japan beyond the West: the search for a new subjectivity in World History**. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2012. 128p.

FREITAG, Barbara. Habermas e a Filosofia da Modernidade. **Perspectivas**, São Paulo, v. 16, p. 23-45, 1993.

FREITAS, Gisele de; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos. Programa Luz para Todos: uma representação da teoria do programa por meio do modelo lógico. **Planejamento e Políticas públicas** Brasília. n. 45 | jul./dez. 2015

FREITAS, Patrícia Ponte. **As verticalidades e as horizontalidades do transporte público de Salvador-BA**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

FREMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Alameda, 1980.

FYFE, Nicholas (org). **Images of The Street: planning, identity and control of public space**. London, New York: Routledge, 2006. 287 p.

FURINI, Luciano Antonio. **Modernidade, vulnerabilidade e população de rua em Presidente Prudente (SP)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2003.

G1. Portal de notícias. **Itália tem quase mil mortes causadas pela Covid-19, o recorde diário**: As autoridades italianas afirmaram que o número diário de mortes na quinta-feira foi de 919; o total chegou a 9.134. 27/03/2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/03/27/italia-tem-quase-mil-mortes-causadas-pela-covid-19-o-recorde-diario.ghtml>. Acesso em 10/06/2021

_____. **Europa é o novo epicentro da pandemia de coronavírus, diz OMS**. Secretário geral afirmou que o número de casos confirmados por dia na Europa já é maior que os confirmados na China. 13/03/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/13/europa-e-o-novo-epicentro-da-epidemia-de-coronavirus-diz-oms.ghtml> Acesso em 11/06/2021

GANDILLAC, Maurice de. **Gêneses da Modernidade**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. História e Narração em Walter Benjamin. São Paulo: Perspectiva, 1999

_____. Os impedimentos da memória. **Estudos Avançados.**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 201-218, abril, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000100201&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 de outubro de 2020 às 14:50.

GEHL, Jean. Ciudades para la gente. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Infinito, 2014. 280 p.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. 1. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GLEIZER, Jéssica de Andrade. **Abordagem fenomenológica da seca: experiências de vulnerabilidades e atitudes ambientais no povoado de Cachoeira das Araras, Vitória da Conquista-BA**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2016. 114p. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29291>

GRANGE, Joseph. Place, body and situation. In: SEAMON, David; MUGERAUER, robert (Orgs). **Dwelling, place and environment towards a phenomenology of person and world**. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1985.

GRISI, Lorena. Hoje o coronavírus chegou a Salvador. De tarde, fui à feira. In: **Pandemias: cuidados, prevenção, efeitos e consequências sobre a vida humana: dimensões múltiplas de uma temerária e inquietante experiência coletiva**. CARVALHO, Fábio Almeida de; MIBIELLI, Roberto; BORGES, Edgar (ORGs.) Coleção Literatura de Circunstância v. 1. Boa Vista: EdUFRR, 2020a

_____. Vizinhança. In: **Pandemias: cuidados, prevenção, efeitos e consequências sobre a vida humana: dimensões múltiplas de uma temerária e inquietante experiência coletiva**. CARVALHO, Fábio Almeida de; MIBIELLI, Roberto; BORGES, Edgar (ORGs.) Coleção Literatura de Circunstância v. 1. Boa Vista: EdUFRR, 2020b

GROS, Frederic. **Caminhar uma filosofia**. São Paulo: É Realizações, 2011.

HABERMAS, Jürgen. Modernity an incomplete Project. In: FOSTER, Hal (org.). **The Anti-Aesthetic: essays on postmodern culture**. 5th edition. Washington: Bay Press, 1987 [1983]. p. 13-15

_____. Modernity: an unfinished Project. In: D'ENTRÉVES, Maurizio; BENHABIB, Seyla. (Orgs.). **Habermas and the Unfinished Project of Modernity: critical essays on the philosophical discourse of modernity**. Cambridge: The MIT Press. 1997. p. 38-55.

_____. **O Discurso Filosófico da Modernidade**: doze lições. 1ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 540p.

HAESBAERT, Rogério. «Reflexões geográficas em tempos de pandemia», **Espaço e Economia** [Online], 18 | 2020, posto online no dia 17 abril 2020, consultado o 17 junho 2021. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/11826>; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.11826>

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. 9. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

HENRIQUE, Giovana Maria Nassif. **Escritos de Rua - O Grafite em Sabará: Uma Representação do "Outro"**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOLZER, Werther. O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. **Geographia**, v.5, n.10, 2003.

_____. Augustin Berque: um trajeto pela paisagem. **Espaço e cultura**, v. 10, p. 55-63, 2004.

_____. A Geografia Humanista: uma revisão. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, Edição Comemorativa, p. 137-147, 2008.

_____. A influência de Eric Dardel na construção da Geografia Humanista Norte Americana. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16, 2010. **Anais**. Porto Alegre: AGB, 2010.

_____. A geografia fenomenológica de Eric Dardel. In: DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra (Anexos)**. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 141-159.

_____. Lugar enquanto circunstancialidade. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Orgs.) **Qual o espaço do lugar? Geografia, Epistemologia, Fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2012. p.227-247

HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 2000.

_____. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. São Paulo: Ideia & Letras, 2006.

IANNI, Octávio. **Enigmas da Modernidade-Mundo**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 319p.

_____. **A ideia de Brasil Moderno**. 1 Ed. 3 reimp. São Paulo : Brasiliense, 2004. 181 p.

ITALIA, Ministero della Salute. **Covid-19: i casi in Italia alle ore 18 del 27 marzo**.

Disponível em:

<https://www.salute.gov.it/portale/nuovocoronavirus/dettaglioNotizieNuovoCoronavirus.jsp?lingua=italiano&menu=notizie&p=dalministero&id=4337>. Acesso em 10/06/2020

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes**. Salvador: EDUFBA, 2012.

JACKSON, Peter. Domesticating the street: the contested spaces of the high street and the mall. In: **Images of The Street**: planning, identity and control of public space. London, New York: Routledge, 2006.

JONES, Alasdair. Everyday without exception? Making space for the exceptional in contemporary sociological studies of streetlife. **The Sociological Review**, setembro, p. 1-19, 2017.

JORGE, Marco Antonio Coutinho; MELLO, Denise, Maurano; NUNES, Macla Ribeiro. Medo, perplexidade, negacionismo, aturdimento - e luto: afetos do sujeito da pandemia. **Revista Latinoamericana de psicopatologia fundamental**. São Paulo, n. 23, set 2020.

JUSTO, Marcelo Gomes. **Excluídos: ex-moradores de rua como camponeses em assentamento do MST**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

KAHLMAYER-MERTENS, **Dez lições sobre Heidegger**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017. 141p.

KIRCHNER, Renato. A fundamental diferença entre o conceito de tempo na ciência e na física: interpretação de um texto heideggeriano. **Veritas**, Porto Alegre, v. 57 n. 1, p. 128-142, jan./abr. 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006.

KUNDERA, Milan. **A insustentável leveza do ser**. 1 Ed. 19 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

KUSTER, Eliana; PECHMAN, Robert. Maldita rua. In: KUSTER, Eliana; PECHMAN, Robert (Orgs). **O chamado da cidade**: ensaios sobre a urbanidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 313 p.

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: Um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 84, p. 77-92, 2006.

LAMOUNIER, Alex Assunção. **Atmosferas de ruas – identificação de componentes e qualidades em Londrina – PR**. 2006. 274f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

LE BOSSÉ, Mathias. As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDHAL, Zeny (Orgs.) **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p.157-179.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal e Lógica Dialética**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

_____. **La Presencia y La Ausencia**: contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

_____. **The Production of Space**. Massachusetts: Blackwell Publishing, 2007.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 176p.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2011. 141p.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. 1. Ed. 3 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 224p.

LIMA; João Gabriel; BAPTISTA, Luis Antonio. Itinerário do conceito de experiência na obra de Walter Benjamin. **Princípios - Revista de Filosofia**, Natal, v. 20, n. 33, Jan/jun, p. 449-484, 2013.

LIMA-PAYAYÁ, Jamille da Silva. Metafenomenologia da alteridade: por uma significação ética da pesquisa geográfica. **Geograficidade**, v. 10, p. 169-182, 2020.

LLORENS, Tomás. Prólogo. In: SENNETT, Richard. Vida urbana e identidad personal: los usos del desorden. Barcelona: Ediciones Península 1974 p. 1-16.

LOWENTHAL, David. Geography, Experience, and Imagination: Towards a Geographical Epistemology. **Annals of the Association of American Geographers**, vol. 51, n. 3, p. 241-260, 1961.

LUKÁCS, George. A reificação e a consciência do proletariado. In: LUKÁCS, George. **História e Consciência de Classe**: Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LYNCH, Kevin. **La imagen de la ciudad**. Barcelona: Editorial Gustavo. 2008

MALPAS, Jeff. Pensar topográficamente: Lugar, espacio y geografía. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, Barcelona, vol. 61/2, p. 199-229, 2015.

MARICATO, Ermínia; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos . Construindo a política urbana: participação democrática e o direito à cidade. In: Luiz Cesar de Queiroz

Ribeiro; Orlando dos Santos Junior. (Org.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Revan; Fase, 2007, v. 1, p. 165-195.

MAROCCHI, Gina Veiga Pinheiro. O iluminismo e a urbanística portuguesa: as transformações urbanas em Lisboa, Porto e Salvador no século XVIII. 283 f. **Tese** (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

MARQUES, L. Pandemics, Existential and non-Existential Risks to Humanity. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 23, p. 1-9, 2020.

MARANDOLA JR., Eduardo. Ainda é possível falar em experiência urbana? habitar como situação corpo-mundo. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 2, n. 42, p. 10-43, 2020.

MARANDOLA JR, Eduardo. Lugar enquanto circunstancialidade. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Orgs.) Qual o espaço do lugar? Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p.227-247.

_____. Fenomenologia e pós-fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na geografia contemporânea. *Geograficidade*, v.3, n.2, p.33-48, 2013.

_____. Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana. São Paulo: Blucher, 2014.

_____. Identidade e autenticidade dos lugares: o pensamento de Heidegger em Place and placelessness, de Edward Relph. *Geografia*, Rio Claro, v. 41, p. 5-15, 2016.

_____. Morte e vida do lugar: experiência política da paisagem. *Pensando: Revista de Filosofia*, v. 8, p. 33-50, 2017.

_____. Olhar encarnado, geografias em formas-de-vida. *Geotextos*, v.14, p.237-254, 2018.

_____. Parecer para qualificação de projeto de doutorado em Geografia de Caroline Bulhões Nunes Vaz, 26 de abril 2019. 6p.

_____. Fenomenologia do Ser-Situado: crônicas de um verão tropical urbano. Rio Claro: Editora UNESP, 2021. 108p.

MARTINS, Maria de Fátima Almeida. **A Caminho da Rua: o encontro com as redes de Assistência e a Formação de laços sociais entre moradores de rua em Belo Horizonte**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 1 Ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2004. 176p.

MASSEY, Doreen. **Space, place and gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.

_____. **Pelo espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSON, José Renato. **Pichadores de rua, territorialidades urbanas em conflito: territórios (in)visíveis de Goiânia**. 2005. 107f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

MBEMBE, Achille. **Crítica a razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MEDEIROS, Ana Paula; RAJS, Soraya. As cidades e a pandemia: efeitos, desafios e transformações. In: MENDES, Amanda *et al.* (ORGs). **Diálogos sobre acessibilidade, inclusão e distanciamento social: territórios existenciais na pandemia**. IdeiaSUS/Fiocruz; Comitê Fiocruz pela Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência; Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (DIHS/Ensp/Fiocruz); e Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiania, 2020. p. 6-9

MELLO-THÉRY, Neli Ap. de; THÉRY, Hervé. «A geopolítica do COVID-19», **Espaço e Economia** [Online], 17 | 2020, posto online no dia 08 abril 2020, consultado o 17 junho 2021. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/11224>; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.11224>.

MELLO, João Baptista Ferreira de. O triunfo do lugar sobre o espaço. In: MARANDOLA JR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia. (orgs). **Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia e fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 33-68.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Conversas - 1948**. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 85p.

MIDDLETON, Jennie. 'Stepping in time': Walking, time and space in the city. **Environment and Planning A**, v 41, nº 8, 2009, p. 1943–1961.

_____. Sense and the city: Exploring the embodied geographies of urban walking. **Social and Cultural Geography** v. 11, nº 6, 2010, p. 575–596.

MIRANDA, Nadja Conceição de Jesus. **Espaços públicos de Salvador: uso e apropriação pelos moradores de rua – uma análise do espaço concebido, vivido e percebido**. 2006. 109f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

_____. **População de rua em Salvador: estudo dos territórios e do direito à cidade (2005-2015)**. 2016. 239f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

MOREAUX, Michel Philippe. **Expressões e impressões do corpo no espaço urbano: estudo das práticas de artes de rua como rupturas dos ritmos do cotidiano da cidade**. 2013. 175f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MOREIRA, Ruy **Para onde vai o pensamento geográfico?** : por uma epistemologia crítica. 1º Ed. 2º Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

MUMFORD, Lewis. **The City in History**: its origins, its transformations and its prospects. New York: Harcourt Brace Jovanovich Inc, 1961. 657 p.

NOVAES, Andre Reyes. Newspaper Print Media. In: MONA DOMOSH, Michael Heffernan; WITHERS, Charles W. J. (Org.). **The SAGE Handbook of Historical Geography**. 1ed. London: Sage, 2020, v. 1, p. 818-838.

NUNES NETO, Francisco Antonio. A Invenção de Uma Tradição: a Festa do Senhor do Bonfim em jornais baianos. 2014. 320f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. O Papel da Geografia Diante da Pandemia da COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)** ano II, vol. 3, n. 7, Boa Vista, 2020. p. 80-84

OLIVEIRA, Taciana Gacelin. Correio da Bahia - Correio*: uma outra forma de produzir sentido. **Monografia** (Graduação em Jornalismo), Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009a.

OLIVEIRA, Larissa Pinho de Castro. Jornalismo Cultural: uma análise do jornal Correio da Bahia. **Monografia** (Graduação em Jornalismo), Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009b.

ONU, HABITAT. **Streets as Public Spaces and Drivers of Urban Prosperity**. 153P. Nairobi: Un-habitat, 153p.

OMS. **Middle East respiratory syndrome coronavirus (MERS-CoV)**. https://www.who.int/health-topics/middle-east-respiratory-syndrome-coronavirus-mers#tab=tab_1 Acesso em 10/06/2021

_____. **Severe Acute Respiratory Syndrome (SARS)**. https://www.who.int/health-topics/severe-acute-respiratory-syndrome#tab=tab_1 Acesso em 10/06/2021

OMS-PAHO. **Histórico da pandemia de COVID-19**. <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> Acesso em 10/06/2021

ORTEGA Y GASSET, José. Eu sou eu e minha circunstância. In: SÁNCHEZ, Juan Escámez. **Ortega y Gasset**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010, p. 111-119.

PÁDUA, Letícia Carolina de. **A Geografia de Yi-Fu Tuan: Essências e Persistências**. 2013. 208f. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PÁDUA, Rafael Faleiros. Precarização da vida e redes de solidariedade. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Coord.). **COVID -19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. 3.484Kb; PDF. p. 84-91

PALOMBINI, Leonardo Lahm. **Dos subespaços ao território descontínuo paradoxal: os moradores de rua e suas relações com o espaço urbano em Porto Alegre/RS – Brasil**. 2015. 182f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PIERCE, Joseph; LAWHON, Mary. Walking as Method: Toward Methodological Forthrightness and Comparability in Urban Geographical Research. **The Professional Geographer**, v.67, n.4, p. 655-662, 201

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)**. 2 Ed. Salvador: EDUFBA, 2011. 311p.

PINTO, Andler Kimura. **Trailers como espaço de consumo de alimentos: uma análise a partir do perfil dos consumidores de Pelotas, RS**. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, 2015.

PINTO, Solange Maria Alves. **Essa rua também é minha: a territorialidade da população de rua na região central da cidade do Recife**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. 625p.

_____. «Escassez, economia e meio ambiente: o desserviço de Paulo Guedes», **Espaço e Economia** [Online], 18 | 2020, posto online no dia 14 abril 2020a, consultado o 17 junho 2021. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/11669>; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.11669>

_____. «De neoliberais e de keynesianos em tempos de Coronavírus», **Espaço e Economia** [Online], 18 | 2020, posto online no dia 14 abril 2020b, consultado o 17 junho 2021. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/11699>; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.11699>

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección SurSur, CLACSO, Ciudad autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

RAMOS, Maria Estela. **Bairros negros uma lacuna nos estudos urbanísticos: um estudo empírico-conceitual no Bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia)**. 2013. 283f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

RAMOS, Tatiana Tramontani. «Pandemia é pandemia em qualquer lugar – vivendo a crise da Covid-19 de fora dos grandes centros», **Espaço e Economia** [Online], 18 | 2020, posto online no dia 17 abril 2020, consultado o 17 junho 2021. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/11406>; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.11406>

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês 1835**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, J. C. Tempo, História e Compreensão Narrativa em Paul Ricoeur. Locus: **Revista de História**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20634>. Acesso em: 7 jul. 2021.

RELPH, Edward. **Place and placelessness**. London: Pilon, 1976.

_____. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**, v.4, n.7, p.1-25, abr. 1979.

_____. **A paisagem urbana moderna**. 1. Ed. Lisboa, PO: Edições 70, 1990. 245 p.

_____. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Orgs.) **Qual o espaço do lugar? Geografia, Epistemologia, Fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2012. p.17-32.

_____. **Rational Landscapes and Humanistic Geography**. New York: Routledge, 2016

RIBEIRO, Juliana Carvalho. **A experiência do urbano da população em situação de rua: territorialidades na Savassi, Belo Horizonte, MG**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. O Planejamento Urbano como Instrumento Garantidor do Direito à Cidade. **Revista de Direito da Cidade**. vol.04, nº 01. 2012.

RICHTER, Denis.; NASCIMENTO, Diego Tarley Ferreira. A Cartografia da Covid-19: orientações didático-pedagógicas. **Finisterra** (LISBOA. 1966), v. 55, p. 61-68, 2020.

RICHTER, Denis.; NASCIMENTO, Diego Tarley Ferreira. (Orgs). **Cartografia da Covid-19: orientações para uso no ambiente escolar**. (Desenvolvimento de

material didático ou instrucional - Material didático-pedógico). Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2021.

RICOEUR, Paul. **Lectures on Ideology and Utopia**. New York: Columbia University Press, 1986.

_____. **Tempo e Narrativa - Tomo I**. Campinas: Papyrus, 1994.

_____. **Tempo e Narrativa - Tomo III**. Campinas: Papyrus, 1997.

_____. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RISÉRIO, Antônio. **Uma história da cidade da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal Editores LTDA, 2004.

RIZEK, Cibele Saliba. Limites e Limiares/Corpo e experiência. **Redobra**, v. 10, p. 33-40, 2012.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. **Entre mobilidades e permanências**: uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro. 2015. 380 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, 2015.

RODRIGUES, Juliana Nunes Rodrigues; AZEVEDO, Daniel Abreu. «Pandemia do Coronavírus e (des)coordenação federativa: evidências de um conflito político-territorial», **Espaço e Economia** [Online], 18 | 2020, posto online no dia 23 abril 2020, consultado em 17 junho 2020. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/12282>; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.12282>

ROSSI, Paolo. **A ciência e a filosofia dos modernos**: aspectos da Revolução Científica. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

ROSSI, Rinaldo de Castilho; Da SILVA, Simone Affonso. «O Consórcio do Nordeste e o federalismo brasileiro em tempos de Covid-19», **Espaço e Economia** [Online], 18 | 2020, posto online no dia 22 abril 2020, consultado o 17 junho 2020. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/13776>; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.13776>

ROXO, Rafael. «Biopolítica, guerra híbrida e reestruturação do capitalismo: a globalização como ela é», **Espaço e Economia** [Online], 18 | 2020, posto online no dia 21 abril 2020, consultado o 17 junho 2021. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/13376>; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.13376>

SAFRANSKI, Rüdiger. **Heidegger – um mestre da Alemanha entre o bem e o mal**. 3. Ed. São Paulo, Geração Editorial, 2019.

SALVADOR, Prefeitura Municipal de. **Lei Ordinária 9281 2017 de Salvador BA Institui normas relativas à execução de obras e serviços do município de Salvador e dá outras providências.** 2017a. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2017/928/9281/lei-ordinaria-n-9281-2017-institui-normas-relativas-a-execucao-de-obras-e-servicos-do-municipio-do-salvador-e-da-outras-providencias>

_____. Prefeitura Municipal de. **Plano de mobilidade Sustentável de Salvador.** Relatório Técnico RT:06: diagnóstico da mobilidade em Salvador. Disponível em <http://planmob.salvador.ba.gov.br/images/consulte/planmob/PlanMob-Salvador-RT6--Diagnostico-da-Mobilidade-em-Salvador---01-70-v2.pdf>

_____. Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur). **Sedur regulariza imóveis construídos sem licença em Salvador até dia 3 de junho:** A Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur) realiza até o dia 3 de junho deste ano a regularização de imóveis construídos sem licença na capital baiana que tenham sido concluídos até o dia 3 de dezembro de 2017, por meio do Termo de Regularização de Edificação Concluída (Trec), contido no artigo 64 da lei 9.281/2017, o novo Código de Obras de Salvador, uma das 360 ações do programa Salvador 360. Até agora, o órgão já analisou 53 processos para viabilidade do Trec. A lei é regulamentada pelo Decreto 29.259/2017. Publicado em 28/02/2018 e última revisão feita em 01/03/2018, 07:45. Disponível em: <http://www.sucom.ba.gov.br/noticias/sedur-regulariza-imoveis-construidos-sem-licenca-em-salvador-ate-dia-3-de-junho/>

_____. Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur). **Prefeitura regulariza obras e serviços construídos sem licença em Salvador:** A Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur) realiza a regularização de obras e serviços irregulares de construção civil na capital baiana que tenham sido concluídos até o dia 28 de dezembro de 2018, por meio do Termo de Regularização de Edificação Concluída (TREC). O documento reconhece a existência da edificação construída para fins exclusivo de registro junto ao Cartório de Imóveis. Publicado em 15 de maio de 2019 e última revisão: 28/05/2019 Disponível em: <http://www.sucom.ba.gov.br/noticias/prefeitura-regulariza-obras-e-servicos-construidos-sem-licenca-em-salvador/>

SAMPAIO, Theodoro. **Relatório dos estudos e projetos para uma cidade nova (A Cidade Luz), na Pituba, nos terrenos de propriedade do Sr. Manoel Dias da Silva, pelo engenheiro civil Theodoro Sampaio.** Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Arquivo Histórico Theodoro Sampaio, 1919.

SAMPAIO, Willian do Nascimento. Reflexões sobre fontes hemerográficas na produção do saber histórico: sugestões para o trabalho historiográfico. **Bilros**, Fortaleza, v.2, n.2, p. 149-165, 2014

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial.** 2º Ed. Chapecó: Argos, 2010.

SANTANA, Carlos José de Almeida. **A questão dos meninos/as de rua no Brasil e em Salvador: uma análise sócio-histórica e territorial**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

SANTANA, Joilson Santos; MARCHI, Cristina Maria Dacach Fernandez; PORCIUNCULA, Debora Carol Luz da. Cooperativas de Catadores de Resíduos Sólidos de Salvador: condições de trabalho dos idosos em tempo de pandemia covid-19In: **Anais da 23ª Semana de Mobilização Científica-(SEMOC) da Universidade Católica do Salvador**. Salvador, 2020

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

_____. **O futuro começa agora**: da pandemia à utopia. São Paulo: Boitempo, 2021

SANTOS, Célio José dos. **Célula da rima**: as práticas de apropriação da cultura hip-hop pela juventude soteropolitana: Um estudo a partir do lugar. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9 Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006

SANTOS, Milton. Da paisagem ao espaço: uma discussão. **Anais do II ENEPEA**. São Paulo: Universidade de São Marcos/FAUUSP, 1996, p. 33-42.

_____. O papel ativo da geografia: um manifesto. **Revista Território**, n. 09, jul./dez, p. 103-109, 2000.

_____. **A natureza do espaço**. 4º Ed. 7. reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2012a.

_____. **O espaço do cidadão**. 7º Ed. 1. reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2012b.

SANTOS, Vinicius dos; PEREIRA, Leonardo Jorge da Hora. **Subjetividade e Experiência de mundo na modernidade capitalista [Curso Livre de Filosofia]**. Universidade Federal da Bahia, Departamento de Filosofia, maio, 2020.

SARAMAGO, Lúcia. **A “topologia do ser”**: lugar, espaço e linguagem no pensamento de Martin Heidegger. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2008.

SARTRE, Jean-Paul. **O imaginário**: psicologia fenomenológica da imaginação. São Paulo: editora Ática, 1996. 254p.

_____. **Crítica da razão dialética**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.

_____. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. **O que é subjetividade?** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2015.

SBEIT, Cezar Luis. A hermenêutica heideggeriana e a questão do conhecimento. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, v. 21, n. 1, p. 188-214, jan./abr. 2016

SCHUTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas. **Las estructuras del mundo de la vida**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1973.

SEAMON, David. A Singular Impact: Edward Relph's Place and Placelessness. **Environmental and Architectural Phenomenology Newsletter**, v. 7, n.3, p.5-8, 1996.

_____. Lugarização vivida e a localidade do ser: um retorno à geografia humanística?. **Rev. Nufen: Phenom. Interd.** Belém, 9(2), 147-168, mai. – ago., 2017.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. Tradução de Lygia Araújo Watanabe. 6. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

to

_____. **Carne e Pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006.

_____. **A Corrosão do Caráter**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2015.

_____. **The uses of disorder**: personal identity & city life. New York: Alfred A. Knopf, 1970.

SERPA, Angelo. Clonagem de Paisagens: Como Alguns Projetos de Intervenção Transformam as Paisagens Urbanas em Não-Lugares. **Revista Paisagem e Ambiente**, São Paulo, FAU-USP, p. 301-309, 1999.

_____. O trabalho de campo em Geografia: Uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 84, p. 7-24, 2006

_____. Parâmetros para a Construção de uma Crítica Dialético-Fenomenológica da Paisagem Contemporânea. **Revista Formação**, Presidente Prudente, n.14, p. 14-22, 2007a.

_____. **Espaço Público na Cidade Contemporânea**. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2007b

_____. **Cidade Popular**: trama de relações socio-espaciais. Salvador: EDUFBA, 2007c

_____. Como Prever sem Imaginar? O papel da imaginação na produção do conhecimento geográfico. In: SERPA, Angelo (Org.). **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 59-70.

_____. Lugares enunciados, lugares comunicados: processos identitários em Berlim e Salvador. **Geograficidade**, v.2, p.40-49, 2012.

_____. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma Geografia Humana dos espaços vividos. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, N°33, pp. 168- 185, 2013.

_____. Teoria das representações em Henri Lefebvre. **GEOUSP: espaço e tempo**, v. 18, p. 487-495, 2014.

_____. Territórios de identidade da Bahia: regionalização institucional e políticas de desenvolvimento cultural e territorial. In: SERPA, Angelo (Org.). **Territórios da Bahia: regionalização, cultura e identidade**. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 19-37.

_____. **Clones de orla**. Jornal A Tarde, Salvador-Bahia, p. A3 - A3, 07 jan. 2016a.

_____. Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. **Geosp**, v.21, p.586-600, 2017.

_____. **Por uma Geografia dos Espaços Vividos: Geografia e Fenomenologia**. 1 Ed. São Paulo: Contexto, 2019.

SILVEIRA, Juliana. Os planos de saneamento para Salvador e a modernização da cidade: 1890-1960. In: REGO, Rita de Cássia Franco; BARRETO, Maurício Lima; LARREA-KILLINGER, Cristina (Orgs.) **Impacto de um programa de saneamento ambiental na saúde: fundamentos teórico-metodológicos e resultados de pesquisa interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2018, 492p.

SIMONI, César. A COVID-19 e o direito à cidade dos pobres no Brasil. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Coord.). **COVID -19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. 3.484Kb; PDF. p. 25-34

SLACK, Paul. Introduction. In: RANGER, Terence; SLACK, Paul (ORGs.) **Epidemics and ideas: Essays on the historical perception of pestilence**. Cambridge, Cambridge University Press, 1992, p.1-20.

SPANNENBERG, Ana Cristina Menegotto. **Entre mudanças e permanências [recurso eletrônico]: os jornais impressos soteropolitanos e suas coberturas eleitorais no século XX**. Salvador: EDUFBA, 2015 (Coleção E-LIVRO).

SOUTO, Caio. Objeto em perspectiva e sujeito em devir na epistemologia histórica de Gaston Bachelard. **Intelligere**, nº 8, dez. 2019.

SOUSA, André Nunes de. **Orla Oceânica de Salvador: um mar de representações**. 2010. 157f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Salvador, 2010.

SOUZA, Flávia Silva de. **Formação e Consolidação de Centralidades Lúdicas no Cotidiano das Áreas Populares de Salvador-BA**. 2009. 142f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Salvador, 2009.

SILVA, Ayslane Costa da. Credibilidade do travel influencer no Instagram afetando a intenção do viajante na escolha de destinos. 2020. 129f. Dissertação (Mestrado em

Turismo) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020

SILVA, Mateus Barbosa Santos da. **Uso e Apropriação das Orlas da Península de Itapagipe e do Subúrbio Ferroviário em Salvador-BA**. 2019. 139f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Salvador, 2019.

SILVA, Valéria Cristina Pereira; CARRETO, Carlos Fonseca Clamote. O espaço é a flor azul do imaginário: Gaston Bachelard e Walter Benjamin em Paris – a descoberta de uma paisagem literária. **Confins**, n. 46, 2020. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/30787>>. Acesso em: 20 de outubro de 2020 às 12:51.

SKULNI, Elcio Cleverson. **Os músicos de rua na paisagem sonora do calçadão da rua XV de novembro em Curitiba/PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

SPANNENBERG, Ana Cristina Menegotto. **Entre mudanças e permanências: os jornais impressos soteropolitanos e suas coberturas editoriais no século XX**. Salvador: EDUFBA, 2015.

SPECK, Jeff. **Walkable city: how downtown can save America, one step at a time**. New York: North Point Press, 2015.

SPINK. Mary Jane Paris. “Fique em casa”: a gestão de riscos em contextos de incerteza. **Psicologia & Sociedade**. (ONLINE), v. 32, p. 1-19, 2020.

STOUGAARD. Lasse Emil. **A Tangible Understanding of Liveability: making liveability operational**. Master Thesis in Urban Planning and Management. Aalborg University, 2016. 75p.

TAIBO, Carlos. **Colapso: capitalismo terminal, transición ecosocial, ecofacismo**. 4ª ed, Madri: Catarata, 2020

TAYLOR, George H. Ricoeur’s Philosophy of Imagination. **Journal of French Philosophy**. Volume 16, Numbers 1 and 2, Spring-Fall, 2006.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Unesp, 2020.

TORRES, Marcos Alberto; KOZEL, Salete. Paisagens sonoras: possíveis caminhos aos estudos culturais em Geografia. **Revista RAÍE GA**, Curitiba: Editora UFPR, n. 20, p. 123-132, 2010.

TREIN, Franklin. A relação Marx-Hegel: um desafio insuperável. **Revista Dialectus**. Ano 3, n. 8, Janeiro-Agosto, p. 33-59, 2016.

TUAN, Yi-Fu. Place: An Experiential Perspective. **Geographical Review** Vol. 65, No. 2, pp. 151-165, April, 1975.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: EDUEL, 2012, 342p.

_____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. (Trad. Lívia de Oliveira) São Paulo: Eduel, 2013a.

_____. Landscapes of fear. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013b

_____. Space and place 2013 / Espaço e lugar 2013. **Geograficidade**, v.4, n.1, p.4-13, Verão 2014.

UOL. **Mercados britânicos adotam racionamento em meio a pandemia de coronavírus**. 18/03/2020 Disponível

em:<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/18/mercados-britanicos-adotam-rationamento-em-meio-a-pandemia-de-coronavirus.htm> Acesso em: 11/06/2021

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria. Notas Sobre a Estratégia Discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: Avanço ou recuo? In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano**: Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Editora Contexto, 2011. p. 75-96.

_____. **Salvador**: transformações e permanências. 2 Ed. Salvador: EDUFBA, 2016. 569p.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Salvador, rainha destronada? (1763-1823). **História**, São Paulo, v.30, n.1, p.174-188, jan/jun 2011

VAZ, Caroline Bulhões Nunes. **Os sertões pelos sertanejos**: identidade, representação e regionalização nos Territórios de Identidade Sertão Produtivo e Sertão do São Francisco. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2016. 210f.

_____. Representação: entre modos do geográfico. **Situação Geográfica**, v. 2, p. 2-7, 2019.

VAZ, Caroline Bulhões Nunes; FREIRE, Ricardo Sallum. Os sentidos e a cidade: experiência geográfica de um cego no espaço urbano de Salvador-Ba. **Revista Geonordeste**, v. XXII, p. 132-150, 2021.

VAZQUEZ, Jesús. Sentido da dialética na epistemologia de G. Bachelard. **Revista Síntese Nova Fase**, V. 25, n. 81, p. 219-232, 1998.

VIANA, Nildo. Sartre e o Marxismo. **Revista Filosofia Unisinos**, vol. 9, n. 2, p. 146-161, mai/ago, 2008.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In.: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs) O processo de Urbanização no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1999. P. 170-243

WRIGHT, John K. Terrae icognitae: o lugar da imaginação na geografia. **Geograficidade**, Niterói, v. 4, n. 2, p. 4-18, 2014 [1947].

YÁZIGI, Eduardo. **O mundo das calçadas**: por uma política democrática de espaços públicos. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, 2000.

_____. **Cotidiano, turismo e lazer de rua nas pauliceias desvairadas**. São Paulo: Emplasa, 2015. 137p.

ZANOTELLI, Claudio Luiz; DOTA, Ednelson Mariano. «A questão da desigualdade territorial municipal no Espírito Santo face à pandemia do coronavírus e a importância da existência de um Estado de bem estar social em defesa da sociedade.», **Espaço e Economia** [Online], 17 | 2020, posto online no dia 06 abril 2020, consultado o 17 junho 2021. URL:
<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/10207>; DOI:
<https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.10207>

ZERZAN, John. **Elements of Refusal**. 2. Ed revisada. Columbia, MO:C.A.L Press, 1999.

_____. **Why Hope?** The stand against civilization. 1 Ed. Port Townsend, WA: Feral House, 2015.

ŽIŽEK, Slavoj. **Pandemia**: Covid-19 e a reinvenção do comunismo. São Paulo: Boitempo, 2020